

iREL – INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os Ecos do Ipiranga

o reconhecimento da independência do Império do Brasil nas Américas (1822-1825)

Tese de Doutorado

Pedro Henrique Verano Cordeiro da Silva
Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília, Junho de 2018



iREL – INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os Ecos do Ipiranga

o reconhecimento da independência do Império do Brasil nas Américas (1822-1825)

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais - UnB como
pré-requisito para a obtenção do título de
Doutor em Relações Internacionais.

Pedro Henrique Verano Cordeiro da Silva
Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília, Junho de 2018

RESUMO

A História das Relações Internacionais do Brasil tem como um dos seus pilares a compreensão sobre como se deu o processo de obtenção de reconhecimento da independência. A partir das concepções já consolidadas na literatura sobre a preeminência inglesa e as condições de dependência provocadas pelos tratados de comércio assinados no Primeiro Reinado, na presente tese busca-se um ângulo diferente para entender este momento histórico. Ao se observar os esforços empreendidos pela diplomacia brasileira em se aproximar dos países do chamado “hemisfério americano”, abre-se a possibilidade de verificar os demais projetos postos em prática com a finalidade de reconhecer o Império do Brasil como unidade política independente de Portugal. Em um contexto de revoluções liberais, independências na América Latina e guerras contra as ex-metrópoles, o entendimento sobre o processo de reconhecimento da independência junto aos países americanos busca complementar o conhecimento já sedimentado sobre a influência inglesa.

ABSTRACT

The International Relations' History of Brazil has as of its pillars the comprehension of how the process to obtain therecognition of independence happened. Fromthe conception already consolidated in the field about a British preeminence in the country and the dependency created by the trade treaties signed during the reign on Pedro I, the present thesis explores a different angle to explain this period. By analysing the efforts made by Brazilian diplomacy to approach the countries of the so-called "American hemisphere", it is possible toverify the existence of projects pursuing the recognition of the Empire of Brazil as an independent political unit of Portugal. In a context of liberal revolutions, independences in Latin America and wars against the former metropolis, the understanding of the process of recognition of independence with the American countries seeks to complement the already settled knowledge.

Introdução	5
1 – Narradores e Narrativas sobre o Reconhecimento da Independência do Brasil.	8
2 - Problema de Pesquisa, Hipótese e Objetivos.	15
3 - Método, Técnicas de Pesquisa e Considerações Teórico-Conceituais	17
4 - Sobre os Documentos e as Fontes Utilizadas	20
5 - Da Organização do Trabalho e Conteúdo dos Capítulos	23
I – As Dimensões Exteriores: Precondições do Mundo de Ocidental na Formação do Império	27
1 - Ordenamentos e Condicionantes do Mundo Ocidental em Transformação	27
2 - A Revolução do Porto e o Processo de Independência do Brasil	35
3 – As Dimensões da Conquista: as Guerras de Independência no Brasil e o Processo de Reconhecimento	44
3.1 - As Dimensões Alternativas: as Independências, as Guerras e a Construção do Império	48
3.2 - Um Balanço das Dimensões	55
II – As Dimensões Interiores: a Formação de um Império nas Américas	57
1 - O Legado Bragantino	57
1.1 – O Império Liberal nas Américas: o projeto	59
1.2 – O Império Liberal nas Américas: o produto	64
2 - Estadistas, Estrategistas e as concepções de Política Externa no 1º Reinado	67
2.1 - Sua Majestade Imperial, D. Pedro I: Defensor Perpétuo do Brasil	69
2.2 - José Bonifácio de Andrada e Silva: o Patriarca da Independência	75
2.3 - O Conselho de Estado	79
III – As Dimensões Concorrentes	83
1 - O Combate Internacional ao Tráfico de Escravos	83
2 – A Política Alfandegária	87
3 – Projeção de Poder na Bacia do Rio da Prata	91
IV – Eixos Formadores da Inserção Internacional do Império em Construção	95
1 - O Eixo das Tradições	96
2 - O Eixo das Contradições	99
3 - O Eixo das Renovações	103
V - O Reconhecimento nos Estados do Prata	106
1 - Ventos Austrais: reflexões acerca do Prata na história colonial americana	106
2 - A Missão Correa da Câmara ao Prata	111
3 - Corrêa da Camara e os rumos da Missão ao Prata no pós Sete de Setembro.	121
4 - José Bonifácio e o reconhecimento no Prata no pós Sete de Setembro	131
5 - A Missão Corrêa da Camara e o Processo de Reconhecimento	136
VI - O Reconhecimento nos Estados Unidos da América	144
1 - Ventos Boreais: reflexões acerca da presença dos Estados Unidos nas Américas.	145

2 – Os Primeiros Ensaiois: Luiz Moutinho e Gonçalves Cruz	149
3 – Os Tensionamentos na Corte: Condy Raguet no Rio de Janeiro	156
4 – O Ato Final: A Missão Silvestre Rebello aos Estados Unidos da América	159
4.1 – Sylvestre Rebello e John Quincy Adams: a construção de um entendimento	166
Conclusão	169
Bibliografia	178
A) Fontes Documentais	178
B) Livros	178
C) Artigos Científicos	185
D) Teses e Dissertações	186
ANEXO 1 - Sessão do Conselho de Estado	188
ANEXO 2 - Independência ou Morte	189
ANEXO 3 - Estudo para Frei Caneca	190
ANEXO 4 - Decreto de Nomeação de Correa da Camara	191
ANEXO 5 - Carta de José Bonifacio a Laguna	192
ANEXO 6 - Carta de José Bonifácio a Correa da Camara	194
ANEXO 7 - Carta de José Bonifácio a Rivadavia	198
ANEXO 8 - Carta de José Bonifácio a Rivadavia	200
ANEXO 9 - Carta de José Bonifacio a Gonçalves da Cruz	202
ANEXO 10 - Decreto de Nomeação de Silvestre Rebello	204
ANEXO 11 - Nota de Governo a Governo Acreditando Silvestre Rebello	205
ANEXO 12 - Instruções de Silvestre Rebello	206
ANEXO 13 - Carta de Carvalho e Mello a Silvestre Rebello	214
ANEXO 14 - Carta de Gonçalves da Cruz a José Bonifacio	215
ANEXO 15 - Carta de Gonçalves da Cruz a José Bonifacio	219
ANEXO 16 - Carta de Gonçalves da Cruz a Hippolyto José da Costa	220
ANEXO 17 - Carta de Gonçalves da Cruz a Antonio Carlos	225

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo.*

Paulo Freire

Introdução

Quando em 7 de setembro de 1822 Regente do Brasil D. Pedro declarou a independência do Brasil, foi dado início a um processo que já tinha algumas de suas raízes fincadas, mas que agora ganhava dimensões ainda mais significativas. A independência do Brasil em relação à Portugal, muito embora seja formalmente atribuída à proclamação proferida às margens do Ipiranga, foi um processo que por sua complexidade extrapolou os limites da própria vontade do então príncipe português e seus afiliados políticos. O ato da Proclamação, muito embora seja simbólico para a história e para a época em que ocorreu, não significava automaticamente uma aceitação dos demais atores do sistema internacional da separação do Brasil do Reino Unido com Portugal e Algarves. O reconhecimento internacional emerge, dessa forma, como uma ferramenta por meio da qual poderia o Império do Brasil ter a sua independência corroborada por demais Estados, em meio às disputas políticas e os enfrentamentos militares decorrentes desse ato de cisão.

Como forma de compreender os elementos que compuseram a estrutura do processo de obtenção do reconhecimento internacional da independência do Brasil, neste primeiro momento verifica-se a necessidade de explorar alguns componentes de ordem histórica acerca da independência. A transferência da corte joanina de Lisboa para o Rio de Janeiro, concretizada em 1808, trouxe consigo não somente a administração pública do Reino para a outra margem do Atlântico, como também alterou o modo como se davam as relações entre colônia e metrópole. O Rio de Janeiro assim se tornava capital do império colonial português, sendo diversos melhoramentos efetuados para que as condições mínimas compreendidas para uma corte existissem, as chamadas “Reformas Joaninas”. Como primeiro ato, D. João decreta a “Abertura dos Portos às Nações Amigas” logo quando da sua chegada, dando fim ao “exclusivo comercial” que por séculos regulou as relações luso-brasileiras (PANTALEÃO, 1965, p. 64-99).

A estratégia adotada pelo Príncipe D. João para manter a família Bragança no trono português, ameaçada pelas Guerras Napoleônicas, trouxe consigo mais do que somente a inserção brasileira no livre-comércio mundial. Conforme aponta Maria Odila Silva Dias, “a vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo império nos trópicos já significara por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino” (SILVA DIAS, 1972, p. 165). Lados opostos de uma disputa de poder inerentemente desigual, metrópole e colônia

fundiram-se por força de uma necessidade conjuntural que se esvai em 1815, quando da derrota da França bonapartista pela Santa Aliança. Apesar de habilmente ter arrefecido as inquietações diversas sobre seu retorno ao Velho Mundo, elevando do Brasil à condição de Reino Unido com Portugal, a decisão D. João VI acentuou ainda mais as divergências já existentes entre portugueses do reino e portugueses da nova Corte.

O início do processo de independência pode ser creditado ao eclodir da Revolução Liberal do Porto em 1820, contestadora não somente dos poderes absolutos que tinha o monarca lusitano, como também da descolonização promovida pelo punho do próprio governante. Organizado ao redor da estrutura das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, esse movimento exigia o retorno imediato do Rei, a assinatura de uma Constituição que limitasse os seus poderes e que o Brasil voltasse a ser colônia de Portugal - contradição significativa com as bases do pensamento liberal. Sem condições de controlar à distância a Revolução, D. João VI vê-se obrigado a ceder às pressões portuenses e retorna à Portugal em 26 de abril de 1821, no entanto deixando o Príncipe D. Pedro, o primeiro na linha de sucessão do trono português, como Regente do Brasil. A ilegitimidade atribuída pelos Bragança às Cortes, que passariam a ordenar incisivamente a volta de D. Pedro, deu início a uma série de escaramuças entre ambos os lados do Atlântico e que foram componentes centrais na formação do movimento de independência.

De um lado, lideranças locais concentraram-se ao redor do Príncipe Regente, defendendo a manutenção da autonomia adquirida em 1815, formando o grupo que ficou conhecido como Partido Brasileiro. Dentre seus apoiadores, destaca-se a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva pela arregimentação das forças oposicionistas ao Partido Português, cujos líderes em sua maioria declaravam-se leais às ordens das Cortes. Conforme se pode perceber, as zonas de pressão sobre D. Pedro eram deveras complexas, havendo nem mesmo concordância interna acerca da independência política, sendo advogados projetos que iam desde a manutenção de uma monarquia dual, até mesmo a formação de uma república. O quadro que se formava era de intensos conflitos diplomáticos no ambiente externo, já com abertas ameaças de intervenções armadas, sendo que internamente as dificuldades eram de mesma ordem, com alguns governadores de províncias e líderes militares engajando-se em confrontos contra os “Brasileiros”.

O “Dia do Fico”, conforme entrou para a história o ato do Príncipe Regente de declarar publicamente que não cederia às pressões das Cortes para o seu retorno a Portugal, marcou o ritmo desse processo político. Por força da necessidade de obter apoio a sua causa, D. Pedro pôs em prática uma série de medidas com o intuito de neutralizar seus adversários

(internos e externos) e de legitimar seu poder sobre o Reino do Brasil. Fragilizado econômico e militarmente, por consequência da ocasião do regresso joanino, precisou o Brasil contar com apoio estrangeiro para sustentar a luta contra a recolonização e o envio de missões diplomáticas foi uma ferramenta percebida como viável para tal. Com a finalidade primária de reconhecer as Cortes como ilegítimas, D. João VI como cárcere delas e D. Pedro como legítimo regente do Reino do Brasil, sendo posteriormente assimilado o pleito independentista que surgiu.

Mesmo depois de passados quase dois séculos, o processo de reconhecimento da independência do Brasil ainda carece de revisões e de reflexões para uma compreensão mais apurada da pluralidade de dimensões que compõem o seu todo. Desde o advento do Sete de Setembro, diversas narrativas foram construídas sobre o tema, cada uma contendo particularidades decorrentes da visão dos autores e do tempo-histórico em que eles produziram seus trabalhos. Na contemporaneidade, percebe-se nos trabalhos dispostos no “estado da arte” o amplo uso de narrativas que consideram a influência da Inglaterra como aspecto suficiente para o devido entendimento de como o Império teve a sua independência reconhecida. Dessa relação, é entendido como um dos produtos mais significativos a dependência econômica exercida pelos ingleses, em decorrência da assinatura de acordos comerciais desfavoráveis ao Brasil que foram utilizados como moeda de troca, marcando a história do Império.

Ao se observar a literatura contemporânea de História das Relações Internacionais do Brasil (HRIB), verifica-se a preeminência dos esforços compreensivos que caracterizam a política externa do Primeiro Reinado como herdeira direta das tradições e práticas da portuguesa. Pela existência de uma histórica presença da Inglaterra (agora maior potência econômica mundial), ergueu-se uma política de reconhecimento sob bases assimétricas, transferindo-se o domínio metropolitano para o do capitalismo inglês. Conquanto a opção independentista pudesse ser sustentada pela resistência local, optou-se pelo recurso do tradicional aliado (agora dos dois lados), que viu nesse contexto uma boa oportunidade para lucrar com a necessidade dos demais. Entende-se o preço pago nos termos firmados com a Inglaterra em 1827, com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, extremamente altos e danosos para o futuro do Império do Brasil, na linha do que fora chamado por Alan K. Manchester (1973) de a Preeminência Inglesa no Brasil.

A contraposição com escritos mais antigos, especialmente da clássica História Diplomática do Brasil (HDB), revela a existência de janelas de possibilidades analíticas sobre elementos outrora dispostos em lugares mais centrais. Muito embora os avanços

metodológicos feitos desde então tenham proporcionado compreensões mais complexas acerca dos elementos que compuseram a história das relações internacionais do Brasil, algumas lacunas podem ser percebidas nesse processo. Os múltiplos eventos considerados pelos historiadores da diplomacia perderam lugar para reflexões monocromáticas, conforme se percebeu anteriormente, decorrendo no silenciamento de vozes que compuseram o processo de Reconhecimento como um todo. Procura-se, desse modo, promover uma releitura de eventos constantes nos arquivos diplomáticos brasileiros com a finalidade de repensar a narrativa acerca desse tema e do seu período histórico.

O ponto de partida para a presente tese é a perspectiva consolidada na literatura sobre a mediação inglesa como ponto central no processo de obtenção do reconhecimento da independência com Portugal. Em virtude de um mau dimensionamento das possibilidades disponíveis no dado momento, optou-se por uma saída que transmutou a dominação metropolitana de Portugal pela dominação econômica do capitalismo inglês. Ainda no mesmo diapasão, verifica-se na bibliografia a presença do Hemisfério Americano como uma zona alternativa de possibilidades, as quais careceram suporte para se concretizarem como suficientes para o interesse brasileiro em ser reconhecido como Estado independente. A presente tese propõe-se, como objetivo central, compreender como se deu o processo de reconhecimento da independência do Império do Brasil junto aos países americanos.

1 – Narradores e Narrativas sobre o Reconhecimento da Independência do Brasil.

Destarte, coloca-se uma postulação central acerca da própria evolução do pensamento brasileiro acerca da política externa do momento histórico estudado. Conforme houve uma progressiva migração entre os acadêmicos da História Diplomática, para a História da Política Externa e por fim da História das Relações Internacionais, são percebidos dois movimentos que no presente tema evidenciam-se (BREDA DOS SANTOS, 2005). Conquanto esse movimento no meio acadêmico tenha pluralizado os elementos analíticos no âmbito interno, com destaque para elementos de formação socioculturais, houve inversamente uma miopia para com os relacionamentos exteriores do Brasil no período da independência. A pluralidade de atores internacionais com os quais a história diplomática ora trabalhava para desenvolver suas reflexões, acabou por desmanchar-se ao longo do que muitos estudiosos afirmam ser uma evolução e que trouxe consigo alguns revezes. No que tange o Reconhecimento da Independência, busca-se no prezado momento explorar os impactos dessas transformações de

ordem metodológica no modo como foi construído o conhecimento que se tem acerca deste tema.

Na forma como comumente é entendida a historiografia das Relações Internacionais do Brasil, aponta-se a História Diplomática como a gênese dos esforços compreensivos de matriz histórica sobre a inserção internacional do país. Muito embora já fosse perceptível a presença de diversos elementos dos “negócios estrangeiros” em narrativas como as de Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, o foco central de trabalho ainda era o ambiente doméstico. O ponto de inflexão viria no alvorecer do século XX, com as publicações de *A Política Exterior do Império e História Diplomática do Brasil*, por João Pandiá Calógeras (1998) e Manuel de Oliveira Lima (1901), respectivamente. Por meio da compilação de saberes até então difusos, juntamente com a análise de documentos históricos, esses pioneiros foram responsáveis pela formulação de concepções originais sobre a história da diplomacia brasileira, até então carente de reflexões dedicadas.

No que tange aos trabalhos dos referidos historiadores, por efeito da época em que foram produzidos e do próprio marco temporal que se propuseram a formular um entendimento, percebe-se uma riqueza de informações a respeito do tema “Reconhecimento”. Oliveira Lima (1901), especificamente, leva ao próprio subtítulo desse seu livro a marca do interesse em investigar o “reconhecimento do Império”, sendo um dos pioneiros a abordar o assunto na âmbito da História Diplomática do Brasil. Verifica-se na trama elaborada pelo autor uma complexidade de elementos ao redor processo de reconhecimento da independência, dentre os quais muito embora seja de destaque a ação diplomática empreendida com a Inglaterra, essa não se apresenta como única variável. Mesmo que através do rudimentar fazer da HDB, Oliveira Lima oferece ao leitor atual importantes considerações, principalmente no que se refere à atuação dos diplomatas atuantes no processo, como por exemplo Felisberto Caldeira Brandt e o inglês George Canning.

Mesmo que tenha no foco de sua produção literária acerca do tema o eixo luso-britânico, Oliveira Lima traz em seu texto elementos que enriquecem o entendimento acerca da importância austríaca para o postulado brasileiro que se desenvolvia (LIMA, 1901). A produção literária de até então ainda dava seus primeiros passos no sentido de dar corpo a um entendimento mais consolidado sobre a forma como a qual o Brasil obteve o seu Reconhecimento, prevalecendo até então interpretações baseadas na História do Brasil como as de Varnhagen. Por razão do método é que se compreende a presença de novos elementos na análise de Oliveira Lima, como a presença política da Áustria (e também da Santa Aliança) que conforme se distanciou da causa recolonizadora, tornou menor o apoio internacional à

Portugal (LIMA, 1901, p. 283-299). Nesse sentido, importante foi a busca por apoio na missão diplomática capitaneada por Telles da Silva em Viena, na qual se obteve o apoio do Imperador Francisco I e do Príncipe de Metternich, uma das principais vozes do Tradicionalismo da época e que só reconheceria o Império em 1825.

Por sua vez, Hildebrando Accioly (1936) tem como foco o processo de negociação entre o Império e os Estados Unidos, por meio do qual traz à tona elementos que permitem ser observadas forças que operaram em uma direção diferente da tradicional via inglesa. Mesmo que ainda, a época, fosse bastante relevante a diferença nas capacidades de poder entre norte-americanos e ingleses, no âmbito ideacional percebe-se o recurso buscado pelo Rio de Janeiro em Washington como dotado de relativa coerência. O americanismo monroísta, ainda que ainda fosse uma diretriz de política externa infante e que posteriormente fosse mais bem lapidada, tinha expressiva importância estratégica para o pleito do Império. Embora formando um país à luz de tradições e instituições monárquicas é perceptível o interesse vislumbrado, principalmente no pensamento de José Bonifácio, a importância que uma aproximação com os países do eixo americano teria para dotar de mais recursos a obtenção do reconhecimento da independência. As instituições liberais sobre as quais este estadista brasileiro faz referência, como a existência de uma Constituição (ainda que essa estivesse em formação) e de um equilíbrio de poderes sustentado em grande parte em um Parlamento, eram recursos de forte relevância dentro da retórica diplomática que esse construía.

Lado a lado com a arquitetura traçada pelo então presidente norte-americano James Monroe encontrava-se o pensamento político desenvolvido pelo mais célebre patriarca das independências sul-americanas, Simón Bolívar. Mesmo que em essência ambas essas vertentes do americanismo tivessem bastante proximidade no que concerne a negação da ingerência estrangeira nos negócios das Américas, são importantes de serem salientadas suas diferenças, muito em virtude do que representam para serem entendidos os recursos plurais disponíveis ao Império nesse momento. Ao passo que o monroísmo tinha como pilar conceitual um distanciamento da política tradicional europeia, considerada por ele iminentemente conflitiva, o bolivarismo pregava mais diretamente uma apreciação acerca da descolonização e das independências (CERVO; BUENO, 2015, p. 47). Entende-se essa dissociação compreensiva como diretamente ligada aos próprios interesses individuais norte-americanos dos sul-americanos, tendo em vista o já consolidado movimento independentista de Washington em comparação ao quadro ainda em formação de seus vizinhos do Sul. Esses, na visão do próprio Bolívar, tinham que fazer uso não somente da própria solidariedade de vizinhos, mas como também deveriam construir instituições no nível continental a fim de

concertar suas posições e fortalecer as intenções coletivas contrárias aos discursos recolonizadores proferidos pela Espanha (ALEIXO, 2000).

O trabalho de Pandiá Calógeras intitulado *A Política Exterior do Império* (1998) pode ser considerado uma das mais importantes produções intelectuais para o tema presentemente estudado. Mesmo que tenha por objetivo elaborar um trabalho amplo acerca do período, o qual decorreu na publicação de três tomos (*As Origens; O Primeiro Reinado; Da Regência à Queda de Rosas*), o autor expõe diversos elementos significativos para compreender o processo de Reconhecimento como um todo. No primeiro, parte Calógeras do período colonial e com isso permite a compreensão das dimensões históricas da política externa portuguesa que seriam posteriormente herdadas pelo Império independente, com grande importância para a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Verifica-se também a construção histórica dos elementos geradores de conflito na região do Rio da Prata, decorrentes das disputas entre Portugal e Espanha, além da já percebida presença da Inglaterra.

No tomo seguinte, ao abarcar inteiramente o Primeiro Reinado, Calógeras dispõe informações bastante substantivas sobre como foi conduzido o processo de obtenção do reconhecimento da independência brasileira. Portugal, Inglaterra, Áustria, França, Estados Unidos e Países Platinos destacam-se dentre os relacionamentos bilaterais perscrutados por Calógeras, sendo estes os norteadores para os apontamentos da historiografia brasileira acerca desde período histórico. Conquanto não seja presente tanto essa pergunta ou qualquer reflexão nesse gênero feita pelo autor, por meio do seu trabalho podem ser feitas considerações mais complexas acerca da interação entre cada um dos casos por ele trazidos acerca do Reconhecimento. A própria disposição dos capítulos já é reveladora de um processo que a despeito de ter Inglaterra e Portugal como agentes centrais, não deixa de compreender a importância que outros países tiveram ao longo do processo de reconhecimento, sendo das contribuições mais importantes da obra de Calógeras para esta tese.

Para as Relações Internacionais no Brasil, Carlos Delgado de Carvalho e José Honório Rodrigues podem ser considerados dois dos pensadores mais influentes na formação das concepções brasileiras sobre a inserção internacional do país. Mesmo que produzidas individualmente, percebem-se algumas importantes semelhanças no modo como o qual buscaram organizar os saberes acerca da HDB em virtude do momento histórico de escrita. A existência do Instituto Rio Branco, onde ambos foram professores, assim como de uma embrionária academia de Relações Internacionais, trouxe a necessidade de elaboração de textos com intuítos mais didáticos. Nesse diapasão, foram produzidos esforços compreensivos

gerais, nos quais optou-se por uma grande amplitude temporal que se propunha abarcar desde o período da independência até a Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito as fontes utilizadas, também se percebe em ambos os autores caminhos semelhantes, ao fazerem uso sobremaneira de fontes secundárias para elaborar seus entendimentos sobre a história da diplomacia brasileira. Quando verificadas as partes e capítulos correspondentes ao processo de reconhecimento da independência, verifica-se a utilização como principal referência as supramencionadas obras de Calógeras, Oliveira Lima e Accioly. Embora a ótica que permaneceu ainda tenha sido a de perceber o Reconhecimento como um envolvimento do Brasil com vários Estados, este tema acaba por se embrenhar em meio ao todo dos manuais de Rodrigues (1995) e de Carvalho (1998). No que diz respeito ao relacionamento com o hemisfério americano não foram produzidos avanços significativos acerca do reconhecimento da independência do Brasil, muito por efeito dos objetivos de seus trabalhos e também da ausência de revisão documental, nesse ponto especificamente.

A figura de Amado Luiz Cervo é certamente significativa no compreender contemporâneo das relações internacionais do Brasil, por representar um ponto de inflexão na forma de estudar essa disciplina em sua forma histórica. A incorporação no seu trabalho das premissas avaliativas da Escola Francesa de História das Relações Internacionais, notadamente de Pièrre Renouvin e de Jean-Baptiste Duroselle, trouxe uma renovação ao saber da política exterior do Brasil. Esse movimento inovou ao construir um esforço compreensivo a partir de bases mais sofisticadas, não mais narrando somente a partir do elogio nacional e das fontes oficiais, mas sim por meio de leituras mais plurais. A busca de Cervo acabaria por se concentrar na concepção das forças motrizes presentes na História das Relações Internacionais do Brasil, como os grupos de interesse e as ideias-força que capitanearam a estratégias de política exterior do país.

Na arquitetura da obra de Amado Cervo pode-se perceber dois principais momentos para a formação das concepções contemporâneas da área, as quais repercutiram diretamente no modo como o Reconhecimento da Independência é compreendido na atualidade. A publicação, em 1981, de *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)* trouxe à tona uma série de documentações até então postas de lado nos esforços compreensivos sobre a política externa brasileira. Pelo percurso analítico, identifica Cervo uma série de agendas e de concepções ainda não sistematizadas e que proporcionaram um entendimento mais apurado acerca dos debates e tendências políticas em temas como a política comercial, o tráfico de escravos e as disputas de poder no Prata e no Amazonas. Especificamente sobre o tema do Reconhecimento, apesar de não tecer considerações específicas sobre o processo em si,

elabora importantes reflexões sobre o que ele entende ser o seu principal subproduto a formação de “... uma série de tratados, cujo objetivo primeiro fora iminentemente político: o reconhecimento da nacionalidade” (CERVO, 1981, p. 20).

As considerações do referido autor embasam-se conceitualmente no que foi elaborado por Alan K. Manchester, ainda no início do século XX, em *A Preeminência Inglesa no Brasil* (MANCHESTER, 1973) - obra pioneira na consolidação do conhecimento acerca das relações entre Inglaterra e Brasil. Parte o autor de uma análise histórica da formação da necessidade portuguesa em sua aliança com os britânicos a fim de compreender tanto os porquês do continuísmo existente no Brasil pós-independente quanto suas assimetrias. Posto que “a aliança mais antiga” tenha em seu âmago um exercício reflexivo efetuado pela política externa portuguesa acerca de suas limitações de poder no espaço europeu, Manchester coloca criticamente acerca da inexistência dessa mesma condição de vulnerabilidade por parte do Império. Entende ele que os vínculos que os políticos do Paço das Necessidades atribuíam à sobrevivência do estado português independente, reforçados pela própria União Ibérica e posterior Restauração Bragança, embora procedentes, foram erroneamente absorvidos pelo pensamento diplomático brasileiro.

A premissa de que uma estratégia errada foi posta em prática pelos líderes políticos que estiveram a frente do processo de reconhecimento da independência norteia a crítica de Amado Cervo sobre a política exterior do Primeiro Reinado. Esta avaliação do autor parte de uma análise quase que exaustiva sobre o eixo Rio de Janeiro-Londres, na qual constrói Cervo uma das interpretações mais significativas sobre esse momento da história das relações internacionais do Brasil. Ao partir de uma compreensão previamente elaborada sobre o que seria o interesse nacional brasileiro, afirma de que esse fora violado pelos estadistas do Império, quando do franqueamento aos Tratados Desiguais que inseriram o Brasil independente sob condição de dependência no capitalismo mundial (CERVO, 1981. CERVO; BUENO, 2015). Por consequência, percebe que o Reconhecimento brasileiro foi hipotecado para o capitalismo inglês às custas de anos de dependência econômica e engessamento político que o “sistema de tratados” trouxe consigo, mesmo que o Parlamento formulado algumas reações.

As considerações de Cervo ganham ainda maior robustez no seu trabalho publicado em parceria com Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil* (CERVO; BUENO, 2015), o qual pode ser considerado o livro mais influente já publicado nesta área até os dias de hoje. Tendo sido produzido por Cervo a parte que concerne ao período do Brasil sob o Império, muitas das narrativas ali presentes bebem das águas das pesquisas que originaram O

Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (CERVO, 1981). Nesse movimento, percebe-se um fortalecimento da crítica do autor acerca do processo de Reconhecimento, por este ter sido perseguido a qualquer custo em um ambiente internacional que tinha condições favoráveis ao pleito brasileiro. Conforme observa, havia interesse não somente da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos e da América Hispânica na independência do Brasil, sendo que as coligações estrangeiras para a reconquista do território brasileiro “jamais ultrapassaram da fase das negociações” (CERVO e BUENO, 2015, p. 27).

A análise de Amado Cervo (2015), nesse sentido, promove um encontro bastante razoável no que diz respeito a relações entre as diversas ideias-força percebidas como presentes naquele momento histórico. Conquanto o conservadorismo da Santa Aliança tenha sido apresentado, em um primeiro momento, como um possível impedimento aos interesses independentistas, a expressiva falta de condições materiais por parte das ex-metrópoles em empreender guerras de reconquista, ou mesmo políticas obstrucionistas, fizeram com que esse pilar pouco durasse em pé. Por outro lado, ainda sob os auspícios deste autor, percebe-se uma importante variável que se apresentava disponível ao pleito independentista brasileiro: o pensamento americanista, fruto dos embates contra a recolonização europeia. Conforme explica, “o americanismo é concebido como vertente de movimentos diversos que agitaram a vida política e em menor escala as relações interamericanas à época da Independência” (CERVO e BUENO, 2015, p. 46).

Por fim, constrói-se o problema de pesquisa presentemente explorado a partir da observação dos caminhos percorridos e das indicações que a literatura proporciona acerca das fronteiras de estudo a serem exploradas. Como se pode perceber, quando da produção das referidas obras de História Diplomática do Brasil uma diversidade de casos foram explorados pelos respectivos historiadores em seus esforços de sistematização histórica. Pela evolução do campo das Relações Internacionais no Brasil verificou-se a construção de importantes manuais, primeiramente por Carlos Delgado de Carvalho e posteriormente por José Honório Rodrigues, ambos seguindo os ditames pesquisados por seus predecessores. A introdução de novas formas e metodologias de pesquisa, ao passo que produziu importantes esforços compreensivos de longo alcance acerca da História da Política Exterior do Brasil, deixou como legado a necessidade de produção de estudos específicos acerca de diversos temas.

2 - Problema de Pesquisa, Hipótese e Objetivos.

Por meio da revisão bibliográfica foi possível dimensionar parcialmente os limites e as possibilidades de ação para a política exterior do Brasil no momento da independência do país em relação à Portugal, conforme expuseram os supracitados autores. Verificou-se, nesse diapasão, a existência de diferentes projetos fruto do ambiente político interno e internacional da década de 1820, que por um lado potencializavam, mas que por outro tolhiam as forças independentistas. Por já ser entendido, em virtude do distanciamento histórico entre analista e objeto, da vitória do projeto luso-britânico nas negociações para o Reconhecimento, propõe-se investigar os rumos da oposição apontada como alternativa possível naquele momento. Questiona-se, desse modo, como foi conduzido o processo de obtenção do reconhecimento da independência do Brasil no Hemisfério Americano, uma vez sendo este entendido como rival daquele em termos de projeto de inserção internacional.

A hipótese que norteia a presente tese é de que o Americanismo foi uma força permissiva que atuou no processo de obtenção do reconhecimento da independência pela política externa do Brasil com os países do Hemisfério Americano. Nesse sentido, resgata-se figura de José Bonifácio de Andrada e Silva como importante ator no amarrar da pesquisa, por ser ele disposto no “estado da arte” da literatura como um entusiasta e conceptor de uma versão brasileira (CERVO; BUENO, 2015, p. 9). O primeiro chanceler da história do Brasil é apontado como pioneiro na formação de uma política externa independente, dono de uma visão diversa da que se sucedeu com a mediação inglesa, além de incentivador de uma aproximação cooperativa com Buenos Aires (ANJOS, 2013). Surge assim o objetivo específico de investigar o papel de José Bonifácio na política externa para o reconhecimento da independência no hemisfério americano.

O segundo e terceiro objetivos específicos decorrem das ações empreendidas no âmbito da diplomacia, entre os anos de 1822 e 1824, para os Estados do Prata e os Estados Unidos. No âmbito das disputas entre D. Pedro e as Cortes Gerais decidiu-se enviar representantes entendidos como “brasileiros” para defender os interesses do país junto a essas duas importantes praças, como forma de também enfraquecer a influência portuguesa nelas. A partir disso se buscará compreender os ideais políticos que movimentaram a Missão Corrêa da Camara aos Estados do Prata. De modo paralelo, serão analisadas as missões diplomáticas enviadas aos Estados Unidos da América. Tendo ambas ações iniciadas ao longo da gestão de José Bonifácio nos Negócios Estrangeiros, essas ações ora dispostas pretendem-se

complementares para o todo da tese, que tem por objetivo geral analisar a formação do discurso de política externa americanista e sua influência na estratégia posta em prática na política do reconhecimento da independência do Brasil.

Outros dois objetivos específicos emanam de modo a complementar o exercício reflexivo que é proposto para a presente tese, tendo em vista a essência revisora que movimenta a pesquisa executada. Em decorrência de uma literatura que buscou construir a imagem de um Brasil pacífico ao longo da história, percebe-se o baixo grau de importância dada às Guerras de Independência, sobre as quais se buscará dimensionar os seus impactos na política externa para o Reconhecimento. Por último, será buscado compreender a influência das disputas de poder entre os grupos políticos internos ao longo da vigência dos mandatos das referidas missões. Por meio desses passos, pretende-se verificar se a hipótese de pesquisa de fato responde a inquietação da pergunta formulada com o propósito de repensar a forma como se compreende as relações entre o Brasil e os países das Américas em seu despertar como Estado independente.

3 - Método, Técnicas de Pesquisa e Considerações Teórico-Conceituais

A presente Tese relaciona-se com o objeto analisado por meio das lentes da História das Relações Internacionais, que pela pluralidade de conteúdos contemplados em seu escopo dá margem ao surgimento de várias formas de vê-lo observado. Dessa forma, surge a necessidade de em um primeiro momento ser explicado o contexto internacional no qual os casos estudados estão inseridos, de modo a elucidar as variáveis de cunho sistêmico e verificar como essas interagem umas com as outras. Faz-se tal etapa de pesquisa por meio de fontes secundárias, detectando os componentes que podem ser apontados como formadores das ideias-força que influenciam o pensamento dos tomadores de decisão do Brasil e de seus pares no dado momento histórico. Tem-se, ao final disso, desenhado o macro arranjo que compõe o que Margaret e Harold Sprout (1965) definem por Ambiente Operacional - posteriormente simplificado nas palavras de Robert Jervis (1976, p. 13) como o mundo como ele é aos olhos do analista.

Na continuidade do processo dedutivo, parte-se para definição dos agentes domésticos que operacionalizam e que influenciam a política externa brasileira. Nesse caso, são verificados as instituições políticas e o processo para a tomada de decisão no Brasil em seus assuntos internacionais. Constrói-se o nível de análise da Burocracia na qual os tomadores de

decisão operacionalizam, sendo, portanto, indispensável que em uma etapa paralela seja descrito um outro nível de análise, o dos Determinantes Domésticos (JERVIS, 1976, p. 13-28). A partir desse emaranhado de cenários dispostos torna-se possível a compreensão de quem eram os indivíduos por detrás das ações praticadas, assim como todo o conjunto de experiências e formações pessoais, políticas e intelectuais que englobam o quadro de percepções. Tem-se assim formadas as condições para levar em consideração as percepções que formam o Ambiente Psicológico de cada um dos atores envolvidos no processo decisório de política externa (SPROUT; SPROUT, 1965; JERVIS, 1976).

A originalidade do presente trabalho encontra-se justamente no método por meio do qual se pretende analisar a influência da variável Americanismo no processo de obtenção do reconhecimento internacional da independência do Brasil. As fontes primárias selecionadas para a pesquisa, longe de serem novidades recém-desclassificadas como secretas, ainda não passaram por uma reavaliação sob o olhar contemporâneo da História das Relações Internacionais. O Arquivo Diplomático da Independência, coletânea organizada primeiramente em 1922 e reeditada no ano de 1972, teve somente investigadas as ações diplomáticas direcionadas para as Américas por meio do viés compreensivo da História Diplomática. Apesar de ser levada em consideração a importância desta na formação das bases das RI's no Brasil, verifica-se limitações metodológicas pelo que Breda dos Santos (2005, p. 14) descreve como desqualificação pelo evidente elogio da nacionalidade, assim como o que Keohane, King e Verba (1995, p. 34) designam ser o problema da descrição sem inferência - o que não seria capaz de produzir ciência real.

O objeto Reconhecimento da Independência, variável independente ora analisada, foi operacionalizado por estadistas a partir de seus próprios e complexos jogos de ideias, tornando-o mais ou menos desejado a depender daquele que esteve na condução do processo. O Ambiente Internacional, a Burocracia e os Determinantes Domésticos funcionam como variáveis dependentes que influenciam as concepções estratégicas da ação internacional tomada, que mesmo não sendo alvo central da pesquisa, atuam como componentes indispensáveis do processo de construção da inferência descritiva. Percebendo-se destarte as condições desiguais em que se deram as lutas por independência, importa, portanto, qualificar o entendimento a partir do qual se compreende as diferenças relativas de capacidade entre os atores. Os indivíduos, conforme concebe William Wohlforth, por perceberem o mundo de modo próprio e limitados por condicionantes domésticos, têm suas percepções construídas e influenciadas, de modo que os exercícios de poder são por vezes diferentes dos ideais, então constituindo uma variável interveniente na ação de política externa.

Procura-se pelo novo olhar proposto para analisar a documentação diplomática que sejam definidos os interesses e os valores presentes na ação internacional do Brasil quando das tratativas ao redor do Reconhecimento. Tem-se na interação entre as variáveis de cunho doméstico e as sistêmicas a equação que permite explicar como determinados objetivos são perseguidos, assim como as possíveis consequências decorrentes das ações tomadas. Mais do que somente narrar os fatos ocorridos, frisando os acontecimentos mais significativos, procura-se dar entendimento ao processo de negociação como um todo, de modo a serem detectadas as zonas de tensão e as de tranquilidade. Define-se, dedutivamente, as agendas operadas pelos indivíduos que fizeram parte do processo político, alocando-as no todo das missões diplomáticas criadas com o objetivo primordial de reconhecer o Brasil independente do Reino Unido.

Dentre os diversos conceitos que permitem compreender a inserção internacional do Brasil, tem-se no Americanismo uma ferramenta importante por meio da qual se pode verificar as ações empreendidas pelo Brasil na ocasião da independência. Levanta-se aprioristicamente essa variável em face do processo anterior de revisão bibliográfica, o qual permitiu identificar sinais da atuação dessa força na operacionalização do Reconhecimento. Tendo como função primária indicar a orientação primordial da inserção internacional do país, foi muitas vezes utilizado como forma de explicar as relações do Brasil com os Estados Unidos, em função do peso que esse Estado exerce no cenário hemisférico (VERANO, 2012). Esse último uso, embora consagrado, é entendido como míope, em decorrência das diversas concepções que estiveram por detrás da elaboração de estratégias de política externa de cunho americanista observadas na história, sendo em sua maioria indicadas para o continente como um todo.

O que Letícia Pinheiro define por ser “... o paradigma que concebia os Estados Unidos como o eixo da política externa, donde uma maior aproximação com Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim a capacidade de negociação...” (PINHEIRO, 2000, p. 308), conquanto tenha serventia para compreender ações contemporâneas, não deve ser generalizado para a HPEB como um todo. As considerações de Hélio Jaguaribe, também bastante influentes no meio acadêmico brasileiro, partem de uma visão convergente ao quadro sistêmico analisado quando da formulação conceitual, o que levou o autor a também dispor os Estados Unidos como objeto atrativo. Mesmo levado isso em consideração, aproveita-se a separação entre os argumentos ideológico, pragmático e realista, pelas possibilidades de aproveitamento para entender o fenômeno histórico da década de 1820 (JAGUARIBE, 2013, p. 299-310). Embora os olhares supracitados tenham enfoque no período do Brasil

Republicano, quando já era constatável a consolidação dos Estados Unidos como grande potência ocidental, aproveita-se para o presente exercício o modo como o qual se produziu esse conceito.

O pensamento de Amado Cervo é sem dúvidas significativo para o esforço compreensivo proposto, em virtude de suas considerações pioneiras acerca das relações entre o supracitado paradigma e a política externa do Império. Nas palavras deste autor, “o americanismo é concebido como vertente de movimentos diversos que agitaram a vida política e em menor escala as relações interamericanas à época da Independência” (CERVO; BUENO, 2015, p. 46). Vê Cervo a existência de duas principais correntes na década de 1820, uma conduzida pelas concepções do presidente norte-americano James Monroe (o Monroísmo) e outra por Simón Bolívar (o Bolivarismo), esta última decorrendo no que ficou conhecido como Pan-Americanismo. Haveria, na visão do autor, uma terceira vertente que seria própria da experiência internacional brasileira e que teve na figura de José Bonifácio seu defensor, pelo sentimento de unidade no continente entre Estados possuidores de estruturas liberais, o qual foi utilizado pelo ministro Andrada como forma de defender a independência (CERVO e BUENO, 2015, p. 46).

O processo de revisão da literatura indica a existência de entendimento difuso sobre o verdadeiro significado do conceito de Americanismo, o que provoca em ampla maneira uma discussão inconsistente sobre seus efeitos. O condicionamento do espaço geográfico do continente americano é, de maneira resumida, a variável inexoravelmente presente no processo de inserção internacional do Brasil que torna a interação com o Americanismo uma constante. O fluxo da história e os avanços no âmbito das concepções políticas trazem, com variedade, sub-qualificações para este conceito que são fruto da força que tem o meio ideacional na aplicação prática de políticas, tornando-o por vezes mais sofisticado. Conclui-se com a defesa de ser o Americanismo, a despeito de qualquer outra subclassificação que venha a receber, uma força indicativa de um eixo relacional específico com o qual o país interage (ou não) por efeito dos componentes mecânicos das Relações Internacionais em seus diversos níveis.

4 - Sobre os Documentos e as Fontes Utilizadas

A presente seção tem por objetivo tecer explicações acerca das fontes utilizadas ao longo da pesquisa, desde o processo revisão da literatura até a seleção e manipulação das

documentações, tendo em vista a importância deste procedimento para com a devida adequação ao rigor científico. Em decorrência da parca quantidade de produções literárias contemporâneas que abarquem o processo de reconhecimento da independência, teve-se que embasar fortemente as pesquisas nos trabalhos da História Diplomática do Brasil. No observar dos textos de Pandiá Calógeras (1998), de Oliveira Lima (1901) e de Hildebrando Accioly (1936), que têm em meio aos escritos excertos de correspondências diplomáticas, pode-se indicá-los como as principais fontes secundárias, contudo com uma importante consideração a ser feita. Muito embora a rigor devam ser classificadas de tal forma, faz-se necessário levar em consideração o caráter iminentemente descritivo de seu trabalho, assim como o pouco distanciamento entre analista e objeto de estudo que alguns desses indivíduos tiveram.

Em decorrência desses indicativos, usou-se como fonte primária o Arquivo Diplomático da Independência, publicação de 1922 (em 1972 fac-similada) e que compreende as principais documentações da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, dos diplomatas brasileiros acreditados no exterior e de representantes estrangeiros no Rio de Janeiro. Tendo em vista o enfoque temático da Independência, dispõe do período de vigência das missões diplomáticas do Brasil cujo objeto central a ser perseguido foi o de obter o Reconhecimento no exterior. A complexidade dessa agenda trouxe consigo também a presença de documentos que contém a participação de colaboradores externos que contribuíram para o decorrer da missão por sua influência e conhecimento na praça onde essas foram acreditadas. Desse modo, têm-se disponibilizado nestas fontes os relatos das experiências políticas entre indivíduos incumbidos cada um com a sua parte no processo de obtenção da independência no exterior, em uma grande diversidade de países.

No tocante a estes últimos, a divisão dos documentos foi feita de modo que determinados nichos de atuação foram concentrados, o qual não tem explicação oficial, mas que se buscou inferir para buscar compreender. Dentre os seis volumes que o Arquivo foi dividido, estão contidos nos dois primeiros os dados acerca dos contatos diplomáticos com a Grã-Bretanha, divididos em três diferentes partes. Estas, que também serão percebidas nos demais volumes da obra documental, separam as correspondências expedidas no estrangeiro das enviadas no Brasil, sendo que em alguns casos há a presença das trocadas entre os respectivos representantes no Rio de Janeiro e o governo brasileiro. Nomes como o do Marechal Felisberto Caldeira Brant, de Hipólito José da Costa e de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa destacam-se dentre os que atuaram entre 1822 e 1826.

Já o terceiro volume do Arquivo compreende as negociações empreendidas com a França, Áustria e Santa Sé, cada uma com seu respectivo encarregado de negócios municiado

de instruções específicas para atuar na praça onde foram delegados. Atuou também Gameiro Pessoa e posteriormente Domingos Borges de Barros (Visconde da Pedra Branca) na representação em França entre os anos de 1822 e 1826, não havendo documentos relativos à representação francesa na corte de São Cristóvão. No tocante a Espanha e a Santa Sé, compreendem dos mais curtos conjuntos de correspondência, sendo a primeira conduzida pelo ilustre Duarte da Ponte Ribeiro entre os anos de 1826 e 1826, as quais incluem documentos relativos à representação espanhola no Rio. Já o segundo caso compreende as ações do Monsenhor da Capela Imperial, Francisco Corrêa Vidigal, acompanhado por Antônio da Costa em sua empreitada junto à suma autoridade católica, entre 1824 e 1826, não havendo no Brasil representação registrada.

O quarto volume, de tamanho parecido com o anterior, congrega as trocas de correspondência com o Império Austríaco e o que se refere o Arquivo por serem os Estados da Alemanha. O primeiro caso, que se inicia ainda em 1822, tem como nomeado em Viena Antônio Telles da Silva, constando correspondências até o ano de 1828 e havendo devida representação no Rio de Janeiro. Já o segundo, conduzido por Jorge Antônio Schaeffer teve um espaço de atuação geográfica um tanto mais difuso, em virtude do desmantelamento do Sacro-Império Romano Germânico por Napoleão Bonaparte. Teve-se assim um mandato que incluía a faculdade de atuar junto aos gabinetes austríaco, prussiano e bávaro, sobre o qual tem-se no arquivo estudado correspondência que vão desde 1822 até 1827, dentre as quais se inclui as das representações no Brasil.

O quinto volume é a peça documental mais importante para a presente tese, por estarem nele contidas as correspondências trocadas com as Repúblicas do Prata e com os Estados Unidos da América, ambos com suas devidas representações no Brasil. A que diz respeito aos vizinhos sul-americanos teve início em 1822 e finda em 1829, e teve sua ampla duração em decorrência do extenso mandato para o qual foi enviado Antonio Manuel Corrêa da Camara. De modo similar ao referido caso alemão, tem-se aqui uma dispersão territorial que decorria na existência de uma série repúblicas autônomas com as quais o Brasil manteve relações nesse dado momento. Já com respeito aos Estados Unidos, duas missões foram ensejadas, uma em 1822 e outra em 1823, contudo somente em 1824 que José Silvestre Rebello obteve êxito em firmar devido contato em Washington, havendo correspondências no Arquivo até 1827.

O sexto e último volume tem as documentações das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, dos anos de 1823 a 1827, compreendendo as duas principais missões enviadas ao Rio de Janeiro para intermediar as querelas decorrentes do processo de independência.

Primeiramente tem-se a Missão de Luiz Paulino e Rio-Maior, que durou apenas o ano de 1823 por ter sido enviada pelas Cortes Gerais com a finalidade de defender seus pleitos recolonizadores sobre o Brasil. A segunda, capitaneada por Charles Stuart, é das peças da diplomacia brasileira mais trabalhadas, tendo durado de 1825 a 1827, com o desfecho consagrado pela historiografia. Acerca dessa vertente relacional, não constam no Arquivo Diplomático da Independência o envio de missões a Lisboa, encerrando-se nesse ponto toda a coletânea de documentações.

Finaliza-se no tocante às fontes documentais trabalhadas com a devida evidência às notas introdutórias produzidas quando de editado esse Arquivo por ocasião das comemorações do centenário da independência. Organizada a coleção por Mario de Barros e Vasconcellos, Zacarias de Góes Carvalho, Oswaldo Correia, Hildebrando Accioly e Heitor Lyra, ganhou pelas mãos desses indivíduos o que eles chamaram à época de “Notícias Históricas”. Breves, porém importantes biografias de cada um dos principais encarregados das Missões Diplomáticas foram produzidas, o que colaborou sobremaneira para a elaboração da tese, por muito desses não terem biografias oficiais ou mesmo fontes confiáveis de consulta acerca de suas características pessoais. Tem-se também aí relatos e visões que acabaram por influenciar gerações de pensadores, que no presente trabalho se buscará revisitar em busca de explorar novos significados nesses documentos ímpares na história do país.

5 - Da Organização do Trabalho e Conteúdo dos Capítulos

A presente tese está organizada em sete partes principais, cada uma com suas devidas subdivisões, criadas para atender os princípios de comunicação necessários para o entendimento da lógica explicativa proposta das informações obtidas ao longo da pesquisa. Iniciou-se com esta Introdução, na qual se buscou elencar os principais componentes de ordem metodológica, como o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos, a revisão bibliográfica, além do método de análise empregado e os conceitos por detrás da concepção do trabalho. Buscou-se neste momento orientar o leitor de modo a tornar claro os componentes utilizados no desenvolvimento da pesquisa e que dão sentido às inferências elaboradas a partir dos elementos destacados.

O segundo capítulo, intitulado “As Dimensões Exteriores: Precondições do Mundo de Ocidental na Formação do Império”, tem como objetivo central promover uma exposição acerca dos principais elementos que nortearam as relações internacionais ao longo do marco

temporal proposto. Busca-se nessa parte do texto refletir acerca das tendências político-ideológicas que permearam o mundo na década de 1820, marcada na história da humanidade pelos movimentos que reclamavam transformação de ordem político-social. Em seguida, como componente direto dessa onda revolucionária, tem-se a Revolução Liberal do Porto de 1820 como objeto de análise, denotada como força de ignição das lutas por independência no Brasil, alocada como terceira parte do capítulo. Conclui-se com a elaboração que se percebeu existente a partir das múltiplas empreitadas em busca do Reconhecimento que se viram seguir desde que deflagrados os conflitos entre o Brasil e Portugal.

Já no terceiro capítulo foram trazidas as questões de ordem interna do Brasil, contudo evidenciados os aspectos intimamente ligados ao cenário internacional disposto no capítulo anterior, proporcionando uma leitura das forças que operavam no país à época. Verifica-se como foi o processo de construção de um Estado a partir das ideias que se contrapunham no período, assim como as lideranças que conduziram o processo de formação de um Império nas Américas. Conforme indica seu título “Dimensões Internas da Formação de um Império nas Américas”, busca-se compreender as estruturas de governo que estiveram por detrás da condução política quando das negociações para a obtenção do reconhecimento da independência brasileira. Indicam-se ainda as variáveis de ordem burocrática e individual, elencando as instituições político-administrativas, assim como os principais os principais atores da política externa da nascente Império do Brasil.

O quarto capítulo exerce uma função mais objetiva, ao explorar a política exterior do Primeiro Reinado à luz das perspectivas historiográficas da contemporaneidade, observando as principais imagens percebidas sobre esse momento histórico. Esse processo faz-se presente em virtude da necessidade objetiva desta tese de reexplorar a questão do reconhecimento internacional da independência como forma de ressignificar as raízes da inserção internacional brasileira. Imputam-se as principais agendas da política externa de D. Pedro I como forma de contribuir na criação de um espaço amostral mais amplo, uma vez não sendo o Reconhecimento o único tema que o nascente Império do Brasil teve que lidar em suas relações internacionais. A partir desse leque de investigações, tem-se finalizadas as construções dos alicerces que permitirão exercícios empíricos mais complexos, através de novas lentes de observação.

O quinto capítulo é a chave para toda a organização conceitual da presente tese, ao estarem contidos nele as categorias analíticas através das quais se observa a inserção internacional do Império ao longo do Primeiro Reinado. A disposição desta parte entre as análises do quadro geral e dos eventos investigados deu-se pela forma como se elaborou os

conceitos-base desta a tese, cuja função se encontra assentada no propósito de proporcionar uma nova visão sobre o Reconhecimento. A organização em três diferentes seções permite compreender a essência plural dos componentes verificados na ação exterior do Brasil, descritos como “Eixos Formadores da Inserção Internacional do Império em Construção” para fins de entendimento de sua função. Divididos em Tradições, Contradições e Renovações, nesse capítulo serão perseguidos os componentes de matriz ideacional que materializaram em ações internacionais concretas do país ao redor do período da independência.

Na sexta parte inicia-se a análise documental do Arquivo Diplomático da Independência, com o objetivo de investigar o processo de reconhecimento da independência do Império junto aos países do Prata. A partir do estímulos anteriormente formados, procura-se aqui construir uma nova narrativa sobre como a diplomacia foi operada para alcançar tais fins políticos, os quais tinham origens históricas divergentes e que tinham potencial de se manterem do mesmo jeito. Tendo em essa premissa, parte-se para uma investigação sobre as convergências que se mostraram possíveis para dar seguimento à empreitada brasileira, a qual tinha em sua alma o monarquismo como concepção política. A Missão Corrêa da Camara acaba por ser o principal produto que a pesquisa faz uso para apresentar os elementos que estiveram ao redor do reconhecimento da independência com no Prata.

A sétima parte corresponde a outra parte do Arquivo Diplomático da Independência que abrange os esforços diplomáticos brasileiros com os Estados Unidos, o segundo e último país das Américas para onde o Brasil enviou missões para o Reconhecimento. Sendo um dos expoentes do processo de independência no continente americano, os EUA representam não somente uma base política, como também uma base conceitual através do que veio a se tornar a Doutrina Monroe (1823). A investigação feita tem dois principais pilares de análise, sendo o primeiro condizente com as necessidades imediatas da defesa contra a ingerência interventiva europeia, e a segunda ao redor das agendas ao redor das ideias de integração hemisférica. Mesmo com outras duas antecessoras, a Missão Sylvestre Rebello em Washington é de modo análogo ao do seu par, investigada como forma de prover as respostas que este estudo almeja alcançar.

I – As Dimensões Exteriores: Precondições do Mundo de Ocidental na Formação do Império

O presente capítulo tem como objetivo central observar o contexto internacional em que se deu o processo de independência do Brasil, abrangendo as pré-condições históricas que influenciaram as empreitadas no plano externo em busca do Reconhecimento. Parte-se de uma observação acerca da importância do pensamento de base Iluminista nos processos revolucionários que desencadearam na transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, como forma de compreender as transformações pelas quais passou o Brasil desde então. Segue-se a análise com um esforço analítico sobre o significado da Revolução do Porto para as forças político-sociais instaladas no Brasil, como forma de dar entendimento global ao conflito que se instalou naquele momento. Fruto da síntese dessas forças, busca-se no resgate das Guerras de Independência uma forma de refletir novamente sobre a real dimensão do Reconhecimento, em virtude de sua importância no jogo político-diplomático que se travava por forças antagônicas que digladiavam em nome de interesses heterogêneos.

1 - Ordenamentos e Condicionantes do Mundo Ocidental em Transformação

A declaração de independência do Brasil em relação ao Reino Unido que formava com Portugal e Algarves, mais do que um ato isolado de um grupo político que tinha por objetivo maximizar seus interesses sobre um território, foi parte de um complexo processo histórico que demanda preciso dimensionamento. A condição colonial brasileira, imposta pelo domínio metropolitano português, provocou ao longo dos mais de três séculos de existência um quadro progressivamente intenso de conflito entre ambas as partes, originado na inerente desigualdade da relação. O fenômeno do Iluminismo, percebido em movimentos políticos como a Conjuração Mineira (1789) e Baiana (1798), provocou ainda mais críticas ao ordenamento da metrópole Absolutista, que também neste mesmo momento histórico era desestabilizada na Europa por força dos impactos decorrentes da Revolução Francesa. No início do século XIX, tanto o Velho como o Novo Mundo passavam por complexos processos políticos, provocados pelo choque entre as partes conservadoras e renovadoras, no espírito do que o historiador Eric Hobsbawm (1996) descreve como sendo uma “Era das Revoluções”.

A ascensão de Napoleão Bonaparte na França após o golpe do 18 de Brumário fez acirrar ainda o conflito no âmbito europeu com as monarquias tradicionais, culminando no início das Guerras Napoleônicas em 1803. Atacado pela aliança entre Áustria, Rússia e Inglaterra, Bonaparte conseguiu obter sucessivas vitórias por terra contra as duas potências continentais, em um movimento que tirou diversos monarcas de seus tronos, substituindo-os por familiares de Napoleão. A partir de então, a preeminência francesa no hemisfério europeu era somente desafiada pela potência britânica, que fazia uso da histórica superioridade de seu poderio naval para equilibrar o tenso sistema de balança de poder. Com decreto do Bloqueio Continental em 1806, buscava Bonaparte vencer os ingleses a partir do isolamento, tendo, contudo, o obstáculo da aliança que os britânicos tinham com Portugal, então ainda ausente dos ocorridos embates armados.

O governo lusitano, naquele momento exercido pelo Príncipe Regente D. João de Bragança, via-se intensamente pressionado, de um lado ao ser instado a aderir ao Bloqueio e do outro de se manter atrelado aos termos da “mais antiga aliança do mundo”. Em função do desenvolvimento das movimentações diplomáticas entre portugueses, ingleses e franceses, decidiu D. João de transferir toda sua Corte de Lisboa para o Brasil, tendo sido a cidade do Rio de Janeiro escolhida para abrigar toda a nobreza e o aparato de Estado lusitano (PANTALEÃO, 1965, p. 65-69). Com o apoio militar inglês, condicionado a permissão de comercializar nos mercados brasileiros, teve início ao processo denominado de Transmigração Bragança, em cujo cerne se viram surgir diversas reformas na arcaica estrutura colonial, com fins de adequá-la as condições consideradas mínimas para uma Corte. Ainda em uma escala na cidade de Salvador, emitiu o Príncipe Regente o ato da Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), em consonância com o que defendera o futuro Visconde do Cairu quando do seu encontro com o monarca português, dando os primeiros passos na descolonização do Brasil (RICUPERO, 2007, p. 23-32)

Ao se observar o raciocínio do historiador inglês Alan K. Manchester (1973), em *A Preeminência Inglesa no Brasil*, podem ser percebidas as origens, razões e impactos da estreita relação que tinham Portugal tinham, cujo evento de maior magnitude se percebeu em 1808. Por efeito de processos históricos que remontam a assinatura do Tratado de Aliança de 1373, Portugal passou a condicionar sua sobrevivência como Estado soberano e independente nos vínculos que desenvolvia com a Inglaterra. Após a Restauração Lusitana de 1640, ainda mais complexos tornaram-se os laços entre ambas as nações europeias, não somente em componentes do prisma do interesse e da segurança mútua no sistema de poder europeu, mas também embasadas em estruturas econômicas originadas. A fragilidade militar portuguesa

frente às vislumbradas ameaças de reanexação por parte da Espanha era compensada por meio de tratados com a Inglaterra, que considerava a independência portuguesa importante para o seu comércio mediterrâneo e para sua histórica rivalidade com a França.

Sob as bases dessas referidas tradições, logrou êxito o governo de D. João em se manter de pé frente ao ataque das tropas comandadas pelo General Junot, tendo utilizado como moeda de troca com os ingleses a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1810, concedendo significativas vantagens tarifárias à Inglaterra. Este ato, até então pensado somente como uma condição necessária à sua sobrevivência, produziria significados importantes para os primeiros passos da política externa do país que viria a se tornar independente. A luz da gama de conceitos em que se baseia a presente tese, verifica-se no sucesso desta complexa empreitada um elemento que permite melhor compreender o que se entende por ser o Ambiente Psicológico dos tomadores de decisão que executaram a secessão brasileira frente à Portugal. Deve-se, destarte, considerar que os indivíduos que lideraram o processo independentista, em sua essência, eram membros da administração pública portuguesa, ou seja, tinham vínculos em suas formações políticas com as tradições da política externa lusitana, as quais marcavam significativamente sua atuação.

Em paralelo à compreensão da formação dos elementos pertencentes ao ambiente psicológico dos decisores, parte-se para um olhar macro sobre o contexto histórico, de modo a construir o que se entende como o Ambiente Operacional o qual a eles era disposto. Conforme fora citado anteriormente, a Revolução Francesa influenciou mormente as relações internacionais do mundo ocidental, ao passo que atingiu diretamente os alicerces do que se entende como Antigo Regime. Juntamente com a sua predecessora, a Revolução Americana (1776-1782), puseram em exercício o pensamento Iluminista de matriz liberal, ao ser esta a força-motriz por detrás das reivindicações por direitos e liberdades individuais em uma sociedade até então baseada em princípios aristocráticos. Ascendia ao poder a burguesia, trazendo consigo uma série de princípios e valores antagônicos aos do chamado Antigo Regime, que baseava a prática de sua autoridade por meio de um Direito Divino que agora viria a ser substituído pelo espectro da racionalidade proposta por pensadores como Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu e Thomas Jefferson.

A queda final de Napoleão Bonaparte para as tropas do Duque de Wellington em 1815, fez emergir a ordem da hegemonia coletiva exercida pelo Concerto Europeu, com o franco intuito de impedir o surgimento de mais movimentos revolucionários e de frear as mudanças político-sociais reivindicadas. A Inglaterra, saída das Guerras Napoleônicas como principal potência mundial, embora inserida no sistema europeu continental por meio da Quádrupla

Aliança, reorientaria seu eixo primordial de política externa para o além-mar, enfatizando suas ações na busca de mais e maiores mercados para seus produtos (SARAIVA, 2008, p. 49-53). Portugal, por sua vez, via-se livre da ameaça das forças bonapartistas e retornavam as condições para a devida restauração do governo em Lisboa, agora tutelada pelas aliadas tropas inglesas que coordenaram a resistência contra os invasores. As forças conservadoras saíam nesse momento vitoriosas sobre o império liberal francês, contudo isso não teve como significado a extinção do espírito revolucionário, conforme se perceberia nos cíclicos embates entre Absolutistas, Liberais de diversas vertentes e, posteriormente, socialistas (HOBSBAWM, 1998).

Os impactos das Guerras Napoleônicas para o continente americano, além de diversos, foram muito além da propagação de ideias por entre membros das elites intelectuais. A retirada forçada do trono espanhol de Fernando VII pelo Imperador Francês, que o substituiu por seu irmão José Bonaparte, acabou por impulsionar o quadro já desgastado das relações sociais existentes nas colônias da América Hispânica. Uma vez contestada a ilegitimidade do novo monarca de modo quase que generalizado, os prévios conflitos entre *Criollos* e Chapetones foram potencializados no sentido de fomentar o desejo por independência política em relação ao reino ibérico. As movimentações militares libertadoras, destacadamente lideradas por Simón Bolívar e José San Martín, não conseguiram ser contidas pela força do ideário conservador e restaurador europeu, apesar da prevalência do ímpeto do caudilhismo que fez perdurar conflitos internos por um longo período de tempo, influenciando as relações internacionais do continente (BETHELL, 1998).

O destino político de Portugal, também afetado diretamente pelas Guerras Peninsulares de Napoleão, foi um tanto diferente do da Espanha, tendo a corte portuguesa se exilado na colônia do Brasil em 1808, em um inteligente movimento que trouxe significativos impactos para a política do futuro país. Ainda sediado no Rio de Janeiro quando do início do Congresso de Viena, o governo português não deixou de observar atentamente as movimentações restauradoras postas em prática do outro lado do Atlântico, tendo participado o Duque de Palmela como principal representante de D. João VI no referido congresso. Conforme analisa Delgado de Carvalho, teve o referido diplomata português "... esclarecido e hábil tino diplomático, apesar do isolamento relativo em que se achava no meio dos representantes das grandes potências (CARVALHO, 1998, p. 17), tendo em vista as pressões sofridas por Portugal no Congresso. Não somente tinha sob sua posse Caiena, invadida como forma de retaliar a França de Napoleão (RODRIGUES, 1998, p.108-109), como também a Cisplatina, em função de um movimento articulado por força dos históricos interesses

espanhóis representados pela figura de Carlota Joaquina, irmã do deposto Fernando VII de Espanha (CALÓGERAS, 1998, p. 402-414).

Para além dos reclames sobre os territórios ocupados no contexto da Era Napoleônica, também se faziam presentes os olhares das tradicionais Casas europeias sobre a presença de facto dos Bragança no Brasil. O raciocínio desenvolvido por Renato Mendonça (2013, p. 117-120) permite compreender a complexidade quadro geral que esteve por detrás do processo de elevação do Brasil à condição de Reino Unido à Portugal e Algarves, formalizada em 16 de dezembro de 1815. A comodidade encontrada por D. João de governar seu Império a partir do Rio de Janeiro, diante fisicamente dos problemas estruturais europeus, encontrou apoio no célebre diplomata francês Charles-Maurice de Tayllerand, que por seu prestígio e habilidade tanto servira à Bonaparte quanto agora servia à Luís XVIII. De acordo com Antônio Celso Alves Pereira, desde antes do próprio Congresso já havia a ideia de transformar a estrutura política do império ultramarino português, conforme ainda em 1814 idealizado por Silvestre Pinheiro Ferreira um modelo que evitasse ímpetos separatistas como se via na América Espanhola (PEREIRA, 2016, p. 18). Com a solução posta em prática o tradicionalismo europeu garantia sua presença no continente americano, já repleto do republicanismo de matriz liberal que tanto os participantes do Congresso de Viena repudiavam.

Tendo-se como ponto de partida o processo da Transmigração Bragança, percebe-se que de um primeiro modo esse movimento teve como característica imediata ser uma reação às invasões napoleônicas, contudo depois ganhando inexoravelmente uma vertente construtiva, o que provoca o formato heterodoxo da descolonização brasileira. Findado o sistema colonial em sua face mercantilista com a “Abertura dos Portos às Nações Amigas” (1808) iniciou-se um processo de transmutação da condição identitária brasileira a partir de uma indução inicialmente conduzida pelo Estado e que deu início ao processo de “Interiorização da Metrópole”, conforme o entendimento de Maria Odila da Silva Dias (1972). A nova designação nominal do reino, dada a partir de 16 de dezembro de 1815 (PEREIRA, 2016, p. 95), dá início a uma segunda etapa da descolonização que tem em sua essência um prisma formal associado a um simbólico, denotando diretamente o rompimento com a face política do sistema colonial. A construção de uma identidade autônoma, seguindo a lógica argumentativa de Dias (1972, p. 169-172), só ocorreria de modo progressivo ao longo das décadas seguintes, o que pode ser apontado como variável influente dentro do processo de reconhecimento da independência brasileira.

A construção de um Estado Monárquico Transatlântico, à luz dos jogos de força que se acomodavam na Europa pós-napoleônica, tornou concreta e perene essa nova condição do

agora Reino brasileiro. As Reformas Joaninas, que procuraram trazer não somente infraestrutura, mas principalmente vida cultural e econômica, conforme eram entendidas como dignas de um reino como Portugal para as terras tropicais (MEIRELLES, 2013), estão dentre os principais aspectos componentes dessa descolonização. Uma verdadeira monarquia brasileira fora sendo construída, à luz de uma dimensão dialética em que as estruturas introjetadas pela burocracia estatal se relacionavam com a sociedade colonizada. Conquanto dinâmicas específicas foram criadas, como aponta José Murilo de Carvalho em “A Construção da Ordem: a elite imperial” (2006), outras bastante específicas foram importadas em um estado quase que in natura, como no âmbito ideacional e prático da política externa.

A inserção internacional do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves teve como alicerce a condição de sobrevivência de um Estado em processo de reinvenção, realocado para um outro continente e que, no entanto, ainda tinha demandas específicas do sistema monárquico europeu. Em um primeiro momento, pode ser verificada a manutenção dos vínculos tradicionais com a Inglaterra por meio dos tratados de Aliança e de Amizade e Comércio, em 1810, assim como da própria permanência de tropas inglesas em solo lusitano mesmo após saída dos franceses comandadas pelo General Junot. Consecutivamente, a progressiva instalação de legações estrangeiras na nova capital marcava o reconhecimento internacional dessa nova condição político-administrativa designada por D. João VI, ao passo que a Missão Artística Francesa (1816) e a Missão Austríaca (1817) - em cujo contexto ocorreu o casamento do infante D. Pedro com a Princesa Leopoldina - buscaram dar continuidade aos laços com o mundo europeu, assim como propagar a imagem do “novo” território naquele continente (OBERACKER, 1965, p. 119-134).

O apoio dado pelas potências da Europa central às Monarquias Absolutas foi um dos pilares que tornou possível a resistência da presença joanina no Rio de Janeiro, que teve em seu contexto apoiadores como Metternich e Talleyrand (PEREIRA, 2016). Conquanto não tenha sido a mais substantiva, ela não pode ser obliterada, principalmente no que se refere aos frutos que futuramente seriam colhidos desse relacionamento quando da busca pelo reconhecimento em solo europeu. Em uma ordem mais expressiva, a presença inglesa amplificou-se, ao sair de uma condição provisória condicionada ao bloqueio terrestre imposto por Napoleão, compondo importante eixo no contexto de sua estratégia de inserção internacional parcialmente movimentada pela exportação industrial (MANCHESTER, 1973; PANTALEÃO, 1965). A resistência armada em Portugal franqueada à Inglaterra compõe parte do outro ramo da consolidação da corte no Rio de Janeiro, uma vez tolhidora de movimentos

contestadores do governo português, assim como de ameaças à integridade territorial lusitana, como historicamente se observou, principalmente por parte da Espanha.

O entendimento deste último fato não se dá como o de uma presença perniciosa e manipuladora de um interesse particular que tinha como objetivo impor sua vontade por meio da força, mas sim como símbolo da terceirização de um pilar central de política externa, a segurança armada, a uma nação aliada por meio de tratados. É mister salientar que não são excluídas as condicionalidades criadas a partir dessa estratégia, que sim abre portas para imposições bélicas das vontades de terceiros, uma vez constatadas as diferenças de capacidades militares, assim como as próprias complicações estratégicas que a condição de ocupação territorial estrangeira traz consigo. O elemento motriz que torna de fato compreensível não somente a aceitação dessa condição, mas principalmente a consideração dela como viável e sua opção como uma saída primária, encontra-se no conjunto ideacional da tomada de decisão. Aspectos de ordem histórica integram parte central no conjunto de fatores analisados pelas lideranças políticas, uma vez colocados sobre a mesa sucessos e insucessos para o cálculo estratégico das ações a serem tomadas (JERVIS, 1976, p. 220-224).

A reconstrução do Sistema Europeu de Estados deu-se ao redor dos entraves entre forças antagônicas, porém complementares, ao redor do espectro liberal deixado pela França Revolucionária. O ordenamento pós-Viena colocou frente-a-frente diferentes projetos encabeçados um pelas potências da Santa Aliança e outro pela Inglaterra, após o término da convergência que Napoleão Bonaparte criava entre eles no contexto das guerras travadas. A onda de conservadorismo político propagada pela condução dos negócios continentais a partir da lógica da Hegemonia Coletiva, que se chocaria com os movimentos revolucionários liberais, acabou por receber pouca atenção por parte da diplomacia britânica, cuja atenção se voltava para outros temas (CERVO, 2008, p. 49-53). A Revolução Industrial e as crescentes novas possibilidades de atuação global trazidas consigo, notadamente no que se refere ao deslocamento naval cada vez mais eficiente, fizeram concreta a possibilidade da criação de um império global engrenado pelo motor do capitalismo.

Tendo início nesse momento o progressivo desenho que definiria a Pax Britannica, esta ainda enfrentava rivalidades a altura, notadamente na Europa Continental, somente sendo verificada a condição de hegemonia ao final da Guerra da Crimeia (ZAKARIA, 2008, p. 181-200). Ainda que senhora dos mares e enorme concentradora de capitais financeiros, buscava a Inglaterra incrementar o seu poder ao expandir a sua presença política e comercial no Novo Mundo que se erguia independente do colonialismo de outrora. “O comércio de exportação deveria ser, segundo Adam Smith, o principal cuidado da política externa de uma economia

capitalista” (CERVO; BUENO, 2015, p. 20), o que seria verificado na política externa inglesa desde o Ministério de William Pitt, o Novo, um dos apoiadores mais importantes de George Canning. (CERVO; BUENO, 2015, p. 38) Se por um lado o capitalismo passa a ser a força que resumia a projeção internacional inglesa no além-mar, as contestadas monarquias absolutas europeias, com destaque os Impérios Austríaco e Russo, tinham na projeção dos valores conservadores seus principais componentes mecânicos.

Em meio as lutas por independência e descolonização que compunham o exercício político central ibero-americano após-1815, estes mesmos jogos de ideias-força também se verificavam presentes nas disputas para erguer cada um dos Estados americanos. Mesmo que a experiência norte-americana tenha sido utilizada como inspiração para a construção de outras repúblicas no continente, neste primeiro momento não é possível constatar a presença de uma política externa pragmaticamente ativa que pusesse esses valores como centrais na sua mecânica. O isolamento adotado pelos Estados Unidos frente aos negócios internacionais desde o fim de suas guerras de independência manteve-se como uma constante por um longo período de tempo, somente sendo rompido de modo aberto com a Doutrina Monroe em 1823. Este distanciamento, por outro lado, não pode ser conseqüentemente representado como indiferença quanto aos negócios do Hemisfério, sendo observável um importante suporte diplomático por meio do reconhecimento tácito e irrestrito às independências proclamadas nas Américas.

2 - A Revolução do Porto e o Processo de Independência do Brasil

Dentre os diversos movimentos revolucionários que ocorreram no hemisfério ocidental na década de 1820, a Revolução do Porto certamente foi o que teve impacto direto mais significativo nas Relações Internacionais brasileiras. Para o próprio estudo sobre o início da narrativa de política externa brasileira este momento é interessante, uma vez sendo nele verificadas as narrativas que construíram a separação de “brasileiro” e “português” como ideias de fato antagônicas, pois até então buscava-se uma união harmônica formal. Mesmo que a criação institucional do Reino Unido tivesse como um dos seus objetivos dar homogeneidade à governança de um império ultramarino sediado no que antes fora colônia, as heterogeneidades entre as sociedades que habitavam as partes do Velho e do Novo mundo ainda assim persistiram. Foram notórias, nesse sentido, questões relativas aos privilégios políticos e econômicos que diferentes esferas sociais tinham perante o governo, os quais o

próprio regime monárquico e o ordenamento mercantilista anteriormente vigente traziam consigo.

A transferência da família Real portuguesa e o subsequente ato de Abertura dos Portos às Nações Amigas, ocorridas entre 1807 e 1808, deu início a um processo de inversão da lógica político-econômica que compunha o sistema mercantilista português vigente até então (PANTALEÃO, 1965, p. 88-92). Apesar de o elemento motivador de ambas as medidas tenha sido a sobrevivência da monarquia lusitana frente aos avanços militares napoleônicos na Península Ibérica, os impactos decorrentes mostraram-se incontroláveis pelo que indica o avançar da história. O processo de descolonização brasileiro quando observado revela ter uma lógica um tanto quanto inversa da que se esperaria, ou seja, a partir do desgaste das relações entre metrópole e colônia originada na própria condição desigual que o modelo de dominação diretamente implica. Com o fim do exclusivo metropolitano, o Brasil inseriu-se formalmente no sistema de comércio mundial (mesmo que discutíveis suas próprias limitações por condições dos conflitos europeus), provendo uma nova gama de possibilidades interativas antes reprimidas pelo poder da metrópole.

Percebe-se, a partir da perspectiva escolhida para a análise, a existência de múltiplas dimensões no processo de independência do Brasil, conforme aborda Carlos Guilherme Mota (1972) em seu exercício de dissociação dessas. A presença dos Bragança no Rio de Janeiro transferiu para a periferia forças antes pertencentes ao centro, desconstruindo relações seculares por meio da mesma mão de ferro que as criou ao longo da era das Grandes Navegações. Nesse momento, implantou-se a semente que gerou a elite política que conduziria o processo de Independência e construiria o que se tornou o Império (CARVALHO, 2006), por ter inserido de fato o Brasil nos fluxos ideacionais que conduziram o processo revolucionário ocidental (GODECHOT, 1972). Mesmo que indivíduos como o Visconde do Cairu tivessem acesso a estudar nas universidades europeias e às condições de obter materiais de estudo, eram poucos os realmente ilustrados, sendo a Transmigração Bragança força progressista fundamental para o crescimento desses quadros.

Com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido com Portugal, a estadia provisória da corte joanina na colônia acaba por se tornar uma condição aparentemente perene, o que provocou importantes impactos em ambos os lados do reino. Conforme percebe Pedro Octávio da Cunha (1965), um dos aspectos que compuseram a decisão tomada por D. João VI de permanecer foi a intenção de distanciar-se fisicamente das intempéries europeias, além de criar uma nova condição em vistas da “consciência da inferioridade dentro do velho continente” (CUNHA, 1965, p. 137). Os efeitos de ordem interna puderam ser

percebidos com a continuidade das políticas modernizadoras nas chamadas Reformas Joaninas, assim como a minimização de conflitos provenientes do ordenamento colonial, já que parte da condição desigual se desfazia com ratificação do fim do exclusivo metropolitano. Por outro lado, o mesmo Liberalismo que combatera o Absolutismo na Europa também provocaria levantes no Brasil, notadamente na Revolução Pernambucana de 1817, que reflete na sua essência as desigualdades resilientes da histórica relação de superioridade portuguesa.

Mesmo que a intenção de D. João VI tenha sido isolar-se dos problemas do Velho Mundo, o dinamismo sistêmico que já se verificava nesta época tornou impossível uma separação plena, tendo permanecido as influências e os condicionamentos das composições de forças presentes naquele continente. Em 1815, na verdade, criou-se um Estado à luz de estruturas e concepções europeias na América do Sul, muito embora se tenham formado relações com os países da região por força da inevitabilidade que o convívio num mesmo espaço geográfico demandava. Nesse momento, as próprias concepções do que viria a ser “América”, “americano” e “americanismo” ainda estavam em processo de gestação e somente seriam sofisticadas por formuladores como James Monroe e Simón Bolívar na década seguinte. A principal interação que era verificada decorria dos fluxos tradicionais da presença comercial inglesa, que desde a abertura dos portos ocupava protagonismo indiscutível (PANTALEÃO, 1965, p. 88-92), além do infame tráfico negreiro que abastecia a base economia com a forma de mão-de-obra que há séculos a sustentava.

Embora sob o olhar contemporâneo a presença da Corte no Rio de Janeiro e as subsequentes medidas políticas e econômicas adotadas pudessem ser consideradas elementos positivos, percebiam-se à época discordâncias sobre essas decisões de D. João VI. A dicotomia entre colonizadores e colonizados, minimizada por efeito dessas ações, progressivamente perderia o lugar central que ocupou no âmbito socioeconômico do Atlântico, por efeito do relaxamento de tensões provenientes do ordenamento mercantilista, que tributava pesadamente e tolhia diversas liberdades. Apesar de instintivamente o sinais apontarem para Portugal como força naturalmente discordante, no Brasil também se verificavam setores descontentes com a abertura política e econômica, mesmo que não se tenha visto surgir aqui movimentos defensores da ordem colonial. O Nordeste brasileiro seria um dos principais focos de resistência quando viesse a surgir o movimento de independência (MOTA, 1972), em virtude de uma significativa adesão ao projeto enunciado pela Revolução Liberal do Porto, assentada sob bases plurais que vinham desde o combate ao absolutismo até mesmo a reconstrução do exclusivismo comercial (BERBEL, 1998, p. 191-199).

A não mais existência do elemento exógeno justificador da ausência de D. João VI em Lisboa, Napoleão Bonaparte, abriu as portas para o crescimento de conflitos político-sociais diretamente vinculados à existência per se de uma metrópole. Por mais que não seja possível de se afirmar que Portugal se tornou colônia, a perda de prestígio associada a ratificação da não mais colonização do território ultramarino mais economicamente pujante são fatores que trazem compreensão ao conflito que seria deflagrado em 1820 (PIMENTA, 2008). Os choques entre classes podem ser alocados como um dos elementos motrizes que conglomeraram diferentes grupos sociais sob um interesse em comum, sendo influenciados diretamente pela gama de concepções políticas que pairavam pelo mundo ocidental da época. Os privilégios econômicos e sociais, elementos centrais no que se compreende como características do Antigo Regime, acabaram por se desmanchar quando da ratificação de que o Brasil não seria mais colonizado e que o pequeno reino ibérico não teria mais na exploração daquele território uma das suas principais formas de aquisição de riquezas.

Posto que não fosse novidade alguma as diferenças de interesses nas mais diversas searas entre aqueles que habitavam os dois lados do Atlântico de Portugal, a criação do Reino Unido e o pensamento revolucionário que pairava o mundo ocidental a época maximizaram esses antagonismos já existentes, mesmo que sob uma nova roupagem. Em uma linha de continuidade com outros processos de sua época, a Revolução do Porto foi fruto aprioristicamente do próprio quadro de desgaste e de confronto entre o Absolutismo e o desenvolvimento da sociedade à época, no entanto com sensíveis especificidades. A concepção de Eric Hobsbawm acerca da existência de uma “Era das Revoluções” (1998) permite compreender essa dinâmica ampla, dando razão às demandas e os elementos de atrito entre as forças conservadoras e revolucionárias a partir de um viés sistêmico. A Revolução Industrial foi o processo que catalisou e permitiu o crescente acúmulo de capital pela burguesia que, inserida na lógica Absolutista tradicional, pagava altos tributos para o Clero e a Nobreza e nem mesmo tinha privilégios equiparáveis aos destes.

Ao se observar Portugal no início da década de 1820, mesmo que não se pudesse ver uma mesma base produtiva industrializada nas mesmas proporções que na Inglaterra ou na França, era perceptível o esgotamento do inflexível modelo de sociedade estamental aristocrática. A Transmigração Bragança não somente transferiu indivíduos importantes do poder real para longe das ameaças de morte que a presença das tropas de Bonaparte trazia junto consigo, ela transportou para longe do país a maioria dos privilegiados pelo Direito Divino que ganharam ao nascer. Antes enriquecida pelas mercadorias que lá chegavam de todos os cantos do império ultramarino português, Portugal agora era parte de um Reino

Unido cuja corte ficava do outro lado do Atlântico, o que ratificava que a inversão dos fluxos de capital entre o Rio de Janeiro e Lisboa seria perene. O processo revolucionário português tinha também em sua essência raízes ideacionais advindas da era das Grandes Navegações, as quais instituíram a relação de dominação entre colonizador e colonizado, cuja imagem ao olhar europeu denota uma condição de inferioridade.

Diversos fatores podem ser apontados como dinamizadores do início do movimento português, os quais não necessariamente tiveram peso proporcional para o entendimento aqui tido de que ele foi uma das causas primárias da independência brasileira, ou, como nas palavras de João Paulo Pimenta (2008. p. 72), “(...) o nascimento do Brasil independente é desdobramento do nascimento do liberalismo político em Portugal”. Dois aspectos podem, desse modo, ser destacados nessa linha de raciocínio como centrais para o entendimento de suas origens, que seriam posteriormente conformadores das condições que potencializaram a secessão. O primeiro diz respeito à retirada da Corte para o Brasil, o qual decorrentemente deixou à deriva os setores mais populares da sociedade, dentre os quais se destacam oficiais militares de segundo escalão e os comerciantes. Em segundo lugar, de modo complementar, a presença do exército britânico em solo lusitano, que progressivamente acabou por fazer parecer Portugal um protetorado inglês, em função da ingerência política direta e as diferenças relativas de prestígio decorrentes.

O exílio do Estado português na América do Sul não representou uma declaração de rendição para as tropas francesas comandadas pelo General Junot, sendo formada uma resistência a partir de um conglomerado dos exércitos praticamente abandonados por D. João e do significativo auxílio inglês. Essa movimentação foi decisiva para impedir o controle absoluto de Napoleão Bonaparte sobre a Península Ibérica, que tinha na estratégia executada pelo Lord Strangford uma forma de projeção de poder cujas raízes remontam a história luso-britânica (PANTALEÃO, 1965). Se historicamente a livre-passage pelo Estreito de Gibraltar foi de grande importância para a navegação mediterrânea das mercadorias e dos navios de guerra britânicos, com o Bloqueio Continental decretado em toda a Europa a manutenção de Portugal livre era ainda mais relevante. O sucesso obtido decorreu na esperança do regresso da corte e da devida reestruturação dos fluxos mercantilistas que há mais de três séculos eram a principal fonte de capitais da economia portuguesa, que desde 1808 sentia o debacle decorrente do fim do comércio brasileiro exclusivo.

A queda do Imperador dos Franceses, em 1814, trouxe consigo um cenário mais real para aqueles que ansiavam o fim do exílio real, já que não mais existia o elemento que punha em perigo a coroa dos Bragança. A frustração vinda em 1815 funcionou como elemento

formador de uma nova identidade entre aqueles deixados para trás, agora submissos às ordens das forças britânicas de guerra, representando isso um grande desprestígio para o exército português de resistência. Conforme aponta a historiografia geral acerca desta Revolução, a resiliência da presença inglesa em Portugal pode ser entendida como um dos fatores que levou ao progressivo descontentamento dos referidos setores sociais que acabaram por se organizar contra o governo de D. João VI (PIMENTA, 2008). O apogeu disto tudo acaba por ocorrer em 24 de agosto de 1820 quando da eclosão do movimento que se organizaria, posteriormente, sob à égide institucional das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

A condição apriorística de alinhamento da monarquia Bragança com o Concerto Europeu, concretizada com a adesão de Portugal ao Tratado da Santa Aliança em 3 de dezembro de 1817, não foi suficiente para impedir o levante social contra o ordenamento imposto por S. M. Fidelíssima a partir do Rio de Janeiro. A burguesia, classe que outrora fizera a revolução na França, ainda era a força motriz que ensejava a construção de uma nova ordem, na qual almejava participação política condizente com a sua condição econômica progressivamente mais robusta. O sistema de privilégios que a conceituação estamental da sociedade baseada no Direito Divino preconizava ia de encontro com os anseios dessa classe, uma vez que imobilizava não somente os indivíduos em fazeres pré-determinados, quanto impedia ascensão de uma burguesia enriquecida no âmbito político dominado pela aristocracia. Ao se observar as imagens retratadas pela historiografia brasileira acerca da Transferência da Corte, percebe-se com certa nitidez a distinção de classes sociais na composição dos 14 mil indivíduos que embarcaram rumo ao Brasil em 1808, evadindo a nobreza e deixando a plebe (PANTALEÃO, 1965; SILVA DIAS, 1972).

O choque provocado pela Guerra Peninsular na sociedade portuguesa, mais do que somente o de um simples evento militar na história europeia, representou um choque real entre o liberalismo da França Napoleônica e o Antigo Regime que ainda vigia em ambos os reinos ibéricos. Sendo precedida ainda no mesmo pela Revolução Liberal de Cádiz na Espanha, o movimento portuense teve como base para as suas demandas o núcleo formador do pensamento político liberal moderado da época, como a elaboração de uma Constituição e convocação de eleições para o que viriam a ser as Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1821/1822). Conforme analisa Márcia Regina Berbel (1998, p. 192), o rompimento com os Bragança nunca foi cogitado pelos revolucionários, que, contudo, exigiram imediato retorno de D. João VI à Europa, de onde esteve distante desde 1808, já tendo jurado uma Carta ainda a ser escrita (BERBEL, 1998, p. 190). As demandas pelo retorno ao exclusivismo comercial tinham como significado o desejo de uma recolonização do Brasil, o que acabou por criar a

imagem dual que a Revolução do Porto tem na historiografia brasileira e portuguesa (BERBEL, 1998; PIMENTA, 2008); podendo ser apontadas como a convergência principal ao redor de que se organizou o movimento de independência do Brasil.

A gênese da Revolução do Porto encontra-se assentada na história profundamente conflituosa da relação entre Brasil e Portugal de até então, em que um originariamente exercia seu domínio sobre o outro a partir de bases desprovidas de sentido racional (PIMENTA, 2008). Apesar de nominalmente liberal, a ideia de igualdade de direitos teve uma profunda flexibilização já quando da convocação para as eleições da Assembleia Constituinte, quando se debatia inclusive questões sobre quem seriam de fato os componentes da Nação portuguesa, sendo ao final prevalecido a inclusão dos brasileiros (BERBEL, 1998). A diferença na quantidade de assentos para representantes do Reino do Brasil, o qual contava com um contingente populacional bem maior do que o de Portugal, permite compreender destarte o caráter pretendido de retrocesso à lógica de dominação política anteriormente existente (TOMAZ, 1972). Percebem-se surgir neste dado momento as raízes do que veio a se tornar o Partido Brasileiro e o Partido Português, os quais distam em questão de forma às características que na contemporaneidade se atribuem aos partidos políticos, mas que representam os principais agrupamentos político-sociais daquela época.

No esforço de compreender como que um movimento que se autoproclamava liberal tratava com diferença ambos os lados de um Reino que se fizera unido em 1815 pelas mãos de D. João VI, o trabalho de Berbel (1998) permite elaborar o posicionamento do brasileiro na Revolução do Porto. Os debates que a autora narra a autora terem ocorrido no âmbito das Cortes acerca de quem seria a Nação Portuguesa e como seria ela representada, muito embora tenham se inspirado no modelo espanhol para definir os critérios eleitorais (BERBEL, 1998, p. 189-194), não justificam contudo a diferença na quantidade de acentos disponíveis aos deputados brasileiros (TOMAZ, 1972, p. 99-101). Indica ainda que nesse primeiro momento o Brasil ainda não havia sido agregado no ordenamento projetado pelas forças revolucionárias, somente reconhecido como unidade provincial de Ultramar em março de 1821, ou seja, após a adesão da Bahia e Grão-Pará ao movimento liberal (BERBEL, 1998, p. 192). No dia 9 deste mesmo mês, as bases da Constituição foram aprovadas, contudo sem a participação dos deputados brasileiros ou de D. João VI que regressou para Portugal no dia 26 tendo previamente jurado uma carta magna que nem mesmo tinha real conhecimento do teor (CUNHA, 1965, p. 158). Buscou o rei português conter as forças insurgentes por meio da sua presença em Lisboa, para onde regressou em 26 de abril de 1821, no entanto não se pode

perceber eficiência o suficiente para controlar o prosseguir do rompimento que se desenhava no Reino Unido.

A análise promovida por Fernando Tomaz (1972) permite compreender o papel desempenhado pelos deputados brasileiros nas Cortes Gerais, o qual tem importância para a presente tese por revelar os aspectos relativos às concepções políticas em atrito naquele momento, significativas para a compreensão do processo como um todo. Ao descrever o que ele compreende como um drama pelo qual passaram os representantes do Reino do Brasil nas Cortes, o autor destaca uma citação atribuída ao então deputado brasileiro Francisco Vilela Barbosa: “mal com Portugal por amor ao Brasil, e mal com o Brasil por amor de Portugal” (TOMAZ, 1972, p. 74). Ressentimento similar aponta também Pedro Octávio da Cunha ao verificar nos indivíduos sentimentos ambíguos com a dupla nacionalidade que se fazia evidente no desenvolver dos eventos (CUNHA, 1965, p. 174-175), para além da própria convocação tardia para sua participação nas Cortes Gerais. A historiografia aponta com clareza a importância do papel de Antonio Carlos de Andrada em defesa da manutenção da igualdade entre ambos os reinos, postando-se irreduzível quanto ao regresso do exclusivismo comercial, dentre nomes ilustres como os de José Lino Coutinho, Pedro de Araújo Lima e Diogo Antônio Feijó (TOMAZ, 1972, p. 99-101).

A reverberação da Revolução do Porto no Brasil acompanha o mesmo raciocínio apresentado por João Paulo Pimenta (2008) acerca da historiografia, tendo o liberalismo passado ao largo da percepção social, destacadamente no centro-sul e na historiografia geral de Brasil. O que indica Berbel (1998) sobre a adesão pronta do Pará as Cortes e o posterior levante de 10 de fevereiro de 1821 em Salvador da Bahia pode ser considerado um elemento coadjuvante na narrativa acerca da relação do movimento com o Brasil, pois em ambos os casos os princípios liberais eram a principal força que os atraíam em direção aos portuenses. Conforme afirma Fernando Tomaz ao explicar os descaminhos das discussões entre brasileiros e portugueses nas Cortes, “as intenções expressas dos homens foram, em boa medida, superadas pelos acontecimentos” (1972, p. 78), o que dá entendimento ao fracasso desta instituição em manter Brasil e Portugal unidos. A intransigência recolonizadora nas Cortes acabou por acionar o gatilho para a conformação de forças que formou o projeto independentista ao redor do Príncipe D. Pedro, sendo também elemento responsável para o que indica Alexandre Valentim como sendo a desagregação de um Império (VALENTIM, 1993, p. 34-64).

A Transmigração Bragança, ao passo que se verificou como força progressista em diversos meios, como no processo de naturalização de uma Corte em um Brasil até então

colonial, promoveu também repressões a movimentos como a Revolução Pernambucana de 1817, de ímpeto francamente republicano (CUNHA, 1965, p. 147-150). Essa mesma força que chegara ao Brasil em 1808, agora era a principal responsável pela manutenção da autonomia e se configurava como uma opção viável para os projetos independentistas que rapidamente eram formados. O que veio a ser compreendido nesse momento como Partido Brasileiro era formado por uma diversidade de setores sociais e de inclinações políticas, cujo predomínio se verificava na defesa dos Andradas ao formato de uma monarquia-dual, o qual prevaleceu até o acirramento da crise entre D. Pedro e as Cortes que se verificou em 1822. Nesse mesmo grupo ainda se incluíam defensores do republicanismo, como Joaquim Gonçalves Lêdo, que, no entanto, se aliaram ao redor do Príncipe Regente em oposição ao que designavam como Partido Português, nesse momento identificado como os defensores da autoridade que se projetava pela voz do governo revolucionário de Lisboa.

A resistência de D. Pedro frente ao ultimato português, simbolizado no ato de 9 de janeiro de 1822, o “Dia do Fico”, tem grande significado para o raciocínio que se propõe na presente tese, ao indicar um momento de referência na reflexão sobre quando surge um governo brasileiro. Essa decisão implicou no ajuntamento da empreitada nacional em apoio ao Príncipe Regente, que no centro-sul viu emergir os Andradas como grandes lideranças, com o desígnio de enviados políticos ao estrangeiro em busca de fortalecer ainda mais a causa que ganhava forma. Se em um primeiro momento a causa da legitimidade de D. Pedro, buscando reconhecer ilegítimas as Cortes e seu pai cárcere, esta passaria progressivamente a se transformar em um busca para o Reconhecimento da Independência, conforme as tensões se verificaram insuperáveis. Em Londres neste momento, as figuras do jornalista Hipólito José da Costa e o marechal Caldeira Brant desempenhavam papel central na promoção das ideias defendidas pelo gabinete do Rio de Janeiro, o que impactava na simpatia sobre um reinado de D. Pedro em um Brasil independente (ACCIOLY, 1972).

A formação de um gabinete de governo também em janeiro de 1822, cuja liderança coube a José Bonifácio de Andrada e Silva, é elemento suficiente para se verificar a existência de uma política externa que se possa chamar de brasileira, tendo em vista o prisma político acima descrito. Apesar de essa discussão já ter ocupado boa parte da historiografia das Relações Internacionais do país, verifica-se a necessidade de repensar esse aspecto em função da natureza do objeto Reconhecimento, que tem como variável condicionante o processo de independência. Entendido este sob o prisma plural anteriormente defendido, indica-se o Sete de Setembro como um episódio de suma importância, porém insuficiente para implicar o surgimento ali de um Estado que há tempos já era gestado e que já declarara sua total

autonomia decisória sobre apenas o Reino do Brasil. Desse modo, o surgimento do Gabinete Andrada é o marco fundacional do surgimento de uma política externa brasileira genuinamente independente, que a despeito da existência das heranças, já pensava formas de interação internacional de fato autônomas, conforme se verificará nas política de Reconhecimento.

O fim do poder das Cortes Gerais viria no histórico episódio da Vilafrancada, em que as forças tradicionalistas comandadas pelo Príncipe D. Miguel, irmão mais novo de D. Pedro, avançaram sobre os liberais e conseguiram dar fim ao seu governo. Politicamente apoiadas pela Santa Aliança, que pouco antes com participação intensa dos franceses havia conseguido conter o movimento revolucionário espanhol, as forças miguelistas foram responsáveis pelo retorno do Absolutismo em Portugal, restabelecendo a suma autoridade de D. João VI (PIMENTA, 2008). Quando dessa vitória, em 27 de maio de 1823, não somente a independência brasileira já estava declarada como a primeira Assembleia Constituinte do Império trabalhava na redação das bases fundamentais da organização política do nascente Império. O fim da Revolução do Porto e o retorno ao status quo ante, ao passo que não tenha vindo a obter a reconciliação entre as antigas duas porções de um reino unido, influenciou decisivamente o rumo das negociações empreendidas pelo Brasil para a obtenção do seu reconhecimento, conforme será visto posteriormente na presente tese.

3 – As Dimensões da Conquista: as Guerras de Independência no Brasil e o Processo de Reconhecimento

Ao se observar as perspectivas historiográficas acerca das Guerras de Independência do Brasil, é possível perceber um dilema quando do dimensionamento dado aos conflitos e, conseqüentemente, aos impactos provocados no processo de obtenção do Reconhecimento. O presente esforço compreensivo tem como ponto de partida uma concepção ampla do próprio objeto “guerra”, tirando-o do plano ortodoxo interestatal Vestfaliano e trazendo-o para um alternativo em que se busca compreendê-lo de um modo mais plural. Em virtude do prisma através do qual o presente tema é abordado, tal estratégia analítica surge como uma forma possível de conceber uma leitura possível do ambiente psicológico daqueles envolvidos centralmente na condução do processo. Desse modo, propõe-se nesta seção um olhar sobre a literatura que permita repensar a interação entre o Brasil e as Américas quando da busca do

reconhecimento da independência daquele com esses, ressignificando as dimensões dessas guerras no Reconhecimento.

Em continuidade ao defendido ainda na Introdução da presente tese é possível indicar a carência de estudos contemporâneos que tratam deste período histórico de uma maneira abrangente, contudo é percebida alguma produção no que diz respeito a trabalhos de alcance explicativo mais restrito. Embora isso não implique em juízo de valor acerca da qualidade ou da importância dessas análises, são evidentes os impactos produzidos em um contexto mais geral, principalmente nos manuais de grande circulação de Relações Internacionais, que ainda dialogam a partir de bases já não mais modernas. Esse fenômeno traduz no enraizamento de perspectivas que influenciam o compreender das relações internacionais do Brasil como um todo, destacadamente por estarem objetivamente na base histórica da Política Exterior do país. Procura-se, mais uma vez, em ambientes diversos e que permitam resgatar conhecimentos que possam servir no esforço compreensivo que se propõe a esta tese, em que se verifica necessário refletir acerca da dimensão da necessidade da busca pelo Reconhecimento.

O estudo-base a partir de que dialoga a presente tese, História da Política Exterior do Brasil (CERVO e BUENO, 2015), serve de indicativo sobre a forma como o qual está assentado o conhecimento atual acerca das Guerras de Independência no contexto geral da História das Relações Internacionais do Brasil. Considera Amado Cervo que as vitórias tanto brasileiras (1823) quanto hispano-americanas (1824) sobre as potências colonizadoras deram fim ao que havia de ameaças militares advindas do Velho Mundo, sendo ilusórias as ameaças da Santa Aliança sobre a América Latina. Sobre o caso do Brasil, especificamente, aponta o mesmo autor que “as articulações internacionais, tendo em vista defender ou atacar a independência brasileira, jamais ultrapassaram a fase de negociações” (CERVO E BUENO, 2015, p. 27). Conclui a sua premissa apontando que embora a independência brasileira fosse convergente aos interesses britânicos, norte-americanos e hispano-americanos, tampouco houve disposição em formar um braço armado para defendê-la das ameaças internacionais que se manifestavam.

Os trabalhos seminais da História Diplomática a partir dos quais partem a maioria dos estudos atuais sobre a História das Relações Internacionais do Brasil, como os de José Honório Rodrigues (1995), Carlos Delgado de Carvalho (1998) e João Pandiá Calógeras (1998), trazem ainda menos considerações acerca das Guerras de Independência. De fato, pode-se afirmar a inexistência deste elemento como variável analisada, muito em função de razões de ordem teórica que influenciaram a compreensão desses autores sobre o que viria a ser a HDB como área e as fontes que devem ser manipuladas nesse fazer. Nesse diapasão

percebe-se que a diminuição do objeto Guerras de Independência tem origem na própria leitura feita por esses historiadores acerca dos documentos diplomáticos da época, alocando-o como uma agenda menos importante em relação ao panorama geral por eles exposto. Conquanto significativos para a compreensão das diversas missões que foram utilizadas como instrumentos de negociação para obter o reconhecimento da independência, entende-se que é necessário explorar outra bibliografia para preencher tal necessidade.

Fazendo novamente o uso de clássicos, traz-se para o presente debate História do Brasil de José Francisco da Rocha Pombo (1964), uma das referências na área no século XX e que expõe um olhar amplo sobre o país desde os tempos coloniais até o fim do Estado Novo de Vargas. Neste livro, dedica o autor uma seção na qual narra como o processo de cisão entre Brasil e Portugal provocou uma série de conflitos militares que tomaram a atenção do governo de D. Pedro, destacadamente no Norte e no Nordeste (POMBO, 1964, p. 355-360). Muito embora seja importante levar em consideração a característica do nacionalismo na redação desse autor, percebe-se no seu trabalho um cenário diferente acerca do dimensionamento das Guerras de Independência, por trazer uma pluralidade de processos obliterados pelas Relações Internacionais. Ainda que não relacione este objeto com o do Reconhecimento, é evidente a possibilidade de explorar essa variável no esforço descritivo aqui feito em virtude do surgimento dessa possibilidade no amarrar lógico.

Um outro estudo importante para a História do Brasil, História Geral da Civilização Brasileira, organizado por Sérgio Buarque de Holanda (1965) traz uma perspectiva um tanto diferente da de Rocha Pombo. Ao passo que na coletânea exista um tomo com três volumes exclusivos ao Brasil Monárquico, não dedica nenhuma seção específica para o tema em discussão, restando pedaços de informação em algumas partes que servem para compreender o contexto geral. Ao expor acerca da história da organização do exército brasileiro, Eurípedes Simões de Paula (1965), responsável por esta parte em específico caracteriza-o como carente de recursos humanos e financeiros, tendo que recorrer por um bom período ao uso de tropas mercenárias. Dentre essas, destacaram-se as comandadas pelo almirante de origem inglesa Thomas Cochrane que lutaram contra as tropas do General Madeira na Bahia, assim como os homens obtidos por meio da missão Schaeffer nos Estados Germânicos para lutar contra a resistência portuguesa na Cisplatina junto ao General Lecor (DE PAULA, 1965).

Carlos Guilherme Mota (1972), em 1822: Dimensões, proporciona um olhar diferenciado ao seu leitor, já partindo de uma premissa importante que é a existência de um fenômeno dual e com importantes tangentes que são as dimensões das dependências e das independências. A série de autores que participa deste trabalho aborda as diferentes lutas e

batalhas que estiveram ao redor dos processos de conquista da separação e do de emancipação nacional, dando um sentido diferente a diversos acontecimentos históricos. Dentre esses, chamam bastante a atenção justamente as Guerras de Independência, por serem percebidas como manifestações de resistência contra a ordem imposta a partir da corte do Rio de Janeiro. Tem-se, desse modo, expostos uma série de oito localidades com processos diferentes de independência, contando cada um com seu diferente grau de violência, sendo este fator ligado diretamente aos interesses locais em se manter ligado à Portugal, ou mesmo autônomo do Rio.

Dentre os estudos recentes e focados em ângulos mais específicos, tem-se no estudo *Independência do Brasil na Bahia* de Luís Henrique Dias Tavares (2005) uma importante referência sobre os avanços ao redor do objeto Guerras de Independência do Brasil. Seguindo a linha deste autor em trazer à tona a importância do confronto militar na província da Bahia, onde sublevações em relação ao governo do Rio de Janeiro se faziam concretas desde fevereiro de 1821, busca-se o exercício de refletir acerca das dimensões dos impactos destas Guerras no Reconhecimento. Seguramente uma das mais importantes partes do Brasil, conforme atestado pela própria parada de D. João VI em Salvador em 1808, a Bahia representou o foco principal de ação das tropas comandadas pelo Lord Cochrane quando da sua contratação pelo governo do já Imperador D. Pedro. Travada em boa parte por forças locais, dentre as quais se incluem os apoiadores das Cortes comandados pelo General Madeira, a Guerra de Independência na Bahia representou importante vitória para as forças independentistas frente Portugal.

Sobre outra parte central das Guerras de Independência, a tese de doutorado de Fábio Ferreira (2015), intitulada *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*, já traz no seu próprio título uma importante inquietação. Posto que por vezes mencionado em trabalhos como os de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998) ou mesmo do já citado de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno quando abordada a Guerra da Cisplatina, pouco se considera deste evento na conquista da independência e aquisição do Reconhecimento. O autor da tese descreve em seu percurso a presença do General Lecor como governador da Cisplatina e das tropas chamadas de Voluntários Reais, que compuseram o esforço da política externa de D. João VI em conquistar a Banda Oriental ao seu reino americano (FERREIRA, 2015, p. 58-66). Pode-se compreender a partir das bases levantadas de onde surgiram as bases de um dos principais focos de guerra no processo de independência, em uma região historicamente bastante sensível no que diz respeito aos contatos internacionais.

Por fim, um estudo que permite um entendimento mais geral acerca da importância da Guerra neste dado momento da história brasileira é o de Hélio Franchini Neto, em cuja tese busca compreender a Independência do Brasil a partir do prisma da confrontação política e do enfrentamento militar (2015, p. 5). Em certo sentido o autor retoma o prisma lançado por Carlos Guilherme Mota (1972) ao também trazer para o centro da discussão a série de conflitos militares que ocorreram no contexto da independência, incorporando esse saber na formação do Império como Estado. O Norte e o extremo Sul ganham sob essa lógica um papel diferente no exercício de compreender a formação do Brasil, o que permite contrapor estes dados a afirmativa base do conhecimento da História da Política Externa do Brasil de que a independência nunca esteve de fato em risco (CERVO; BUENO, 2015, p. 17-56). Se o centro-sul estava de certo modo unido ao redor de D. Pedro, a ampla fragmentação territorial proveniente de ambas as partes referidas colocava em xeque o projeto de continuidade do domínio dos Bragança sobre os territórios americanos considerados como seus.

3.1 - As Dimensões Alternativas: as Independências, as Guerras e a Construção do Império

Pelo que se verifica no raciocínio por base nas versões até o presente exploradas, compreende-se a existência de uma dinâmica na História em que o tema das Guerras de Independência é tratado de forma bastante antagônica, o que pode ser apontado com decorrente da complexa balança que equilibra os interesses formadores da compreensão sobre o Imaginário Nacional. As versões que primeiramente retrataram de modo grandioso e romântico os entraves militares, como as de Francisco Adolfo de Varnhagen (2010), embora pioneiras, perderam seu espaço para revisionismos posteriores. Nesse sentido, ganhou peso na literatura uma espécie de obliteração de sua existência que acabou por compor a gama de perspectivas existentes que compõem as imagens do ideário nacional, como de a História do Brasil ser pacífica e cujas raízes se encontram em um processo de independência sem guerras. Busca-se, desse modo, elaborar uma reflexão sobre o dimensionamento que deve ser dado às Guerras de Independência no processo de reconhecimento da independência do Brasil nas Américas, no sentido de repensar apropriadamente a relação entre ambas as variáveis neste dado contexto.

A história colonial brasileira é uma ferramenta robusta para o entendimento dos diferentes modos como a conquista da independência teve que ser obtida dentro do próprio território do Reino do Brasil. Ao longo dos mais de trezentos anos sob o jugo metropolitano

de Lisboa, diferentes seccionamentos foram impostos ao território, que somente em 1815 seria compreendido sobre a unidade do Reino do Brasil, e que influenciaram significativamente as dificuldades de agregação ao redor da liderança de D. Pedro. A existência de uma separação da colônia portuguesa entre dois Estados, um do Maranhão e Grão-Pará e outro do Brasil, ambos com diferentes sedes governativas, é um evento simples que permite ilustrar, mesmo que de modo rudimentar, a questão da unidade territorial à época. As lutas por independência, ainda em sua condição embrionária, colocariam essa condição do “arquipélago brasileiro” como um dos obstáculos primários contra os quais os setores conglomerados ao redor de D. Pedro tiveram que lidar.

A agregação da questão da unidade territorial com a formação conceitual do que foram as Guerras de Independência traz à tona uma curiosa similaridade. Ao passo que no Centro-Sul (ou mesmo no Estado do Brasil) estas foram muito mais restritas, sendo abafadas em sua grande maioria por meio de viagens da comitiva do então Príncipe Regente, no Norte e no Nordeste as Guerras experimentaram sua vertente mais problemática (MOTA, 1972; FRANCHINI NETO, 2015). Sérias dificuldades encontravam os setores que estavam em meio ao processo de tentar organizar um Estado a partir do que fora deixado por D. João VI, tanto no nível da infraestrutura político-administrativa quanto no âmbito militar (CUNHA, 1965, p. 131-154). O caos da miscelânea ideacional que perturbava a Europa compunha de mesmo modo esta complexa gama de interesses presentes no solo luso americano, tanto naqueles favoráveis à independência quanto nos que foram contrários. As categorias analíticas consagradas na História do Brasil como “Partido Português” e “Partido Brasileiro” propiciam uma facilitação de um cenário que se perpetuou ao longo de todo o Primeiro Reinado, contudo escondem a complexidade de forças que compunham essas duas proto-estruturas político-partidárias, as quais tinham em seu seio muitas heterogeneidades.

A razão pelas quais ocorreram as Guerras de Independência parte, principalmente, das dificuldades que adeptos ao projeto de separação política entre Portugal e Brasil encontraram em trazer para o seu lado parte dos oficiais e das tropas que estavam a eles subordinadas. Os discursos e políticas contrárias aos atos determinados pelas Cortes de Lisboa, entendidos como as razões fundamentadoras do rompimento, não encontraram aceitação generalizada, fazendo com que uma porção importante de militares estacionados no Brasil se alinhasse com os Revolucionários lusitanos, ou seja, contrários ao governo de D. Pedro. No Norte, Nordeste e na Cisplatina, esta condição se destacou sob a forma de guerras tradicionais, ou seja, com tropas enfrentando-se sob a égide de pavilhões diferentes (FRANCHINI NETO, 2015). O distanciamento do centro de poder no qual a Independência foi arquitetada, o

Centro-Sul, pode ser entendido como o fator que potencializou essa condição, muito embora outras razões possam ser esmiuçadas como a própria adesão à causa liberal (BERTEL, 1998).

Em virtude do processo de construção identitária da nacionalidade brasileira ter em sua base uma alteridade o que se compreendia ser portuguesa, observa-se por diversas vezes a influência dessa forma de pensar nas concepções feitas sobre D. Pedro I, criado para governar um reino do qual ele se separaria. Alguns elementos de ordem histórica podem ser destacados para compor esse quadro geral de críticas ao primeiro imperador do Brasil, dentre os quais se pode iniciar pelas disputas políticas no ambiente doméstico para definir o formato do Estado que então era criado. A Questão da Constituinte de 1823, a qual teve na Noite da Agonia seu momento de maior tensão, permite de modo resumido entender a diversidade de interesses que estavam em disputa naquele momento em um país ainda bastante dividido, conforme a própria Fala do Trono registra (BRASIL, 1977, p. 47-48). Muito embora se procure narrar a aglomeração de forças ao redor do Príncipe Regente com a decisiva colaboração de José Bonifácio, como elemento denotativo da tranquilidade da Independência, tem-se já no seguinte um evento de notória demonstração de instabilidade política.

Nesse mesmo contexto, as forças leais ao Imperador travavam guerras em diversas províncias, dentre as quais se tem grande destaque para a da Bahia, do Grão-Pará e da Cisplatina, onde era significativa a adesão ao governo das Cortes Gerais (MOTA, 1972; BERTEL, 1998; FRANCHINI NETO, 2015). O espólio deixado por D. João VI para o Brasil era muito aquém do considerado adequado ao devido funcionamento da máquina pública restante, tornando evidentemente complexa a engenharia ao redor do esforço de guerra inexorável para manter real a independência (PAULA, 1965, p. 272-275). O projeto de separação do Reino do Brasil da união com Portugal teve desde a sua concepção o ideal de manter todos os territórios coesos, sendo que para isso se construiu uma imagem política de D. Pedro que acabou por tornar as Guerras de Independência uma forma de luta contra ou a favor de sua causa. Propõe-se nesse diapasão uma abertura do entendimento sobre o que de fato é o limite entre elas e o que é apontado pela historiografia como conflitos internos provenientes do caos político e institucional que se caracteriza o Primeiro Reinado, para assim redimensionar mais essa parte do Reconhecimento.

O mau estado das poucas tropas aqui deixadas dificultava sobremaneira os esforços militares necessários tanto para repelir os inimigos quanto para dissuadir outras expedições de reconquista que pudessem ser formadas. A solução mais viável era a contratação de mercenários para compor as colunas brasileiras nesses focos de resistência portuguesa, contudo a demanda por recursos era um evidente elemento impeditivo, já que os cofres do

reino haviam sido limpos por D. João VI. A contratação do almirante de origem inglesa Thomas Cochrane já ao final de 1822, sob promessa futura de pagamento, foi significativa para a contenção das tropas do General Madero na Bahia, um dos principais focos de guerra travados no processo de independência (VIOTTI DA COSTA, 1972; FRANCHINI NETO, 2015, p. 376-391). Muito embora faça sentido a alcunha dada a José Bonifácio de Patriarca da Independência, em decorrência de seu papel junto às elites políticas e econômicas do que hoje se entende como Sudeste, sua força e de seus apoiadores encontrava claros limites de penetração no país.

Verifica-se nesse dado momento a influência que as tendências de pensamento político tinham na mente dos indivíduos da época, as quais direcionavam para sentidos diferentes o futuro desejado para o Brasil. Certamente que o fenômeno do liberal-conservadorismo é deveras explicativo para a constatação de que os interesses próprios das elites prevaleciam sobre qualquer reflexão mais ampla e apurada do que seriam projetos embasados em interesse nacional. A atuação de Bonifácio pode ser muito bem observada nas lutas intra-elites no que diz respeito aos divergentes projetos idealizados para o Brasil, que variaram desde uma edificação plenamente republicana até a mais radical forma do Ancien Régime. Contratar Lord Cochrane para liderar a esquadra brasileira, assim como mercenários germânicos para combater na Cisplatina, dava o recado aos opositores locais do poder contra o qual eles estavam lutando, contudo para as repúblicas vizinhas tal fato tinha peso ainda maior pelo histórico conflito geopolítico e a percepção de ameaça republicana que dali se percebia.

A independência do Brasil na Bahia, muito além dos célebres feitos de indivíduos icônicos como Maria Quitéria, Joana Angélica e do Visconde de Pirajá, foi dos episódios mais complexos dentro do processo como um todo. A importância histórica deste sítio, que sediou o Governo Geral da colônia até 1763, consegue ser verificada quando da escolha pelas Cortes em enviar o General Madeira de Melo para comandar de lá as tropas portuguesas, sabendo-se destarte do clima favorável ao Príncipe Regente no centro-sul. Os componentes históricos da desigualdade geográfica do Brasil emergem como conectores de uma elite agrária formada nos tempos da colônia que tinha a ordem do mercantilismo bastante vantajosa para a sua produção, pela garantia do mercado metropolitano. Verificava-se no Nordeste, região de duas das mais importantes cidades brasileiras, Salvador e Recife, a conformação de um cenário bastante desfavorável ao Partido Brasileiro e que se não viesse dali a principal ameaça à independência, viria ao menos a chance de uma união desta região com Portugal (com ou sem as Cortes).

No extremo oposto do país, a Província Cisplatina pode ter a sua história resumida a partir do prisma do conflito entre Portugal e Espanha pela colonização da região do Prata, considerada essencial para os interesses estratégicos de explorar o interior da América do Sul. A transferência do controle da colônia do Santíssimo Sacramento aos espanhóis por força do Tratado de Madri de 1750 não arrefeceu o interesse português em se projetar nesta zona, permanecendo o mesmo em latência até das Guerras Napoleônicas e posterior transferência da corte para o Brasil. Tem-se nesse momento mais uma incursão militar na Banda Oriental, no ano de 1811, sob o pretexto de Portugal retaliar o Império Napoleônico que invadira a Espanha e empossara José Bonaparte no lugar de Fernando VII de Bourbon (FERREIRA, 2015, p. 122-141). Atribui-se ao caso o fato de a rainha portuguesa ser irmã do rei espanhol e pretender com tomar para si os governos das colônias hispano-americanas, contudo ao final de uma década prevaleceu a incorporação forçada por Portugal em 1821. Restou ao Brasil a herança de uma província desagregada, militarmente ocupada há 10 anos, notadamente influenciada pelo ideário republicano do Prata e que despertava os olhares daqueles interessados na reconstrução territorial do Vice-Reino do Rio da Prata.

Desde sua incorporação ao Reino Unido, momentos depois da partida de D. João VI para Portugal, a província Cisplatina era governada pelo comandante das tropas portuguesas de ocupação, o General Lecor, futuro Barão de Laguna, que havia participado nas Guerras Napoleônicas (FERREIRA, 2015, p. 14-22). Chama-se atenção para este fato como forma de aprimorar a construção do cenário regional, para entender os porquês de a guerra ter acontecido nesta província e contra quais forças o Império lutava, para dar seguimento do processo de redimensionar as Guerras de Independência. Se por um lado havia o interesse brasileiro de manter o controle sobre uma margem do Rio da Prata, em flagrante exercício de um acúmulo histórico da política externa portuguesa, por outro havia forças contrárias que continuavam a almejar o domínio de ambos os lados do estuário. Em termos gerais, Lecor lutava não somente contra aliados das Cortes, mas também contra “conspiradores locais” que arquitetavam ações para construir seja uma república independente, seja uma em reunião com as demais províncias platinas.

A guerra, que se estendeu até o fim de 1823, teve como antagonista de Lecor o também português D. Álvaro da Costa, que se mantivera leal aos ditames das Cortes e que se juntava ao batalhão de Voluntários Reais que seguira o mesmo posicionamento (FERREIRA, 2015). Com a outorga da Constituição de 1824 ratificou-se o controle da Cisplatina pelo Império, tendo sido incorporados os trâmites político-administrativos e eleitos parlamentares para compor a primeira legislatura. A força de oposição aos brasileiros não teria sido extinta

somente por força do armistício assinado com os portugueses, conforme se pode perceber com a ascensão das forças nacionais uruguaias lideradas por Juan Antonio Lavalleja, os chamados Trinta e Três Orientais. O Congresso da Flórida (1825) contestava a incorporação da Banda Oriental ao Império, declarando-se parte das Províncias Unidas do Rio da Prata e desencadeando a processo da Guerra da Cisplatina (1825-1828), o que permite constatar o contínuo de instabilidade e de graves conflitos em uma região considerada historicamente estratégica para a geopolítica sul-americana (CALÓGERAS, 1998, p. 397-435).

Ainda em 1823, o Almirante Thomas Cochrane conseguiu render às tropas do General Madeira de Melo, contendo assim as principais resistências militares tradicionais advindas de Portugal no nordeste brasileiro (FRANCHINI NETO, 2015, p. 376-396). De modo análogo ao que se verificou na Cisplatina, foram nos movimentos liderados por forças locais e contestadores do poder do Império que se perceberam as maiores dificuldades de manutenção da ordem. Para os que ansiavam o regresso ao exclusivismo mercantilista, a existência do governo das Cortes Gerais era o elemento externo fortalecedor de um pleito que a independência sob as regras do comércio livre não lhes podia prover. O exemplo das lutas por independência no Grão-Pará é significativo para se compreender o quadro geral das insurgências internas do território brasileiro, ao ter sido enviado o futuro Almirante Grenfell para controlar a região devido ao elevado número de conflitos armados entre brasileiros e portugueses.

No sentido de controlar os sublevados, o Imperador D. Pedro optou pela via militar para controlar os sublevados das províncias do Norte e do Nordeste do Brasil, onde a adesão às Cortes fora significativa muito em virtude do componente iluminista que regia o movimento portuense. Conquanto isso estivesse presente nos pleitos paraenses, notadamente dos comerciantes da capital Belém, seria em 1824 com a deflagração da Confederação do Equador que o duo liberalismo-republicanismo se fez concretamente presente. No esteio dessas ideias e da Revolução Pernambucana de 1817, foi deflagrada na província um movimento contra a destituição da Assembleia Constituinte de 1823 e dos ditames constitucionais erguidos pela força de D. Pedro e das elites do centro-sul por meio da Constituição de 1824. Este movimento, intimamente conectado ao que acontecia na Europa e influenciado pelos rumos pós-coloniais hispano-americanos, mais do que um simples levante popular, foi de fato uma agressão ao Brasil, entendido aqui como o projeto político do Império da corte dos Bragança no Rio de Janeiro (CUNHA, 1965, p. 207-237).

Mesmo este sendo o último grande levante contra a o poder central ao longo do Primeiro Reinado, ainda seriam verificados importantes episódios de ameaça à independência

brasileira mesmo após a assinatura do Tratado de Paz entre Brasil e Portugal, que deu fim às hostilidades e sagrou o Reconhecimento nesse lado (CERVO, 1981, p. 27). Em primeiro lugar indica-se a importância que a continuidade da Guerra da Cisplatina tinha para a política no país como um todo, pois uma derrota para uma república que já nascia com ares de rival do Brasil poderia ser fatal para a existência do Império. Embora reconhecidamente independente pela sua ex-metrópole, o perigo de uma fragmentação em diversas repúblicas era real e isso era considerado uma grave ameaça aos interesses da Corte, pelo que se percebeu no movimento pernambucano. A repressão contra os dissidentes era clara e agressiva, ao fazer uso das mesmas tropas que contratara para fazer frente a Lisboa para dar fim aos levantes, punindo com severidade os líderes apontados, como se fez com o Frei Caneca.

Em 1826 teve início no Império a última das crises que puseram em risco a independência do Brasil, mesmo que em um episódio bastante recheado de esperanças veladas, mas que em ambos os lados do Atlântico teve seus apoiadores. Desde a coroação de Pedro I como Imperador do Brasil que as questões dinásticas ocuparam uma das principais pautas da política doméstica do país, em função de continuar sendo ele o herdeiro direto do trono português. Com a morte de D. João VI, a esperança que restava em alguns defensores da reunião de ambos os reinos reacendeu, já que a opção por D. Miguel era bastante controversa pelo seu conservadorismo em defesa do Antigo Regime. Ao se aclamar Pedro IV de Portugal, para logo em seguida abdicar em nome de sua filha D. Maria da Glória, que na ocasião tinha apenas seis anos de idade, o Imperador resolveu provisoriamente esta questão e conseguiu arrefecer enfaticamente os ímpetus reintegracionistas.

3.2 - Um Balanço das Dimensões

Em um balanço acerca das perspectivas encontradas, mesmo que ainda expostas de modo resumido, permite-se chegar a algumas conclusões sobre a relação entre as Guerras de Independência e o processo de Reconhecimento do Império. Primeiramente que no que diz respeito à literatura de Relações Internacionais, o tópico é menos abordado do que o próprio modo como o reconhecimento foi adquirido no exterior, podendo inclusive ser dito que não consta de fato no quadro de variáveis consideradas. Mesmo na História do Brasil, a qual tem uma produção mais consolidada do que as HRIB's, não se encontram trabalhos de alcance explicativo amplo que façam devido uso destas Guerras como elemento explicativo no amarrar do processo de formação do Brasil independente. Embora alguns importantes estudos tenham sido feitos no sentido de dar voz a histórias antes diminuídas, estes ainda não tiveram

suficiente impacto na literatura mais geral, assim como ainda não provocaram resultados no compreender do processo de Reconhecimento.

O imaginário nacional do que Thomas Skidmore chama de “Brasil moderno” foi construído no início do século XX pelas elites protagonistas do liberal-conservadorismo, criando uma estrutura maniqueísta que coloca a monarquia escravagista como antagonista do republicanismo liberal. Conquanto a caracterização do Império não careça de precisão acerca de sua essência, não se apontam as continuidades que a República não soube sanar, notadamente as condições sociais desiguais e as relações violentas dentre a sociedade e provenientes do próprio Estado. Teve-se, nesse momento histórico ora apontado, retirados das páginas dos livros de História do Brasil as passagens de Capistrano de Abreu e Adolfo Varnhagen retrataram de modo elogioso ao primeiro Imperador e, por conseguinte, a própria formação do Brasil-nação. Muito embora a construção moderna não tenha transformado as Guerras de Independência em uma crítica ao país, ela proporcionou o alicerce para a construção da ideia da formação pacífica e negociada com a tranquilidade da diplomacia de um civilizado Velho Mundo, do qual o Brasil era digno herdeiro.

O que se percebe são impactos dessas concepções na literatura de História das Relações Internacionais do Brasil quando observado o objeto Reconhecimento da Independência, por haver um dimensionamento reduzido do que foram as Guerras de Independência. Tem-se nestas últimas uma variável dependente que influencia diretamente os rumos das negociações entre as principais partes envolvidas, que conforme aponta a bibliografia da área foram o Brasil, Portugal e Inglaterra - agindo como mediadora do conflito instalado entre o reino do pai e o do filho. No que as Guerras decorreram num aumento da percepção de perigo aos pleitos autonomistas e soberanos sobre todo o território, as possibilidades de barganha a favor do Brasil tornavam-se menores, tendo em vista o penoso estado dos cofres e das forças armadas aqui deixadas. De modo invertido, tem-se condicionado o preço entendido como adequado ao o quão seguros estavam os governantes brasileiros com a vitória contra as tropas portuguesas, que não somente se incluíam as enviadas da Europa como as que aqui lotadas declararam lealdade às Cortes, ou mesmo civis.

II – As Dimensões Interiores: a Formação de um Império nas Américas

O Sete de Setembro de 1822, ponto máximo de inflexão das relações luso-brasileiras, mais do que um paradigma sobre o qual se assenta a ideia de independência política, significa um ponto de referência no esforço de compreender a construção de um novo Estado. Tendo em vista as considerações feitas no capítulo anterior, faz uso desse marco como ponto de partida para definir as estruturas, os atores e os agentes conceptores e decisores de máquina política que buscava sua identidade autônoma. Nesse diapasão, um dos desafios que emergiram foi o de formular e conduzir uma política externa a partir de velhas estruturas com fins de satisfazer novas necessidades, já que o objetivo de reconhecer e lutar pela independência ganhou prioridade na agenda do Império. Desse modo, o presente capítulo tem como estrutura analítica uma observação sobre os porquês de o Brasil ter sido constituído como uma monarquia a despeito da preeminência republicana nas Américas, assim como quais os parâmetros domésticos que balizaram sua ação internacional.

1 - O Legado Bragantino

O Legado Bragantino, para além das Reformas Joaninas, significou o enraizamento de práticas, de tradições e de valores políticos no Brasil, tendo o movimento que levou a construção do Estado brasileiro independente decorrido diretamente dos eventos posteriores à transferência da Corte. Ao ganhar caráter perene em 1815, as modernizações de D. João VI ganharam um espectro muito mais robusto em função das necessidades inerentes à inserção internacional de uma monarquia assentada sob as bases tradicionais do Antigo Regime europeu, porém agora radicada na América do Sul. Se a Missão Artística Francesa (1816) e a Missão Austríaca (1817) exemplificam a força do tradicionalismo nobiliárquico na política externa joanina, por outro lado havia forças internas pró uma aproximação com as Américas, a qual se exemplifica com o reconhecimento da independência argentina em 16 de abril de 1821 (ALEIXO, 2009). Busca-se na presente seção refletir acerca dos aspectos de política externa que após o retorno de D. João VI à Portugal ficaram como herança para a formação do

Império, destacadamente em seu processo de obtenção do reconhecimento de sua independência nas Américas.

Conforme se verificou nas reflexões do capítulo anterior, os embates entre o liberalismo político e o tradicionalismo absolutista imperaram na agenda dos países ocidentais desde a eclosão da Revolução Francesa em 1789. O distanciamento geográfico do Brasil com o velho continente, que historicamente construiu uma imagem distante da monarquia, acabou por ser violado por força da necessidade enfrentada por Portugal ao desafiar os ultimatos dados pelo Imperador dos Franceses. Ao deixar o rio Tejo em 29 de novembro de 1807, D. João evadia como um monarca absolutista que abandonava o povo junto com a nobreza lusitana, mas ao chegar à Bahia em 22 de janeiro de 1808 (GARCIA, 2000, p. 34), significou o desembarcar de uma força progressista para o Brasil colonial. A monarquia que por séculos enclausurou a sociedade colonial brasileira fazia agora um complexo jogo de reformas (em sua maioria por questão de sobrevivência), mas que acabou por desenvolver aquele longínquo, enorme e rentável território em sede de um império ultramarino.

Desde a “Viradeira” implementada por D. Maria I quando de sua ascensão ao trono em 1777, o arrocho metropolitano sobre o Brasil acabou por incrementar, sendo o alvará de 1785 exemplo significativo, ao proibir atividades manufactureiras na colônia (GARCIA, 2000, p. 31). De modo análogo ao que nos Estados Unidos se conformaram sob a forma dos “Atos Intoleráveis”, o acirramento mariano no Brasil provocou movimentações importantes como as conjurações Mineira (1789) e Baiana (1798) que, diferentemente da Americana, foram reprimidas com sucesso e vigor pela coroa. O republicanismo, que desempenhou papel central na construção dos Estados do Hemisfério Americano, acabou por representar no Brasil uma ideologia política subversiva, associada à deslealdade a Portugal, sendo quase que unânime nos movimentos de contestação como a Revolução Pernambucana de 1817. A modernização brasileira, evidenciada como inevitável para a devida gestão do reino, foi conduzida pelo punho firme de D. João, desde elementos fundamentais da sobrevivência do Estado até da formação de uma imagem apropriada para os diplomatas que agora se instalavam no Rio de Janeiro, conforme se vê:

1. Banco do Brasil (1808)
2. Real Theatro de São João (1813)
3. Real Horto (1808)
4. Faculdade de Medicina da Bahia (1808)
5. Fundação Ipanema (1810)
6. Missão Austríaca (1817)
7. Imprensa Régia (1808)

8. Missão Artística francesa (1816)
9. Real Escola de Belas-Artes (1816)

A elevação do Brasil a condição a Reino Unido (1815) tornou ainda mais próxima a consolidação do antigo e engavetado projeto português de fundar um império no Brasil, cujos primórdios podem ser encontrados no pensamento do Padre Antonio Vieira e que em 1808 ganhou o apoio de D. Rodrigo de Souza Coutinho (CUNHA, 1965, p. 136-140). Mesmo com o potencial desconforto decorrente do conflito entre Europa e América, a presença joanina demonstrava com franqueza o seu desejo de permanecer no Brasil, como se percebe no casamento do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria (1817). O ato de D. João traz consigo o importante valor simbólico do poder do Antigo Regime sobre o Hemisfério, que como um todo era percebido como rival ideológico dos princípios que nortearam a política do Concerto Europeu, que recebeu positivamente a decisão de 1815, conforme descreve Oliveira Lima (2006, p. 519-554). Fazia-se nessa sequência de ocasiões a consumação de um dos atos mais emblemáticos da velha política do mundo europeu, o casamento entre os herdeiros de duas importantes dinastias, contudo com o elemento peculiar da finalidade de futuramente governarem um reino na Américas.

1.1 – O Império Liberal nas Américas: o projeto

Herdeiro direto do trono português e um dos principais líderes da independência brasileira, D. Pedro I é figura-chave no exercício de compreender os destinos tomados pela construção do sistema político-governamental brasileiro, em função do peso que recaía sobre os ombros do então jovem príncipe. Em termos práticos, quando da declaração de independência era evidente a existência de um importante legado estrutural que permite indicar no Brasil a existência de um Estado de facto, tendo-se como referência o momento do regresso de D. João VI para Portugal. Em virtude da incerteza sobre o destino de S.M. Fidelíssima quando do seu encontro com as Cortes Gerais, instalou-se um governo no Rio de Janeiro sob o comando do Príncipe Regente, com apoio do partido brasileiro, sendo esses os principais construtores do Império. A forma de governo monárquica, muito além dos dilemas de Aristóteles e de Maquiavel, tinha o delicado equilíbrio entre o conservadorismo e o liberalismo, tornando o próprio tratamento do Estado brasileiro um elemento de discussão no Reconhecimento.

Conforme analisa Viotti da Costa, “a vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo império nos trópicos já significara por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino” (1972, p. 165), os quais se viram forçados a fugir tendo em vista o imaginário da decapitação de Luís XVI. O conservadorismo, agora em parte transmigrado para o Brasil, seria não somente o responsável pela solução monárquica como também por grande parte da resistência anticolonial, pois aqueles do partido português advogariam o regresso do exclusivo metropolitano que tornava seus negócios mais rentáveis. A via republicana, simbolizada no centro-sul na figura de Joaquim Gonçalves Lêdo, grande apoiador da independência e de D. Pedro (SOUZA, 2015, p. 198), que sob acusação de republicano foi perseguido por Bonifácio e exilou-se em Buenos Aires, em ação tratada com elogios pelo Barão do Rio Branco (RIO BRANCO, 2012, p. 99). A solução do Império vinha não somente pela intenção de conectar o tradicional ao moderno como também rememorava os anseios dos tempos de apogeu do império colonial português (CUNHA, 1965), que, por conseguinte seria a razão de sua desagregação quando do Reconhecimento da independência brasileira, conforme descreve Alexandre Valentim (1993, p. 309-341).

A organização política do Estado brasileiro pode ser percebida de modo mais sofisticado quando do episódio histórico do “Dia do Fico” (9 de janeiro de 1822), que formou a primeira instituição político-governativa formal e independente das diretrizes consideradas sob a ótica do colono como portuguesas. A formação do gabinete Andrada ainda em janeiro daquele ano seria formado pelo decreto de 16 de fevereiro de 1822, o qual criou o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, considerado na história como o Primeiro Conselho de Estado, tendo como idealizador principal José Bonifácio (CUNHA, 1965, p. 170). Conforme se compreende das observações de José Honório Rodrigues, o Conselho não tivesse função legislativa, mas analisava os projetos vindos de Portugal, muito embora que sua criação tenha sido um recurso de Bonifácio para defender a monarquia. As atribuições do Primeiro Conselho eram (BRASIL, 1973, p. LII):

1. aconselhar o Príncipe em todos os negócios mais importantes e difíceis;
2. examinar os grandes projetos de reforma que se devessem fazer na administração geral e particular do Estado;
3. propor as medidas e planos que lhe parecessem mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino-Unido e à prosperidade do Brasil;
4. advogar e zelar cada um dos seus membros pelas utilidades de suas províncias respectivas.

No que no movimento de independência se viu formar a base política a favor do rompimento com Portugal, surgia o inevitável dilema da construção necessária de um governo para esse novo país, mesmo que o sentimento de união com o Reino Unido ainda fosse significativamente presente (BERBEL, 1998). O protagonismo desempenhado pelos Andradas em sua oposição às forças recolonizadoras provocou uma natural atração de atenções, notadamente para José Bonifácio, que recebeu pela história a alcunha de “Patriarca da Independência”. A proximidade deste com o Príncipe Regente, nesse dado momento da história, é apontada como uma das razões para o sucesso do movimento independentista, inclusive pela decorrente criação institucional do Império do Brasil em 12 de outubro de 1822 (VIOTTI DA COSTA, 1972). Ergueu-se um país sob a imagem da tradição que a Casa de Bragança trazia consigo, muito embora desde a origem do movimento independentista o liberalismo tenha sido a tônica da retórica anti-metropolitana, o que produziu a imagem descrita por Pedro Octavio Carneiro da Cunha (1965) da “Formação de um Império Liberal”.

A adoção do sistema monárquico, muito mais do que uma opção voluntária, deve ser entendida como uma condição proveniente das interações entre os ambientes sistêmico e doméstico ao longo do caminho percorrido desde o regresso joanino até o Sete de Setembro. Ao se partir do pressuposto de que os grupos dominantes não têm interesse objetivo de sair do poder, tem-se no Conselho de Estado uma importante representação das lideranças políticas que articularam diretamente a independência a partir da formação do Gabinete Andrada (16 janeiro de 1822 - 12 novembro de 1823). José Honório Rodrigues aponta, em suas notas introdutórias das Atas do Conselho de Procuradores Gerais, que a historiografia nem sempre reconheceu a ideia dessa instituição tenha partido de Bonifácio, conforme aponta ele ser presente nas ideias de Varnhagen e do Barão do Rio Branco (BRASIL, 1973, p. XLVIII). A polêmica apontada pelo historiador da diplomacia, mais do que uma revisão bibliográfica, permite perceber a existência de uma pluralidade de forças ao redor do projeto de Estado que ali se edificava, mesmo que alguns tenham ganhado maior notoriedade histórica do que outros.

Seguindo essa linha de raciocínio, compreende-se a figura de José Bonifácio de Andrada como elemento articulador das forças domésticas ao redor do projeto de se criar no Brasil um Estado monárquico governado pela dinastia Bragança, sob a forma de um Império Liberal, que era o projeto a ser defendido doméstica e externamente. O célebre quadro de Georgina de Albuquerque, intitulado Sessão do Conselho de Estado (1922), retrata o momento em que as ordens das Cortes de anular os poderes do Gabinete Andrada foram recebidas, juntamente com a ameaça de envio de tropas ao Brasil (BRASIL, 1973, p. 33).

Nesta ocasião, foi produzida a carta a D. Pedro em que a insustentabilidade da situação com as Cortes relatada, a qual é apontada pela História do Brasil como a fagulha que desencadeou a mais marcante das etapas do processo de independência: a sua declaração às margens do córrego Ipiranga em 07 de setembro de 1822. Diretamente por detrás desse ato, em conjunto com a Princesa-Regente e Bonifácio, encontravam-se indivíduos em cujo significado de suas presenças está a chave para a compreensão das forças e tendências políticas que orientaram a construção de um Império nas Américas.

Dentre esses indivíduos, há um participante que chama bastante atenção para si, seja pela importância que teve ao longo do processo de independência, seja por suas posições políticas e as consequências que elas tiveram para o quadro geral do Reconhecimento. Joaquim Gonçalves Ledo, um dos três primeiros Procuradores Gerais das Províncias, representante do Rio de Janeiro, jornalista e editor do *Revérbero Constitucional Fluminense*, e considerado uma das figuras-chave para o Dia do Fico (BRASIL, 1973, p. LXI). Considerado um grande liberal, Ledo era um fiel retrato das diferentes medidas que as forças progressistas se apresentavam naquele tempo, em decorrência do contrapeso exercido pelo conservadorismo sobre os avanços políticos, econômicos e sociais que as ondas revolucionárias traziam consigo. Este se verificava nas acusações de “democrata” e “comunero” recebidas pelo grupo de Ledo, à época consideradas depreciativas por representarem ideias que enfraqueceriam o poder real, como por exemplo submetê-lo a um Parlamento, além da crítica à aristocracia, ao trabalho escravo e ao latifúndio (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 130-133).

A luta de José Bonifácio contra as forças republicanas, traduzida em escala significativa na “energia e vigor” como qual defendeu a monarquia contra:

“suspeitos de se opor à monarquia e à união das províncias; de fato, suprimiu todos os jornais da oposição e perseguiu ou exilou um certo número de liberais, entre eles Ledo, eleito deputado à Constituinte, Cunha Barbosa e Clemente Pereira (RIO BRANCO, 2012, p. 99)

É significativo reconhecer que o processo de independência política do Brasil de fato constituiu uma transformação institucional no que fora deixado por D. João VI na ocasião de sua partida - uma estrutura governativa assentada sobre as bases do Antigo Regime europeu. Muito embora a Transmigração Bragança tenha reforçado a presença do conservadorismo no ambiente brasileiro, é notável a influência que as revoluções liberais tiveram quando da

necessidade de elaborar o novo Estado. A ideia de um Império tinha em sua concepção esses diversos jogos de tendências, desde as mais até as menos progressistas, acabando por produzir um sistema político que teve como uma de suas referências principais o sucesso do liberalismo de Napoleão Bonaparte (CUNHA, 1965, p. 238-239).

Muito embora a monarquia brasileira tenha nascido sob o signo das tradições bragantinas, é possível apontar que desde o momento de sua fundação independente, as bases principiológicas de sua formação atestam uma franca preocupação em rejeitar uma forma de governo despótica. Conforme se pode perceber no próprio texto da Constituição de 1824, como por exemplo o artigo 3º que define o sistema de governo como “monárquico hereditário, constitucional e representativo”, ou mesmo a separação em quatro poderes (art. 10), todos esses poderes do Império sendo delegação da nação (art. 12). A ilustração do Império do Brasil, muito mais do que uma condescendência, foi proveniente de uma percepção sobre o mundo real, caracterizado por conflitos de classe e que multiplicava consigo as zonas de pressão sobre a nobreza governativa. A busca por estabilidade política implicava diretamente na dispersão do poder real, pois se entendia à época que um ordenamento autoritário dificultava aliviar as pressões entre as elites e as diversas camadas sociais, muito embora as iniciativas federativas tivessem sido prontamente combatidas pela Corte.

Se por um lado o modelo constitucional fosse de certo modo uma unanimidade, desde os setores mais extremados até os mais moderados dos partidos Brasileiro e Português, as limitações ao poder real pelo Parlamento e o grau de autonomia provincial causaram grandes embates. A historiografia brasileira aponta, de modo geral, a solução do Império como fruto das articulações promovidas pelos Andradas a favor de D. Pedro, a qual teve nas mãos de Bonifácio o peso maior da opção conservadora, a qual pode-se compreender na própria personalidade do Patriarca. O liberalismo, importado tanto de matriz europeia quanto americana, se traduzia respectivamente tão e somente na defesa do livre-comércio (CERVO, 2008, p. 67-70) e na criação de instituições como o sistema eleitoral e a separação de poderes. As vias do progresso continuavam atendendo à lógica do Legado Bragantino, concentradas nas mãos da elite governativa, conforme se pode perceber no excerto retirado de Venâncio Neiva (1937), no qual há uma citação de José Bonifácio, em que ele diz sobre si:

nunca fui nem serei realista puro, mas nem por isso me alistarei jamais debaixo das esfarrapadas bandeiras da suja e caótica Democracia. (...) a minha constituição não é a sua e serei sempre o que quiserem contanto que não seja o que eles são: nem corcunda nem descamisado (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 123 apud NEIVA, 1937, p. 249).

1.2 – O Império Liberal nas Américas: o produto

A primeira Fala do Trono, datada de 23 de maio de 1823, dirigia-se o Imperador ao referido Conselho demandando que fossem iniciados os trabalhos da Constituinte que concebia e transcrevia os componentes orgânicos do país. Em suas palavras de abertura percebe-se a importância desse ato como forma de projetar para exterior a identidade política do Brasil: “É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia em que ele pela primeira vez começa a mostrar ao mundo, que é Império e Império livre” (BRASIL, 1977, p. 31). Já no dia 11 de novembro, também registrado na mesma documentação, tem-se a sessão em que por ordem do monarca a Assembleia foi destituída, em função das restrições previstas pela Constituição ao Poder Executivo, conforme a própria Fala transmite (BRASIL, 1977, p. 84). A Carta Magna, ao seu ver, representava as mesmas forças que articulavam intrigas e discórdia entre nascidos no Brasil e em Portugal como forma de “... destruir a força moral do governo, e ameaçar a minha imperial pessoa, com os exemplos de Iturbide, e de Carlos I, e já por meio de emissários, que sustentassem, e propagassem tão sediciosos princípios” (BRASIL, 1977, p. 83).

Descrever a razão pela qual a Assembleia Constituinte veio a ser fechada por D. Pedro I demanda compreender o acirramento progressivo das tensões entre indivíduos brasileiros e portugueses, decorrente de confiscos promovidos por Bonifácio sobre os lusitanos. Com o fim das Cortes após a Vilafrancada, o sentimento de reintegração sob a forma novamente de um Reino Unido ganhou força entre os portugueses, que passaram a se aproximar do Imperador em função dos embates em comum contra a Assembleia (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 146-148). A questão do juramento prévio que D. Pedro fizera à Constituição confrontava a demanda do Imperador em poder vetar os artigos constitucionais (CUNHA, 1965, p. 239-240), já que quando da formação da Constituinte foi-se acordado que a Carta deveria ter sua “imperial aceitação”. O embate entre dois personagens políticos de cunho conservador e centralizador acabou por mais uma vez Bonifácio romper com o Imperador, que nomeou uma nova Constituinte em aliança com o Partido Português (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 146-152).

Os embates entre centralização e descentralização do poder, que no Império teve seu apogeu ao longo do Período Regencial (CERVO, 2008, p. 69), tiveram como resultado a produção da Constituição de 1824, que vigorou até o golpe republicano de 1889. Mantidas as bases gerais acordadas para a “Mandioca”, transformações importantes deram-se nos critérios

para tornar-se eleitor (CUNHA, 1965, p. 253-255) e na autoridade real de enviar o exército para suprimir rebeliões em províncias sem a anuência do Parlamento (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 150). Elemento-chave para devido entendimento da dinâmica política do Império do Brasil, o Poder Moderador, criado à luz das concepções do filósofo político francês Benjamin Constant, traduz o processo de centralização do poder que estava em curso naquele momento. Mesmo que ainda bastante incipientes (condição a qual perdurou por quase todo o Império), os setores militares posicionaram-se favoravelmente ao pleito do Imperador, apoiando-o na dissolução da Assembleia de 1823 e na anulação do texto da Constituição da Mandioca. Concebido originalmente como um componente neutro, o Poder Moderador acabou tornando-se símbolo da tradição política do que se conceitua como Legado Bragantino, esse progressismo centralizado conservador, conforme se percebe no Título 5º, Capítulo I da Constituição Política do Império do Brasil:

- Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.
- Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.
- Art. 100. Os seus Títulos são "Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil" e tem o Tratamento de Majestade Imperial.
- Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador:
 - I. Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43.
 - II. Convocando a Assembléa Geral extra-ordinariamente nos intervalos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.
 - III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembléa Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.
 - IV. Aprovando e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciais: Arts. 86, e 87.
 - V. Prorrogando ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.
 - VI. Nomeando e demittindo livremente os Ministros de Estado.
 - VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.
 - VIII. Perdoando e moderando as penas impostas e os Réus condenados por Sentença.
 - IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.

De acordo com Pedro Octavio Carneiro da Cunha (1965, p. 257):

Contrariando, como fica evidente, o preconceito até hoje comum de que neutralidade quer dizer fraqueza, o poder neutro terá, portanto, atribuições fortes. Será uma espécie de “Grande Eleitor”, imaginado por Sieyès, outro possível germe da teoria de Constant. Terá atribuições fortes porém constantemente e levadas ou pelo menos isentas, sempre acima ou por fora do que constitui o objeto particular das atividades legislativa, judiciária e executiva pròpriamente dita (ou de administração no sentido

amplo). Justamente por se não envolver o poder régio nestas esferas particulares de compromisso é que se poderá manter a ficção que de que o rei é inviolável, ficção útil à tranqüilidade da tradição nacional. Neutralidade forte, portanto, neutralidade de juiz que é indiferente às facções, conciliador dos conflitos entre os outros poderes, grande recurso para os momentos de crise, mas neutralidade que só existirá se fôr mantida diante do legislativo, do judiciário e do executivo.

Chefe do Executivo e detentor privativo das incumbências do Moderador, D. Pedro I acabou por aglomerar em suas mãos capacidades decisórias desproporcionais em relação aos demais Poderes, em consonância do já era previsto após o episódio da Noite da Agonia. A elite liberal-conservadora que sustentou a dissolução forçada da Constituinte viu nessa manobra uma forma de salvaguardar os seus interesses, principalmente a ordem escravocrata, já posta em dúvida em diversas potências do ocidente, como França, Inglaterra e Estados Unidos (BETHELL, 2002, p. 21-49). Por outro ângulo, pode-se perceber nesse mesmo momento a edificação de importantes instituições de fato liberais como o princípio da representatividade, que vai produzir um sistema eleitoral censitário para eleger os deputados, senadores e conselheiros de províncias, ou mesmo nas garantias de direitos civis e políticos aos cidadãos. Certamente fruto do seu tempo e do seu lugar, o Império do Brasil nasceu a partir de um ordenamento dotado de complexidade, mas que teve a capacidade de formular uma solução capaz de equilibrar diversos interesses sob um mesmo regime até o final do século XIX.

2 - Estadistas, Estrategistas e as concepções de Política Externa no 1º Reinado

Ao longo do caminho percorrido na descrição que parte desde os componentes sistêmicos se dirige em direção à formação dos Determinantes Domésticos que compõem o âmbito da burocracia estatal e da tomada de decisão, uma vez já explanada a natureza do Estado brasileiro (JERVIS, 1976). Nesse diapasão, a presente seção busca apresentar um pouco mais a fundo os principais atores responsáveis pela construção da independência e do Império, influentes não somente na formação das concepções de inserção internacional do país, como também pelas instituições transformadas legado. Dada as condições estruturais, definiram-se os elementos limitadores das ações de política externa em função da projeção de identidades desejadas a partir da interação entre os interesses e os valores dos grupos dominantes do cenário doméstico. Desse modo, formam-se os conjuntos de percepções dos

tomadores de decisão a partir da agregação de uma análise dos sujeitos operadores da política externa do Império no Primeiro Reinado, a partir de dados da biografia política e pessoal disponíveis.

Ponto de referência no exercício compreensivo da política e dos políticos que conduziram o Império, as ideias de José Murilo de Carvalho (2006) são fundamentais para compreender a existência de uma relação entre ambiente intelectual e concepções políticas no caso brasileiro. Conforme descreve o autor, a formação acadêmica na Universidade de Coimbra funcionou como uma referência no desenvolvimento das concepções políticas das elites do Brasil Império, uma vez inexistentes as universidades desde os tempos da colônia. Esse quadro, que ao ver se Carvalho (2006) somente se reverteria a partir da fundação da faculdade de Direito em Recife (1827), manteve por um longo tempo concepções europeizadas sobre os rumos da política brasileira, no que o autor concebe por ser uma geração coimbrã. Dentro do marco temporal da presente pesquisa, verifica-se então justamente terem sido esses indivíduos os que estiveram à frente da construção e da condução dos negócios internos do país ao longo do Primeiro Reinado, o que converge com a separação das ideias de independência e emancipação descritas por Maria Odila Silva Dias (1972).

De modo geral, compreende-se a base intelectual do momento histórico analisado como dotada de um elevado grau de colonização, o qual muito embora partisse de premissas racionais decorrentes da força do Iluminismo, ainda tinha sensíveis limitações no exercício compreensivo sobre o que seria de fato a realidade nacional. Muito embora os princípios libertadores do jugo do Antigo Regime conduzissem evidentemente os rumos do Império, como os preconizados por Montesquieu, Rousseau e principalmente de Benjamin Constant (CUNHA, 1965, p. 255-256), esses não seriam suficientes para ressignificar de imediato o que seria o Brasil independente. No que os espaços de reflexão eram limitados por efeito de três séculos de uma colonização repressora, restou ao Conselho de Estado e ao desempenharem a função de lócus de discussão e construção do pensamento político brasileiro, conforme aponta Amado Cervo (1981). Embora inserido nas Américas, o Império do Brasil era evidentemente dominado por uma elite política europeia, embasada em concepções do Velho Mundo, sustentada economicamente em uma base colonial escravagista e sem experiência significativa no tratamento com repúblicas como as que no continente surgiam.

Outro componente que ancorava de modo quase que obrigatório o Império na política da Europa era justamente a adoção de um sistema monárquico de governo, o qual era assentado constitucionalmente na legítima hereditariedade que os Bragança tinham sobre o Brasil. No que em seu artigo 4º a Constituição de 1824 postula a dinastia do Imperador como

a imperante sobre o Brasil e nos capítulos III e IV discorre sobre a família imperial e a sucessão ao poder (BRASIL, 1824), induz indiretamente a necessidade de manter o país sob as dinâmicas de poder decorrentes das interações entre as diversas cortes do Velho Mundo. Por meio desse caminho adotado, já nascia o Império próximo de Estados como do Império da Áustria, em virtude do casamento da arquiduquesa Leopoldina com o Príncipe D. Pedro em 1817, representado nas próprias cores da bandeira que até hoje contém o verde dos Bragança e o amarelo dos Habsburgo. Os princípios e as instituições liberais fundadas em 1824 indicavam, por outro lado, renovações nos caminhos políticos brasileiros no pós-independência, o que também tornava menos complexa a inserção do país junto à constelação de repúblicas americanas.

conquanto não se possa afirmar relação direta ou indireta entre a Vilafrancada e a Noite da Agonia, verifica-se similaridades no resultante das forças políticas em ambos os movimentos já que a vitória constitucional.

2.1 - Sua Majestade Imperial, D. Pedro I: Defensor Perpétuo do Brasil

A naturalidade com a qual se parte do Imperador do Brasil dentro do objeto estudado não reflete, de fato, a real importância que a observação sobre a figura de D. Pedro I tem para a presente pesquisa. Nascido no dia 12 de outubro de 1798 no Palácio de Queluz, em Portugal, Pedro de Alcântara foi o quarto filho de D. João VI e Carlota Joaquina, segundo na linha de sucessão do trono português até o falecimento de seu irmão Francisco Antônio, o então Príncipe da Beira (1801). Trazido para o Brasil com apenas nove anos de idade, teve boa parte de sua formação no Rio de Janeiro, ou seja, longe das dinâmicas tradicionais formalidade e dos hábitos das cortes europeias, então ameaçadas pelo Império liberal de Napoleão Bonaparte. Esse aspecto, dentre as diversas instâncias possíveis, é de grande importância para a compreensão dos elementos que compunham suas percepções sobre o mundo e as concepções políticas formuladas e executadas por ele.

Figura bastante controvertida na historiografia brasileira, em decorrência de decisões que permanecem em discussão na história do país, D. Pedro I, do mesmo modo que o Estado por ele criado, também é produto de seu tempo e representante de um determinado modo de pensar e de fazer política. Descrito por uma de suas principais biógrafas como um personagem quixotesco, ou melhor, “Um Herói Sem Nenhum Caráter” (LUSTOSA, 2006) conforme designado no subtítulo de um dos livros mais influentes da contemporaneidade no

que se refere à vida do primeiro Imperador. Com a alegoria retirada do clássico de Miguel de Cervantes, Isabel de Lustosa busca compreender a ambiguidade inerente à pessoa de D. Pedro, a qual permite compreender uma série de outras questões sobre a sua atuação política, marcada ora por eventos de cunho autoritário assim como, ora em evidente progressismo. Busca-se nesses fatores dimensionar de modo mais adequado o seu papel na inserção internacional do Brasil e os reflexos disso no âmbito da política para o Reconhecimento empreendida nas Américas.

Com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815, não somente houve a equiparação jurídica entre ambos os países, como também um grande passo pela independência fora dado pelas mãos de um rei Bragança (CORRÊA DA COSTA, 1942 - A, p. 4). A emergência de um novo sistema hemisférico, o qual se propunha como antagonista daquele que o colonizara, gerou um grande desafio para as tradições de política externa de Portugal, alicerçada na aliança com os ingleses e na Armada como projetora de seus interesses geopolíticos. Reconhecendo a inevitabilidade das relações continentais, D. João VI reconheceu a independência argentina (15 de abril) e chilena (11 de agosto) em 1821, sendo importante ressaltar que desde 1793 os Estados Unidos também eram reconhecidos (GARCIA, 2005, p. 31-39). A política externa do reino joanino no Brasil acompanhava o histórico desenho de projeção de poder no Amazonas e no Prata, obedecendo às tradições que construíram a massa territorial ratificada *de jure* no Tratado de Madrid de 1750, pelo diplomata português Alexandre de Gusmão.

Se no âmbito da política externa pode-se verificar a existência de um prévio, porém singelo, impulso renovador em direção a um americanismo, internamente as estruturas políticas herdadas por Pedro I eram tão absolutistas quanto da Transferência de 1807 (mesmo depois de insurreições liberais como a Revolução Pernambucana de 1817). Foi das lutas de D. Pedro e seus apoiadores contra o governo pretensamente liberal das Cortes que se produziu o Primeiro Conselho de Estado, cuja formação contemplava três membros de cada uma das províncias brasileiras (BRASIL, 1973, p. XLVII). De modo análogo ao papel que desempenhou D. João na extinção das estruturas coloniais, D. Pedro foi um dos responsáveis não somente pela conquista armada da independência, como também da estruturação de um Estado constitucional, com eleições (ainda que censitárias) e representação parlamentar. Embora Sérgio Corrêa da Costa defina como “fora de propósito” a comparação entre D. Pedro I e Napoleão Bonaparte (1942 - A, p. 25), tanto esse autor quanto Pedro Octávio Carneiro da Cunha (1965, p. 238-240) concordam na influência das imagens da França napoleônica na construção do Império do Brasil.

Os rumos da Constituinte, os quais perpassam o advento da retomada conservadora em Portugal após a Vilafrancada (27 de maio de 1823), foram abruptamente interrompidos pelo evento conhecido como “Noite da Agonia”, após ordem do Imperador para que a sessão fosse suspensa e o texto sob trabalho interrompido. O que D. Pedro compreendeu por ser um avanço excessivo do liberalismo ia ao encontro do que importantes setores da aristocracia rural também preconizavam, em virtude de uma orientação parlamentarista e mais liberal que o regime desenhado aparentava ter (BRASIL, 1973, p. 31-43). Dentre a constelação de ações políticas desempenhadas pelo primeiro Imperador, certamente esta é uma que mais marcaram o seu perfil político pelo fato por ser utilizada como exemplo do autoritarismo de Pedro I, que descontente com um debate mais liberal acabou por fazer uso da força. No esteio dessa ação, houve também o rompimento com José Bonifácio e dissolução do Gabinete Andrada, considerados por parte da literatura como uma força progressista interrompida pelo braço forte do autoritarismo do monarca.

O fato de o processo de construção da independência brasileira ter sido liderado por D. Pedro, decorreu na formação de uma monarquia sob tutela da outorgada Constituição de 1824 e contribuiu ainda mais na manutenção de uma imagem europeia resiliente política do Império. O apoio dado pelo Partido Português, que seria a sua principal base de sustentação em seu instável reinado, seria também percebido pela sociedade maçônica Grande-Oriente, que o concedeu o grau de Grão-Mestre tirando justamente de José Bonifácio da posição (VIOTTI DA COSTA, 1972). Conforme apontado por grande parte da historiografia, sua permanência em solo brasileiro, após o retorno de seu pai à Portugal, fez parte de uma estratégia que visava impedir que forças análogas às que compuseram as independências hispano-americanas viessem a se conformar. Uma clássica citação das correspondências entre D. Pedro e D. João VI, no qual El-Rey diz: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros” (CORRÊA DA COSTA, 1942, p. 5) é bastante simbólica no quanto o antirrepublicaníssimo e as políticas dinásticas estiveram no centro do lócus dessa estratégia posta em prática.

Dois elementos diametralmente opostos podem ser elencados como referências centrais no processo de compreensão do pensamento político do primeiro Imperador: o conservadorismo e o liberalismo (CUNHA, 1965, 238-264). Conforme anteriormente descritos, esses debates encontravam-se no cerne dos movimentos políticos tanto revolucionários quanto reformadores desde a Revolução Francesa, de modo que pode ser atribuída relativa naturalidade ao pertencimento desses elementos no cálculo estratégico de Pedro I. A força advinda das Cortes lisboetas teve também papel central na formação política

brasileira, sendo inclusive a estrutura constitucional considerada pelo ainda Príncipe Regente como benéfica para o ordenamento brasileiro, conforme se viu em 1822. Compreende-se que o *Ancien Régime*, em *lato sensu*, embora ainda representado com firmeza pela Santa Aliança, era percebido pelo Imperador como uma estrutura arcaica e que precisava ser reformado por meio de estruturas condizentes com as tendências político-sociais que se emanava.

É importante reconhecer a grande influência dos ideais iluministas, já com bastante difusão pelo mundo ocidental que via surgir em seu meio uma diversidade de revoluções de cunho liberal, com destaque para o Hemisfério Americano. A opção pela continuidade do ordenamento monárquico, conquanto pudesse parecer uma saída que contrariasse as forças renovadoras, estava ancorada na ilustração de um regime que não se assentava sobre as bases arcaicas do Direito Divino. Discutíveis foram os métodos utilizados por D. Pedro para defender os seus interesses e de seus correligionários, concretamente autoritários no modo como deu fim à Constituinte de 1823, o que permite verificar as heranças de uma velha política que ainda se fazia viva no modo de fazer política no Brasil independente. A Constituição de 1824, não somente representa uma síntese da estrutura do Império como Estado, como também pode ser interpretada como uma transcrição das concepções e projetos políticos que O Libertador teve para o seu país.

Embora a literatura histórica e biográfica não tenha atribuído ao primeiro Imperador do Brasil aspectos de fundo conceitual sobre seus pensamentos de política externa, outros elementos também podem ser utilizados como referencial, dentre as quais a “Fala do Trono”. Por meio desta documentação é possível compreender os direcionamentos do Imperador acerca de diversas questões, dentre as quais se destacam as relativas aos temas exteriores do Brasil. Pronunciadas no início período do ano de funcionamento das legislaturas, esses discursos do monarca tiveram grande influência na condução dos debates parlamentares, o que pode ser observado pela intensidade com que a Fala era apreciada ao longo das seções. A primeira Fala (3 de maio de 1823), na sessão de abertura da Constituinte, é possível perceber o ceticismo crítico do Imperador quanto a constituições, o que permite compreender sua importância como construtor de um Império que ansiava por ser reconhecido como tal.

Todas as constituições, que à maneira das de 1791 e 92, têm estabelecido suas bases, e se têm querido organizar, a experiência nos tem mostrado, que são totalmente *teóricas, e metafísicas, e por isso inexequíveis*, assim o prova a França, Espanha; e ultimamente Portugal. Elas não têm feito, como deviam, a felicidade geral; mas sim, depois de uma licenciosa liberdade, vemos, que em uns países já apareceu, e em outros ainda não tarda a aparecer o despotismo em um, depois de ter sido exercitado por muitos, sendo consequência necessária ficarem os povos reduzidos à triste situação de presenciarem e sofrerem todos os horrores da anarquia. (BRASIL, 1973, p. 37)

Para além das questões tangentes à formação do Império, percebe-se a influência direta do pensamento do Imperador nos assuntos externos no que tangia ao tema da separação total entre o Brasil e Portugal, uma vez a sua pessoa ainda sendo elemento de ligação entre ambos. Dentre os diversos elementos que compuseram as zonas de pressão ao redor do Reconhecimento, a política dinástica ocupou parte da formação da estratégia brasileira, uma vez sendo percebida como problemática a permanência de D. Pedro com as duas coroas (CORRÊA DA COSTA, 1942 - A, p. 148-153). A inevitabilidade das ações secessionistas que advinham de relevantes grupos político-econômicos demandaram um posicionamento cada vez mais preciso do até então Príncipe Regente.

O Imperador, vitorioso nas empreitadas militares pela independência brasileira, veria emanar na esfera diplomática luso-brasileira, após 1825, o ressurgimento de uma delicada agenda em suas relações internacionais. Estando mais distante o perigo da recolonização, embora ainda não inexistente, o principal aspecto com o qual o Imperador teve que lidar foi o referente a herança dinástica que ainda o atrelava à Portugal. Notadamente havia um forte interesse em reanexar o Brasil por um viés transversal, ao dispor a coroa lusitana à D. Pedro quando seu pai viesse a falecer. Embora por mais de uma ocasião tenha sido declarado pelo monarca brasileiro sua abdicação aos direitos que tinha sobre o trono português (CORRÊA DA COSTA, 1942), percebe-se a existência de forças veladas que procuravam fazer uso da linha sucessória como um método de reunificar os Reinos, sendo inclusive possível de detectar traços das demandas recolonizadoras.

Conforme registrado na Fala do Trono de 1826, em importante discurso sobre política externa, o Imperador declara o que se lê no excerto abaixo, sendo perceptíveis as preocupações com uma reunificação com Portugal por efeitos da sucessão ao trono.

Qual seria a aflição que atormentaria minha alma buscando um meio de felicitar a nação portuguesa, não ofendendo a brasileira, e de as separar (apesar de já separadas) para nunca mais se poderem unir? Confirmei em Portugal a regência que meu pai havia criado; dei uma anistia; dei uma constituição; abdiquei e cedi de todos os indisputáveis, e inauferíveis direitos que tinha à coroa da monarquia portuguesa e soberania daqueles reinos na pessoa da minha muito amada e querida filha a Princesa D^a Maria da Glória, hoje Rainha de Portugal, D. Maria II. É o que cumpria fazer a bem da minha honra e do Brasil. Agora conheçam (como já deviam conhecer) alguns brasileiros ainda incrédulos, que o interesse pelo Brasil, e o amor da sua independência é tão forte em mim, que abdiquei a coroa da monarquia portuguesa que me pertencia por direito indisputável só porque o futuro poderia comprometer os interesses do mesmo Brasil, do qual sou defensor perpétuo.

Mais do que somente orientadores da vertente relacional entre ambos os referidos países, a política dinástica orientou a política exterior de D. Pedro para os outros eixos que a tese se debruça. Notadamente, nesse âmbito encontram-se aspectos fundamentais dos alicerces que deram início a boa parte das relações austro-brasileiras, pelo fato do casamento do Imperador com a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, enquanto ainda D. João VI estava no Brasil. Enquanto não se possa afirmar que tenha existido uma doutrina ou mesmo uma elaboração de conceitos por parte do monarca brasileiro, a condição monárquica que a sua figura representava significou o surgimento de uma necessidade (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 128) . Conforme se pode observar, o apoio buscado perante o Império Austríaco para com a causa brasileira obteria boa receptividade da diplomacia de Metternich, desempenhando uma importante tentativa de contrapeso ao republicanismo americano. (CALÓGERAS, 1998, p. 143-159).

Por outro lado, o próprio pensamento político monarquista vinculado à figura de D. Pedro representou um obstáculo, mesmo que parcial, ao relacionamento com os países do eixo americano, em um âmbito geral (CAMPOS, 1965, p. 372). Conquanto não se possa afirmar por meio da literatura até então disponível, assim como pelas fontes documentais perscrutadas, que houve relativa replicação de uma política externa análoga a das nações europeias pelo Brasil monárquico, importante desconfiança advinha dos vizinhos para com o Brasil. O pertencimento do Imperador à órbita de condução política do Velho Mundo, com importantes diálogos postos em prática com as monarquias liberais e as absolutistas acabou por não gerar danos no âmbito das intenções de manter relações diplomáticas com as nações americanas. Em sentido contrário, foi o Imperador o responsável pela continuidade de uma aberta política de balança de poder no subsistema platino, herdada diretamente de seus antepassados reis de Portugal e que remontava o século XVI.

O projeto da fundação de um Império liberal foi fruto de um processo revolucionário presente naquela época, mas que também teve muito da mão de Pedro I na contenção das forças reacionárias, isso também se verifica como verdade (CUNHA, 1965). Muito embora o ensaio de um regresso do conservadorismo se verificasse na Europa, conforme se verificou na derrota dos movimentos de Cádiz e do Porto, o Imperador ainda sim foi capaz de produzir um Estado estabelecimento de a partir de instituições políticas modernas. Como única experiência similar ao modelo político brasileiro nas Américas, o Império Mexicano teve curtíssima duração, não podendo ser apontado como elemento motivador das construções desenvolvidas por D. Pedro, que de fato reinou sozinho no hemisfério até sua abdicação em 1831. Indica-se por fim que os desejos e as imagens inspiradoras da construção do Império tiveram inspiração

no modelo da França de Bonaparte, o qual era visto com bons olhos por diversos setores que acabaram por apoiar a formação de um Estado sob bases neo-napoleônicas.

Mesmo que seja possível partir do pressuposto de que D. Pedro I não foi o autor de concepções sofisticadas no âmbito da política externa, como se verificou com os seus contemporâneos James Monroe e Simón Bolívar, percebe-se importantes evidências do legado do Imperador. Retratado com um indivíduo de pouco polimento e traquejo, tanto no seu quotidiano quando na sua vida pública (LUSTOSA, 2006), de fato pode-se percebê-lo melhor através das ações praticadas e não no âmbito das ideias. Pressionado por diversos lados, que almejavam o seu apoio em virtude da importância que ele representava, conseguiu conduzir o processo de independência e erguer um Estado, que a partir de então demandava reconhecimento dos seus pares. O Imperador Pedro I do Brasil, como parte central deste todo, também acabaria por se tornar objeto desta ação de política externa, uma vez sendo ele e sua esposa pertencentes à constelação das famílias nobres europeias, com quem seriam buscadas relações como forma de manter viva a monarquia no país.

2.2 - José Bonifácio de Andrada e Silva: o Patriarca da Independência

Ao se partir da alcunha pela qual o primeiro chanceler do Brasil independente fora dotado, promove-se uma observação acerca de sua pessoa e de sua atuação como proponente de princípios e diretrizes para a política externa do país, tendo em vista sua importância para a compreensão das raízes da estratégia que fora alçada para a obtenção do reconhecimento nas Américas. Embora de curta duração sua gestão frente a Secretaria de Estado do Império e Estrangeiros, enquanto lá esteve relevantes parâmetros foram traçados para o corpo diplomático que se formava, principalmente nos eixos relacionais que a presente tese busca analisar. Como primeiro chanceler da história do Brasil, a imagem Bonifácio traz consigo o que Emília Viotti da Costa (1972) descreve como “o homem e o mito”, em decorrência da complexidade de elementos que polarizam a concepção de sua imagem pública e privada. Nesse sentido, a presente seção parte de uma breve apreciação de sua biografia enquanto burocrata do aparelho estatal português em direção ao seu ingresso destacado no grupo apoiador do movimento independentista, com a finalidade de entender a formação de seu escopo ideacional já na chancelaria do Império.

Na contemporaneidade é possível perceber importantes avanços que a literatura histórica fez acerca do pensamento de notáveis indivíduos de grande influência na trajetória política do país, dentre os quais se incluem estadistas que desempenharam importante papel

na diplomacia brasileira. José Bonifácio não poderia estar de fora desses esforços analíticos, seja pela atuação que teve à época de sua presença no Ministério, seja pelo corpo de conceitos que são a ele atribuídos, tendo em vista uma avaliação a longo prazo da inserção internacional brasileira. Conforme se percebe presente nas próprias notas introdutórias de José Honório Rodrigues nas Atas do Conselho de Estado (BRASIL, 1973), por sua própria atuação política criou diversos aliados e também inimigos que trataram de criar imagens por vezes bastante divergentes sobre o Patriarca. Esta parte do presente estudo procura, desse modo, mediar dentro do possível as “paixões” e “ódios” com as quais se traçou a biografia política desse indivíduo, sendo buscadas saídas mais próximas de uma neutralidade dentro dos limites do alcançáveis.

A formação do pensamento de política externa andradino tem como alicerce fundacional sua migração para Portugal, com objetivo inicial de obter sua formação superior em Mineralogia na Universidade de Coimbra. Sendo filho de abastados comerciantes de Santos, sua mudança para Portugal pode bem ser entendida por meio das concepções de José Murilo de Carvalho (2006) acerca do “caminho natural” de formação das elites políticas brasileiras as quais, na ausência de instituições universitárias no Brasil, tinham na ida a metrópole como a saída mais viável para dar continuidade aos seus estudos. Tendo sido financiado pelo erário real para empreender viagens de intercâmbio científico, logo que regressara a Corte passou a desempenhar altos cargos na administração pública do Reino, notadamente em funções dentro da sua área de formação, a mineralogia, como por exemplo na condição de Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino. Ademais, também lecionou na própria Universidade, onde permaneceu até findar seu contrato, já quando a família real se encontrava no Rio de Janeiro há alguns anos (ANJOS, 2013. VIOTTI DA COSTA, 1972).

Retornando ao Brasil, com o qual tinha importantes vinculações de cunho afetivo, passou algum tempo gozando da tranquilidade da aposentadoria, somente regressando a vida pública quando do início das crises entre Portugal e o Brasil, já em 1821. A quase que pronta adesão de Bonifácio ao movimento independentista pode ser entendida por um prisma dual: seu entendimento pessoal acerca dos benefícios para sua terra-natal das conquistas adquiridas pós-transmigração Bragança; sua experiência administrativa em altos cargos. Diferentemente desta última, sua participação junto aos grupos apoiadores da causa brasileira e de D. Pedro foi marcada por importantes posicionamentos e concepções políticas, tanto de cunho da formação do estado brasileiro quanto de sua inserção do sistema internacional da época. Além de primeiro nome a ocupar a chefia da pasta ministerial do estrangeiros, também foi um dos

selecionados pelo Imperador para compor a Assembleia Constituinte, em 1823 (CUNHA, 1965, p. 166-167).

Pode-se atestar a existência de uma visão predominante na historiografia brasileira de Relações Internacionais que indica haver dois momentos na política externa brasileira quanto ao processo de construção do Estado brasileiro independente: uma ao longo da chancelaria de Bonifácio e outra após o rompimento dele com o Imperador (CERVO; BUENO, 2015, p. 32). Mesmo que sua duração nos Estrangeiros tenha sido curta, não tendo nem tempo nem oportunidades concretas de transformar ideias em prática, esse período é de grande importância para o entendimento da pluralidade de pensamentos existentes à época. Questiona-se, desde já, se de fato houve uma desconstrução de suas ideias para a política de Reconhecimento, colocando também no centro do prisma analisado a sua viabilidade dentro dos jogos de poder das relações internacionais. A premissa central de Jervis (1976), que atesta para a possibilidade de uma dissonância cognitiva provocar o erro na ação política, ao ser disposta como parâmetro analítico central da presente tese, abre as portas para que se questione o pragmatismo e a possibilidade de realização dos projetos atribuídos à Bonifácio.

Conforme compreende Alfredo dos Anjos, a formulação de uma política externa genuinamente autônomas dos paradigmas postos em prática por Portugal pode ser dotada como a característica basilar da gestão do Ministro Andrada (2013, p. 89). É atribuído a ele, pela literatura, a tentativa de tentar conduzir a ação internacional de maneira dissociada dos interesses das potências hegemônicas, tendo como parâmetro uma leitura precisa dos interesses nacionais brasileiros. Por isso se entende a formação de uma dinâmica de inserção mundial crítica com relação a aproximações demasiadas com o tradicional eixo de relacionamento com a Inglaterra, sobre a qual a historiografia sobremaneira caracteriza como desigual e danosa aos objetivos sobre os quais o país deveria se orientar (CERVO, 1981, p. 21). Ao pragmatismo que a política de reconhecimento por ele traçada é atribuído parte da premissa do entendimento de Bonifácio de que era um fato consolidado a independência brasileira, tendo que ser utilizado o interesse comercial sobre o Brasil como poder de barganha perante as potências.

De acordo com a descrição de Emília Viotti da Costa (1972, p. 128-129), pode-se compreender na estratégia de política externa desenvolvida por Bonifácio para obtenção do apoio de governos estrangeiros a causa brasileira, a tentativa de estabelecer uma proximidade equivalente do Império com a América e a Europa. A argumentação de Alfredo dos Anjos sobre a predileção Andradina pelas relações com Buenos Aires, tendo como parâmetro analítico o pioneirismo da Missão Corrêa da Camara (2013, p. 89-110), não leva em

consideração a existência da troca de cartas entre Caldeira Brant e Bonifácio, antes da nomeação do Marechal como agente político em Londres. Na realidade, o ato da nomeação de 24 de maio de 1822 qualifica aquele representante a qualidade de cônsul em Buenos Aires, em um ato de oportunidade decorrente da morte do português ali sito e também proveniente de pressões de comerciantes brasileiros, muito embora as instruções revelem intenções políticas coerentes com as tensões daquele momento (BRASIL, 1972, p. 233-238). Muito embora o Americanismo seja perceptível no Ministro Andrada quando de sua gestão, ao se ter como base o envio de missões aos Estados do Prata e aos Estados Unidos (CERVO ; BUENO, 2015, p. 46), não se pode identificar no período em que Bonifácio esteve no governo uma inclinação exacerbada pela América em detrimento da Europa.

Fiel apoiador de D. Pedro I, procurou em um primeiro momento conciliar os interesses entre ambos os ramos do Reino Unido, porém a situação política nas Cortes acabou por tornar essa opção como inviável, sendo a cisão praticamente uma questão de tempo. Os vínculos de Bonifácio não somente com o Príncipe Regente e sua família, mas também com os comerciantes paulistas, foram elementos centrais no fomento para sua união com os independentistas. Os louros provenientes do livre-comércio eram objetos de importante valor para parte das elites econômicas brasileiras, sendo então um possível retorno ao regime de exclusivo comercial uma hipótese detestável, contudo ainda sim desejada por muitos ditos portugueses, que desejavam obter seus privilégios de outrora (VIOTTI DA COSTA, 1972). Nesse sentido, o recém-empossado Ministro dos Estrangeiros adota como principal estratégia à causa brasileira o envio de missões diplomáticas às capitais cujo interesse estratégico-diplomático se fazia mais proeminente, com destaque para Londres, Paris, Washington e Buenos Aires - todas em 1822 (CALÓGERAS, 1998) - e confiou a Princesa Leopoldina a intermediação com Viena (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 128).

Conquanto liberal em seu entendimento econômico e social, Bonifácio pode ser caracterizado como conservador no que tange as suas perspectivas políticas, ao desacreditar soluções radicais e primar por um progresso conduzido pelas elites. Avesso a liberdades excessivas as camadas sociais mais populares, tendo em vista sua concepção de que essas trariam caos a administração pública naturalmente, mostrou-se um árduo defensor da monarquia constitucional. O reformismo, dessa forma, pode ser entendido como uma característica central de seu pensamento, preferindo soluções “de cima para baixo”, mesmo em assuntos nos quais apresentava relativa vanguarda, como na defesa do abolicionismo. Sua incompatibilidade com diversos grupos, não conseguindo se adequar em nenhum deles com

clareza, trouxe um isolamento que após o fechamento da Assembleia Constituinte levaram-no ao exílio (CUNHA, 1965, p. 166-167).

2.3 - O Conselho de Estado

O Parlamento e o Conselho de Estado, dentro da estrutura política brasileira da época aqui analisada, representam estruturas de grande importância em uma ampliação necessária para o entendimento da política de reconhecimento da independência. Embora estruturalmente diferentes, em decorrência do variado grau de penetração na sociedade brasileira, são complementares no que diz respeito à participação que tiveram na formulação das concepções de política externa ao longo do Império (CERVO, 1981). O modelo político do país, mesmo que aquém dos requisitos entendidos contemporaneamente para ser denotado como democrático, possuía estruturas significativamente avançadas para o seu tempo, as quais buscavam afastá-lo da alcunha de autocrático (CUNHA, 1965, p. 238). Ambas as instituições como o mais próximo possível do pensamento político da época podem ser entendidas em um viés dinâmico, sendo tanto formadoras de concepções quanto projetoras das ideias das elites políticas de todo o Império.

Tem-se como ponto de partida o Conselho de Estado, o qual sofreu importantes modificações estruturais ao longo do Primeiro Reinado e que merecem atenção quanto a sua forma, embora no que tange a sua parte na política externa pouco tenha sido alterado por essas. Previsto na Constituição de 1824, esse órgão da administração pública pode ser alocado dentro de um quadro de herdeiro da parte do modelo político português, uma vez historicamente constante no arcabouço institucional daquele reino (BRASIL, 1973, p. XXXVI-XL). Como função primária, deveria servir como aconselhador do Imperador acerca dos principais temas políticos que tocavam o Brasil, sendo posteriormente criadas seções temáticas, como a dos Negócios Estrangeiros. Mesmo que não previsto como parte de suas funções no texto constitucional, o Conselho acabou por ser um pilar deveras importante na esfera do Poder Moderador, emitindo pareceres e produzindo debates que tiveram bastante influência nas considerações feitas pelo monarca, contudo sendo importante ressaltar que diferentemente do Parlamento não tinha poder deliberativo.

O Primeiro Conselho de Estado, o qual originalmente tinha a denominação de Conselho de Procuradores das Províncias do Império, funcionou somente entre os anos de 1822 e de 1823. Criado ainda antes da própria declaração de independência, por meio de um Decreto emitido no dia 16 de Fevereiro de 1822, teve grande importância no próprio

desenvolvimento do movimento separatista, encontrando-se nele indivíduos de relevância nesse processo. Por efeito do turbulento processo de elaboração da primeira Constituição, a qual tinha como parte de sua composição os membros do Conselho, este acabou por ser dissolvido por D. Pedro I em decorrência das desavenças que este tivera com o andar do texto. Tendo suas Atas disponíveis na página do Senado Federal, é uma fonte a ser considerada dentro da perspectiva formadora das diretrizes da política de reconhecimento. Embora não possuindo diretamente incumbências quanto à política externa, tendo em vista o postulado sobre o qual se trabalha de que a imagem do Estado brasileiro condicionou a estratégia ora analisada, põe-se em um lugar destacado a sua própria formação estrutural.

Foram membros do Primeiro Conselho (BRASIL, 1973, p. LX):

- José Bonifácio de Andrada e Silva (Ministro do Império e Estrangeiros);
- Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Marquês da Vila Real da Praia Grande);
- Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Ministro da Fazenda);
- Joaquim de Oliveira Álvares (Ministro da Guerra)
- Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (Ministro da Guerra);
- João Vieira de Carvalho (Ministro da Guerra);
- Manuel Antônio de Farinha, conde de Souzel (Ministro da marinha);
- Luís da Cunha Moreira (Ministro da marinha).

O Segundo Conselho de Estado, o qual por sua duração mais longa (1823-1834) a presente tese naturalmente se debruça em um maior grau, não somente tem participação concreta na redação da Constituição de 1824 quanto também participou ativamente da vida política do Primeiro Reinado. Sua construção foi associada diretamente com o processo de dissolução implementado por meio do uso da força armada do Imperador, podendo ser esse entendido como uma força conservadora e aliada aos interesses de Pedro I nos seus primeiros momentos de existência. Segundo Diana Jorge Valle (2011, p. 12-15) o Segundo Conselho, em sua duração até a promulgação do Ato Adicional de 1834, pode ter seu papel comparado ao que o Terceiro Conselho de Estado teria nos negócios políticos do Império, tendo em vista não somente sua composição como as funções exercidas por ambos enquanto ativos. Sob o ângulo da Constituição de 1824 (capítulo VII) percebe-se somente a função de instância consultiva do Imperador, além dos critérios de admissão e da sua composição, que em um primeiro momento contava com dez membros, sendo os Ministros de Estado e quatro outros nomes apontados pelo Imperador, sendo esses (BRASIL, 1973, p. LXI):

- João Severiano Maciel da Costa (Ministro do Império);
- Luís José de Carvalho e Melo (Ministro dos Estrangeiros);
- Clemente Ferreira França (Ministro da Justiça);

- Mariano José Pereira da Fonseca (Ministro da Fazenda);
- João Gomes da Silveira Mendonça (Ministro da Guerra);
- Francisco Vilela Barbosa (Ministro da Marinha);
- José Egídio Álvares de Almeida (Barão de Santo Amaro);
- Antônio Luís Pereira da Cunha,
- Manuel Jacinto Nogueira da Gama,
- José Joaquim Carneiro de Campos

Por efeito da ainda débil estrutura político-administrativa do Império, pouco se tem de referências acerca das atividades do Conselho entre os anos de 1823 e 1828, o que se deve em grande medida a inexistência de uma estrutura organizada que permitisse que esses dados chegassem até os dias de hoje. A despeito desse desafio no âmbito das fontes, parte-se das considerações de José Murilo de Carvalho (2008) sobre o caminho das elites até o Conselho de Estado, em conjunto com as de Cervo (1981) sobre esse órgão ser formulador de concepções de política externa, para compreender a dimensão do seu papel no Reconhecimento. Observa-se dos nomes acima listados dois indivíduos de papel central na política do Império após o fim do Gabinete Andrada, tendo sido José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) o sucessor imediato do Ministério dos Negócios Estrangeiros (17 de julho de 1823 - 10 de novembro de 1823) e indivíduo de enorme importância na Constituição de 1824 (CARVALHO, 1998, p. 405; RIO BRANCO, 2012 p. 99). José Honório Rodrigues descreve Carneiro de Campos como o único entre os conselheiros daquele momento que era iminentemente jurista, muito (...) embora Pereira da Cunha, Maciel da Costa e Carvalho e Mello fossem magistrados e José Egídio formado em direito” (BRASIL, 1973b, p. XIX).

O segundo nome de expressão dentre os acima listados é o de Luís José de Carvalho e Mello (Visconde da Cachoeira), sucessor direto de Francisco Vilela Barbosa (Visconde e Marquês de Paranaguá) que por apenas três dias assumiu a pasta dos Estrangeiros, entre 10 e 13 de novembro de 1823. Carvalho e Mello, cuja gestão na pasta se estendeu até 4 de outubro de 1825 (CARVALHO, 1998, p. 406), foi responsável pela consolidação do processo de reconhecimento do Império com Portugal, com os tratados de 29 de agosto de 1825: Amizade e Aliança; Convenção Adicional - indenização. Ator central dentro do que descreve Cervo como “Sistema de Tratados Desiguais, será defensor da necessidade dessa política até o fim do Primeiro Reinado, argumentando de serem “(...) arma da nação sem armas, são conformes aos interesses do país, uma necessidade demonstrada pelos economistas, um lucro político que compensa as desvantagens econômicas” (CERVO, 1981, p. 24). Também foi fruto do seu trabalho, juntamente com o Barão do Santo Amaro e o Marquês de Paranaguá, o

equacionamento das tensões entre D. Pedro I e D. João VI no que tangia ao título de Imperador (CALÓGERAS, 1998, p. 257).

III – As Dimensões Concorrentes

Dentre as diversas variáveis dispostas com o objetivo de redimensionar o processo de reconhecimento da independência do Brasil, traz-se neste capítulo o que se entende por serem as dimensões adjacentes. Esta construção faz-se necessária para uma devida compreensão da importância que o processo político que aqui se estuda tinha dentro da política externa brasileira como um todo, para que seja possível ter um ângulo mais completo sobre o que estava ao redor do Reconhecimento. Para cumprir essa função, o presente capítulo é composto de uma exposição acerca dos demais temas que a compuseram a agenda de inserção internacional do nascente Império, nas qual se busca verificar a existência de concorrência, conflito ou facilitação proveniente dos demais empreendimentos. Tem-se, dessa forma, a intenção de serem observados os complexos jogos de poder sobre com os quais se envolveu o Império e que, decorrentemente formaram as principais tendências, concepções e estratégias acerca da condução da sua política externa.

1 - O Combate Internacional ao Tráfico de Escravos

Ao se observar o contexto do sistema internacional no início do século XIX, um movimento bastante emblemático é possível de ser percebido ao se debruçar os olhares sobre o oceano Atlântico Sul. Em meio às diversas atividades potencializadas pela exploração naval portuguesa quando das Grandes Navegações, o “Infame Comércio” certamente pode ser apontado como o componente econômico que permitiu o sucesso da colonização lusitana no Brasil, ao proporcionar mão-de-obra para a elite latifundiária escravista. O advento do Iluminismo mais uma vez é trazido como recurso explicativo em função dos debates ocorridos ao redor dos direitos e das liberdades individuais, o que para muitos significava uma condenação tácita do tráfico de escravos e do regime de escravidão. Ressalta-se aqui a dualidade como a questão era tratada naquele dado momento, sendo muitas vezes separados os debates que abordavam a degradante atividade transatlântica daqueles que operacionalizavam para dar fim à indigna forma de trabalho.

Conforme aponta Mariana Kalil (2014, p. 4)

Em 1815, o tráfico negreiro foi tema do Congresso de Viena, em que ficou acordado sua proibição no Atlântico Norte. Uma vez que os britânicos já haviam encerrado a prática em 1807, Portugal permanecia como negador persistente da nova regra. A Espanha, por sua vez, havia observado a independência de suas colônias durante o período Napoleônico e, com exceção de alguns territórios como Cuba, o país ibérico não questionava o desejo britânico – e, quando o fazia, tinha apoio de cidadãos estadunidenses, o que, após a guerra de 1812, resguardava, em alguma medida, os espanhóis do exercício de poder pela marinha britânica.

Este cenário que a autora aponta existia em função justamente dos avanços perceptíveis nas pautas sociais do mundo ocidental após o advento da Revolução Francesa, a qual teve como um dos seus pontos de debate a questão do trabalho escravo. Leslie Bethell estuda, em “A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos” (BETHELL, 2002), justamente esse processo que já tinha importante consolidação enquanto zona de atuação política quando da declaração de independência do Império, sendo compreendido como uma hipoteca herdada do período colonial. Celso Furtado (2005) por sua vez proporciona uma visão bastante ampla e de importância sobre a escravidão, no moroso movimento de transição para uma base produtiva de mão-de-obra livre e assalariada que ele descreve ocorrer ao longo do século XIX. Percebe-se no tráfico de cativos não somente o que tornou possível o principal sustentáculo da economia agroexportadora brasileira, como também a formação de uma das mais importantes atividades geradoras de capital daquele momento, conforme se verifica pela formação de uma elite de traficantes.

A introjeção do sistema escravista de base racial no continente sul-americano acabou por formar uma estrutura social na colônia bastante característica, a qual tem parte dos seus complexos elementos abordados por reflexões como as de Gilberto Freyre (1933), em “Casa-Grande & Senzala”. Formaram-se relações de domínio e de submissão entre indivíduos baseadas no disseminado uso de meios coercitivos, contudo posteriormente assumindo novas facetas quando da pluralização das dinâmicas sociais com o passar do tempo, que criam uma ordem baseada em determinados valores e que somente existe para defender os interesses conservadores. Mesmo que as considerações do referido pensador brasileiro sejam dotadas de significativa controversa, elas permitem ilustrar as bases sobre as quais se assentam as reflexões contemporâneas acerca dos impactos da escravidão nas relações sociais de hoje. Para a presente tese, essas ideias abrem as portas para um entendimento mais sofisticado acerca dos interesses que haviam por detrás de uma defesa e de uma oposição ao tráfico transatlântico de escravos no início do século XIX.

Quando da negociações entre Portugal e Inglaterra no contexto das Guerras Napoleônicas para decidir qual solução tomar caso o Império Francês de fato invadisse o

território português, comprometendo significativamente a estratégia anti-napoleônica, tinham ambos os países uma agenda espinhosa para tratar. Desde o final do século XVIII, diversos grupos políticos atuantes dentro do Parlamento inglês condenavam e faziam articulações políticas a favor da causa da proibição do tráfico de escravos no Atlântico, percebida como imoral do ponto de vista das premissas liberais e incoerente sob o ângulo religioso (KALIL, 2014, p. 4-7). Cervo (1981; 2015) aponta também para a questão da força do capitalismo na formação dos interesses da burguesia industrial inglesa que via com bons olhos a criação de um grande mercado consumidor no Brasil a partir da libertação da mão-de-obra cativa que se tornaria assalariada. Mesmo que não se objetive aqui promover um debate profundo acerca das razões que produziram o interesse anti-tráfico, pode-se a partir de ambas as conjecturas dimensionar a importância que essa agenda teve para a política externa inglesa, em um movimento crescente desde 1800 até 1845.

Lord Strangford, encarregado político de Sua Majestade Real em Lisboa, quando do ultimato provocado pelo avanço das tropas do General Junot sob Portugal teve em suas mãos as condições propícias para tornar concreta uma pressão política sobre os portugueses. A necessidade e a complexidade do que estava por detrás do exílio da corte joanina no Brasil entrelaçava ainda mais a “mais antiga aliança”, sendo necessário o suporte material inglês para transportar e escoltar os lusitanos até a América (MANCHESTER, 1973). A simbologia desse movimento permite conceber a imagem do recebimento da herança de um embate que seria primeiramente tratado logo após a chegada da família real no Brasil, o que fora decorrente de uma forte resistência efetuada pelo Príncipe-Regente D. João frente as pressões inglesas. Mais uma vez pressionado, consegue o monarca encapsular ao máximo as tensões ao redor da questão do tráfico de escravos, retirando-a da companhia de demais pautas e tratando-a de modo particular, promovendo o adiamento da questão a partir de um compromisso de gradualmente extinguir o “infame comércio” (PANTALEÃO, 1965, p. 65-69).

O compromisso de D. João não só ficou apenas no plano discursivo, como também deixou evidente para a política externa inglesa de que ações mais concretas precisariam ser feitas caso o interesse de extinguir o tráfico de escravos quisesse prevalecer. Por um lado, as pressões se verificavam eficientes por na década de 1810 ter sido assinada uma convenção internacional que proibia essa atividade no atlântico norte e tinha como um dos signatários os Estados Unidos, o que significava uma força ainda maior no continente contra o tráfico (BETHELL, 2002, p. 45-46). Por outro, a presença joanina teve como consequência um dinamismo ainda maior da economia brasileira, cuja base produtiva se alicerçava

primariamente no uso da mão-de-obra escrava, o que significou um aumento de demanda e a consolidação de uma elite traficante que não mais se escondia atrás do véu colonialista. O Estado formalizado em 1815 tinha como uma das principais forças de sustentação políticas uma elite escravista, a quem a política externa portuguesa vai defender quando das ameaças as suas formas de obtenção de lucro, a despeito de sua condição de moralidade frente aos valores daquele tempo.

No contexto do processo de independência do Brasil, o tema novamente retoma centralidade na pauta de discussões uma vez o tendo retornado George Canning para a pasta do Assuntos Estrangeiros, trazendo mais uma vez o posicionamento liberal dos Whigs para a política externa do país (KALIL, 2014, p. 6). Conforme se pode compreender na nota do dia 10 de Maio de 1823 do segundo volume do Arquivo Diplomático da Independência, a força pela extinção do tráfico de escravos mais uma vez se fazia presente, no que relatou Felisberto Caldeira Brant à José Bonifácio sobre um encontro que teve com Canning em seu gabinete. O representante brasileiro, ainda sem as devidas credenciais, apresentou a cópia de um artigo que o Imperador fala em “abolição gradual”, o qual o inglês considera “muito vaga”, mas fica contente com a declaração de Pedro I que fala “que está convencido não só da injustiça de semelhante comércio, mas da perniciosa influência que ele tem sobre a civilização e prosperidade do Império”.

No caminho que a historiografia e a documentação diplomática indicam, o reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra esteve sobremaneira barganhado pelo interesse inglês na abolição do tráfico e a percepção de que o peso do aval inglês era assaz importante para o pleito brasileiro. O choque de valores entre a elite burguesa industrial dos ingleses e a traficante e escravagista brasileira fez surgir uma zona significativa de conflito no momento justamente após o nascimento do Império, por não ter sido esse componente excluído da carga genética recebida de Portugal. A Convenção para a Abolição do Tráfico de Escravos, assinada entre o Brasil e a Inglaterra em 1826 (CERVO, 1981, p. 27; VERANO, 2008), tornou-se significativa para a história do país por ter sido o primeiro compromisso internacional assumido no tocante ao fim do tráfico. Seu principal legado, a Lei Feijó de 1831, seria um dos objetos mais referenciados pelos populares brasileiros ao ser designada como “a lei para inglês ver”, dada a ineficiência que da proibição por ela decretada durante o período em que foi o único marco jurídico brasileiro para o tema.

2 – A Política Alfandegária

Em sincronia com o que se observava na questão do combate ao tráfico de escravos, a política alfandegária mostrou-se uns dos alvos preferenciais da diplomacia inglesa no tocante à chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808. As negociações prévias à saída de D. João de Portugal já indicavam o caminho que seria percorrido quando de sua devida instalação no Rio de Janeiro, pois perceberam na necessidade lusitana uma janela de oportunidades para defender o alcance do seu comércio (PANTALEÃO, 1965). A variável do exclusivo metropolitano atuava como elemento complicador da presença dos produtos britânicos, uma vez sendo esses impedidos de acessar o mercado brasileiro por vias diretas, já que somente o pavilhão português era permitido nos portos coloniais de todo o Brasil. Na iminência da invasão francesa, as negociações entre o Príncipe-Regente e Lord Strangford, ministro representante inglês, já permitiam apontar o interesse inglês no comércio brasileiro, conforme analisa Rubens Ricupero em *O Problema da Abertura dos Portos* (2007, p. 11-12).

A figura do baiano José da Silva Lisboa, o futuro Visconde do Cairu, assume papel importante na história do Brasil, ao ser representante de uma força genuinamente brasileira e que teve impacto direto na política de Abertura dos Portos às Nações Amigas. A compreensão histórica no motivo que levou a esse ato, o qual é alvo central da discussão do supracitado autor, para além de sua importância no quadro de variáveis presentes naquele momento, permite dimensionar a Alfândega do Brasil neste quadro-geral. Para além da controvérsia historiográfica apresentada por Ricupero sobre o papel de Cairu (RICUPERO, 2007, p. 6-11), percebe-se também a amplitude da presença da Inglaterra no âmbito da construção da política comercial da Corte em exílio (PANTALEÃO, 1965). Conquanto não se pretenda adentrar com tanta profundidade neste âmbito, percebe-se a existência de forças plurais que se arquetaram favoravelmente ao fim do exclusivismo comercial português, as quais tinham uma ramificação autóctone e outra decorrente da potência da hegemonia do capitalismo inglês.

O interesse inglês de conquista na América do Sul, conforme destaca Olga Pantaleão (1965), é variável significativa para se compreender as interpretações sobre os caminhos da política comercial portuguesa neste momento. O exercício histórico de Alan Manchester (1973) permite compreender a profundidade das bases históricas sobre as quais se sustentou a aliança luso-britânica, que tiveram desde a Guerra de Restauração (1640-1668) intrínseca conexão entre política e comércio. Conforme verifica o autor no todo de seu trabalho, havia na necessidade portuguesa de se manter independente a vulnerabilidade encontrada pela

diplomacia inglesa de barganhar por regimes preferenciais de tarifas (MANCHESTER, 1973), o que vai ao encontro da visão apresentada por Ricupero que argumenta:

É anacronismo histórico atribuir à Inglaterra protecionista e exclusivista de 1807-1808 a posição de advogada do irrestrito livre comércio internacional que se tornou quase meio século depois, por influência de Richard Cobden e o apoio do primeiro-ministro Robert Peel, após a abolição das Corn Laws e a abertura, em 1852, dos portos britânicos à navegação e ao comércio de todas as nações. (RICUPERO, 2007, p. 12).

O ato de Abertura dos Portos pode ser interpretado como parte do conflito de interesses entre ambas as diplomacias, as quais muito embora representantes de Estados claramente em condições assimétricas de poder, buscavam naturalmente maximizar seus interesses. Ao se partir das bases de discussão apresentadas, coloca-se a política de livre-comércio implementada por D. João como divergente no interesse que se percebe na Inglaterra, que era o de obter um regime preferencial para as suas mercadorias no Brasil (PANTALEÃO, 1965, p. 67). Desde 28 de janeiro de 1808 os portos brasileiros, agora abertos, tinham como base tarifária o valor de 24% ad valorem para todas as nações e 16% ad valorem para os itens de origem portuguesa, sendo as exceções previstas nos acordos de comércio firmados. Muito embora o peso histórico atribua valor significativo para neste ato para a então colônia do Brasil, não houve contentamento dos ingleses com a pura e simples abertura comercial, tendo sido mantidas as investidas para que fosse assinado um regime preferencial para as suas mercadorias.

Conforme anteriormente debatido, a chegada da nau Príncipe Real na Bahia, em janeiro de 1808, transformou concretamente os rumos da inserção internacional brasileira, ao trazer consigo não somente a Corte portuguesa, mas também diversas dinâmicas peculiares da política europeia. Aponta Cervo que desde a ascensão de William Pitt a política externa britânica notabilizou-se por uma grande estratégia de supremacia comercial sobre o mundo, contudo ainda sendo essa buscada sob as bases do protecionismo, diferentemente da base smithiana do pensamento de Silva Lisboa (CERVO; BUENO, 2015, p. 38-39). No controle da chancelaria britânica desde 1807, George Canning iria se notabilizar para a história brasileira por conta de sua presença tanto neste momento quanto já na independência, ao defender arduamente os interesses industriais de seu país. Conforme analisa Pantaleão:

“o tratado de 1810 foi o preço pago por Portugal à Inglaterra pelo auxílio que recebera na Europa. Segundo Canning, por esse tratado, os ingleses recebiam “importantes concessões comerciais às expensas do Brasil”, em troca de “benefícios

políticos marcantes conferidos à Mãe Pátria”. Liga-se o tratado, portanto, também, às circunstâncias da política europeia. (PANTALEÃO, 1965, p. 81).

Esta intrínseca associação promovida pelos Whigs entre o exercício de política externa e a promoção comercial notabilizou o esforço empreendido pelos ingleses para garantir a construção de um regime de preferências tarifárias, no que se percebeu nos Tratados de Aliança e Amizade e no de Comércio e Navegação, ambos de 1810 (CERVO, 1981, p. 26). O raciocínio consolidado aponta que então neste momento Portugal traz consigo para o Brasil a sua condição de Estado-cliente da Inglaterra, a partir da presença assimétrica do capitalismo industrial inglês que acaba por dominar em pouco tempo o mercado brasileiro mesmo com a consolidada presença portuguesa. Em 19 de fevereiro de 1810 as mercadorias inglesas passaram a pagar 15% ad valorem nos portos brasileiros, o que provocou um certo desconforto no ambiente político de então por uma potência estrangeira pagar menos do que a própria metrópole. O que de fato ocorreu por evidente incompetência da diplomacia joanina, que não se atentou para o conjunto da obra, obrigou que oito meses mais tarde D. João instrísse equiparar ambas as tarifas e desse assim um final para essa questão (RICUPERO, 2007, p. 13-16).

Promove-se nesse breve apanhado histórico uma reflexão sobre as dimensões da presença inglesa desde o próprio processo de descolonização do Brasil, a qual permite evidenciar avançado processo de dependência existencial que tinha o reino português com a Inglaterra. No pensamento de Amado Cervo, levantado primeiramente em O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1981), percebe-se que a evolução do sistema capitalista transformou progressivamente a dependência existencial vestfaliana em um primeiro exercício do que veio a se tornar o Império Britânico. Os dados expostos por Paulo Roberto de Almeida, em Formação da Diplomacia Econômica no Brasil (2017), permitem verificar com profundidade o processo descrito tanto por Alan Manchester (1973) como por Olga Pantaleão (1965) sobre a desproporcional presença inglesa no comércio brasileiro desde 1808. Quando da Revolução Liberal do Porto (1820) a manutenção do comércio com o Brasil seria colocada em xeque, já que uma de suas contestações mais centrais era o reestabelecimento do exclusivismo metropolitano, aproximando o gabinete de Londres com o do Príncipe Regente D. Pedro.

Com a partida de D. João VI para Lisboa, em 1821, os acordos por ele assinados em nome do Reino Unido ainda permanecem válidos (CERVO, 1981), não sendo reconduzida a colonização do Brasil conforme as Cortes Geais instavam com veemência, por força da resistência do Príncipe Regente. Se a continuidade se fazia pela coerência de existirem dois

reinos unidos governados por uma só coroa, quando da separação no Sete de Setembro a definição sobre isso ficou à critério do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império dar continuidade ou não aos compromissos firmados *ex ante* (PANTALEÃO, 1965, p. 341). A decisão de José Bonifácio visava com esse movimento ganhar mais simpatia da Inglaterra para com a causa brasileira, uma vez bastante desejado o apoio inglês pelo peso que ele teria frente as demais cortes europeias, em especial a de Lisboa. Conforme indica Alan K. Manchester (1973), esse processo acabou por consolidar a transferência da preeminência inglesa de Portugal para o Brasil, em um movimento que se assemelha muitíssimo parecido com o do advento da Restauração Portuguesa pelo Duque de Bragança.

Os apontamentos da base da História Diplomática, como Pandiá Calógeras (1998) e Manoel Oliveira Lima (1901), são fundacionais no que já se verificou sobre a presença inglesa neste dado período da História do Brasil e se resumem nos importantes capítulos de Pantaleão (1965, p. 64-99; 331-364). Verifica-se o interesse inglês em manter o Tratado de 1810 como um elemento de grande valor no processo de negociação de Felisberto Caldeira Brant e Hipólito da Costa com George Canning em Londres, para além do já tratado Tráfico de Escravos. Há, na verdade, uma série de elementos por detrás das demandas inglesas para o Reconhecimento da independência, o quais tem como referência ainda mais detalhada em Calógeras (1998) e Manchester (1973) no âmbito da HD, as quais se somam aos avanços no âmbito da História Política Econômica e Social do Brasil como de Schwacz e Starling (2015). Desde a necessidade do reconhecimento português como demanda inexorável, incluindo a questão do Tráfico, percebe-se a utilização do interesse inglês de obter regimes alfandegários preferenciais como elemento de barganha por parte da diplomacia brasileira desde o próprio início do rompimento.

Compreende-se da análise historiográfica que um grande esforço foi empreendido pela política externa brasileira em obter o reconhecimento no eixo luso-britânico, tendo em vista os componentes históricos e também a posição privilegiada da Inglaterra no sistema internacional. No que talvez não tenha havido algum grande embaraço entre os interesses de Londres e do Rio de Janeiro, certamente é um dos temas que maior destaque teve na literatura de História das Relações Internacionais do Brasil, tendo em vista a sua posterior repercussão (CERVO, 1981). Importante parte do todo das variáveis, a negociação para renovar o Tratado de 1810 traduz de forma metonímica o prestígio concebido sobre o reconhecimento inglês, que foi muito além de um mero interesse capitalista pelo que se verifica da amplitude da agenda da época (PANTALEÃO, 1965). Conquanto a pressão sobre o comércio internacional

não tenha sido de fato a mais relevante em termos de controvérsias, ela certamente traduz parte dos obstáculos enfrentados pela diplomacia brasileira nesse dado momento da história.

3 – Projeção de Poder na Bacia do Rio da Prata

Dentro do exercício do presente capítulo, uma última variável deve ser levantada para compor o quadro das ditas Dimensões Concorrentes, consideradas assim pelo que representam para o processo de obtenção do reconhecimento da independência nas Américas. Mesmo que parte secundária da exploração de metais preciosos pelos impérios coloniais ibéricos, a Região do Rio da Prata verificou uma série de disputas pelo seu controle em virtude da compreensão estratégica de ser elemento essencial para a dominação da América do Sul (BANDEIRA, 1998). O esgotamento das jazidas e a ascensão do livre-comércio com as independências hispano-americanas fez florescer interesses plurais na região, anteriormente exploradas com exclusivismo, o que fez transformar o velho comércio mercantilista num capitalismo contemporâneo. Projeção de poder e tributação passam a compor de forma uníssona o quadro da atuação dos Estados na região, com fluxos cada vez mais dinâmicos desde que repelida a ordem colonial europeia, que agora se fazia presente com suas casas de comércio.

A região denominada de Banda Oriental, em referência a sua geolocalização em relação ao Rio da Prata, foi sem dúvidas o maior ponto de tensão entre portugueses e espanhóis ao longo da colonização sul-americana, sendo a Colônia do Santíssimo Sacramento símbolo significativo deste processo. Fundada em 1680 por Portugal para fazer frente a Buenos Aires, erguida anteriormente pela Espanha (1580) para projetar seu poder nesta região, essa colônia foi tanto alvo de incursões militares quanto utilizada como espólio de guerra, o que a fez trocar de posse por algumas vezes ao longo de sua história. O Tratado de Badajoz (1801), que deu fim a Guerra das Laranjas, manteve por força de seu texto o controle espanhol sobre Sacramento, o qual advinha dos termos do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Quando do início da Guerra Peninsular em 1807, verificava-se relativa supremacia espanhola na bacia platina por ter ambos os lados do estuário sob sua posse, contudo devendo ser ressaltada a importância que o casamento entre o príncipe D. João de Portugal e a infanta Carlota Joaquina da Espanha trouxe para a política ibérica.

No mesmo contexto dos tópicos anteriores, a política platina portuguesa veio a reboque com a transferência da Corte, podendo ser evidenciada com bastante clareza quando

da invasão à Banda Oriental por Portugal em meados de 1811. Compreende-se como bastante plural a movimentação de forças que concretizou essa ação, havendo inclusive nesse meio o interesse de Carlota Joaquina em reger a Espanha em nome de seu irmão Fernando VII, traído e deposto por Bonaparte em 1808 (GARCIA, 2005). Para além dos interesses dinásticos dos Bourbon, no prezado momento da história pode-se finalmente perceber a existência de um completo domínio português sobre a Banda Oriental, já em um contexto de amplos levantes contra o recém-empossado José Bonaparte. As forças ultra-restauradoras do Congresso de Viena, ao passo que conseguiram obrigar Portugal a devolver a Guiana aos franceses (também ocupada nesse mesmo contexto, em 1809), ratificaram o controle português sobre a agora Província Cisplatina, governada pelo General Lecor (Visconde de Laguna).

O beneplácito das grandes potências não significava automaticamente a legitimação do poder popular da soberania do agora Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves sobre a Cisplatina, tendo em vista a força e o protagonismo político que as massas passaram a desempenhar neste momento histórico. Apesar da ocupação militar comandada pelo General Lecor, a conquista desse território não se traduziu em uma automática assimilação, sendo essa concluída por meio de um tratado em junho de 1821, já mesmo após o retorno da Corte para Lisboa (GARCIA, 2005). De acordo com Calógeras “(...) o prenuncio era certo de que o prestígio do influxo português no Rio-da-Prata minguaria em razão direta das distâncias a que ficariam do estuário os dois centros sucessivos da ação interventora: Rio, a princípio, Lisboa, em seguida” (1998, p. 398). Deflagradas as guerras de independência, conforme observado no capítulo desta tese referente ao tema, uma das zonas de grande tensão militar contra o poder de D. Pedro partiu da Cisplatina, sendo o Governador-General novamente o responsável pela conquista.

Em um continuísmo estratégico dos tempos coloniais, o controle da Cisplatina foi percebido como significativo para a manutenção do equilíbrio de poder na bacia do Prata, que por sua vez também era considerada de grande importância para o deslocamento pelo interior da América do Sul. No momento em que as colônias espanholas declaravam uma a uma a sua independência, o cabildo de Montevideu continuava sob o domínio europeu quando da invasão portuguesa de 1811, que trazia consigo o nome da dinastia Bourbon. A tomada da capital, considerada nas concepções políticas da nobreza tradicional como elemento decisivo das guerras, produz por vezes concepções equivocadas sobre as dimensões da conquista de facto, principalmente neste momento da história contemporânea. O que se verifica no processo descrito por Soares de Sousa (1965, p. 321-324) é a real existência de uma política de D. João VI de agregar o território de maneira plural, contudo deve-se questionar a própria

representatividade dos eleitores que votaram quando da consulta sobre a adesão da Cisplatina no Reino Unido.

O General Artigas, ainda exilado nas Províncias Unidas desde que viu D. João invadir a Banda Oriental, representava uma das principais forças que arquitetavam estratégias contra a incorporação, que a partir do Sete de Setembro passou a ser do Império do Brasil. Postula-se um continuísmo entre as movimentações militares iniciadas à época da deposição de Fernando VII e da invasão portuguesa até o fim da Guerra da Cisplatina, em virtude não somente dos curtíssimos momentos de paz de jure, mas principalmente pelo constante clima de facto de tensões armadas. Aquele que se tornou o Libertador do povo oriental, era somente símbolo maior (para este caso) de uma força que permearia o âmbito político do Brasil e dos Estados Platinos: o provincianismo, ou federalismo; que ganhou diferentes nomenclaturas em cada um dos países, mas que representa uma oposição concreta à força política das capitais. Pode-se apontar que na Guerra da Cisplatina duas forças principais acabaram por operar:

1. O integracionismo, que se verificava principalmente no meio da capital Montevideú, em grupos de aspecto conservador em uma linha análoga ao Partido Português e que tinha a concepção de que os acordos com D. João VI por autonomia política eram suficientes, sendo percebida como pior uma incorporação forçada as Províncias Unidas (SOARES DE SOUSA, 1965, 322).
2. O Separatismo, que se verificava não somente nos interesses políticos do grupo do General Artigas e principalmente no interior do território, com grande simpatia de grupos argentinos análogos; Em termos de política externa verifica-se essa força operando tanto pela criação de uma república independente quanto na adesão à confederação platina.

A Guerra da Cisplatina, ponto máximo de tensões pelo controle da Banda Oriental no pós-independências, traduz a instabilidade da balança de poder na região platina, a qual sob um olhar sistêmico olharia tão e somente os entraves entre os gigantes Brasil e Argentina pela supremacia sul-americana. Como no presente exercício dispõe-se a importância dos componentes domésticos, foram observadas ao longo desta seção as dinâmicas políticas internas, podendo ser atestada verossimilhança entre o comportamento-geral e os entraves sistêmicos. Esta consonância não somente indica o alto grau de tensão e de interesses sobre a Cisplatina, como também da própria atenção especial que este objeto ganhava para os decisores de política externa dos atores estatais envolvidos. Juntamente com uma missão diplomática para obter o reconhecimento junto ao governo de Buenos Aires, o Império

enviava também a sua esquadra para defender-se das historicamente construídas ameaças do outro lado do Rio da Prata.

A Fala do Trono de 1826, primeira desde o dia da Dissolução da Constituinte de 1823, registra o primeiro discurso do Imperador D. Pedro I ao Parlamento desde sua fundação constitucional, na qual se pode ver o destaque dado à Cisplatina:

Todo o Império está tranquilo, exceto a província Cisplatina. A continuação deste sossego, a necessidade do sistema constitucional, e o empenho que eu tenho que o Império seja regido por ele, instam a que haja tal harmonia entre o senado e a câmara dos deputados, entre esta e aquele, e entre o governo e ambas as câmaras, que faça com que todos se capacitem, que as revoluções não provêm do sistema, mas sim daqueles, que à sombra dele buscam pôr em prática os seus fins particulares. A província Cisplatina é a única que não está em sossego, como já disse, pois homens ingratos, e que muito deviam ao Brasil, contra ele se levantaram, e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente em luta contra nós. A honra nacional exige que se sustente a província Cisplatina, pois está jurada à integridade do Império.

IV – Eixos Formadores da Inserção Internacional do Império em Construção

A inserção internacional dos Estados, a qual pode ser compreendida de maneira mais simplificada por meio de suas políticas externas, tem na sua diplomacia uma das principais ferramentas de conexão e de interação com seus demais pares no Sistema. Por mais que sejam perceptíveis tendências de comportamento e de ação decorrentes de estímulos exógenos específicos, há diferenças significativas no modo como os ganhos pretendidos por meio da ação do corpo diplomático são postos em prática. A equação que coloca sobre o tabuleiro de opções de atuação as movimentações das forças estrangeiras e interage essas com os complexos jogos de interesse do âmbito interno pode ser entendida como a fórmula complexa que define os movimentos tomados pela política externa de um Estado.

Há, desse modo, a necessidade de nesse momento serem expostos os elementos que compuseram o cálculo estratégico dos tomadores de decisão do Império do Brasil no que concerne a obtenção do reconhecimento internacional de sua independência. Primeiramente, é imprescindível considerar a pluralidade de interesses de ordem interna, os quais iam desde uma aceitação do retorno ao ordenamento colonial até mesmo a adoção de um regime republicano nos moldes que estava sendo feito pelos seus vizinhos sul-americanos, também ex-colônias ibéricas. O Brasil desse momento ainda era um Estado cuja identidade política estava em franco processo de formação, embora um esboço do que viria a se tornar progressivamente fosse mais claro de ser considerado. Os diferentes interesses por detrás dos projetos políticos de poder dos indivíduos que advogavam o protagonismo operacional no

país nada mais era do que reflexo da interação das ideias tendências circulantes no mundo, as quais interagiam com as dinâmicas domésticas próprias.

O processo revolucionário liberal-burguês, em oposição ao conservadorismo restaurador visualizado sob a forma do Concerto Europeu ocuparam as duas extremidades sobre as quais se assentavam as bases do pensamento político da época. A equação entre os desejos ideais e necessidades pragmáticas condicionaram a forma como as imagens de outros Estados eram percebidas, assim como a que se pretendia projetar do nascente Brasil no exterior. Nesse ambiente internacional de franca polarização entre um Velho Mundo em reconstrução (aos moldes tradicionalistas) e um Novo Mundo projetado a partir de bases pensadas a partir de diretrizes autônomas, verificam-se padrões de comportamento na política externa brasileira que trazem um sentido aos movimentos tomados. As disputas por poder em um sistema internacional anárquico tornam-se arenas em que a busca pela legitimidade em ser governante de um Estado-Soberano se via sobremaneira no modo de conduzir a inserção internacional.

Dito isso, três categorias analíticas são propostas na presente tese, de modo a proporcionar uma compreensão das principais vertentes relacionais com as quais a política externa brasileira operacionalizava ao longo do processo de formação do país independente. Funda-se essas concepções por meio de considerações sobre a bibliografia até então explorado, assim como das análises documentais nos arquivos históricos selecionados para a presente pesquisa. A construção dedutiva permitiu discernir os aspectos de atração e de retração entre o Brasil e outros Estados a partir das percepções indicadas e que acabam por interagir com os interesses e os valores na ação doméstica e internacional dos atores envolvidos. Portanto, tem-se desenhado um quadro que implica a relação entre o processo de construção política no âmbito interno que dialoga constantemente com a forma como as identidades são projetadas para o exterior, em virtude da interação que essas têm com outras semelhantes no Sistema.

1 - O Eixo das Tradições

O processo de obtenção do reconhecimento da independência do Império do Brasil, conforme aponta Amado Cervo (CERVO; BUENO, 2016) e Olga Pantaleão (1965) exemplifica o que se entendem por ser as heranças políticas de Portugal adquiridas pelo Império. O exercício de política externa, por estar diretamente conectado a questão de

escolhas que partem de premissas específicas, tem no nível dos indivíduos um importante condicionante para o seu devido entendimento. A quantidade de informações disponíveis, associada a um conhecimento histórico, faz com que exista uma predisposição (que também pode ser entendido como uma inclinação) a uma determinada postura pelo fato das experiências anteriores. Êxitos no passado, que podem ou não estar associados a vínculos de ordem emocional, promovem a predisposição a um direcionamento de forma não necessariamente pragmática, o qual aqui se entende como sendo o Eixo das Tradições.

A história política portuguesa, da qual Alan K. Manchester parte para compreender o que ele chama de “Preeminência Inglesa no Brasil” (1933) é um dos alicerces fundacionais dessa categoria analítica que visa dar razoabilidade aos laços mantidos entre o Brasil e a Inglaterra mesmo após declarada a independência. Os sucessos obtidos pelos portugueses nos seus vínculos com os ingleses, dentre os quais se destacam a sequência de três tratados que auxiliaram o pleito do Duque de Bragança e que reconstituiu a independência política lusitana após o domínio espanhol sob a égide institucional da União Ibérica, destacam-se amplamente. A fragilidade militar terrestre de Portugal, cujas fronteiras encontravam-se de todos os lados cercadas pelos espanhóis, fez com que a busca por um alinhamento de ordem defensiva fosse primordial para sua sobrevivência como estado independente. A rivalidade histórica entre britânicos e franceses, aliada ao vínculo desses últimos com os espanhóis, tornou a formação de uma aliança com a Inglaterra uma opção bastante racional à política dos Bragança nesse dado momento.

O Tratado de Methuen (1703), maldito pela historiografia como símbolo da ingerência do capitalismo inglês em franca expansão, é não somente ponto de inflexão como também é faca de dois gumes na histórica aliança luso-britânica. De um lado, pode ser interpretado como vínculo comercial que tinha sua real profundidade quando observadas as implicações políticas na distribuição de poder europeia, pelo modo como se arquitetou o fim da Guerra de Sucessão Espanhola (MANCHESTER, 1933). Verificou-se que com o crescimento da extração de metais preciosos no Brasil o consumo de têxteis ingleses em Portugal também acompanhou tal tendência, que perde seu equilíbrio com o declínio das minas ao final do século XVIII. A economia portuguesa, relativamente pouco industrializada, acumulava ao final do século dívidas e uma balança comercial desfavorável com os ingleses, apesar de ter ao seu lado um importantíssimo aliado na eterna busca por sobrevivência que é natural dos Estados.

A complexa engenharia política e logística envolvida no processo de transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em decorrência das ameaças de Napoleão Bonaparte

que tinha recentemente tirado do trono Fernando VII de Espanha, seria o momento magno desse relacionamento bilateral. Nesse episódio ímpar da história contemporânea tem-se percebido um sensível esforço por parte da Inglaterra com a finalidade apriorística de manter viva a família real e, por conseguinte, Portugal livre da ação bonapartista através da simbologia que a coroa traz consigo. O preço pago pelo auxílio deveu-se ao fato de que os bônus surgidos espontaneamente aos ingleses mostraram-se aquém do que se atribuiu a sua parte no todo da ação, devendo a diferença ser paga por meio de concessões que tinham na história sua inspiração. Os tratados de comércio, que em momentos anteriores foram valiosas ferramentas de equacionamento de interesses, mais uma vez seriam o mecanismo por meio do qual se buscaria a ratificação desta aliança que novamente seria o recurso empregado pela diplomacia dos Bragança.

O binário de acordos firmados em 19 de fevereiro de 1810 entre Inglaterra e Portugal, o de Comércio e Navegação e de Aliança e Amizade (GARCIA, 2009, p. 24), marcaram a introjeção dessa prática tradicional de política externa na América portuguesa. O Brasil, ainda em seus primeiros passos rumo à descolonização, já tinha no seu espectro político o peso das práticas de relacionamento de sua metrópole assimilados de modo forçoso na sua inserção internacional. Mesmo que a Abertura dos Portos de 1808 tenha transformado provisoriamente (além de proforma) o território brasileiro em uma zona franqueada ao comércio das nações amigas, as preferências tarifárias e o maior dinamismo do capital inglês fizeram que a preeminência em Portugal acabasse por se transferir para o Brasil. Elevado à condição de Reino Unido em 16 de dezembro de 1815 (GARCIA, 2009, p. 26), veria a presença inglesa somente se intensificar na medida em que a economia e a sociedade brasileira se desenvolviam, sendo parte quase que natural do todo existencial.

Olga Pantaleão (1965) detalha o referido processo em a Mediação Inglesa e a Presença Inglesa, na coleção História Geral da Civilização Brasileira (HOLANDA, 1965), e o produz importantes concepções para o entendimento que se tem das relações anglo-brasileiras. Aponta a autora para a presença relativa dos gêneros comercializados pela bandeira britânica em comparação aos das demais nações, inclusive de Portugal (PANTALEÃO, 1965), que seria indicativo de um longo período que somente se modificaria (ainda que pouco) quando da promulgação das Tarifas Alves Branco (VERANO, 2009). Esse cenário somente se veria tão significativo em função da participação inglesa quando das negociações do processo de reconhecimento da independência, que seria ferramenta de garantir a sua presença privilegiada no comércio brasileiro. Concepção dessa autora que posteriormente seria agregada ao pensamento de Amado Cervo quando considera que o preço pago pelo Brasil

para se ver livre da ameaça recolonizadora foi inserir-se no assimétrico sistema capitalista mundial de maneira dependente (CERVO e BUENO, 2015).

A “tradicional parceria”, disposta como recurso estratégico ao longo de séculos pelos Bragança, viu-se mais uma vez como adequada para sanar o conflito instalado entre os dois lados de um reino em fase final de desmembramento. Aqueles que formaram a base da elite política do Império, conforme se assimila do dueto Formação das Almas e Teatro de Sombras, compõem o que o José Murilo de Carvalho indica por ser uma “Geração Coimbrã”, ainda bastante associada aos vínculos formativos portugueses e as ideias desenvolvidas no Velho Mundo. Muito embora se tenha consciência da desproporcionalidade dos atores estatais envolvidos - que é inclusive uma premissa conceitual - percebe-se a existência de uma força monológica que sustenta uma relação desigual a partir da reificação de práticas que sim garantiram o sucesso da manutenção da soberania portuguesa. Não somente foram importados os estadistas como também as práticas utilizadas por gerações como uma ferramenta legítima de política externa, a partir do que se compreendia como sendo exercício do interesse nacional.

A ideia de haver um Eixo das Tradições implica não somente a compreensão da existência de uma dimensão histórica na política externa do Brasil sob o Império, como também de não ser a única estrutura relacional. Mesmo que sejam indicadas as forças das tradições em uma série de episódios que ultrapassariam os limites da política de reconhecimento, deve ser levada em consideração as peculiaridades inatas da inserção internacional de cada Estado. Não se pode limitar o alcance explicativo de toda uma política externa para a sua principal agenda ou ator de preferência, por incorrer no risco de pecar pela restrição de espaço amostral. A composição da mecânica a partir da força do componente “tradição” indica uma leitura possível através de um arranjo que se segue num intuito de dar entendimento às dinâmicas encontradas nesse dado momento da história do Brasil.

2 - O Eixo das Contradições

A Transmigração Bragança surge novamente como ponto de origem do fenômeno a que esta segunda categoria analítica busca dar entendimento, em razão de antes da transferência da família real portuguesa para o Brasil as forças motrizes não se fizessem aqui presentes. O nascimento do Reino Unido em 1815 anulou a condição provisória que tinha residência dos Bragança nas Américas, perpetrando o fato de que uma das famílias da nobreza

européia agora reinava sobre um território desse continente e residindo no mesmo. O que poderia representar uma informação adjacente torna-se, na verdade, componente central da projeção de um modo de fazer política externa conduzido a partir de lógicas pertencentes a políticas de cunho monárquico-absolutista. O novo ator que se dizia surgir no sistema internacional evidenciava desde o momento de nascer o genótipo típico de um Velho Mundo que ensejava uma restauração ao estado anterior a profanação feita pelos liberais, especialmente Napoleão Bonaparte, na ordem do Direito Divino.

Em 16 de julho de 1817, com a chegada da Missão Austríaca, não somente chegavam ao Brasil os notáveis cientistas von Spix e von Martius, com a finalidade de estudar a fauna e flora do território, como também se firmavam os laços que de fato consolidaram o país nessa lógica política sobre a qual se fala. Quando uma das arquiduchessas de Áustria pisa em solo brasileiro, já na condição de Princesa do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, finda-se um importante interregno que desde de 1815 se estava em busca. O ato solene da Elevação não era suficiente em si mesmo para garantir a legitimidade de D. João VI, tendo em vistas as pressões para o seu retorno no Congresso de Viena e o próprio exotismo imaginado sobre o Brasil. Na Missão Artística Francesa (1815) deu-se os primeiros passos para o casamento que dois anos mais tarde selou a união do herdeiro dos Bragança com uma princesa Habsburgo da Áustria, ratificando assim o reconhecimento da legitimidade bragantina sobre o reino e projetando os interesses conservadores nas Américas.

Esses, opositores diretos das concepções liberais republicanas que arquitetaram os movimentos independentista americanos, seriam materializados quando D. João VI adere Portugal ao Tratado da Santa Aliança ao final de 1817. Os ideais restauradores que sustentavam o retorno de Fernando VII ao trono espanhol advogavam também a re-submissão dos Cabildos que haviam se declarado autônomos, contudo carecendo de condições materiais para obrigá-los por meio da força. Eis que também por força do matrimônio Carlota Joaquina de Bourbon, princesa da Espanha, era Rainha-Consorte do Reino Unido, o que tornava ainda mais importante esse movimento para uma possível concretização dos pleitos conservadores. Concretizava-se nesse processo um ator de essência discordante da que prevalecia nas Américas, tendo isso influenciado centralmente a formação internacional e doméstica no país, sendo esse modo de fazer política nesse determinado espaço um dos componentes das contradições desse eixo.

Desde que as Cortes Gerais decretaram o retorno da corte bragantina para Lisboa, em 1821, atestava um monarca absoluto a sua submissão às decisões tomadas por uma instituição liberal análoga a que ao final do século XVIII digladiava com Luís XVI de Bourbon, Rei de

França. Ao aceitar uma Constituição antes mesmo de sê-la escrita, D. João VI reconhecia a insuficiência da tese do Direito Divino para justificar as regalias e os privilégios nobiliárquicos, combatidos pela Revolução do Porto no esteio dos demais movimentos liberais. A estratégia de deixar seu herdeiro no Rio de Janeiro como Príncipe-Regente do Brasil garantia não somente a continuidade da linhagem dos Bragança no trono brasileiro, como também era símbolo da resistência absolutista contra a ilegitimidade que atribuíam às Cortes. Em mais um estratagema de sucesso, El-Rey garantia a posse de sua família nas Américas - de fora a fora agitada por movimentos de independência - e buscava controlar os ânimos em Portugal para não perder o controle sobre o território fundador do vasto império ultramarino que um dia fora.

Os debates que se seguem entre o D. Pedro e as Cortes Gerais, que ao olhar do Príncipe-Regente tinham posto seus pais sob cárcere, são simbólicos para a concepção da resistência do Antigo Regime nas Américas. A Revolução do Porto tinha em si, como já anteriormente debatido, uma contradição que auxiliaria a construção heterodoxa do fenótipo político do Império, em decorrência de um movimento francamente liberal exigir um retrocesso à ordem colonial inadmissível para boa parte dos que no Brasil residiam. Por essa curiosa passagem da história tem-se uma diversidade de indivíduos, com as mais variadas orientações políticas, lutando em conjunto contra as Cortes, porém já com a energia latente do conflito entre si e que não tardaria de acontecer. A ideia de a independência do Brasil ser vista como um subproduto do movimento portuense dá luz aos contatos mantidos entre D. Pedro e seu sogro, o Imperador Francisco I da Áustria, que em defesa de seu augusto pai acabaram por se tornar demandas pelo reconhecimento do Império do Brasil.

Os postulados da Santa Aliança eram irredutíveis quanto à restauração colonial e à contenção por meio da força de insurgências de ordem liberal que pudesse contestar a legitimidade das dinastias europeias. Nesse dado momento também acontecia na Espanha um movimento liberal, a Revolução de Cádiz (1820), que conturbava ainda mais o recém-restaurado governo de Fernando VII e dificultava ainda mais a formação de uma esquadra de reconquista. Quando do Sete de Setembro tem-se o fenômeno sui-generis do monarca de uma das famílias reais europeias declarar independência de uma colônia por efeito de conflitos contra liberais, fundando no Brasil um Império liberal, respaldado por uma constituição, poderes independentes e eleições indiretas para o Legislativo. Isolada ideologicamente na América do Sul, a monarquia brasileira tinha seus opositores não somente no estrangeiro como também no plano doméstico, muito embora seja constatável a arregimentação que se deu ao redor de D. Pedro I.

As dimensões contraditórias ganham seu corpo final ao se observar a estratégia posta em prática pela diplomacia do Imperador brasileiro para obter o reconhecimento em cortes europeias que principiologicamente rejeitavam diversas das construções que no Brasil se faziam. Império Austríaco, Reino da França, Reino da Espanha, Santa-Sé e Estados Germânicos, representantes maiores do conservadorismo ora analisado, tornam-se atores-alvo da política externa brasileira com um intuito maior do que somente ser o país entendido como independente. Por meio do consentimento das casas reais europeias buscava D. Pedro I reconhecer a Casa de Bragança como legítima soberana do Império do Brasil, o que significava inserir o infante país dentro da ordem política do Velho Mundo. Da crítica a um movimento liberal, nasce um Império embebido pelo Iluminismo, na América do Sul, convergente com outros demais levantes independentistas do continente e que tinha como inimigos as forças reconquistadoras da Europa.

Em função dos movimentos político-ideológicos que antagonizavam liberalismo político e o tradicionalismo Absolutista, percebe-se um esforço proveniente de ambos os países, com destaque para o primeiro, em apoiar a independência do Brasil. Suas motivações, contudo, mostraram-se diferentes das inglesas, ao não terem vínculos diretos nas possibilidades de comércio, mas sim na importância percebida em dar suporte a uma monarquia em um continente repleto de repúblicas (CALÓGERAS, 1998). Muito embora o modelo constitucional que viria a ser adotado pelo Brasil não fosse o preferível pela Santa Aliança e pressões para que o regime viesse a ser Absolutista fossem perceptíveis, essa vertente é bastante importante para a macroestratégia do Império. A partir dessas observações, surge a segunda categoria analítica, o “Eixo das Contradições”, por meio do qual se pretende entender como a diplomacia brasileira administrou questões tocantes aos modelos políticos, à luz dos movimentos europeus da década de 1820 a seu favor, muito embora revelassem antagonismos no espectro político brasileiro.

3 - O Eixo das Renovações

Um dos pressupostos que embasam a presente tese, de que houve uma macroestratégia empreendida pela política externa brasileira com a finalidade de obter o reconhecimento da independência do país, demanda uma importante condição: a simultaneamente, o processo de idealização e construção de um Estado brasileiro independente. Neste turbulento percurso de formação, entende-se que alguns dos projetos e idealizações foram, de maneira quase que inexorável, limitados por condicionamentos das mais variadas ordens. Por se tratar de um

Estado, ou seja, uma unidade inserida no Sistema Internacional, há fatores que devem ser dispostos no plano ora observado com a finalidade de serem melhor delineados os desejos projetados e as limitações reais, parte centralmente integrante do processo de tomada de decisão. Em síntese, postula-se já nesse momento inicial que por mais valorizáveis que sejam as intenções, os decisores de política externa têm que arcar, inexoravelmente, com condicionamentos do mundo real, o que resulta no entendimento de suas ações serem ou não pragmáticas.

Empreende-se o olhar acerca do Eixo das Renovações em busca de respostas a inquietações que se percebem bastante frequentes na literatura, as quais existem desde mesmo os primórdios dos exercícios reflexivos sobre como foi conduzido o processo de reconhecimento, até os mais recentes. A adoção da monarquia pelo Brasil independente, à época o único Estado na América do Sul governado por esse tipo regime, trouxe consigo uma importante carga simbólica no olhar dos analistas que observaram seu relacionamento com seus vizinhos, erigidos sob os ideais do republicanismo. Tão ou mais significativo do que o próprio sistema político, a manutenção de um Bragança no poder, sendo esse ainda por cima herdeiro direto do trono lusitano, traz maiores complexidades na compreensão da empreitada diplomática brasileira em busca do reconhecimento.

O principal objetivo que essa seção pretende responder é a verificação de como a política externa do nascente Brasil se portou diante do cenário pelo qual passavam os novos países das Américas, tendo em vista seu interesse primordial de buscar o seu reconhecimento. O hemisfério americano, o qual como um todo também passou por séculos de domínio colonial, quando da declaração de independência brasileira se encontrava em franca luta armada, em parte contra o jugo europeu, contudo mormente por disputas locais de poder. Muito embora a instabilidade seja uma importante característica a ser levada em conta, por outro lado há a solidez e a influência que teve o pensamento de James Monroe e Simón Bolívar neste cenário como um todo, mesmo dada a distância que separavam ambos fundadores do Americanismo.

A ideia de ter havido o que na História se descreve como uma Era dos Descobrimentos parte do processo de concepção de que o território que Cristóvão Colombo chegara em 1492 compunha de fato um Novo Mundo, o que iria propulsar a colonização europeia do continente americano. O isolamento imposto pelos poderes metropolitanos tornava os contatos intercoloniais criminosos, produzindo um arquipélago geopolítico no hemisfério, cuja condição de dominado era a única identidade que unia tais unidades. A Revolução Americana de 1776 abre as portas para o surgimento de um novo processo de construção identitária, a

qual vai ressignificar o espaço continental em decorrência da necessidade de defender as independências que surgiam. Mais do que somente a designação nominal de um espaço geográfico, a América vai se tornar uma ideia pela qual indivíduos estão dispostos a empreender esforços em se defender contra a opressão daquele que até então era o dominador.

Os múltiplos processos de independência no continente americano geraram como consequência direta um novo panorama possível de interações análogo ao o que no final do século XV se viu surgir na Terra Incógnita quando de sua inserção no sistema ocidental. Os processos de libertação do jugo metropolitano serviram como elementos estimulantes da formação de novas concepções de projetos políticos, econômicos e sociais para um mundo que em seu caminho de cisão veriam surgir a necessidade de expressar as suas identidades entre os desejos e as necessidades. A força do Iluminismo, motor principal dessas revoluções, ergueria novos Estados à luz do que Max Weber descreveu no futuro como sendo o Desencantamento do Mundo, que para a realidade da época se traduzia na extinção do Direito Divino e a preconização do liberalismo social. Construía-se uma série de Estados-soberanos regidos pela pujante força do nacionalismo a partir da negação das imagens concebidas do ordenamento europeu, percebido por pensadores como Simón Bolívar como o embate entre as forças conservadoras e as progressistas (BOLÍVAR, 2007, p. VII).

A ideia de conceber a existência de um Eixo das Renovações parte do imaginário de que novas possibilidades de interação surgiram no Sistema Internacional em virtude do processo de independência das colônias americanas. As concepções bolivaristas, que tiveram seu apogeu no acontecimento do Congresso Anfictiônico do Panamá (1926), compuseram parte das engrenagens que buscavam criar um ordenamento nas Américas a partir de princípios como a paz e a segurança coletiva (ALEIXO, 2000). A Doutrina Monroe, proveniente de um pronunciamento do então presidente dos Estados Unidos ao legislativo de seu país em 1823, compõe outra parte da órbita do espírito que surgia no Hemisfério Americano, sinteticamente entendida pela máxima autonomista de “América para os americanos”. Percebe-se surgir para a política externa brasileira uma nova zona de interações de interações possíveis pautada em princípios defensores da descolonização e do combate ao intervencionismo proferido pela Santa Aliança como ferramenta do seu projeto restaurador, o qual tem na construção da ideia de América seu pilar fundacional.

V - O Reconhecimento nos Estados do Prata

O presente capítulo tem como objetivo central analisar o processo de obtenção do reconhecimento da independência do Brasil junto ao que se chamava à época de Estados do Prata. A luz da conceituação anteriormente elaborada acerca dos eixos que compuseram a inserção internacional do país no momento analisado na presente tese, procura-se olhar esse episódio no sentido de tornar compreensível a pluralidade de elementos que estiveram ao redor desse processo. As raízes históricas da formação dos Estados sul-americanos são trazidas à tona em um primeiro momento, como forma de alocar adequadamente o contexto no qual o contato apontado como primordial para o Reconhecimento fora estabelecido. A partir de então, traz-se para o plano frontal a Missão Corrêa da Camara que iniciada em 1822 foi a principal ferramenta de contato entre o nascente Império e os governos locais das cidades e províncias desse subsistema de poder.

1 - Ventos Austrais: reflexões acerca do Prata na história colonial americana

A história da colonização da região do Rio da Prata tem desde as suas origens intensas disputas entre Portugal e Espanha pelo seu controle, em virtude da percepção que tinham ambos do potencial estratégico que o domínio da navegação fluvial ali trazia consigo. A descoberta do estuário, atribuída à expedição de Martin e Pero Lopes de Sousa em 1531, introduz a região no tabuleiro de poder do sistema ocidental por efeito das indicações existentes que rio acima se poderia chegar ao mítico *El Dorado* que inspiravam os esforços desbravadores da América do Sul. A fundação da cidade de Buenos Aires por espanhóis, em 1580, marcava a posse dos Habsburgo sobre a região no mesmo ano em que a rivalidade com a casa de Avis na colonização deste continente arrefeceu-se em função da crise de sucessão que decorreu na União Ibérica. A preeminência espanhola seria uma verdade praticamente inexorável no ambiente sul-americano ao longo dos sessenta anos de unificação das duas coroas nas mãos da dinastia filipina, tendo seu fim em 1640 com a Restauração Portuguesa liderada pelo Duque de Bragança.

O regresso ao status-quo ante não somente trouxe consigo as explícitas disputas entre ambas as coroas, como também viu engrandecer as zonas de atrito em função de expedições

empreendidas por sertanistas e de missões jesuíticas. As fronteiras do Tratado de Tordesilhas (1494), imprecisas por natureza, não mais satisfaziam as necessidades do corpus político e social desenhado aprioristicamente pela ação metropolitana, mas que ganhara formas espontâneas por efeito da ação particular. Em 1680 deu-se a fundação pela coroa portuguesa da Colônia do Santíssimo Sacramento justamente na margem oposta à de Buenos Aires no estuário do Prata, em clara demonstração de rivalidade com o poderio espanhol. Iniciava-se nesse evento uma série de escaramuças que transitariam entre a órbita militar e a diplomática pelo controle da navegação nessa bacia e que seria transmitida aos seus herdeiros quando do processo de descolonização.

A percepção estratégica acerca do estuário do Prata, que outrora fora atribuída somente à exploração de metais preciosos, ganhou nova roupagem ao passo que a região passa por um crescimento em seu dinamismo quando do processo de consolidação urbana. Protagonista nesse ambiente, a cidade de Buenos Aires desenvolveu-se no esteio do comércio internacional que dependia da passagem e do porto para devida operacionalização logística, muito embora fosse evidente a competição com Montevideú e Sacramento. Esta última, epicentro da presença portuguesa região, seria cedida aos espanhóis na ocasião do Tratado de Madri de 1750 em troca do território dos Sete Povos das Missões, assentando a assimetria da presença da Espanha em relação à Portugal. O referido acordo, mais do que emblemático para a história das fronteiras do Brasil, demarcou espaços de pertencimento antagônicos, ao ratificar a introjeção de rivalidades metropolitanas no espaço de interação das colônias, cujos frutos foram deixados para a posteridade.

A ascensão de Napoleão Bonaparte como Imperador dos Franceses seria significativa para o destino político da América do Sul, tanto pelas atividades de política externa por ele exercidas como pelas ideias que propagaram com os avanços do exército nacional francês. As sistemáticas vitórias das colunas napoleônicas sobre as monarquias tradicionais da Europa colocavam em xeque a organização social baseada nos privilégios nobiliárquicos, sustentados pela força do trabalho do povo que era submetido a tais condições pela justificativa do Direito Divino. Dentre as diferentes frentes de batalha empreendidas pelas forças bonapartistas, a invasão da Península ibérica nas chamadas Guerras Peninsulares (1807-1814) encarregou-se da deposição de Fernando VII de Espanha, sendo substituído pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. Apesar de coroado Rei e se proclamar governante do vasto império colonial espanhol, não lograva de legitimidade o suficiente de diversos setores tanto na Europa como em além-mar.

As contextualizações até então feitas compõem o ponto de partida em que se assentam as concepções, ideias e tendências políticas que se percebiam e eram desenvolvidas de modo teórico e empírico no mundo ocidental. A influência do Iluminismo, cujo auge pode ser atribuído em termos de desenvolvimento conceitual ao século XVIII, o “século das luzes”, foi sensível nos rumos e definições políticas e sociais do século XIX. Desde o desenvolvimento da humanidade na forma como a entendemos contemporaneamente, o Oceano Atlântico foi uma barreira natural que somente conseguiu ser superada já nos momentos últimos do século XVI, com o uso de embarcações cada vez mais sofisticadas, movidas pela força dos ventos nas tecnologicamente ímpares Velas Latinas. A conexão através do Mare Incognito entre o que posteriormente ficou conhecido como Velho e Novo Mundo, permitiu não somente o desenvolvimento de uma nova etapa da história mundial, como também propiciou condições favoráveis a exercícios que muitas vezes pouco tinham saído do campo das ideias.

Sob o ponto de vista da sociedade colonial, já em contato com novas ideias que se propagavam no mundo ocidental, perdia-se o sentido manter-se submissa a um jugo metropolitano que agora se apresentava sensivelmente descaracterizado. Os então realistas, ao se verem usurpadas de seu regente, rompem o elo da corrente que sustentava a relação ao não se declararem súditas de um reino cujo atual monarca era considerado ilegítimo. Somado a isso, tem-se o já existente sentimento independentista implantado em diversas partes dos Vice-Reinos espanhóis, que tinha o sucesso da Revolução Americana como ponto de referência para as construções políticas almejadas para povos. Pela ocasião do protagonismo desempenhado ao longo das lutas de independência, a elite Criolla que outrora ocupava um estamento social inferior aos nascidos em solo europeu passa à condição de dominante no cenário posterior.

O romper com a metrópole, conquanto tenha sido o passo mais marcante para a História, incorreu na necessidade de repensar o espaço americano pela carência de significado que o sistema de vice-reinados agora tinha. Nesse panorama, para além dos esforços criativos para a concepção de estruturas políticas perenes, havia também o tortuoso processo armado que tinha não somente inimigos oriundos do plano externo como também do interno a partir de cisões que ocorreram. Desses embates emergiram as figuras dos generais José de San Martín e Simón Bolívar, sendo esse último não só um dos líderes mais importantes da história da região como formulador de ideias e princípios cujos reflexos são vistos até na contemporaneidade. Em um primeiro momento, o processo das lutas por independência na América hispânica de fato aparentava potencial construtor de uma ordem alternativa à

européia, conforme se percebia no rechaço ao Absolutismo e da ode ao redor do Republicanismo.

O projeto bolivarista, cujo título de concebedor do Pan-Americanismo se atribui, pode ser sintetizado a partir da idealização de um concerto entre as lideranças americanas, não somente com fins de repelir a ameaça estrangeira reconquistadora, mas também criar unidades fortes no Sistema Internacional. Fruto direto de seus esforços, o Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826 foi o símbolo de seu projeto de integração política a partir de uma confederação entre os Estados americanos assentada em princípios vanguardistas para a sua época, como redução de forças armadas e abdicação do uso da força num plano regional. Por causa das disputas entre aqueles que tinham por interesse erguer Estados centralizados e os que postulavam a manutenção da essência política localista, personificada nos cabildos, o ideal pan-americano não teve em sua primeira experiência o êxito esperado. A fragmentação que seria vista no Vice-Reino do Rio da Prata, provocada pela força de líderes locais sobre recursos financeiros e militares, é exemplo cabal dos impactos do fenômeno do caudilhismo na América do Sul.

O processo de independência sul-americano das colônias espanholas, iniciado há mais de uma década de quando desencadeado o brasileiro, é um importante ponto de partida para compreender os aspectos que necessitam de destaque na elaboração do esforço compreensivo. Quando se debruça mais atentamente sobre o hemisfério americano, constata-se que em 1822 boa parte de seus territórios já se encontravam em estágios avançados de independência, ao passo que o Brasil iniciava sua jornada. Conquanto os projetos políticos hispano-americanos e brasileiros fossem divergentes por natureza, havia não somente zonas de contato físico a serem consideradas como também se percebiam realidades comuns nas quais a cooperação poderia ser viável. Tanto as lutas contra as metrópoles quanto às disputas internas por legitimidade eram pautas centrais para ambos, o que torna ainda mais importante a análise histórica da formação do outro para a devida compreensão do que se constrói.

A análise da colonização nas américas, mais do que uma necessidade inexorável de contextualização que reside nos trabalhos de cunho histórico em relações internacionais, é uma ferramenta explicativa central na compreensão desse exercício de política externa. Busca-se reconstruir os cenários encontrados não só com a finalidade única da contextualização, pois entende-se que esse exercício permite apontar traços das percepções dos agentes envolvidos no processo de Reconhecimento. Nesse diapasão, dois fatores ganham destaque no presente exercício reflexivo, em decorrência de sua função explicativa dos porquês do esforço diplomático nessa direção, assim como de suas possibilidades e limitações

operacionais. O primeiro, “o processo de descolonização”, lado a lado com o segundo, “a geopolítica continental”, funcionaram como a fonte originária do impulso da nascente política externa brasileira em direção aos seus vizinhos hemisféricos, muito embora não possam ser entendidos como suficientes para a compreensão desta parte da estratégia.

É significativo reconhecer a importância estratégica que historicamente o estuário do Prata representou para a geopolítica sul-americana. Dentre as idas e vindas do controle territorial da Banda Oriental pelos reinos ibéricos, substantiva para o presentemente analisado momento foi a ocupação iniciada em 1811 por Portugal. Mesmo que proclamada a legitimidade dessa conquista militar pelo Concerto Europeu (1816), assim como o próprio entendimento de consumada a incorporação ao Reino Unido (1821), é importante reconhecer a própria natureza instável que a região ainda se encontrava em 1822. A patente militar de Lecor, lado a lado com a enorme quantidade de tropas estacionadas em Montevideu nesse mesmo ano (CALÓGERAS, 1998. HOLANDA, 1965), revela o estado de atenção que a Cisplatina requeria. Insurgências de dentro do próprio território, assim como o interesse de anexação advindo de Buenos Aires eram os dois principais fatores que engrandeciam o interesse de mitigar possíveis querelas nesse sítio, ratificando a ideia da rivalidade.

Entende-se que embora o processo colonial e de independência tenham trazido consigo implicações que distanciaram o Brasil do restante do “Novo Mundo”, havia uma inexorabilidade nas relações entre o país ora analisado com seus vizinhos pelo ímpeto natural de sobrevivência dos Estados. A partir desse pressuposto, procura ser desenhada a forma como a diplomacia do Império, em processo de formação, trabalhou para obter o Reconhecimento no âmbito do hemisfério americano sob o prisma conceituais que norteiam a presente tese. Muito embora o condicionamento geopolítico seja participante direto do processo de construção estratégico presente na formulação e condução da estratégia de obtenção do reconhecimento da independência do Brasil, percebe-se esse insuficiente enquanto variável explicativa. Conforme o presente estudo procura mostrar, na ação internacional dos Estados a importância das ideias tão importante quanto a questão do espaço ao seu redor, por serem elas as que dão sentido e significado aos locais e as possibilidades de interação.

2 - A Missão Correa da Câmara ao Prata

A missão diplomática para qual Antonio Manuel Corrêa da Camara foi designado, em 24 de maio de 1822, reflete na pluralidade de objetivos nela pretendidos a própria dinâmica de necessidades do Brasil naquele tempo. Em um primeiro momento, ainda quando do início dos conflitos entre o Príncipe Regente D. Pedro e as Cortes Gerais de Lisboa, os movimentos eram cautelosos e sincronizados com a chancelaria do Império. Posteriormente, quando o movimento de independência ganhou forma e Pedro I foi aclamado com o título de Imperador do Brasil, as pretensões tornaram-se mais profundas, por haver um novo regime e ter ingressado o país no rol dos Estados americanos independentes. A posição estratégica de Buenos Aires no cenário político sul-americano, lado a lado com acontecimentos para além dos que eram esperados, trouxeram, por fim, grande importância para o papel desempenhado por Correa da Câmara no seu posto de agente diplomático.

Inicia-se a análise sobre a missão a partir do momento em que Corrêa da Camara foi nomeado para a representação brasileira em Buenos Aires com o objetivo de reconstruir etapa por etapa o arrolar desse esforço diplomático. Também em cisão com sua metrópole, porém em um movimento iniciado ainda na década anterior, as colônias sul-americanas de domínio espanhol sofriam tanto com a velada e temida ameaça de recolonização quanto com as próprias disputas do ambiente interno. Essas últimas, conforme os eventos históricos permitem que sejam observadas, seriam os principais problemas enfrentados pelos países do subcontinente, muito embora à época fosse difícil de mensurar as capacidades da Espanha, em conjunto com a Santa Aliança, de empreender uma esquadra com o intuito de dominá-los novamente. No início de 1822, as condições sistêmicas apontavam de maneira bastante favorável para uma convergência de interesses políticos entre o Brasil e os Países do Rio da Prata.

O termo constante no Arquivo Diplomático da Independência para designar os vizinhos sul-americanos proporciona uma imagem prévia das condições com as quais a política externa brasileira teve que lidar: “Estados do Prata”. Conforme já se discorreu acerca da formação colonial no subcontinente, ao passo que no Brasil a unidade política e territorial tenha sido dada por força da presença concreta dos Bragança após 1808, na hispano-américa as lideranças locais acabaram por construir um quadro de grande dispersão. Muito embora no panteão dos heróis da independência nomes como do General Artigas e San Martín sejam de destaque, as edificações dos grande vice-reinos acabaram por erodir, prevalecendo as oligarquias locais sobre os governos centrais. Em síntese, o que hoje se entende como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, todos parte (mesmo que alguns não em sua

totalidade) anteriormente do Vice-Reino do Rio da Prata, eram à época estruturas amorfas e em litígio constante para se sobreporem umas sobre as outras.

Em intensa disputa com o governo das Cortes Gerais, o qual na palavras do próprio Príncipe Regente mantinha seu pai e família reféns, D. Pedro teve uma interessante janela de oportunidade quando do envio desta missão. Com a morte prematura de João Manoel de Figueiredo, que brevemente ocupou a função de agente consular do Reino Unido na praça de Buenos Aires (BRASIL, 1972, p. 234), ficou vacante um importante posto e que poderia ser utilizado para fortalecer o pleito que progressivamente ganhava corpo no Rio de Janeiro. Em 24 maio de 1822, quando do decreto de nomeação de Correa da Câmara, a cisão entre Brasil e Portugal ainda estava por vir, conquanto a possibilidade estivesse bastante evidente dadas as circunstâncias entre ambos os lados. Aparentemente com função unicamente comercial, por estar baseado na argumentação de que as ordens advindas de Lisboa não eram mais legítimas sobre o Brasil o enviado já era símbolo de uma luta política que tinha como interesse central a legitimidade herdada pelo Príncipe Regente de seu pai.

A referida data e o conteúdo do decreto de nomeação deste diplomata já revelam de maneira bastante clara uma importante consideração acerca das movimentações políticas que internamente aconteciam no Brasil. Se em 9 de janeiro de 1822 D. Pedro expôs sua decisão de permanecer no Brasil a despeito das pressões advindas do movimento portuense, em 4 de maio um passo ainda mais importante foi dado, ao decretar que todos os atos emitidos por Portugal devessem passar pelo seu crivo, no que ficou conhecido como “Cumpra-se”. Por mais que o rompimento somente fosse consumado no 7 de setembro daquele mesmo ano, uma espécie de ensaio-geral já era delineada entre ambos os lados do Atlântico, em virtude do anseio explícito de recolonização que as forças advindas de Portugal projetavam. Conforme as pressões externas interagiam com as internas no Reino do Brasil, formaram-se disputas de poder entre grupos políticos distintos, cujas diferenças de projetos e de interesses influenciaram o andar dessa missão.

A razão pela qual o Brasil foi levado a nomear um representante comercial no porto de Buenos Aires, de acordo com o decreto expedido por Bonifácio, deveu-se a quantidade de reclamações provenientes de negociantes platinos na praça do Rio de Janeiro acerca das condições de abandono que se encontravam o consulado em Buenos Aires. A demora entre a morte do ex-consul, João Manoel Figueiredo, e a nomeação de um substituto foi apontada como causa central para essa situação, devendo Corrêa da Camara prontamente substituí-lo. Em um momento periclitante, o comércio internacional era uma fonte da qual não se podia abrir mão em termos de recursos de tributação interna e alfandegária, afora os ganhos

políticos indiretos que uma possibilidade de melhoria econômica poderia prover. Muito embora não se devam colocar totalmente de lado as razões apontadas pelo chanceler no documento de 24 de maio de 1822, podem ser verificados pontos mais significativos em outras correspondências e que complementam as razões da existência dessa missão.

Sabia-se na corte brasileira das difíceis condições políticas vividas em Portugal, com uma forte polarização entre os revolucionários liberais e as forças realistas, ainda que neste momento as Cortes Gerais fossem o centro das atenções. A não-substituição do falecido cônsul podia tanto ter sido causada por falta de capacidade operacional da diplomacia portuguesa quanto em razão da perda de interesse momentâneo no comércio em Buenos Aires. Ao ter como alicerce ideacional a recolonização brasileira, não seria coerente o parlamento lusitano manter relações com uma colônia espanhola em cisão com sua metrópole (mesmo que coerência não seja uma necessidade política).

O rompimento que era desenhado entre os dois lados gerava grandes dúvidas, inclusive pelo próprio cenário de imprecisão que dele partia. No capítulo dedicado ao presente caso de “História Geral da Civilização Brasileira” (HOLANDA, 1965), Pedro Moacyr Campos segue essa mesma linha de pensamento, argumentando não somente dos problemas decorrentes da “(...) situação anárquica do Prata”, como também pelo fato de “(...) estar o Brasil então ligado a Portugal (...)” (CAMPOS, 1965, p. 371). Em correspondência endereçada à Bonifácio no dia 28 de maio de 1822, Corrêa da Camara levanta cinco questões à José Bonifácio sobre as Instruções recebidas. Dá-se destaque a primeira, ao indagar sobre “qual deve ser a minha conduta em Buenos-Aires, caso ali se apresente um Cônsul nomeado pela Corte de Lisboa”, em evidente constatação do conflito que sua presença poderia trazer consigo no que se apresentasse em Buenos Aires.

A resposta do chanceler vai ao encontro do que se esperaria no momento histórico ora analisado, ao defender uma separação de interesses e principalmente decisória entre Brasil e Portugal. “(...) no caso eventual de se apresentar outro cônsul, nomeado em Lisboa, isso não o deve embarçar para que continue a conduzir-se como Cônsul para o Reino do Brasil”, nas palavras de Bonifácio em 30 de maio de 1822 (BRASIL, 1972, p. 236). Não se sabia, à época, a direção que tomaria todo esse processo político, existindo possibilidades que incluíam mesmo uma monarquia dual, porém o que não era admissível ao governo de São Cristóvão seria qualquer possibilidade de recolonização (TOMAZ, 1972, p. 74-102). O esforço diplomático de Corrêa da Camara, desse modo, deveria focar principalmente em resguardar os interesses brasileiros na região do Prata, por meio de uma aproximação que na eventualidade da independência brasileira já existisse uma simpatia por sua causa. Não somente deveria

mostrar convergência de interesses entre o Brasil e os países da região, como também estar atento a possíveis ações danosas ao reino, já bastante preocupado com os embates com as Cortes Gerais de Portugal.

Ainda na mesma data da correspondência acima analisada, constam no Arquivo Diplomático da Independência as instruções iniciais de José Bonifácio para a missão de Corrêa da Camara. Em conformidade com o descrito no ato de nomeação, deveria ser o objetivo primário e aparente de sua presença no Prata a normalização das relações comerciais dessa praça com o Brasil. Ademais, deveria adquirir partido indiretamente no governo de “Buenos Aires e principalmente no de Paraguai, (para que) com o outro do Montevideú possam vigiar as manobras e maquinações, assim de Buenos Aires como de Entre-Rios”. (p.236). Para atraí-los, continua Bonifácio, Corrêa da Camara não deveria esquecer de exaltar em suas conversações a grandeza e os recursos do Brasil, assim como o interesse que as nações comerciantes têm em apoiá-lo. Deve demonstrar que é impossível o Brasil ser recolonizado, embora seja crível que pudesse ser retalhado por divisões internas, sendo este exemplo fatal para as Américas.

Depois que vossa mercê tiver habilmente persuadido que os interesses deste Reino são os mesmos que os dos outros Estados desse hemisfério, e da parte que eles devem tomar nos nossos destinos, lhes prometerá da parte de S.A.R. o reconhecimento solene da independência política desses governos. (p. 236)

É evidente que já nesse primeiro momento faz parte central das intenções do envio de Corrêa da Camara uma aproximação política com os países platinos, tendo em vista neutralizar as forças recolonizadoras que ameaçavam tanto o Brasil como os demais países do continente. Para tal, procurou-se “alcançar a boa vontade e dissipar as desconfianças que poderiam haver sobre a boa fé deste Governo” (BRASIL, 1972, p. 236), mostrando não somente generosidade e simpatia, como também dotado de uma força que seria essencial para as lutas comuns as nações americanas. Nesse proceder indireto, caso percebesse clima favorável, o referido diplomata deveria expor “as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma Confederação ou Tratado Ofensivo e Defensivo com o Brasil, para se oporem com os outros governos da américa-espanhola” (BRASIL, 1972, p. 236) à ameaça europeia. Na mesma linha estratégica deveria também fazer “todos os possíveis esforços para que esses Governos mandem para o Rio de Janeiro seus agentes” (BRASIL, 1972, p. 237), como modo de fortalecer as amizades internacionais do Reino.

Em sua perspectiva bastante crítica quanto a missão, Delgado de Carvalho analisa que José Bonifácio designou incumbências a Corrêa da Camara “que um Talleyrand nunca teria conseguido”. De fato, não somente ambiciosos eram os objetivos, como também havia uma série de complexas relações históricas que já maculavam destarte a imagem brasileira, cujo símbolo mais evidente era a ocupação da Banda Oriental. Dentro do index de temas que deveriam ser evitados a todo custo esta questão tinha amplo destaque, por ser de longe o foco de maior potencial atrito entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Muito embora existissem condicionantes sistêmicos favoráveis a obtenção do reconhecimento, havia grande potencial de conflito entre ambos os atores, o que de fato seria comprovado no futuro com a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Delgado de Carvalho (1998, p. 56), assim como Pandiá Calógeras (1998, p. 380-381) analisaram o perfil do enviado brasileiro, o que é bastante interessante para se ter uma visão mais ampla da missão em si. Militar de formação, tendo lutado nas Guerras Peninsulares, Corrêa da Camara era indivíduo de confiança dos Andradas, assim como partidário do Absolutismo por eles defendido. Conforme atestado por ambos os autores, era duvidável sua habilidade diplomática para lidar com caso de tamanha magnitude, principalmente por traços de suas preferências políticas que poderiam gerar antipatia a sua presença. A razão da sua nomeação talvez pudesse ser para que atuasse como “satélite e partidário político do ilustre santista”. (CALÓGERAS, 1998, p.380)

Cautela pareceu ser um elemento bastante importante no que Bonifácio buscou com essa missão, ao se ter como base o quase iminente conflito armado com as forças portuguesas comandadas pelas Cortes. Tendo em vista a necessidade de evitar o surgimento de mais um conflito, assim como a de angariar aliados para a causa brasileira, uma postura dotada de uma condução pragmática era recomendável, principalmente na sub-região platina. Nesse diapasão, somente estava Camara autorizado a apresentar sua credencial de agente político e diplomático após ter certeza das boas intenções do governo (BRASIL, 1972, p. 237), em virtude das desconfianças que tinham os líderes regionais uns dos outros. O projeto, muito embora em um primeiro momento parecesse modesto, era dotado de intenções subjacentes com o objetivo de projetar poder do Brasil no Prata. Foco de tensões não somente por causa de questões geopolíticas, a região era fonte de um liberalismo republicano que os Andradas abertamente combatiam no Brasil e que teria repercussões no desenvolver da missão. Muito embora existissem convergências, haviam questões, históricas e contemporâneas, que precisavam ser superadas.

Ponto que aparentemente poderia ser considerado secundário, mas que representou questão de grande importância no contexto da missão, a aproximação com o Paraguai é exemplo desse projeto de poder para região. Vendo os seus complexos interesses na Cisplatina em risco, por efeito da questionável soberania brasileira naquela província, seria importante um aliado para manipular a distribuição de capacidades no cenário platino. Participante menor desse arcabouço regional, com o Paraguai deveria ter o diplomata a mesma postura impositiva de “linguagem e insinuações” (BRASIL, 1972, p. 237), o que certamente traria diferentes respostas de Francia do que de Rivadavia. Sem qualquer contrapartida, poderia Corrêa da Camara expressar que “a Corte do Rio de Janeiro não só admitirá Cônsules e vice-cônsules, mas também Encarregados Políticos” (BRASIL, 1972, p. 237), do que se entende ter sido uma tentativa de demonstrar paridade relacional.

Conquanto extensas, as instruções ora analisadas careciam de maiores detalhamentos em importantes pontos, tendo em vista a complexidade das pretensões almejadas pelo ilustre Andrada. Mesmo que não sendo posta em discussão a nobilidade das intenções de José Bonifácio, pode-se inferir que esses problemas com o que foi instruído e o que era palpável de execução decorria muito pela sua falta de experiência com o lidar das relações internacionais e da diplomacia. Ademais, careciam recursos financeiros para financiar não somente as empreitadas estrangeiras que se iniciavam, como também a própria máquina pública brasileira. Embora as heranças do período joanino tenham sido valiosas, quando do retorno da Corte para Lisboa parte importante da administração real fora com D. João VI, assim como o próprio erário. Ao final de maio de 1822, as tensões internas e externas do Brasil eram cada vez maiores, demandando ações cada vez mais incisivas.

A análise documental permite observar que da parte de Corrêa da Camara as inquietações surgiram principalmente pelo caráter dual que teria que desempenhar na região. Em função do dever de manter em segredo as credenciais de agente político, poderia somente as revelar após sondar suficientemente as intenções dos governantes platinos com quem negociaria. Pretendia a corte de São Cristóvão aparentar que a única razão para o envio de um representante era o falecimento do ex-cônsul nomeado por D. João VI, contudo por meios não explícitos pretendia também averiguar as “(...) boas intenções daquele governo (...)” (BRASIL, 1972, p. 237). Embora fosse provável o apoio à causa brasileira (ainda focada no anticolonialismo e na autonomia política), não eram remotas as chances de conflitos por causa das históricas disputas de poder entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, que tinham potencial de causar problemas na aproximação ensejada.

Nas palavras de Pandiá Calógeras, “toda a política de Buenos Aires girava, pois, em torno desse ponto fixo: a força do governo do Rio” (CALÓGERAS, 1998, p. 379). Ao observar esse complexo cenário, Corrêa da Camara elabora e envia a Bonifácio uma proposta de instruções no dia em 5 de junho de 1822, para caso fosse necessário fazer uso de sua credencial de agente político. A despeito de ter sido enviada ao chanceler, não consta no arquivo diplomático da independência nenhuma réplica oficial, não se sabendo se as sugestões levantadas tiveram ou não anuência oficial para serem praticadas. Do conteúdo proposto pelo enviado ressalta-se a possibilidade de formação de uma aliança militar de cunho ofensivo e defensivo para ser resguardada a independência frente às potências europeias (BRASIL, 1972, p. 258), o que pode ser atribuído à formação militar de Corrêa da Camara (CARVALHO, 1998, p. 56. BRASIL, 1972, p. LV). Por fim, deste documento ainda se destaca a percepção positiva do reconhecer a independência, sendo Bonifácio sondado da possibilidade da República de Buenos Aires ou da Aliança Quadrada ser prontamente reconhecida independente.

Em sua segunda correspondência a Bernardino Rivadavia, com data de 10 de junho de 1822, José Bonifácio explicita as condições convergentes em que se encontravam tanto o Reino do Brasil como a Argentina (BRASIL, 1972, p. 239). A partir da perspectiva de existência de ameaças comuns a ambos os Estados, advindas não somente da Europa como também de grupos internos dissidentes das autoridades centrais, o referido chanceler ensejava demonstrar ao país vizinho que o Brasil era um aliado em potencial. Destarte, o presente documento tem em suas primeiras linhas um resgate das relações entre a corte de D. João VI no Rio de Janeiro com a então Província de Buenos Aires, com quem S. M. Fidelíssima procurou ter boas relações. Conforme culpabiliza Bonifácio, essa desejada aproximação não pudera ser superada por efeito de questões sistêmicas de seu tempo, contudo o momento atual é apontado como profícuo em virtude da liderança de D. Pedro.

A construção retórica elaborada por Bonifácio permite verificar a existência de importantes pontos por meio dos quais a aproximação diplomática buscava se ancorar desde o seu início. Tendo anteriormente Corrêa da Camara estabelecido relações comerciais entre Brasil e Buenos Aires com relativa facilidade, restava para o consecutivo momento um passo mais ambicioso de ser dado, o estabelecimento de relações diplomáticas de facto. Seguramente alguns componentes históricos assim como outros do presente pesavam desfavoravelmente ao pleito brasileiro, como as já citadas disputas de poder na região do Rio da Prata. No entanto, a ambiente internacional seria favorável a ambos os atores envolvidos neste processo de negociação, o que permitiu a construção pela diplomacia brasileira de um

discurso que buscava convergências, a fim de alcançar o reconhecimento da independência brasileira.

Nesta mesma correspondência de 10 de junho de 1822, percebe-se o amplo uso por José Bonifácio de termos que por um lado buscavam elucidar aspectos que colocavam o Brasil de maneira homogênea no cenário político continental da época. Por outro, de modo subjacente buscavam eclipsar elementos que poderiam complicar o relacionamento bilateral. Chama-se a atenção para a data do presentemente analisado documento, ainda três meses antes da cisão final entre Brasil e Portugal, ou seja, as palavras nele contidas são parte central do prólogo de um movimento de cisão que já tinha grande parte de sua arquitetura desenhada. Por já existir um conflito militar em escala progressivamente crescente, precisava o Brasil, no momento ora analisado, construir aliados para travar suas guerras de descolonização, já em processo de ganhar a roupagem de guerras de independência. Não ser percebido como uma ameaça, ou mesmo com um alvo, também constituía parte do interesse brasileiro com esta missão.

Nessa linha de raciocínio, ganha destaque na retórica inicial de Bonifácio a tentativa de cunhar a imagem de D. Pedro como um governante liberal, mesmo sendo ele herdeiro do trono real português. Em um cenário regional no qual as colônias hispânicas já estavam em avançado processo de independência de uma monarquia ibérica e com a adoção em ampla maneira o sistema republicano, é presumível que as diferentes formas de governo (muito em virtude do momento histórico) poderiam entrar em conflitos diretos. A neutralização dessa força dissonante, nesse primeiro momento, foi a evidenciação de que havia uma importante convergência que unia tanto brasileiros como buenaienses: o sistema americano. Sumariamente, por estarem todos “Governos da América” ameaçados por “imperiosas pretensões da Europa”, haveria uma homogeneidade entre eles em função desse interesse em comum, não desejando nem podendo adotar “outro sistema que não seja o Americano”.

Os meses consecutivos produziram documentos que versaram sobre um tema que progressivamente ganharia importância para missão, assim como para o próprio país como um todo. Em decorrência do processo político interno do Brasil, assim como de modo geral a América do Sul, as disputas ideológicas para implementação de diferentes regimes políticos faziam com que os indivíduos envolvidos fizessem uso dos mais variados esquemas para que seus interesses prevalecessem. A assimilação da Cisplatina enquanto província do Reino Unido, formalizada no tratado de 1821, ainda não era (como nunca seria) pacífica, trazendo uma série de custos e de complicações para se manter parte integrante do reino. A cautela e atenção de Bonifácio, lado a lado com a percepção de haver um velado interesse buenaiense

na assimilar a Banda Oriental como parte da confederação que se formava, faziam com que esse aspecto fosse tratado por Corrêa da Camara.

Ao longo do período acima referido, o qual vai de 10 de junho a 2 de setembro de 1822, não se pode afirmar que foram paralisadas as negociações com os Estados do Prata. Apesar de não existirem documentos no Arquivo Diplomático da Independência diretamente relacionados ao objeto de estudos do Reconhecimento, pode-se justificar essa redução de intensidade como proveniente do acirramento dos atritos entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Conforme se pode compreender a partir da literatura pesquisada e analisada, assim como também percebido ao se ter uma visão global da documentação histórica, persistiu por um bom tempo a dúvida sobre qual seria a solução para a crise que se dava entre os dois lados do Atlântico. Intolerável à ideia de recolonização era às forças leais a D. Pedro, concentradas sobremaneira no centro-sul brasileiro, contudo ainda divididas entre a ideia de independência e a de uma monarquia-dual dos Bragança.

Quando Bonifácio se dirige a Lucio Mancilla, em 2 de setembro de 1822, há uma informação que converge com o próprio arrolar do processo de cisão. Diferentemente do que meses antes acontecera, o caráter político da missão já era abertamente tratado pelo Ministro brasileiro e o presidente de Entre Rios. Embora ainda com o uso ostensivo do discurso de solidariedade americana, não mais existe a pretensão de fazer parecer ser o envio de um agente comercial sem intenções de tratar temas políticos. Entende-se essa transição no teor das correspondências deveu-se a um relativo sucesso nessa primeira etapa de aproximação, mesmo que ainda não explícita a ideia de reconhecimento da independência. Os dias seguintes, com bastante destaque, alterariam o desenrolar dos fatos.

Em um ofício não datado, contudo posicionado no compêndio entre os documentos do dia 3 e 13 de setembro, encontra-se o requerimento feito por José Bonifácio para que Corrêa da Camara contratasse os serviços de Lord Cochrane. Oficial-naval de origem britânica e que já tinha lutado com sucesso pelo lado dos chilenos em sua guerra de independência, era considerado peça importante para as escaramuças que cada vez se ampliavam no território. Nas palavras de Bonifácio, o Almirante já tinha provado sua “perícia naval e adesão ao Sistema Americano” e poderia mais uma vez provar esses laços por meio dessa cooperação com a “Sagrada Causa deste Hemisfério” (BRASIL, 1972, p. 242). Bastante fragilizado militarmente desde o retorno de D. João VI a Lisboa, o Brasil precisava contar com o uso de corsários não somente para se lutar contra os portugueses, como também para impor o seu poder no cenário sul-americano.

O advento do Sete de Setembro impactou diretamente os rumos da missão diplomática liderada por Corrêa da Camara ao Prata. Para além da própria carga de obviedade que a declaração de independência traz consigo quase que automaticamente, percebe-se a partir da documentação analisada uma mudança no foco central de interesse dos agentes envolvidos. Até então convergente, o diálogo entre ambos acabou impactado por essa mudança, transformando-se em uma espécie de troca de monólogos entre dois indivíduos versando sobre o mesmo tema. Por se tratarem de agentes diferentes, analisaram o objeto do reconhecimento através de lentes próprias, as quais naturalmente tinham suas peculiaridades e que serão tratadas separadamente na presente parte desta tese.

3 - Corrêa da Camara e os rumos da Missão ao Prata no pós Sete de Setembro.

A necessidade da obtenção do reconhecimento da independência, assim como o seu próprio desenho estratégico, surgiu de modo explícito após a declaração de D. Pedro às margens do Ipiranga. Por mais que as forças pró cisão já estivessem bastante definidas há um certo tempo, quando do rompimento final que o tema ora estudado ganhou prioridade na nascente política externa brasileira. No que tange à missão diplomática presentemente estudada, a partir do cenário histórico de conflitos regionais, assim como as rusgas em potencial por causa da adoção do sistema monárquico pelo Brasil, os esforços para a manutenção de boas relações até então eram bem-sucedidos. Restava agora a Corrêa da Camara dar continuidade às negociações, buscando projetar a imagem de um país forte, liberal e americano, concebido com uma imagem convergente com interesses pós-independência da política externa brasileira para a região platina.

Mantido o direcionamento da missão, outros objetivos foram agregados a sua órbita, uma vez emergindo necessidades decorrentes do esforço posto em prática para garantir a independência. Para além da esfera discursiva, a diplomacia tem dentre as suas faculdades a de angariar forças militares por meio de alianças, o que não somente é importante para uma política de balanço de poder como pode ser decisiva para a manutenção da soberania de um país. O pensamento político emergente da região (notadamente as concepções bolivaristas e monroístas) permeava sobremaneira na prática e no ideário das relações internacionais do Estados americanos. Com as guerras de independência no Brasil formalmente sendo travadas e progressivamente se avultando, ainda mais primordial se tornava o esforço diplomático de

Corrêa da Camara em defender a causa liderada por D. Pedro I, assim como atrair aliados para si.

Um tanto curiosa era a composição das forças que interagiam à época no Brasil, um reino ainda nos seus primeiros dias de existência independente e que era explicitamente ameaçado por Portugal, cujo monarca D. João VI estava sob cárcere das forças revolucionárias que conclamavam a recolonização brasileira. Obrigado El Rey a assinar uma Constituição antes mesmo de sê-la redigida, quem de fato governava as terras lusitanas eram os parlamentares organizados nas Cortes Gerais, cujos membros incluíam os cerca de setenta deputados eleitos nas províncias brasileiras (TOMAZ, 1972, p. 99-101). Esta pequena bancada pouco efeito teve em seu esforço político sobre os pleitos recolonizadores das forças presentes nas Cortes que, embora convergentes com a Santa Aliança no que tangia a restauração colonial nas Américas, eram considerados inimigos pelo sumo representante do tradicionalismo monárquico absolutista europeu.

Do lado de cá do Atlântico, similares composições de forças e de ideias também pairavam sobre os países americanos. Muito em virtude de um pensamento político profundamente colonizado, os grupos protagonistas das movimentações que inquietavam a Europa faziam-se presentes analogamente na América Latina. No erguer de um país independente, cria-se de modo decorrente a obrigação de serem feitas determinadas escolhas no que diz respeito a sistema políticos e forma de governo. No entanto, o ambiente internacional da década de 1820 não propiciava tranquilidade para a execução desse tipo de empreitada, vide a série de revoluções que eclodiram na Europa, como a do Porto. O interesse na obtenção do reconhecimento internacional da independência ganhou progressivamente uma roupagem adicional: proporcionar legitimação de Pedro I como soberano do Brasil com a população local por meio do apoio internacional.

Ao se aproveitar da grande quantidade de esforços compreensivos que compõem a historiografia brasileira desse período, consegue-se destacar importantes categorias analíticas para o argumento aqui sustentado. Emília Viotti da Costa, em seu texto seminal “José Bonifácio: homem e mito” (VIOTTI DA COSTA, 1972), sintetiza os movimentos dos grupos da política brasileira pré-independência e detecta a presença de três principais.

“um deles, composto na sua maioria de comerciantes portugueses, ansiosos em restabelecer antigos privilégios, concentrado, na sua maioria, no Rio de Janeiro e cidades portuárias do Norte e Nordeste do país, aos quais se juntavam militares e alguns funcionários da Coroa, decididos a apoiar a política das Cortes; um outro grupo, composto de brasileiros e portugueses recrutados entre os elementos mais poderosos em posses e empregos de representação: altos funcionários, fazendeiros,

comerciantes ligados ao comércio internacional, principalmente inglês e francês, que almejavam a autonomia, embora encarassem com simpatia a fórmula da monarquia dual, mas que, diante da impossibilidade dessa solução, aceitariam a ruptura definitiva com Portugal; finalmente, um terceiro grupo, visando a independência, composto de elementos mais radicais e democratas, na maioria ligados a atividades urbanas e setores médios da sociedade: farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores, pequenos comerciantes, escalões inferiores do exército, padres, que sonhavam com um regime republicano à semelhança dos países da América.”

No calor dos fatos que envolveram o Sete de Setembro, esses três grupos políticos fundiram-se em dois, a partir de uma nova distribuição identitária que teve como um dos seus elementos centrais a figura de José Bonifácio, em virtude do fracasso da saída pela monarquia-dual. Articulador das forças internas que viriam a se tornar o Partido Brasileiro, suprimiu com uso da força o apoio do Partido Português às Cortes Gerais, tornando possível a arregimentação de forças ao redor de D. Pedro para declarar a independência (VIOTTI DA COSTA, 1972).

Conquanto o projeto de erguer uma monarquia constitucional governada por um Bragança tenha sido declarado vitorioso, as divergências anteriores que ficaram temporariamente latentes voltaram a surgir, recolocando o debate entre as três vertentes no centro das atenções. Dada a evolução dos fatos, esses grupos ganharam nova roupagem, podendo a partir de então ser agregados em monarquistas tradicionais, moderados e exaltados. Em certa medida, pode-se entender os dois primeiros como aqueles que simpatizavam com a ideia da monarquia de D. Pedro, contudo divergiam no seu grau de liberalismo, variando desde eleições restritas a um regime parlamentarista de fato. O terceiro, alvo central da análise que se segue, eram aqueles que pregavam a maior mudança institucional e que passariam a ganhar protagonismo mesmo dentro da Missão Corrêa da Câmara. A partir de uma visão considerada à época como liberal radical, pregavam a implantação de um regime republicano no Brasil, o que era visto como uma grande ameaça pelos Andradas.

Primariamente coadjuvante da narrativa de Corrêa da Câmara, as intrigas políticas passaram a ganhar progresso protagonismo após o Sete de Setembro, tendo seu ápice com a notícia da chegada de Joaquim Gonçalves Ledo a Buenos Aires. Indivíduo que a historiografia ainda carece de imprimir maiores estudos sobre suas concepções e importância para o Brasil da época, Ledo além de abertamente um liberal, era também um ferrenho opositor dos Andradas, tendo-se exilado na capital argentina graças às pressões de Bonifácio e seus irmãos. Dentro de um mandato que tinha como núcleo operacional ganhar a simpatia dos governantes platinos para a causa brasileira (que por sinal finalmente ganhava concretude), Ledo acabaria por se tornar protagonista de quase toda a narrativa que seria desenvolvida por Corrêa da

Camara. Buscar-se-á compreender, no presente momento, por que no contexto da independência e da obtenção de seu reconhecimento internacional esse personagem histórico ganhou tanta relevância no escopo das correspondências diplomáticas de Corrêa da Camara.

Em um olhar sob os registros históricos constantes no rol de documentos do Arquivo Diplomático da Independência, não se verifica a presença de nenhuma evidência clara que permita afirmar a existência de uma ordem oficial para que fosse empreendida uma perseguição aos ditos “inimigos do Império”. Do total de ofícios emitidos por José Bonifácio a Corrêa da Camara ou a qualquer outro destinatário no Prata, não somente inexitem ações determinadas contra Ledo e seus afiliados, como também não são perceptíveis incitações para que ele fosse seguido de perto. De modo inverso, o diplomata brasileiro dedicou parte significativa (oito de um total de trinta ofícios) de seu trabalho escrito com confabulações acerca da existência de conspirações carbonárias, maçônicas ou jacobinas prontas para agir contra a legitimidade do Imperador. Mesmo que ainda em uma etapa intermediária, a presente pesquisa parece indicar que os interesses e a necessidade de reafirmação dos grupos políticos internos em busca de predomínio doméstico no Império influenciaram diretamente os rumos das missões diplomáticas voltadas para a obtenção do reconhecimento.

Em 12 de outubro de 1822, quando da fundação do Império do Brasil, era evidente a dificuldade de coesão nacional que o recém-independente país tinha. Conforme já observado na presente tese, as guerras de independência são elementos que devem ser considerados centrais no esforço compreensivo sobre o reconhecimento brasileiro, pois tornam mais clara a sua profundidade. Ao conflitarem com a dita autoridade central de Pedro I, as forças discordantes do regime exemplificam a contestação da legitimidade de uma nova monarquia sob o comando dos Bragança, instalada mais uma vez no Rio de Janeiro. Até então autodeclarados como vitoriosos, os monarquistas tinham como principais rivais na política doméstica justamente o grupo os liberais de tendência mais liberal que tinham como um de seus protagonistas Joaquim Gonçalves Ledo (VIOTTI DA COSTA, 1972 p. 132). Mesmo tendo sido um dos apoiadores da independência, ao lado inclusive dos Andradas e da Princesa Leopoldina, viu-se obrigado a buscar exílio em Buenos Aires - uma das grandes possíveis rivalidades do Império nascente - por divergir dos projetos monarquistas.

Com a finalidade de dar sentido a referida mudança no padrão dos temas expostos nos documentos, procura-se a existência de uma resposta possível presente nas análises biográficas da literatura acerca da missão. Parte-se do próprio prefácio da edição comemorativa do sesquicentenário da independência, no qual Heitor Lyra cita ao final de sua “notícia histórica” sobre Corrêa da Camara no Prata que “ (...) no seu empenho de agradar, ele

excedia quase sempre ao próprio desejo do seu chefe; e de tal forma se houve que dentro em breve não faria ali outra coisa se não vislumbrar conjurados e conjuras em todos e em tudo” (BRASIL, 1972, p. LXXII). Ainda de acordo com Lyra (1972), Camara vislumbrava “os mais tenebrosos projetos nos passos de Ledo” (BRASIL, 1972, p. LXXII), assim como conspirações na Grande Oriente. Não nota o diplomata-historiador a existência razão estratégica para os rumos tomados pela missão nesse âmbito, sendo delegado aos desejos pessoais e preferências políticas de Camara a razão para perseguir Gonçalves Ledo.

Em similar linha de raciocínio segue a breve análise de Delgado de Carvalho (1998) acerca desta missão como um todo, na qual avalia negativamente os resultados de Corrêa da Camara no Prata. Parte o historiador de um olhar crítico acerca da experiência que acumulara o enviado brasileiro, que havia percorrido as fileiras do exército português contra a invasão napoleônica (inclusive também posteriormente lutando ao lado dos franceses), mas não cita nada sobre o exercício da função diplomática. Ainda acordo com Carvalho, a missão teria sido somente para que servisse o representante “(...) em Buenos Aires como membro da facção dos Andradas” (CARVALHO, 1998, p. 57). Por efeito de seu alinhamento com Bonifácio e seus seguidores, acabou por espreitar os “(...) liberais brasileiros refugiados, denunciando conspiradores e escrevendo artigos contra adversários políticos” (CARVALHO, 1998, p. 57). Infere-se das considerações deste autor que não somente a missão não logrou os frutos desejados por ser ambiciosa demais, mas pela falta de perícia e principalmente obsessão com Lêdo e outros possíveis liberais conspiradores.

Pandiá Calógeras, por sua vez, é um tanto mais detalhado em sua descrição sobre as inclinações e alinhamentos políticos de Corrêa da Camara, considerando ele um indivíduo que não somente tinha a confiança dos Andradas como também era um “absolutista e ferrenho adversário de toda manifestação liberal, por toda parte via pedreiros livres, carbonários e anarquistas” (CALÓGERAS, 1998, p. 380). Calógeras adiciona ainda ao perfil do enviado que nada o indicava para exercer o cargo de cônsul e agente comercial do Buenos Aires, somente sendo considerada pelo autor a sua experiência militar. Descreve Camara como um indivíduo que tinha aversão aos maçons, sendo eles considerados como fonte de intrigas e conspirações com o objetivo de derrubar o governo de D. Pedro. Por fim, também se retira do segundo volume de “A Política Exterior do Império” a consideração do autor do ódio que nutria Corrêa da Camara contra os “adversários dos três irmãos” (CALÓGERAS, 1998, p. 384) Andradas, dentre os quais se destacava Gonçalves Lêdo.

Por meio do caminho acima percorrido na literatura da História Diplomática, percebe-se uma inclinação unânime dos autores selecionados na descrição da personalidade política de

Corrêa da Camara. Seu vínculo com a facção liderada pelos Andradas não indica que ele necessariamente seguisse sempre as ordens emitidas por José Bonifácio, então Ministro dos Negócios do Reino e dos Estrangeiros, embora agisse a partir do que parecia acreditar ser convergente com seu espírito. Ressalta-se que no período histórico ora analisado havia uma razoável demora entre a emissão de correspondências e o recebimento de respostas, mesmo sendo a representação em Buenos Aires a fisicamente mais próxima do Rio de Janeiro. A necessidade de autonomia operacional era mais do que necessária para o bom funcionamento do corpo diplomático lotado no exterior, o que implica parte das negociações e das rotinas diárias terem sido quase que a rigor fruto de decisões do próprio representante. O antirrepublicaníssimo, o antiliberalíssimo, assim como apoio explícito a D. Pedro e aos Andradas surgem como elementos justificativos dos rumos que Corrêa da Camara deu a missão no pós-Sete de Setembro.

Dentro do amplo contexto de instabilidade interna no Brasil pós-independente, a pessoa de Joaquim Gonçalves Lêdo era vista pelos conservadores monarquistas como uma ameaça, por ser abertamente favorável a expressões liberais tidas como inaceitáveis, com destaque para o modelo de sufrágio (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 132). A partir do perfil traçado de Corrêa da Camara procura-se começar a compreender o porquê de ter dado tamanha atenção a presença de Lêdo em Buenos Aires, a qual inclusive superou a que foi dada aos pontos de fato demandados nas instruções de Bonifácio. Em comparação aos demais constantes da documentação dos Países do Prata, o tamanho do ofício datado de 12 de novembro de 1822 já dá indícios da importância que esse representante do Império deu a presente questão. Designado para atender funções de Estado, dentre as quais ocupavam um lugar central o garantimento da independência brasileira, negociar a formação de alianças contra as forças recolonizadoras e sobremaneira projetar poder, Camara passou a perseguir sistematicamente Lêdo e tornou isso objeto das correspondências oficiais do Império.

A inquietação que surge no presente momento decorre da dúvida sobre a existência ou não de desvirtuamento do que fora ordenado pelas instruções de Bonifácio a Corrêa da Camara. De modo concomitante, busca-se na interpretação dos escritos e das atividades narradas pelo representante se a empreitada por ele conduzida tinha por objetivo contribuir para o que ele pudesse ser entendido como “ordem” no Brasil de 1822, ou se somente tratava-se de uma ação pessoal. Com o objetivo de preencher essa lacuna, serão percorridas todas as oito documentações, de um total de trinta, que têm como temática central o empreendimento do diplomata brasileiro contra Gonçalves Lêdo. Buscam-se evidências na redação dos ofícios

que permitam inferir se alguma das duas referidas conjecturas podem ser verificadas, ou mesmo se existe outra resposta para todo esse empenho.

A primeira aparição do nome de Lêdo na documentação ora analisada se deu no ofício do dia 2 de setembro de 1822, no qual Corrêa da Camara relata Lêdo ter se apresentado a ele, argumentando estar foragido do Rio de Janeiro em decorrência de acusação “sem fundamento de ter querido tramar contra o Império” (BRASIL, 1972, p. 284). O referido diplomata declara em seu escrito não ter sido nada vantajosa a aparição de Ledo em Buenos Aires, comparando-a inclusive à celeuma instaurada em decorrência de os documentos da representação brasileira terem sido violados quando da morte de João Manoel Figueiredo. Para ele a divulgação dos “(...) segredos de Estado no Império do Brasil não podem envergonhar-nos quando se saibam; mas a Política Sã e Santíssima do Nosso Liberal Governo pode ser mal comentada” (BRASIL, 1972, p. 284). É possível perceber, desde este primeiro momento analisado, os maus olhos com os quais Gonçalves Ledo era visto por Corrêa da Camara, implicando seu implicar repercussões negativas na região.

A argumentação de Octavio Tarquino de Souza (2015, p. 2015) é importante no sentido de dimensionar a importância de Gonçalves Lêdo no todo do projeto político de fundar no Brasil um país independente, conforme se percebe nesse excerto:

Mas o certo é que D. Pedro, embora ligado a José Bonifácio, vinha sofrendo o assédio do grupo de Ledo e não lhe escapava à influência. Sua entrada para a maçonaria representara uma grande vitória daquele grupo que, cada vez mais empenhado em disputar “a privança do príncipe”, como asseverou um dos maçons da época, depois autor de uma narrativa histórica dos acontecimentos, foi até o golpe de fazê-lo grão-mestre do Grande Oriente, com menoscabo de José Bonifácio, rebaixado de surpresa a grão-mestre adjunto. Passara-se isso a 20 de agosto, por alvitre de Ledo, durante a viagem do príncipe a São Paulo, e numa reunião maçônica realizada em desacordo com as normas regimentais da instituição, a que José Bonifácio não comparecera. Nessa mesma reunião Ledo propusera que se aclamasse o príncipe D. Pedro rei do Brasil, e Domingos Alves Branco Muniz Barreto que a aclamação fosse de imperador e não de rei.

Tão prontamente pareceu possível (8 de dezembro de 1822), tratou Corrêa da Camara de relatar ao Almirante Rodrigo Lobo sobre a presença de Lêdo em Buenos Aires, em perceptível estado de alerta (BRASIL, 1972, p. 284). Ao referido militar, comandante das esquadra imperial na Cisplatina (DORATIOTO, 2010), foi informado que se achavam “(...) nesta Capital, fugido do Rio de Janeiro, o ex-deputado e Procurador Ledo, com um certo Lisboa, a quem o nosso governo se viu na precisão de deportar” (BRASIL, 1972, p. 284). Segue o presente ofício com uma caracterização de Ledo e seus companheiros como “declarados inimigos da Monarquia Constitucional” e “decididos sectários do

republicanismo”, tendo por intenção estabelecer uma outra forma de regime no Brasil a partir das “ruínas do trono imperial” (BRASIL, 1972, p. 284). Câmara ainda indicava a existência de uma conspiração em curso na Banda Oriental, da qual Lêdo seria um de seus articuladores com o Clube Militar, devendo sua pessoa ser evitada, assim como sua correspondência não transportada por embarcações do Império.

De fato, é possível detectar ao longo do volume ora analisado do Arquivo Diplomático da Independência uma grande atenção dada por Corrêa da Camara ao que ele entendia com “jacobinismo”, força que ao seu ver tramava contra a ordem que se tentava estabelecer no Brasil. Em 7 de junho de 1822, ao chegar em Montevideú após uma viagem de vinte dias desde o Rio de Janeiro, encontrou -se com o General Lecor, governador da Cisplatina e Barão de Laguna, em decorrência das instruções emitidas por José Bonifácio no ofício de 30 de maio de 1822. Percebe-se destarte a preocupação de Câmara com potenciais e reais setores insurgentes contrários ao domínio luso-brasileiro na Cisplatina, formalmente incorporada ao Reino Unido em 1821, mas que ainda contava com forte oposição local e uma presença significativa de militares. Ainda nesse relato, afirma ter entregado uma série de documentos e de notícias a Lécor, as quais eram desconhecidas do público geral, muito provavelmente por extravios que Câmara atribuía às “pessoas assalariadas pelo Partido Europeu” (BRASIL, 1972. p. 260).

Na nota de 13 de setembro de 1822, anterior a qualquer menção oficial vinda de Bonifácio de ter sido declarada a independência, envia ao chanceler um *post scriptum* secreto em tom abertamente alarmista acerca de uma conspiração. Expressa o enviado:

O Grande Oriente Carbonário da Bahia trabalha com os Clubs do Rio e de Montevideú e a Grande Loja de Buenos-Aires para levantar o Brasil contra o sistema atual. Contam para isto com as Côrtes Brasileiras. Seria bom fazer exemplos de rigor contra as primeiras demonstrações ou erupções. (BRASIL, 1972. p. 266)

Seria esse o primeiro ofício em tom efusivo de Corrêa da Camara, no qual as acusações e verificações de conspiração tomaram o tom central da retórica apresentada pelo diplomata, em conformidade com o que afirma Delgado de Carvalho (1998) acerca de sua missão. O questionamento que ainda persiste é o da relação entre a busca por anular forças contrárias ao nascente regime de Pedro I no Brasil Império e a insistente busca em anular Ledo e demais (possíveis) insurgentes em Buenos Aires.

De modo convergente com o que já fora anteriormente apresentado nesta tese, é possível de se verificar a condição inata de instabilidade na região platina, que remonta ao início da colonização europeia no continente. De maneira ostensiva, a herança territorial da

província Cisplatina trouxe consigo todo um arcabouço histórico de conflitos políticos, econômicos e sociais e que mesmo tendo sido assinada a paz entre as portuguesas e as forças locais opositoras à resistência ainda era evidente. Entende-se que as ordens para que Corrêa da Camara desembarcasse antes em Montevideu compunha parte de uma ação de política externa concebida e executada por José Bonifácio, tendo em vista o conturbado quadro geral da Banda Oriental. Dentre a sua gama de atribuições, o representante brasileiro deveria garantir não somente a soberania brasileira na província por meio de uma presença ativa com as Províncias Unidas do Rio da Prata, como também por evidenciar que não haveria abandono dos habitantes por parte do governo do Príncipe Regente (Brasil, 1972, p. 237).

No esforço de buscar compreender a lógica desenvolvida por Corrêa da Camara em suas empreitadas persecutórias contra Lêdo, verifica-se o surgimento de evidências que contribuem na construção do quadro de suas percepções a partir do ofício de 19 de setembro de 1822. Neste, o alarmismo anteriormente verificado começa a ganhar um corpo visível, ao ultrapassar os limites anteriormente dispostos no post scriptum de 13 de setembro do mesmo ano. A conspiração por ele denunciada entre o Grande Oriente Carbonário da Bahia e os Clubs do Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires passa a ganhar mais volume, ao afirmar a decisão do penúltimo de “(...) declarar a desmembração de Montevideu com o Brasil, para unir depois às outras Províncias do Prata”. Pela primeira vez Câmara levanta a existência de fatores entendidos por ele como reais e que colocavam em perigo a soberania de Sua Alteza Real sobre uma parte do território brasileiro, a ponto de notificar tal fato ao Ministro das Relações Exteriores do Governo de Buenos Aires em 25 de Setembro de 1823 (Brasil, 1972, p. 267).

O encontro em Buenos Aires entre Gonçalves Lêdo e Corrêa da Camara parece ter finalmente dado forma clara as movimentações conspiratórias percebidas pelo representante brasileiro. Os esforços de inteligência por ele até então desenvolvidos apontavam a existência de forças que tramavam contra o regime monárquico de Pedro I dentro de sociedades secretas e de agremiações, com destaque para os Clubs Militares e a Carbonária. Entendido como “sectário do republicanismo” e “inimigo da Monarquia Constitucional” (Brasil, 1972, p. 284), Lêdo era acusado pelo representante de tramar esquemas contra o governo brasileiro, juntamente com outros nacionais que habitavam a capital argentina. Ainda indicava Câmara a existência de ativas correspondências entre o político exilado com a Banda Oriental - “(...) particularmente com o Clube Militar -, advertindo o Almirante Rodrigo Lobo para que não as transportassem nos navios brasileiros.

A sequência da análise documental permite observar uma insistência acima da média ao redor de elucubrações acerca de uma série de indivíduos que ao seu ver conspiravam abertamente contra os interesses da monarquia constitucional do Brasil. Ameaça mais real e que se configurava como a força contra a qual as armas de D. Pedro I se dirigiam ao combate, as tropas leais às Cortes Gerais Portuguesas concentravam-se sobremaneira no norte e nordeste brasileiro, assim como na Cisplatina. Nesse diapasão, aponta Corrêa da Camara a existência de uma ameaça advinda de Lêdo de que tropas da ordem de dois mil homens da Europa à Bahia, onde o General Madeira combatia perigosamente em nome do governo de Lisboa. Não há resposta constante no rol de documentos ora analisados, muito embora em 13 de outubro de 1822 José Bonifácio tenha feito menção de ter sido informado pelo representante da corte de São Cristóvão em Londres - o Marechal Felisberto Caldeira Brant - de negociações entre Espanha e Portugal para a formação de uma aliança recolonizadora.

A insistência do representante brasileiro no tangente à relação da figura de Gonçalves Ledo e uma conspiração para derrubar a monarquia brasileira ultrapassou por mais de uma vez as correspondências enviadas ao Rio de Janeiro. Tendo Corrêa da Camara comunicado também ao governador de Buenos Aires, Bernardino Rivadavia, da necessidade de expulsar do território argentino o referido político brasileiro, teve também o diplomata o silêncio como resposta. Conquanto esse fato possa ser atribuído a uma pouca boa vontade do governo platino, nota-se que o próprio Câmara afirma Rebocho ter sido expulso por acusações análogas às que imputava o representante a Ledo, de modo que não se tem como precisar a ausência de respostas. Não tornaria a ser citado por Corrêa da Camara mais nenhum episódio de demanda ao governo argentino para que atendesse esse seu pedido após o ofício datado de 28 de janeiro de 1823, na Colônia de Sacramento.

O último suspiro dessa empreitada levada a cabo por Câmara deu-se na correspondência de 7 de maio de 1823. Quase como uma síntese trágica do que foram seus esforços para combater a presença de Gonçalves Ledo na região, nela consta uma lista com dezenove nomes que o diplomata afirma serem declaradamente “(...) inimigos do atual sistema do Governo Imperial” (Brasil, 1972, p.296). Respectivamente, encabeçam a lista Joaquim Gonçalves Ledo, João Soares Lisboa e Jozé Rodriguez Braga, contra quem suas palavras se lançaram de forma constante desde que foram detectados em 2 de dezembro de 1822. Resposta alguma obteve o representante brasileiro do chanceler Andrada, assim como do governador argentino, a quem também requereu apoio em sua cruzada de difícil interpretação dos limites entre rivalidades políticas pessoais e ações entendidas como de interesse de Estado.

4 - José Bonifácio e o reconhecimento no Prata no pós Sete de Setembro

A outra metade desse duo de monólogos percebidos na documentação diplomática analisada traz em seu nome um peso desproporcional ao do que Antônio Manoel Corrêa da Camara consegue prover a narrativa como um todo. Na condição de Ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros, José Bonifácio certamente tinha um impacto muito maior do que as próprias incumbências óbvias da função para a qual fora formalmente nomeado. O entendimento acerca de seu papel no processo de independência brasileiro, à luz do que se observa na literatura acerca não somente do indivíduo como do político, traz consigo uma carga repleta de controvérsias exploradas por Emília Viotti da Costa em “José Bonifácio: Homem e Mito” (VIOTTI DA COSTA, 1972). Como componente central das variáveis utilizadas na presente tese, busca-se relacionar o ambiente interno no Brasil ao longo do momento histórico destacado para tornar compreensível o jogo de ideias e práticas para a obtenção do reconhecimento.

A declaração de independência, conforme anteriormente visto, trouxe consigo uma série de necessidades decorrentes do declarado rompimento entre as duas porções do Reino Unido. Agora formalizadas, as guerras de independência eram um dos obstáculos primários na esfera internacional do nascente Império, os quais remontavam os primórdios da cisão iniciada em 1821 e que tinha grande potencial de se alastrar. A partir de uma série de ameaças, informações que ora eram bem fundamentadas, ora eram meras especulações, assim como perspectivas imaginadas a partir de macro contextos, verificava-se destarte a necessidade de preparar melhor o Brasil para o conflito militar. Confrontava-se em outro âmbito, o qual se discute na presente tese, as ações ideais para a defesa do território nacional nas forças recolonizadoras, assim como de demais potências estrangeiras, com as possibilidades ao alcance de um país infante.

Traz-se no presente momento algumas considerações enraizadas na historiografia brasileira acerca da situação em que se encontrava o Brasil após o período joanino. Maria Odila Silva Dias (1972), em “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”, apresenta um dos quadros mais importantes acerca das heranças da transferência da família real portuguesa ao Brasil, entre dezembro de 1807 e janeiro de 1808. O fenômeno da “Transmigração Bragança” promoveu, conforme verifica a autora, não somente uma nova condição política a colônia brasileira, como também de uma série de estruturas e instituições antes inexistentes no aquém

mar. Novamente forçado a se retirar, só que agora de volta a Portugal, D. João VI não foi capaz de desconstruir a série de reformas por ele implementadas, até porque não há evidências na literatura que tenha sido em algum momento seu plano a recolonização brasileira, e regressa em 26 de abril de 1821. Mesmo assim, nessa segunda transferência ultramarina tratou de mais uma vez levar em seus navios e o erário real, assim como a melhor parte da marinha de guerra portuguesa (LIMA, 2006)

O desafio ora dado a José Bonifácio era deveras complexo, pois além da necessidade de arregimentar tropas para combater os apoiadores das Cortes Gerais e os opositores de D. Pedro I, havia o impasse de onde adquirir verbas para a contratação de um exército. Conforme verifica Eurípides Simões de Paula (1965, p. 272-275), as forças armadas brasileiras caracterizam-se até praticamente a Guerra do Paraguai como basicamente formadas por forças mercenárias, sendo diminutas as tropas “verdadeiramente nacionais”. No período aqui analisado, em função dos elementos já dispostos maior ainda era essa dependência, de modo que acabou por se tornar questão primária para a diplomacia brasileira. Busca-se no rol compendiado no Arquivo Diplomático da Independência elementos que indiquem como foi a atuação do chanceler no contexto da Missão Corrêa da Camara no pós Sete de Setembro.

De um total de cinco ofícios emitidos pelo ministro Andrada, versam os primeiros dois acerca da contratação do Almirante de origem inglesa Thomas Cochrane, o qual desde o fim das guerras napoleônicas havia se radicado na América do Sul. Contratado pela República do Chile, comandou a esquadra desse país em suas guerras de independência, nas quais obteve sucesso em defender o pleito emancipador frente às forças realistas. A luz disso, José Bonifácio expede uma ordem para que Corrêa da Camara contrate o navegante britânico para trabalhar em nome de D. Pedro em sua empreitada militar contra as forças recolonizadoras e também as opositoras de ordens variadas (BRASIL, 1972, p. 242). O iniciar independente do Brasil caracterizava-se por uma crescente de necessidades que tráfegavam entre o mínimo necessário para a manutenção das operações básicas do Estado até o emergencial para garantir sua sobrevivência frente ameaças a sua existência.

Achando-se este Reino do Brasil resolutivo como cumpre ao seus interesses e dignidade a defender a sua independência política contra qualquer agressão de inimigos sejam estes quais forem; e bem que o seus recursos sejam tão vastos quanto têm de justos os seus direitos; não é possível todavia, desenvolvê-los com a presteza e amplitude que seria mister a qualquer ataque repentino em algum dos pontos da suas extensas costas. Resolveu portanto S.A.R. o Príncipe Regente e Defensor Perpétuo destes povos, convidar ao seu Real serviço a Lord Cochrane, cuja provada perícia naval e adesão ao Sistema Americano, o estimularão a aproveitar mais esta ocasião de cooperar a defesa da Sagrada Causa deste Hemisfério: fica pois V. Mce. autorizado para que de ordem e em nome do Mesmo Augusto Príncipe comunique-

se com o Lord Cochrane, lhe participe os desejos de S.A.R. de ter junto a Si um tão hábil oficial, e lhe assegure que no caso de entrar o quanto antes no Serviço de S.A.R. lhe serão garantidas todas as vantagens que lhe fez o Governo do Chile as quais V. Mce. passará a estipular e contratar na certeza de que S.A.R. com a sua costumada Munificência não permitirá que Lord Cochrane tenha aqui menores vantagens do que as que têm gozado em outras partes da América - Deus Guarde a V. Mce. - José Bonifácio de Andrada e Silva = Sñr. Antonio Manoel Corrêa da Camara. (BRASIL, 1972. p. 242)

Acima transcrito encontra-se o ofício anexado por José Bonifácio à nota de 13 de setembro de 1822, na qual são encontrados mais detalhamentos sobre como deveria o agente político se portar nessa importante tratativa para a conquista da independência. De modo similar ao que se percebe no documento supracitado, elucida o Ministro dos Negócios Estrangeiros a relação profícua que o Almirante tinha com os países americanos em suas lutas por independência, referindo-se a ele como “amigo da América” (BRASIL, 1972, p. 242-243). Nesse mesmo sentido o chanceler também descreve Cochrane como alguém que aderiu ao sistema americano e interessado na cooperação com a causa americana, ou seja, era também um opositor da causa conservadora pró recolonização das metrópoles ibéricas apoiadas pela Santa Aliança. Nesse duo de documentos, Bonifácio reconhece ainda a necessidade da contratação de militares para a defesa do território nacional contra incursões inimigas, a qual diz o chanceler não ser por questões de ordem financeira, mas sim pela presteza que havia no caso (BRASIL, 1972, p.242).

Antes mesmo do recebimento de qualquer resposta do Almirante britânico, recebeu Corrêa da Camara uma carta de José Bonifácio alertando sobre a existência de negociações entre Portugal e Espanha para um tratado secreto, no qual esta última “se compromete a auxiliar a primeira com doze mil homens contra o Império do Brasil” (BRASIL, 1972, p. 242). Informação proveniente do Marechal Caldeira Brant, então representante brasileiro em Londres, este é o único despacho desta missão (daqueles constantes no Arquivo Diplomático da Independência) em que o chanceler faz alusão a qualquer ameaça, ou mesmo comentário que tenha ido além das instruções básicas ou de notícias acerca do cenário político interno do Brasil. Argumentava Bonifácio que embora fosse baixa a chance de ser verossímil tal informação, em decorrência dos conflitos internos na Espanha não deveria o representante brasileiro em Buenos Aires desprezar essa informação, a qual inclusive constava em jornais franceses.

Ainda versando sobre o supracitado ofício do dia 13 de outubro de 1822, demandava Bonifácio que Corrêa da Camara fizesse uso dessa informação como forma de aproximar-se Governos do Rio da Prata. para formarem uma Federação com o Brasil, partindo do

argumento que essa possível ajuda da Espanha a Portugal tinha como clara intenção subjacente “tentarem (...) um desembarque em qualquer uma das suas ex-colônias Argentinas”. Infere-se do comunicado e do contexto histórico a estratégia do Ministro Andrada de fazer uso das informações provenientes das representações diplomáticas brasileiras na Europa, com o objetivo de ganhar corpo nas escaramuças travadas com as forças portuguesas. Embora Portugal estivesse em meio às disputas da Revolução Liberal do Porto, podiam ser sentidas as retaliações provenientes de sua força política, como no envio das tropas do General Madeira para combater na Bahia, assim como setores que apoiavam os pleitos colonizadores.

Verifica-se, por meio da documentação do dia 4 de novembro de 1822, anexado ao documento de n. 58, uma cópia da carta enviada por Corrêa da Camara ao Almirante Cochrane, em cujo conteúdo o convite para que preste seus serviços na luta brasileira por independência, do mesmo modo que fizera com sucesso no Chile e no Peru (BRASIL, 1972, p. 270). Conquanto o chanceler tenha tecido em seu supramencionado escrito uma série de comentários acerca da simpatia do britânico pela causa das colônias americanas em busca por emancipação política do domínio metropolitano, não se verifica na carta de convite ora analisada quaisquer elogios dessa ordem. De fato, Câmara passa boa parte descrevendo de maneira bastante poética as disputas entre as ilegítimas Cortes Gerais e as forças arregimentadas ao redor do agora Imperador do Brasil, considerado na linha de raciocínio apresentada como herdeiro legítimo do país. Como forma de convencer o Almirante, o diplomata brasileiro fez em sua narrativa fiel uso das instruções do ministro Andrada, oferecendo não menos que as mesmas condições a ele providas pela república chilena.

A resposta de Cochrane encontra-se anexada ao ofício de número 75, datada do dia 2 de janeiro de 1823, quando ele ainda se encontrava em Valparaíso - Chile, a bordo da nau capitânia O'Higgins. Afora as narrativas protocolares decorrentes do meio em que se encontrava a comunicação, verifica-se um pronto aceite de Cochrane ao convite feito pelo governo de Pedro I, a cuja causa o britânico confessa não ter ainda dado a devida atenção. Conforme explicou em sua carta, o processo de independência da Grécia em relação ao Império Otomano eclipsava os demais, em virtude do que ele afirma ser o mais oprimido dos Estados Modernos. Mesmo expressando seu aceite quase que imediato, possibilitado pela já resignação de seus compromissos com o governo chileno, deixa em aberto a possibilidade de declinar ao longo do traslado até o Rio de Janeiro, por nunca ter apoiado uma forma de governo como a que se erguia no Império.

Ao longo da mudança de rotina ocorrida após o Sete de Setembro, verifica-se a presença de um importante dado para o cumprimento do objetivo de compreensão do papel de José Bonifácio na política externa brasileira para o reconhecimento. Na documentação de 30 de setembro de 1822, acusa ter recebido os envios de Corrêa da Câmara que vão até o ofício nº 38, o qual de acordo com o Arquivo Diplomático não estão incluídas as acusações feitas a Ledo. Muito embora essa última ação não conste na órbita de relatos do diplomata, conforme se verificou anteriormente no presente capítulo, o representante brasileiro já fazia à época intriga em Buenos Aires e Montevideu contra carbonários e maçons, junto dos quais era acusado de estar Gonçalves Ledo, expurgado pelos Andradas do Brasil. A partir do cenário apresentado, infere-se a anuência de José Bonifácio com as ações empreendidas por Corrêa da Câmara, tanto no que se refere a forma de conduzir a obtenção do reconhecimento quanto de suas ações paralelas contra quem ele entendia serem dissidentes e inimigos de D. Pedro I.

No entendimento bastante corrente na literatura, o Ministro Andrada foi não somente o primeiro executor da política externa brasileira como também foi o primeiro estadista brasileiro a conceber e projetar uma ação internacional americana, a qual é entendida por meio da lente do “dever ser” como a ideal para o país no prezado momento. Em meio a uma série de documentos que se dirigem ao agente político no Prata, emerge o ofício de 30 de setembro de 1822 como um único exemplar dentro dos constantes no Arquivo Diplomático da Independência com esse teor. Até então, os ofícios enviados somente dispunham sobre as já analisadas instruções da missão e as solicitações para contratar Lord Cochrane, para além das diversas formalidades do rito diplomático comuns para época, aumentando mais ainda o destaque a ser dado o que presentemente se analisa. Verifica-se como razão provável para esta ordem de Bonifácio o rumor de aliança entre Portugal e Espanha para a recolonização americana, assim como as necessidades de arregimentação de aliados para o pleito independentista, o qual tinha os Estados Unidos como pioneiros nas Américas.

Finaliza-se a análise documental acerca de José Bonifácio e a Missão Corrêa da Câmara no pós Sete de Setembro com a última comunicação constante entre o Ministro e o representante no Prata. Datada de 18 de outubro de 1822, poucos dias após a aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, o chanceler envia um comunicado oficial da notícia a Corrêa da Câmara, não tendo sido requisitado em seu texto nenhuma divulgação para líderes de países vizinhos ou representantes estrangeiros no Prata. A adoção do sistema de governo monárquico, o qual já havia sido louvado na documentação de 30 de setembro de 1822 quando se mencionou o México, é um único objeto para além dos elogios ao redor do agora “Augusto Defensor Perpétuo”. Não constam documentos de Bonifácio posteriores a esse,

somente sendo verificados após a supracitada data ofícios emitidos pelos sucessores do ilustre Andrada, sendo esta, de fato, a sua palavra final no Arquivo Diplomático da Independência.

5 - A Missão Corrêa da Camara e o Processo de Reconhecimento

Dentro do objetivo geral de compreender como se deu o processo de obtenção reconhecimento de independência do Império do Brasil junto aos países americanos, analisar a Missão Corrêa da Camara (1822-1825) permite que sejam reveladas algumas das inquietações originais que movimentam esta tese. Fazendo-se uso do Arquivo Diplomático da Independência (BRASIL, 1972), foi possível verificar as origens da agenda arquitetada para a missão a partir não somente das instruções emitidas por José Bonifácio, como também de outros documentos que dão voz aos demais atores por detrás das ações. Concomitantemente, buscou-se um intenso diálogo com a literatura ora existente que trata do tema, com destaque para clássicos da História Diplomática, por serem aqueles os que mais intensamente trabalharam as missões diplomáticas para o reconhecimento da independência. Por meio desse amálgama de dados, observados através da lente da História das Relações Internacionais, buscou construir novo um entendimento acerca desse momento da História do Brasil, significativo para a compreensão das origens da inserção internacional do país.

Conforme pode-se verificar, a intenção central por detrás dos atos de enviar Corrêa da Camara para a região do Prata insere-se diretamente no contexto das disputas entre as Cortes Gerais de Portugal e o governo do Príncipe Regente do Brasil. No amplo cenário da época, verifica-se a Revolução Liberal do Porto (1820) como um fenômeno político parte das ondas de movimentos que eclodiram no continente europeu, cujo cerne se encontrava em uma contestação ao Absolutismo. O liberalismo defendido, ao passo que com certa naturalidade buscava limitar os poderes de D. João VI por meio de uma constituição, reclamava a recolonização do Brasil, retirando o status de Reino Unido adquirido em 1815. Sob um olhar brasileiro, o retorno à condição colonial significava um retrocesso inaceitável, tendo em vista não somente as vantagens do comércio internacional livre, mas também das liberdades políticas e sociais antes reprimidas pelo jugo metropolitano.

Pelo que se pode verificar na análise documental (BRASIL, 1972, p. 233-234), quando da partida de Antonio Manuel Corrêa da Câmara a Buenos Aires (junho de 1822) já eram perceptíveis sinais de uma possível cisão final entre Portugal e Brasil. Conquanto consumação do ato de independência ainda estivesse por vir, procurou José Bonifácio fazer uso da política

externa como forma de obter apoio não somente ao pleito separatista como também à liderança de Pedro I. Conforme foi possível verificar nos documentos explorados sobre contribuições desta missão diplomática para a obtenção do reconhecimento da independência do Império com os Estados do Prata, não houve contatos registrados entre o representante brasileiro e os governos platinos sobre o tema em questão. Apesar disso, três feitos importantes podem ser atribuídos à Corrêa da Camara e que contribuíram, direta e indiretamente no Reconhecimento buenairense do Império:

1. Demarcação da posição do Império na região da bacia do Prata;
2. Contratação do almirante Cochrane;
3. Conspiração contra “inimigos do Império”.

Ao passo que a aproximação com os governos platinos fosse buscada como forma de angariar poder contra as esquadras recolonizadoras (tanto portuguesa quanto espanhola), também foi utilizada como forma de fortalecer o governo do Rio de Janeiro contra seus opositores domésticos. Nesse sentido, a sondagem inicial acerca da imagem que tinha o Brasil nos estados platinos foi sepulcral para esse movimento de aproximação, principalmente no que diz respeito a forma de governo monárquica e a adesão ao Sistema Americano. Conforme a compreensão proposta por Pedro Octávio Carneiro da Cunha, o processo de criação do Império Liberal pode ser entendido como proveniente de dinâmicas domésticas e externas (1965, p. 135-178), as quais em seu exercício final precisaram de referendo. O aceite de Corrêa da Camara, primeiramente como cônsul e posteriormente como diplomata, representa elemento de grande importância para o contexto do movimento de independência do Brasil sob a forma desse Império.

Erigidos sobre os alicerces do pensamento liberal característico dessa etapa da Era das Revoluções, os movimentos de independência nas Américas nasceram ao redor de concepções conceituais como liberdade e justiça social, as quais influenciaram diretamente as formas de governo e os tipos de Estado criados. A manutenção do regime monárquico como governante do território brasileiro trazia pela sua própria natureza um elemento de dúvida quanto ao seu aceite como membro legítimo do Sistema Americano de Estados, em decorrência da sua própria concepção liberal originária. Muito embora o ambiente internacional pudesse representar um obstáculo ao Império de Pedro I, foi utilizado estrategicamente como fator de atração do apoio das lideranças cujas lutas geravam simpatia mútua de um nobre de uma das casas mais tradicionais da Europa. Para além da necessidade de uma boa estratégia diplomática, precisava Corrêa da Camara mostrar-se presente como legítimo representante de

um Estado-Soberano, o que se mostrou presente através de caminhos um tanto peculiares para o que se esperaria.

A disseminação de conflitos armados no âmbito doméstico, subproduto direto do amplo processo político ao redor da Independência, fez com que a legitimação internacional do imperador fosse percebida como forma de controlá-los. Ao extrapolar as fronteiras do entendimento binário da existência ou não de um Estado-Soberano, o Reconhecimento ganha múltiplas dimensões, ao incorporar em seu espírito a figura do governante e das disputas de ideias acerca da construção das estruturas internas. Procuravam no envio de um representante diplomático para o Prata, além do objetivo de obter o Reconhecimento e fazer aliados para caso de uma eventual guerra, solidificar a construção ainda infante do Império do Brasil. Desse modo, compreende-se Corrêa da Câmara como emissário de interesses apresentados como sendo de Estado, mas que ainda tinham difícil dissociação daqueles dos Andradas, então os mais importantes apoiadores de D. Pedro como Imperador e de um conservadorismo político.

Dentre os elementos dispostos ao longo do capítulo, as perseguições políticas e intrigas empreendidas por Corrêa da Câmara contra àqueles considerados por ele como inimigos da pátria exemplificam a lógica supracitada. Joaquim Gonçalves Ledo, que ao longo do processo de independência do Império foi um proeminente apoiador, viu-se obrigado a buscar refúgio em Buenos Aires e acaba por se tornar alvo central das ações do diplomata brasileiro. Receoso de uma possível trama de carbonários arquitetada contra Pedro I, passou o representante a perceber a presença desses indivíduos como um perigo à pátria e, por conseguinte, ao regime monárquico recém-instalado. Muito embora Corrêa da Câmara buscasse reconhecer a independência do Império com repúblicas sul-americanas a partir de um discurso de solidariedade americana e defesa das instituições liberais, tramava contra um liberal que se exilou na capital argentina.

No âmbito tradicional, propunha o Brasil a formação de uma aliança com Buenos Aires para a mútua defesa contra as esquadras que os rumores diplomáticos indicavam estar em processo de organização. Apesar de não ter obtido sucesso nessa tratativa, quando solicitado para entrar em contato com o Almirante Cochrane logrou êxito em contratá-lo para defender a independência, de modo análogo ao que já fizera no Chile. As vitórias contra as tropas portuguesas comandadas pelo General Madeira alocam essa ação diplomática como uma das mais importantes da história da independência do Brasil, decorrendo na conservação do Nordeste no território nacional. Na bacia do Prata, Corrêa da Câmara também buscava pela sua presença reforçar a posse brasileira da Cisplatina, então governada pelo General Lecor

desde sua anexação em 1821, cujo desfecho histórico seria o oposto do baiano já no ano de 1828.

O Reconhecimento em seu âmbito formal viria a ocorrer no ano de 1823, não diretamente pelas mãos de Antônio Manoel Corrêa da Camara, mas com certeza em função das possibilidades que os caminhos de sua missão abriram para a política externa brasileira. Quando José Valentin Gomez apresenta suas credenciais no Rio de Janeiro, em 1º de agosto, a compreensão que se tem do reconhecimento da independência decorre do próprio ato de se instalar na condição de diplomata na capital de um outro país, cumprindo assim o desejo primário dessa empreitada. O secundário verifica-se na referência “... el Gobierno de Su Magestad en esta Corte del Brasil...” (BRASIL, 1972, p. 335) que permite inferir a soberania da monarquia Bragança sobre o território brasileiro. Encerrou-se nesta passagem a forma como foi obtido o Reconhecimento com os ditos Estados do Prata, conquanto algumas questões ainda tenham perdurado provenientes diretas desse momento.

A literatura contemporânea indica a existência de um projeto de política externa concebido por José Bonifácio, o qual buscou ambientes relacionais alternativos para o Brasil quando da busca pelo seu Reconhecimento (CERVO; BUENO, 2015, p. 46). Seria parte da obra do primeiro chanceler do Império a formulação de uma política externa americanista, autônoma e pragmática, visando defender a independência fazendo uso de uma aproximação cooperativa com Buenos Aires. Entendia o ministro Andrada que o Reconhecimento viria naturalmente, não havendo necessidade de serem feitas concessões para as potências europeias pelo interesse comercial que teriam no Brasil livre (ANJOS, 2013, p. 92). Compreende-se a Missão Corrêa da Camara como uma ação de política externa desenhada e direcionada a partir desses princípios, nos quais o liberalismo de Bonifácio poderia ser percebido através de suas palavras e ações ao redor desse episódio.

As documentações fundacionais da Missão Corrêa da Camara, dentre toda a gama trabalhada ao longo do presente capítulo, distam como das peças com maior grau de importância para as conclusões parciais ora tomadas. Tendo em vista a redação ser atribuída à José Bonifácio ainda no gabinete do pré independência, não se tem como afirmar sobre a presença de alguma burocracia sofisticada que tenha avalizado as suas palavras, nem mesmo as do Príncipe Regente. O cenário de incertezas no ambiente interno demandava ampla atenção de D. Pedro, bastante ocupado em suas campanhas pelo interior para obter apoio à causa brasileira, além de reprimir os rivais portugueses que combatiam o movimento. A preconização feita nas instruções dadas ao agente diplomático para elucidar os aspectos da causa comum americana, o liberalismo do regime que se formava e as intenções de formar

uma aliança de fato se verificam como de autoria do chanceler, conquanto esses dados por si sejam insuficientes para designar a existência de um projeto.

Ao passo que se buscava uma inserção positiva na política regional por meio do transparecimento de uma convergência de ideais, o gabinete Andrada tinha em mente a complexidade do quadro doméstico que demandava grandes esforços para o devido apaziguamento. Compreende-se que antes mesmo de ter sido buscado o reconhecimento da independência, pretendia-se com a Missão Corrêa da Camara deslegitimar as Cortes e empoderar o Príncipe Regente como governante do Reino do Brasil. Desse modo podia o representante assumir as funções consulares deixadas em latência por ocasião do falecimento de seu antecessor, o que tinha além do seu importante caráter político uma importante fonte de renda para o reino, que fora deixado na bancarrota quando da retirada de D. João VI. Ainda que a probabilidade fosse significativa, não se tinha um quadro concreto de separação total entre Portugal e Brasil quando do envio da missão, sendo tarefas e objetivos incorporados com os fatos em andamento.

Embora certamente tenham afetado os rumos de trabalho de Corrêa da Camara, os acontecimentos posteriores a sua partida do Rio de Janeiro não alteraram significativamente as ordens que vinham da Corte de São Cristóvão. De fato, o único objeto inserido no seu leque de tarefas foi a contratação do Lord Cochrane para combater junto aos brasileiros na defesa contra as tropas portuguesas, ação a qual foi um sucesso e impactou nos rumos da guerra. Apesar de nessa ocasião também se perceber o uso de termos que indicam a ideia de uma orientação americanista em moldes parelhos aos de Monroe e Bolívar, assim como de fato ter sido a primeira missão enviada ao estrangeiro em busca do Reconhecimento, há outros aspectos que devem ser levados em consideração. O exercício que se delineia na etapa final deste capítulo visa promover resultados parciais acerca de um dos pilares edificadores da presente tese, elaborados a partir do processo descritivo que se fez.

Ao longo dos praticamente dois anos em que esteve vigente a Missão Corrêa da Camara foi possível perceber a existência de um projeto sólido de ação atribuído à José Bonifácio de Andrada por sua condição de Ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros e por ter sido ele o signatário das instruções da missão. Neste documento, percebeu-se o uso de termos que denotam uma apropriação das tendências americanistas que ainda estavam em processo de gestação, conforme se perceberia em 1823 com a Doutrina Monroe e em 1826 no Congresso Anfictiônico do Panamá. Essas ideias, que seriam posteriormente retomadas em outra correspondência de Bonifácio a Camara, tinham como plano fundamental formar um semblante altivo acerca do Brasil, não demonstrando fraqueza, mas fomentando a ideia de

formar uma aliança ofensiva ou defensiva contra as potências europeias. A retórica a partir da qual deveria negociar essa confederação com os países da América Hispânica encontrava-se de fato sustentada pelos princípios libertadores que capitaneavam os movimentos no hemisfério, do mesmo modo do que se viu quando da contratação do Almirante Cochrane.

Posto que tenham esses elementos indicando o predomínio das Renovações nesse ambiente relacional, foram também destacados diversos fatores indicativos de uma ação para além dos domínios previamente elaborados para o mandato de Corrêa da Camara. Mesmo que ao olhar Absolutista europeu o regime erguido por D. Pedro tenha desfigurado componentes sepulcrais para os postulados restauradores da Santa Aliança, por diversos ângulos o Império ainda apresentava traços de um conservadorismo do Velho Mundo. A dissidência interna, somada à ameaça das Cortes Gerais e da possibilidade de apoio vindo de outras repúblicas a causa de seus correligionários brasileiros implicou numa agenda mais ampla para a Missão. Apesar de não ter sido ordenado por Bonifácio, entende-se que os fatos que se seguiram tiveram a anuência do Ministro por não se ter encontrado nos arquivos nenhuma indicação de repreensão aos atos enunciados e descritos com ricos detalhes por seu diplomata.

A perseguição contra Joaquim Gonçalves Ledo, mais do que uma passagem que a historiografia deixou de lado por questões de estilo, é significativa para a compreensão das forças que interagiram ao redor do processo de Reconhecimento. O alinhamento atribuído pela literatura entre Corrêa da Camara e José Bonifácio, lado a lado com a rivalidade deste com Ledo, permitem compreender que tipo de disputa estava também em curso ao longo da missão. No que uma questão naturalmente pertencente ao plano doméstico transborda as fronteiras nacionais e torna-se tema de política externa, tem-se razoável noção das dimensões do problema observado. Quando de seu exílio em Buenos Aires, Ledo torna-se uma ameaça em potencial no olhar de um conservador como Corrêa da Camara, que já tinha sob seus olhos imbuídos de adesão ao monarquismo uma leitura avessa aos moldes políticos desenhados pelas Américas.

Conceber que essa ação tenha sido feita sem o conhecimento de Bonifácio é ato um tanto ingênuo, ao se observar a dimensão do período em que as perseguições se tornaram elemento protagonista das correspondências do Arquivo. Muito embora não se tenha notícia de documento algum que ordene ou incite indiretamente a ação de Corrêa da Camara contra Ledo, a não existência de notas de repreensão permite inferir leniência do chanceler no que diz respeito a esse caso. O rompimento do Imperador Pedro I com os Andradas retiraria de cena aquele considerado como o fundador do Americanismo na política externa brasileira, desintegrando com a sua demissão o ponto de apoio que sustentava esse ideal. As investidas

contra Gonçalves Ledo cessariam em função da partida de Corrêa da Camara para Assunção, para assim completar a sua missão e estabelecer relações diplomáticas com o Paraguai de Gaspar Francia.

O Reconhecimento paraguaio acabou por se tornar um episódio *sui generis* no contexto geral da Missão Corrêa da Camara, já que não fora recebido pelo ditador daquele país, conforme narra Heitor Lyra (BRASIL, 1972, p. LXXI). Tendo esperado dias na fronteira até receber ser negada a sua entrada, regressando em seguida ao Brasil, o que posteriormente foi utilizado pela política externa brasileira como forma de defender a independência do Paraguai frente aos interesses expansionistas argentinos (VERANO, 2016, p. 64-84). Tendo em vista o encadeamento lógico das variáveis observadas, por Corrêa da Camara não ter sido recebido pelo governo da república guarani, não se pode verificar a existência de um Reconhecimento formal da independência do Império. A ausência de um documento de valor análogo ao emitido pelo diplomata argentino no Rio de Janeiro, permite concluir que somente em 1844, na Missão Pimenta Bueno, que o Império do Brasil foi reconhecido pelo Paraguai (VERANO, 2014).

A conclusão aqui tratada é diferente da que foi tirada pela literatura da História Diplomática ou mesmo da História da Política Exterior e das Relações Internacionais do Brasil que distam acerca da falta de importância da missão Corrêa da Camara ao Prata para a obtenção do reconhecimento da independência do Império. Sendo um objeto que não se completa por si só, sendo imbuído de uma complexa gama de variáveis político ideológicas, o aval obtido por nações estrangeiras era utilizado como ponto de apoio de grupos de interesse interno. A construção de um Estado independente, à luz da ampla abertura de possibilidades, inspirou indivíduos a procurarem fazer valer seus ideais e projetos de poder. Desse modo, entende-se que essa empreitada diplomática tornou possível erguer o Brasil sobre o que se entendeu ser o Império, com suas características políticas, econômicas e sociais. Mesmo que a descolonização não se tenha feito valer no analisado momento, ao menos a partir de então os habitantes dessa terra tinham reconhecida sua soberania sobre ela.

VI - O Reconhecimento nos Estados Unidos da América

O processo de obtenção do reconhecimento da independência do Império do Brasil junto aos Estados Unidos da América insere-se, inicialmente, no mesmo movimento observado do envio da Missão Corrêa da Camara aos Estados do Prata. Conforme as tensões entre o Príncipe Regente D. Pedro e as Cortes Gerais aumentaram, procuraram as lideranças brasileiras da época aproximar-se mais intensivamente de atores que pudessem prover apoio à causa anti-colonialista. Dentre as opções disponíveis naquele momento, os norte-americanos destacavam-se por seu pioneiro processo de independência e pelo seu relativo grau de organização estatal frente aos demais Estados do hemisfério. Conquanto as condições para a cooperação fossem aprioristicamente favoráveis, busca-se no presente capítulo compreender os componentes que estiveram por detrás das ações internacionais de ambos os países nesse dado momento.

Dentro da lógica necessária para se compreender esta vertente do chamado Eixo das Renovações, inicialmente busca-se compreender por meio de uma análise histórica a inserção internacional dos Estados Unidos quando da busca brasileira para que os norte-americanos reconhecessem a independência do Império. Desse modo, a primeira etapa do presente capítulo visa recapitular a cisão das Treze Colônias com a Inglaterra, suas consequências para a formação da política externa estadunidense e as razões por detrás da formulação da Doutrina Monroe em 1823. Nesse mesmo caminhar, procura-se refletir acerca da simbologia por detrás da imagem que os EUA transmitiam para as colônias ibero-americanas, especialmente o Brasil, quando na década de 1820 as diversas lutas contra suas metrópoles se deflagravam. Em resumo, tem-se um esforço compreensivo inicial disposto a dimensionar o peso sistêmico da presença dos Estados Unidos não somente no âmbito geral do continente, mas também no processo de reconhecimento da independência do Império do Brasil como um todo.

Em um segundo momento, parte-se para a análise dos esforços de política externa empreendidos pela Corte de São Cristóvão para com a Casa Branca, em direção a compartimentar as diferentes fases e atividades deste relacionamento bilateral. Busca-se definir a formulação da estratégia empreendida pelo Brasil, desde os atores conceptores até a forma como as ideias foram praticadas frente aos condicionamentos internos e sistêmicos, para que seu pleito independentista tivesse aceitação do governos do Estados Unidos. São explorados no presente capítulo as documentações do Arquivo Diplomático da Independência,

em busca dos elementos que permitam reconstruir o Reconhecimento da Independência do Império com os Estados Unidos dentro da estratégia brasileira nas Américas.

Especialmente sobre este caso, além do Arquivo Diplomático da Independência foi utilizado como apoio a compilação de documentos feita pela Fundação Alexandre de Gusmão intitulada Brasil-Estados Unidos: 1824-1829 (BRASIL, 2009), organizada por uma equipe coordenada pelo embaixador Alberto da Costa Franco. Mais abrangente que o ADI, esta publicação não tem como conteúdo somente documentos relativos aos esforços empreendidos em nome da independência do Brasil, mas também uma série de notas dos demais diplomatas e agentes envolvidos no período temporal delimitado. Para ater-se ao método investigativo proposto, fez-se primeiramente a pesquisa no ADI e posteriormente buscou-se outros dados que pudessem complementar a pesquisa, muito embora este tipo de material não esteja disponível para a Missão Corrêa da Camara.

1 - Ventos Boreais: reflexões acerca da presença dos Estados Unidos nas Américas.

O século XVIII, o qual recebeu na historiografia a alcunha de “século das luzes”, traz consigo não somente elaborações teórico-conceituais acerca dos direitos, deveres e relações entre indivíduos, como também eventos nos quais se exerceram ativamente experiências práticas de mudanças estruturais. Eric Hobsbawm, ao construir o que no seu entendimento foi uma “Era das Revoluções”, descreve este fenômeno a partir de acontecimentos reais e que inspirados em pensamentos críticos acerca da ordem até então vigente, buscaram edificar estruturas político-sociais alternativas (HOBSBAWM, 1996). O Colonialismo, entendido como um empreendimento de bases econômicas posto em prática pelo Antigo Regime, teria sua crise iniciada quando da ascensão dos pensamentos políticos de matriz Liberal que estimularam a arregimentação de forças pró independência. O pioneirismo da “Revolução Americana” significou para a história do continente a primeira experiência de sucesso de uma colônia que se rebelou contra sua metrópole, venceu e foi reconhecida internacionalmente como um Estado-soberano.

O episódio da Festa do Chá de Boston (1773), ocorrida três antes da própria proclamação de rompimento com a corte de Londres, evidencia as assimetrias de poder e chama a atenção ao crescente cenário de insatisfação que acabaria por desencadear uma guerra entre ambos os lados. A condição colonial, conquanto tenha sido narrada por vezes a partir de perspectivas romantizadas, caracteriza-se inerentemente como desigual, inexistindo

de um lado a plena autonomia por efeito de sua condição de tributária, a qual pode ser remetida ao formato da vassalagem. Mesmo que permissiva em determinados momentos com os colonizados, conforme a historiografia denota à administração das Treze Colônias, a face metropolitana traz consigo um caráter dominador e que legitima de diversas formas o seu atuar. O aumento do preço do chá decorrente da promulgação do Tea Act, de modo unilateral pela metrópole, foi componente inicial de um processo de repressão incitado pelas críticas coloniais acerca da falta de representação da esfera decisória inglesa com respeito a si, evidenciando a desigualdade das relações e tendo como consequência a eclosão da Guerra.

A Revolução Americana, como também ficou conhecido o processo que se desencadearia, marcou a história hemisférica como um todo pelo notável e pioneiro êxito obtido em desvencilhar-se do jugo metropolitano. Movimentadas pela energia do ideário do Iluminismo, as forças independentistas ergueram estruturas políticas concebidas à luz do pensamento dos denominados Founding Fathers e dos Federalistas, conforme se percebe na Constituição de 1781. A associação entre princípios racionais e a prática política esteve no centro da luta dos pioneiros libertadores, considerados dos mais importantes influenciadores intelectuais dos subseqüentes movimentos independentistas que se seguiram na América. A influência do movimento não seria somente percebida no âmbito regional, uma vez considerada a cobrança vinda à posteriori sobre a França dos Bourbon pela interferência em favor dos EUA, saudando uma república liberal que futuramente inspiraria os jacobinos e suas guilhotinas.

A construção do Estado norte-americano independente deu-se ao redor desse emaranhado de ideias e de concepções que eram formulados com a finalidade propositiva de reorganizar a matriz político-social até então dominante. O republicanismo surgia então como uma concepção alternativa à ordem aristocrática sobre a qual se assentavam as forças que por mais de dois séculos exerceram o seu controle na colônia, já que era percebido por muitos como uma forma de governo convergente aos ideais do liberalismo. Em termos práticos, os Estados Unidos acabaram por ser o primeiro país independente das Américas a ter como instrumento orientador uma Constituição, a qual separava em três os poderes constituintes do Estado em conformidade com o preconizado por Montesquieu e que se esforçava significativamente em defender os direitos e as liberdades individuais. A independência norte-americana acaba por promover a formação de um enclave emblemático em um hemisfério que ainda se caracterizava pela disseminada dominação colonial, o que acabou por ser tratado com desconfiança por metrópoles que temiam a perda dos territórios por elas explorador.

Como produto, a Revolução Americana trouxe consigo não somente uma unidade transgressora da normalidade do ordenamento hemisférico, mas também provocou o surgimento de concepções próprias e que seriam influentes no processo de independência dos demais países do continente. Tem-se nesse esteio a formulação dos *Federalist Papers*, uma coletânea de artigos publicados na ocasião dos debates sobre a Constituição dos Estados Unidos e que pode ser apontada como a obra pioneira do que se entende como liberalismo americano. Thomas Jefferson, James Madison, John Jay e Alexander Hamilton, autores dos referidos trabalhos, desenvolveram nesse dado momento não somente uma crítica ao ordenamento da metrópole dominadora como propuseram construções políticas que se tornariam referência para os seus sucessores. Percebe-se o processo de independência dos Estados Unidos como um evento que não se esgota em si mesmo, em função das interações entre as forças componentes do tabuleiro de operações, as quais potencializaram os efeitos desta luta anticolonial para além da fronteira das Treze Colônias.

Um dos grandes defensores da descolonização brasileira, o jornalista e diplomata Hipólito José da Costa é certamente elemento central para o processo de compreensão da influência norte-americana no processo de independência brasileiro. Enviado em missão aos Estados Unidos em 1798 para representar os interesses portugueses na nova república, acabou por entrar em contato com os ideais liberais e também ingressou na maçonaria ainda enquanto estivera na América. Em seu regresso à Europa, além de ter sido julgado e condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, se relacionou com Francisco de Miranda e Simón Bolívar, o que notadamente influenciou a inclinação política adotada por Hipólito da Costa na redação de um dos jornais mais significativos para a história do Brasil, o *Correio Braziliense* (COSTA, 2004, p. 11-34). O seu pensamento político, em perfeita sintonia com as forças mais progressistas que se verificavam à época, pode ser indicado como pioneiro na compreensão da necessidade de uma inserção política do Brasil no sistema americano, percebido esse como antônimo do europeu.

Quando do desenrolar das Guerras Peninsulares e da queda de Fernando VII para Napoleão Bonaparte, a presença dos Estados Unidos acabaria por mostrar a sua influência no que o exemplo de sua luta por libertação serviu de inspiração para os colonos hispano-americanos (CERVO, 2008, p. 59). O espírito do liberalismo que no Velho Mundo se defrontava contra o Absolutismo, nas Américas ganhou sentido sob a forma dos pleitos autonomistas das colônias espanholas em relação ao reinado de José Bonaparte, coroado por força da espada do Imperador francês. Neste mesmo momento, o Reino Unido de D. João VI apresentava-se como evidente oposição existencial, a qual teve que travar alguns esforços

contra movimentações inspiradas no sucesso do modelo norte-americano, que fazia alastrar repúblicas presidencialistas no continente. A Revolução Pernambucana de 1817 apresenta-se como principal evento decorrente desses impactos, a qual teve como elementos causais não somente componentes do meio ideacional, tendo em vista a presença concreta do interesse comercial norte-americano com a instalação de um consulado em Recife em 1815.

Com o eclodir de diversas frentes nas vultosas Guerras de Independência Hispano-Americanas, a política externa norte-americana, até então pregando e praticando um isolamento no hemisfério, foi reorientada pelo presidente James Monroe por força do momento. Percebendo o movimento advindo da Santa Aliança, cujas intenções restauradoras colocavam em risco os interesses dos independentistas americanos, construiu-se uma das concepções pioneiras acerca da inserção americana no sistema internacional a partir do prisma de conflitos daquele momento. A elaboração da Doutrina Monroe, atribuída ao presidente norte-americano ao Secretário de Estado John Quincy Adams, é exemplo significativo da sofisticação ideológica que o anticolonialismo chegou a ter nas Américas (CERVO, 2008, p. 59). O lançamento desse discurso, em 1823, é de suma importância na compreensão da relevância dada ao anticolonialismo e a repulsa que vinha acompanhada consigo das possíveis intervenções europeias, a exemplo da Guerra Anglo-Americana de 1812.

Embora por um certo período temporal isolados do restante do continente, os recém-criados Estados Unidos da América logo encontrariam pares para solidificar e ratificar sua existência independente, por meio dos mútuos processos de reconhecimento que se viram. As longas etapas que se fizeram necessárias para a anulação das pretensões recolonizadoras britânicas servem como elemento compreensivo para essa política externa aprioristicamente isolacionista, oriunda de George Washington, ter sido transformada na década de 1820. Tendo sido por décadas fonte de inspiração para as forças locais que articulavam movimentos de libertação contra o jugo metropolitano, os Estados Unidos agora era um aliado em potencial para as lutas que se seguiam e tinham um provável cenário de longa duração. Delgado de Carvalho (1998, p. 36) aponta que após a Espanha ter aceitado a indenização pela Flórida, os Estados Unidos sentiram-se livres para agir, enviando agentes diplomáticos às colônias emancipadas em 1822, já em um ensaio prático do que seria resumido na supracitada Doutrina.

Antes mesmo do Sete de Setembro já atuavam em solo brasileiro o ministro John Graham e o cônsul Henry Hill, em um movimento que decorria da autorização conseguida por James Monroe junto ao Congresso de reconhecer as colônias independentes. A convergência de interesses entre o Brasil e Estados Unidos no início de 1822 seria percebida concretamente

quando do acolhimento de José Bonifácio a ambos os representantes norte-americanos (CARVALHO, 1998, p. 36). O amplo exercício de sintonização hemisférica que se formava nas Américas, organizado ao redor dos princípios liberais em oposição às metrópoles europeias, experimentava a partir desse momento a possibilidade de contar com a adesão do Brasil. Ainda que já formado o Gabinete Andrada após 9 de janeiro de 1822, diversas eram as interações entre forças internas, as quais se interpunham a favor de determinados interesses, em busca de sobreposição no projeto de Brasil independente que se desenhava quando do início da aproximação com os Estados Unidos da América.

2 – Os Primeiros Ensaios: Luiz Moutinho e Gonçalves Cruz

O primeiro indivíduo nomeado para exercer as funções de Encarregado de Negócios do Brasil junto aos Estados Unidos foi Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva, Oficial-Maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, no dia 12 de agosto de 1822. Assinado por José Bonifácio, o ato de nomeação foi emitido poucos dias após o Manifesto aos Governos e Nações Amigas (6 de agosto de 1822), já em franco contexto de rompimento entre Brasil e Portugal. As forças internas que se articulavam em nome de uma solução intermediária (via formação de uma monarquia-dual) já se apresentavam muito desgastadas pela incapacidade das Cortes de promover um entendimento entre as partes, já superado pelo crescente ímpeto separatista. Juntamente com a nomeação de Manoel Rodriguez Gameiro Pessoa para a representação brasileira em Paris, a missão de Luiz Moutinho foi parte componente de um movimento da estratégia de Bonifácio para a obtenção do reconhecimento da independência.

Aponta Pandiá Calógeras que o representante em questão não pode atender de imediato à convocação, tendo em vista ser um dos funcionários mais atarefados do Rio de Janeiro, o que o fez adiar sua partida repetidas vezes (CALÓGERAS, 1998, p. 49). Em janeiro de 1823, em mais um movimento direcionado ao hemisfério americano, José Bonifácio nomeou Antonio Gonçalves da Cruz como Cônsul Geral do Império nos Estados Unidos. Este ato fazia-se necessário não necessariamente com a intenção única de estreitar relações entre ambos os países, mas também em virtude da presença do português Barroso Pereira em exercício das funções consulares nos EUA, quem é apontado por Zacarias de Góes Carvalho como antagonista de Gonçalves Cruz (BRASIL, 1922, p. IX). Erguia-se, nesse dado momento, mais um pilar da construção internacional do Brasil independente, acompanhando os caminhos já percorridos por Corrêa da Camara em sua empreitada nos países do Prata.

A escolha de Gonçalves da Cruz apresenta relativa peculiaridade, tendo em vista que sua ida a Filadélfia tinha ocorrido anos antes, ainda no contexto da Revolução Pernambucana (1817), em que fora escolhido para buscar apoio à causa separatista republicana nos Estados Unidos. Neste levante político, esteve do mesmo lado de Antônio Carlos de Andrada, agora presidente da Constituinte de 1823, o que resgata mais uma vez a reflexão sobre a relação entre a política de obtenção do reconhecimento da independência e o esforço por predomínio doméstico no Império. Os registros do Arquivo Diplomático da Independência de correspondências enviadas por Gonçalves da Cruz precedem inclusive sua nomeação, constando no compêndio três documentos endereçados a José Bonifácio ainda em 1822. A carência de oficialidade da missão não tira a importância do conteúdo das informações neles contidos, tendo em vista a própria convergência que essas ações extraoficiais⁷ tem com o formato que se observou ao longo da segunda parte da presente tese.

É importante ressaltar a inexistência de registros sobre a missão de Gonçalves da Cruz nos Estados Unidos dentro dos grandes trabalhos da área de História das Relações Internacionais do Brasil, referências basilares do presente exercício compreensivo. A análise de Pandiá Calógeras, muito em função de seu enfoque no âmbito diplomático, considera nula a contribuição do Cônsul-Geral para a obtenção do Reconhecimento, apesar de ter organizado o serviço consular. O referido autor ainda conjectura da importância da presença de Gonçalves Cruz para fazer “(...) indagações precisas para se precaver o Império contra uma possível empresa reconquistadora por parte da antiga metrópole que tomasse por base o território dos Estados Unidos” (CALÓGERAS, 1998, p. 50). Embora limitada pelo ângulo de observação, a análise de Calógeras permite verificar neste caso um movimento análogo ao da Missão Corrêa da Camara, no qual a instalação de um consulado foi utilizada como elemento introdutório da demarcação da presença soberana do Império, novo responsável pelo comércio brasileiro.

O primeiro documento que se tem registro no Arquivo Diplomático da Independência escrito por Antônio Gonçalves da Cruz tem a data de 30 de agosto de 1822 e está endereçada a José Bonifácio, não havendo comunicação anterior proveniente do chanceler. Até então somente na condição ex-representante da Revolução Pernambucana de 1817, afirma neste documento ter carta patente para “cartas e documentos autênticos”, o que permite dimensionar o papel da sua presença nos Estados Unidos. Permanecerá de fato como o único representante do Império nesse país até 1824 quando da chegada de Silvestre Rebello, sendo que mesmo não tendo sido designado como ministro plenipotenciário, não deixou de contribuir pela causa da independência brasileira. Dentre os atos de sua obra que se tem registro, nesta

comunicação com Bonifácio na qual narra o contato que teve com o ministro mexicano D. Eugenio Cortes, para quem se apresentou e provocou a oportunidade do envio de uma carta ao imperador Agustín de Iturbide, soberano desde o início de 1822.

É justo descrever a carta de Gonçalves da Cruz ao soberano do México como um dos documentos mais interessantes de todo volume do Arquivo dedicado ao hemisfério americano, não somente por ser um elemento ainda não trabalhado pela HRIB, mas principalmente pelo significado de seu conteúdo. Saúda primeiramente o emergir do Império Mexicano, “(...) proclamando el derecho del hombre, y fundando su gobierno, sobre la aprobación, voluntad y poderio de la Nación” (BRASIL, 1972, p. 53-54), exemplificando a tônica francamente liberal adotada pelo representante brasileiro. Procurava demonstrar a existência de bases semelhantes na formação tanto do Império Mexicano quanto do Reino do Brasil, no sentido de justificar uma aproximação entre ambos os países para dissiparem facções que pudessem trazer problemas para a nação. É muito importante dentro da exposição de Gonçalves da Cruz o desejo de demonstrar que havia se instalado no Brasil um novo governo, o qual não poderia simplesmente ser compreendido pelo título de seu soberano, pois tanto “Imperador, Rey, Protector, Libertador, ou Presidente, son puros sinonimos entre ellos encuan to à la dirección, y la diferencia esencial que nos presentan, consisten em el ejercicio bueno ó mal de la Autoridad nacional” (BRASIL, 1972, p. 54).

A narrativa do brasileiro caracteriza-se, de modo geral, por um tom de manifesto semelhante ao tom que inicialmente saudou a independência mexicana, a qual em suas palavras teria criado naquele país um governo que se erguia em oposição ao dos déspotas que antes o dominavam. A noção de despotismo empregada nesse contexto deve ser quase que inteiramente compreendida como o jugo do poder metropolitano sobre as colônias, o qual atenderia somente aos próprios caprichos dos países europeus, descumpridores dos seus deveres morais e da justiça a despeito do título que carregam seus governantes. É possível de se perceber na construção retórica de Gonçalves da Cruz a intenção de isolar a variável “formas de governo” das questões morais levantadas pelos movimento independentistas, já que ambos Brasil e México se erguiam como monarquias nas Américas. Desejava demonstrar ao Imperador que o Príncipe Regente comutava dos mesmos sentimentos, com destaque para o liberalismo, o que consubstancia então sua proposta de aproximação entre ambos os países que “(...) parece observar em las dos potencias tal conformidad de Gobierno y miras benéficas para promover la instrucción y prosperidad de sus habitantes...” (BRASIL, 1972, p. 55).

Ainda neste mesmo documento, Gonçalves da Cruz organiza seu protesto em nove motivos que justificavam a política de separação, os quais estão em órbita análoga aos dos ideais revolucionários liberais do movimento pernambucano de 1817.

1. A causa del perfido gobierno con que los Europeus han invariablemente oprimido à sus Colonias, desde el momento que las descubieron, invadieron y usurparon;
2. Porque lejos de introducir em ellas el conocimiento y practica de las virtudes morales, las han contaminado con todo los vicios peculiares à la dissolución europea;
3. Por su obstinado sistema de mantener la ignorância del pueblo;
4. Por los derechos y tributos exorbitantes que sempre impuso sobre las minas, productos, Comercio, e de nuestros compatriotas;
5. Por su maquiavelismo en apocar todos los medios que podian de algun modo contribuir à la prosperidad ultramarina;
6. Por su administración de justicia, dilatada, venal, y caprichosa;
7. Por las extorciones de sus Virreyes Capitan Generales y oficiales coadiutores, cuya codicia, altivez, y tirania han sido sin ejemplar;
8. Por la incapacidad que em todo tiempo manifesto la Europa em lo de abastecer dichas Colonias;
9. Por los obstáculos con que siempre apuró em Comercio de nuestros puertos, vedandoles al trafico estrangero, y si em ciertas ocasiones algunos privilegios de extracción solian concederse, las donações adelantadas que para ellos era preciso hacer, causaban frecuentemente la ruina de los privilegiados (BRASIL, 1972, p. 55).

É importante considerar que quando da Revolução de 1817 havia uma centralidade no pleito republicano dentro do movimento, o qual não somente é descrito na historiografia brasileira tradicional como “extremista” em função da defesa desse sistema político. Já na carta à Iturbide há um evidente desejo de Gonçalves da Cruz de qualificar positivamente o monarquismo, conquanto estivesse o governo apoiado pela vontade e o poder da Nação, assim como atento às questões ético-morais. Há dois percursos explicativos para descrever a relação entre ambos os momentos dispostos, a qual pode ser compreendida como contraditória ou não:

1. ainda no início do século XIX a crença de que Estados com um grande tamanho territorial eram mais estáveis sob a coroa de um monarca, sendo assim compreendida a saída republicana como inviável para a manutenção da unidade territorial;
2. a existência de um projeto de coesão nacional em nome da independência arquitetado pelos irmãos Andrada, que tem em Antônio Carlos um dos seus principais líderes e referência política para Gonçalves da Cruz, com quem manterá comunicação desde os Estados Unidos.

Dentro da política americanista para a obtenção do reconhecimento da independência do Império, há grande importância na presença desse cônsul em missão nos Estados Unidos, tendo em vista a adesão e, principalmente, a sistemática defesa feita por ele do sistema Imperial. Conforme já refletido na presente tese, dentro do cenário das francas disputas políticas no processo de independência a solução de uma monarquia liberal foi percebida como apropriada para a estabilidade desejada, qualificando ainda mais o processo de Reconhecimento. Na carta de 19 de maio de 1823 à Antonio Carlos de Andrada há uma importante consideração desenvolvida por Gonçalves da Cruz, também sob o signo da defesa do Império, que então estava em processo de formação de uma Constituinte. Não somente o cônsul brasileiro tece a importância de uma Constituição liberal para o Império como aponta os seus benefícios nas relações no hemisfério americano, por propiciar nos países que cercam o Brasil que se “inclinem com o tempo e experiência a imitar sua instituição” (BRASIL, 1972, p. 67).

Dentre esses vizinhos, a Grã-Colômbia teve destaque especial ao longo da missão de Gonçalves da Cruz, em função da ativa atuação empreendida em direção a esse Estado, a qual pode ser verificada desde as suas primeiras correspondências constantes no Arquivo Diplomático da Independência. Ainda em 5 de outubro de 1822, em carta enviada a José Bonifácio, o representante brasileiro nos EUA recomenda um “Joven Pernambucano Jozé Ignacio Ribeiro” para desempenhar a função consular naquele país, caso o Brasil ache interessante a amizade com o país presidido por Simón Bolívar (BRASIL, 1972, p. 57). Já em 4 de março de 1823, após sua oficialização no posto de cônsul do Império, Gonçalves da Cruz envia uma carta a Hipólito José da Costa, que naquele momento residia em Londres e operava pela causa brasileira em conjunto a Felisberto Caldeira Brant. Para além das casuais saudações e cumprimentos aos correligionários brasileiros, conforme se verifica em alguns de seus documentos, esta comunicação ao ilustre jornalista traz anexada consigo uma carta ao ministro representante da Grã-Colômbia em Londres, a qual o cônsul pede a Hipólito que auxilie na aproximação.

Há um dado que se faz necessário expor para ater-se à precisão quanto ao dimensionamento global dos acontecimentos, que, no entanto, não interfere diretamente nos rumos do processo ora analisado: o falecimento do embaixador colombiano em Londres, Francisco Antonio Zea. A requisição feita a Hipólito da Costa, conforme se percebe na correspondência do dia 5 de março de 1823, visava garantir que uma carta enviada àquele diplomata sul-americano chegasse às mãos da Legação Colombiana, já que uma aproximação

com esse país era vista como necessária ao Brasil. Do mesmo modo que na correspondência de 5 de outubro de 1822 a José Bonifácio é detectada a ameaça de um agente consular português nos EUA, quando da feitura do contato com Hipólito da Costa colocou-se em anexo uma nota com o indicativo de que o ministro português na América do Norte ensejava uma aproximação com Bogotá. Ao se tecer uma linha comparativa com o que se viu na missão de Correa da Camara, percebe-se que em ambos os momentos houve uma preocupação central com o estabelecimento de relações comerciais, não só por ser entendido como um primeiro passo em direção ao Reconhecimento, como pela importância do comércio internacional no todo do erário (VERANO, 2009).

Em tom semelhante ao adotado na carta para Iturbide, Gonçalves da Cruz busca criar uma relação de amizade entre o Império do Brasil e a República da Colômbia a partir da disposição de elementos comuns nas relações entre ambos os Estados e as potências coloniais europeias. Novamente ganha importante destaque a defesa feita pelo cônsul brasileiro do sistema político adotado no país, o qual é cuidadosamente descrito como convergente com os princípios liberais, sendo inclusive destacada a “(...) solidez que un Imperio Constitucional promete à las circunstancias de aquella vasta Region” (BRASIL, 1972, p. 60). Defende, em sua exposição, a legitimação do poder do Imperador como proveniente de uma vontade nacional, distanciando-se do despotismo europeu pelo respeito as “(...) leyes inalterables de la Naturaleza, Razón y Humanidad; y que por eso descansa em la aprobación y fuerza de toda la Nación” (BRASIL, 1972, p. 60). Buscou mostrar que não somente no Império havia disposição e sentimento liberal, como também para além de uma Constituição, o país tinha construído instituições liberais, com destaque para o Congresso, que naquele momento se encarregava da Constituinte.

Diferentemente da carta a Iturbide, no presente documento há uma importante intriga político-diplomática promovida por Gonçalves da Cruz contra o Gabinete de Lisboa, ou seja, o governo português sob a regência das Cortes Gerais. Percebe-se a intenção do cônsul brasileiro em indicar a existência de uma conspiração de Portugal contra o Brasil, uma vez sendo presente, conforme indica o representante, a disposição de reconhecer a independência brasileira desde que fosse como República e não Império. A razão apontada por ele para esse posicionamento advinha do desejo português de provocar uma guerra civil no país, já que a opção republicana debilitaria as forças nacionais em decorrência dos conflitos que surgiriam das divisões de ideias e partidos. Alerta para o fato de que muito possivelmente aquele governo de Portugal poderia procurar o colombiano, fazendo uso de discursos democráticos e

liberais-republicanos, os quais nada mais seriam do que grandes hipocrisias advindas dos opressores de sua pátria (BRASIL, 1972, p. 61).

Sob um olhar geral, pode-se perceber elementos bastante interessantes na atuação de Gonçalves da Cruz dentro do processo de obtenção do reconhecimento da independência do Brasil nas Américas, mesmo não tendo sido ele o interlocutor formalmente designado para essa função. De fato, o que aponta Pandiá Calógeras (1998) sobre a atuação do cônsul-revolucionário parte exclusivamente das concepções metodológicas da História Diplomática, que quando abandonada como marco analítico, permite compreender a dimensão da participação de Cruz Cabugá no Reconhecimento. Sob uma avaliação estrita, a dimensão americanista da política empreendida por José Bonifácio teve um alcance limitado ao ambiente estratégico do Prata e o emergir regional dos Estados Unidos, não compreendendo em sua ação direta o contato com os demais países do Hemisfério. Em termos históricos para a política externa brasileira, Gonçalves da Cruz desempenhou a primeira tentativa de aproximação com o Império Mexicano e com a Grã-Colômbia, não restando território independente virado para o Atlântico que o Império não tinha ainda buscado aproximação, já que somente em 1823 declarariam independência do México as Províncias Unidas da América Central.

Dentre os documentos presentes volume V do Arquivo Diplomático da Independência, as cartas de Gonçalves da Cruz do imperador mexicano e ao embaixador colombiano em Londres são das mais imbuídas por elementos que permitem apontar a presença do que se pode caracterizar como um “espírito americanista”. Mesmo que na definição basilar apontada para o “americanismo” na política externa brasileira seja essencialmente fundamentada no componente geográfico, ainda assim são permitidas adições adjetivas como as dispostas por Hélio Jaguaribe (2013, 299-310) ou mesmo por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2015). Muito embora a aproximação com os países americanos seja percebida invariavelmente como pragmática nesse período de lutas por independência, há um componente claramente ideológico no discurso do cônsul-revolucionário, que via na defesa dos valores liberais a razão pela qual as independências nas Américas se faziam. A associação política com os Andrada, destacadamente com Antonio Carlos em decorrência do movimento republicano, permite alocar as suas contribuições dentro do rol das ideias que interagiram na ação internacional brasileira em busca do Reconhecimento.

3 – Os Tensionamentos na Corte: Condý Raguet no Rio de Janeiro

A observação do Sistema Americano quando da declaração de independência do Brasil permite compreender que não somente se fazia presente o elemento externo de coesão (as potências coloniais), como também era significativa a desconfiança entre os nascentes Estados-soberanos do próprio Hemisfério. A nomeação de Condý Raguet como cônsul dos Estados Unidos da América na cidade do Rio de Janeiro compunha parte da estratégia da política externa norte-americana para com os novos membros do continente, a qual se transformaria em doutrina no famoso discurso do presidente James Monroe ao Congresso dos EUA em 1823. As intervenções europeias com intuito recolonizador interpunham-se como obstáculo não somente contra os ideais da Revolução Americana, traduzida como valor fundacional dos Estados Unidos, como também contra os interesses comerciais que desde as declarações de independência puderam concretizar-se em vínculos reais. Essa gama toda de formalização de relações consulares vista ao longo da presente tese tem como importante valor a soberania alfandegária, tendo em vista os séculos de domínio do exclusivo metropolitano e a necessidade inexorável do Estado de arrecadar tributos, que nesse período da história concentravam-se sobremaneira no comércio internacional (VERANO, 2009).

O potencial da missão de Condý Raguet era enorme para a política externa brasileira naquele momento, tendo em vista os objetivos traçados pela chancelaria de José Bonifácio de consolidar a independência do Império como um país liberal e aderido ao sistema americano. Conforme se percebe na narrativa de Hildebrando Accioly, havia um clima bastante favorável às relações entre o Brasil e os Estados Unidos em virtude de um bom histórico que advinha desde quando da Transmigração Bragança e da consequente nomeação de Thomas Sumter Jr. como Ministro (ACCIOLY, 1936, p. 61-75). A passagem do referido diplomata teve fim em 1819, sendo sucedido por duas vezes em missões de curta duração, somente em 1825 assumindo Condý Raguet a função de Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Império, sendo até lá a função política desempenhada pelo consulado-geral. Embora o caráter diplomático e o consular tenham formalmente funcionalidades distintas (consolidadas na contemporaneidade via convenções internacionais), nota-se que no presente caso o transbordamento de competências foi a tônica da forma como a qual se deu a primeira aproximação entre os EUA e o movimento brasileiro por independência.

Destaca-se de todo o conjunto um documento trazido à tona por Hildebrando Accioly, um primeiro datado a 3 de fevereiro de 1822, em que o cônsul interino P. Sartoris expressa

com otimismo um encontro tido com José Bonifácio, que há menos de um mês havia sido nomeado chefe do governo do Príncipe Regente. Nota-se nos conteúdos expostos pelo historiador da diplomacia a presença da variável “liberalismo” como instrumento avaliativo para compreender o pertencimento (ou não) do Brasil no Hemisfério Americano, o qual se erguia sob o signo desse pensamento político frente ao Velho Mundo. Conquanto o próprio cônsul seja hesitante em responder aos questionamentos de Bonifácio sobre uma aliança contra uma possível intervenção europeia contra o Brasil, deixa bastante claro a convergência da independência com os ideais pregados pela política externa norte-americana. Não somente nutriu o ministro Andrada de boa imagem dentro das cartas de Sartoris a John Quincy Adams, como também esta era estendida ao Príncipe D. Pedro, descrito como popular e que o povo acreditava que por suas mãos passava a possibilidade de receberem uma constituição liberal (ACCIOLY, 1936, p. 61-75).

A permanência otimista de Sartoris no consulado norte-americano no Rio de Janeiro foi marcada por uma consulta feita por José Bonifácio sobre a eventualidade de ser enviado um agente diplomático aos Estados Unidos, sendo respondido que com a abertura de uma Assembleia Geral (Parlamento) o reconhecimento da independência do Brasil seria imediato. Este quadro positivo manteve-se até o dia 13 de setembro de 1822, quando da concessão do *Exequatur* a Condy Raguet, substituto do “cônsul amigo do Brasil”, na descrição Sartoris por Accioly (1936), em função das boas serviços prestados as relações entre o Rio de Janeiro e Washington. As comunicações da chancelaria brasileira com o novo cônsul norte-americano têm início no Arquivo Diplomático da Independência com um pedido do ainda Secretário de Estados dos Negócios do Reino do Brasil e dos Estrangeiros para que se atentasse aos possíveis imbróglis decorrentes da separação, em 27 de setembro de 1822. Bonifácio procura mostrar cordialidade ao cônsul dos Estados Unidos ao notificar a normalidade das relações comerciais que aquele país nutriria com o Brasil, não havendo motivo algum para preocupação dos comerciantes norte-americanos quanto a estabilidade das transações por efeito da independência (BRASIL, 1972, p. 219).

Conforme anteriormente debatido na presente tese, o Sete de Setembro não significou automaticamente a criação da unidade política do Império do Brasil, sendo em 12 de outubro de 1822 a aclamação de D. Pedro como Imperador, no próprio dia de aniversário do Bragança. Tendo sido marcada para o dia 1º de dezembro a cerimônia de coroação, esta acabou por ser motivo para uma crise diplomática entre o Cônsul dos Estados Unidos e a Corte de São Cristóvão, o que na visão de Zacarias Góes de Carvalho decorria de Raguet, “(...) que não parecia muito afeiçoado ao systema politico adoptado entre nós (...)” (CARVALHO, 1972, p.

VIII). As tentativas de manter a sintonia cooperativa entre as nações do Hemisfério Americano podem ser percebidas em documentos como os de 13 de outubro de 1822, em que José Bonifácio comunica a Raguet sobre a decisão do Imperador de liberar nove marinheiros norte-americanos sentenciados por pirataria. Já a 18 de novembro do mesmo ano, o chanceler responde ao pedido de Raguet no qual ele expressa os seus desejos de assistir a coroação do Imperador, não somente convidando o cônsul ao lugar destinado ao corpo diplomático, na linha narrativa do que o brasileiro entendia por serem os laços de nações do “Hemispherio da Liberdade” (BRASIL, 1972, p. 221).

Uma notícia publicada no jornal Gazeta do Rio de Janeiro, no dia 3 de dezembro de 1822, acabou por provocar o primeiro de uma série de episódios que a História Diplomática brasileira brevemente citou, ao se ter como base os trabalhos de referência como de Delgado de Carvalho (1998), José Honório Rodrigues (1995), Pandiá Calógeras (1998) e mesmo de Hildebrando Accioly (1936). As reclamações de Raguet, conforme se percebe no documento do dia 27 de janeiro de 1823, decorriam de entendimento errôneo provocado por uma ação desastrosa da Gazeta do Rio de Janeiro, ao referir-se ao convite concedido ao Cônsul como um favor, sendo que às monarquias não houve necessidade de solicitação (BRASIL, 1972, p. VIII). A réplica do Ministro Andrada permite compreender a profundidade que teve o sentimento de ofensa alcançou no centro do governo brasileiro, sendo o ponto base da intriga de Raguet respondido destarte: o Império não fizera distinção entre repúblicas ou monarquias, mas sim entre ministros e cônsules. Reiterou Bonifácio o prestígio que as relações com os Estados Unidos tinham para o Brasil, pois mesmo Raguet não sendo do corpo diplomático, ainda assim recebeu a prerrogativa de sentar-se à tribuna e que posteriormente o Imperador, por vontade própria, estendeu a outros países por sua “generalidade desairosa” (BRASIL, 1972, p. 221).

4 – O Ato Final: A Missão Silvestre Rebello aos Estados Unidos da América

Em 31 de janeiro de 1824, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luiz Jozé de Carvalho e Mello, recém intitulado Visconde da Cachoeira pelo Imperador D. Pedro, nomeava Jozé Silvestre Rebello como Encarregado de Negócios junto ao governo dos Estados Unidos. Tendo em vista o insucesso dos enviados por José Bonifácio em cumprir os desígnios esperados, o terceiro titular desta pasta precisou efetuar uma mudança dos rumos deste importante eixo estratégico do ambiente Americano, já que consolidaria a consagração do

Império não só como independente, mas também como membro do Hemisfério Americano. O instinto preciso do Ministro Andrada em apontar Washington e Buenos Aires como eixo complementar ao esforço que já se fazia por força das Tradições precisava ainda desse esforço político, principalmente quando se coloca no tabuleiro de variáveis as diversas instabilidades presentes. O Primeiro Reinado, caracterizado pelos seus inúmeros conflitos políticos, ao lado das ondas revolucionárias que ainda perturbavam a Europa não proviam ao Brasil as condições ideais para abrir mão do Reconhecimento pelos Estados Unidos, tendo em vista o seu potencial estabilizador.

Após a dissolução do Gabinete Andrada, o novo projeto do Imperador junto ao do Partido Português teve como principal expressão a outorga da Constituição em 1824, a qual o recém-criado Conselho de Estado ocupou-se de protagonizar sua redação, tendo como ator central Jozé Joaquim Carneiro de Campos (CUNHA, 1965, p. 253). Este, que havia sido titular da pasta dos Negócios Estrangeiros um ano antes, passou a desempenhar o papel que antes pertencia a Antônio Carlos de Andrada, tendo aproveitado boa parte do trabalho até então feito. O resultado, conforme aponta José Honório Rodrigues ao avaliar o escrito histórico do Barão Homem de Melo, aponta para um formato “... a quase igualdade da doutrina, mais seco, enxuto e conciso...” (BRASIL 1973, p. XXI) do que o projeto da Constituinte. Mudaram os indivíduos, destituíram-se instituições, porém as bases definidas no processo revolucionário da independência mantiveram-se ao redor dos projetos propostos, contudo a partir desse momento com o espectro de D. Pedro ganhando uma centralidade ainda maior na condução dos negócios internos.

Um exercício similar ao que fez Homem de Melo com o projeto de 1823 e a Constituição de 1824 pode ser feito entre as instruções dadas por José Bonifácio a Corrêa da Camara e as que Carvalho e Mello deram a Silvestre Rebello. Procura-se avaliar nesta presente etapa se, para além das causas apontadas do fim dos mandatos de Luiz Moutinho e Gonçalves Cruz, há elementos decorrentes do rompimento de D. Pedro com os Andradas na substituição da representação brasileira em Washington. No que se retornam as bases a partir das quais se desenvolvem as discussões da presente tese, que tem nas ideias de Amado Cervo sua maior representatividade, busca-se nas instruções de Silvestre Rebello a presença de elementos que permitam apontar distinção ou pertencimento à estratégia americanista atribuída a Bonifácio. Seu exílio na Europa representa dentro do imaginário nacional do presente uma possibilidade perdida, a qual teria construído um Brasil independente ainda mais Liberal e Progressista, o que possivelmente impactou nas avaliações de sua atuação em política externa.

O decreto de nomeação de Silvestre Rebello, datado em 21 de janeiro de 1824, é breve em suas considerações, indicando somente a importância de sua missão nos interesses do Império junto aos Estados Unidos e que a nomeação de Luiz Moutinho estava invalidada. Desde que este último foi designado, em 12 de agosto de 1822, já se havia passado mais do que um ano e cinco meses, sendo a única representação brasileira a do Cônsul Geral Gonçalves da Cruz, a quem Silvestre Rebello deveria procurar de acordo com o quarto item de suas Instruções. Estas, datadas do dia 31 de janeiro de 1824, são significativamente maiores do que as dadas a Corrêa da Camara a 30 de maio de 1824, que totalizam 3 (três) páginas do Arquivo Diplomático da Independência frente as mais de 8 (oito) expedidas por Carvalho e Mello. Separada em 21 tópicos, as Instruções são bastante detalhadas nas intenções e nos objetivos a serem perseguidos quando da chegada do recém-nomeado diplomata em Washington, sendo central a ambição pelo Reconhecimento em todas as partes desse documento.

A Nota de Governo a Governo acreditando Silvestre Rebello, também datada do mesmo dia das instruções, encontra-se no Arquivo escrita em francês por Luiz José de Carvalho e Mello, em contraste com o português que aparece nas palavras de Bonifácio ao presidente Rivadavia. Esse detalhe torna-se de fato interessante na construção das imagens que aqui se propõe quando interagido com a apresentação da coleção de documentos Brasil-Estados Unidos – 1824-1829, na qual Álvaro da Costa Franco aponta as dificuldades percebidas de Silvestre Rebello com o inglês (FRANCO, 2009, p. 10). A falta de experiência pode ser apontada como característica imperante entre os interlocutores brasileiros designados para defender a causa da Independência, já que tampouco Corrêa da Camara tinha vivência pregressa no serviço diplomático. Assim como o representante no eixo platino, o também militar Felisberto Caldeira Brant também quando nomeado apontava isso a Bonifácio, demandando que algum indivíduo mais experiente no âmbito diplomático viesse a substituí-lo, conforme se vê no documento de 3 de junho de 1822. O dimensionamento desse contexto do âmbito individual completa-se quando se observa que neste mesmo momento, projetando todo o poder de seu prestígio diplomático, havia a presença de indivíduos célebres como Talleyrand, Metternich, Castlereagh, Canning e Palmela, todos interessados ao seu modo no objeto Independência do Brasil.

O primado a partir de que se sustenta o espírito do mandato de Silvestre Rebello era de que a Liberdade não seria possível no continente americano sem a independência de uma parte tão substantiva como o Império, o que justificava o empreendimento diplomático para o qual foi designado. Interessava ao Brasil não somente ter a independência política

reconhecida pelos vizinhos do continente, como também o sistema político do Império ser bem-visto pelas repúblicas americanas, conforme se observa no 5º ponto do 4º tópico das instruções de Carvalho e Mello (BRASIL, 1972, p. 11). Deveria o Encarregado de Negócios apresentar-se aos outros representantes estrangeiros residentes em Washington, “(...) mostrando sempre predileção pela Política Americana”, o que já indica uma convergência entre este Ministro dos Negócios Estrangeiros e José Bonifácio. A promoção de políticas de alinhamento do Brasil com o Hemisfério Americano, mesmo que não seja possível depreender destas documentações um fervor como o de Gonçalves da Cruz, permitem compreender a presença da variável Americanismo ainda em 1824, quando as Cortes já haviam sido derrotadas e um entendimento com Portugal em processo de negociação.

A estratégia diplomática arquitetada por Carvalho e Mello tinha como sustentáculo basilar a transmissão aos Estados Unidos de que a união entre os países americanos contra os interesses coloniais dos ambiciosos europeus era vital para a independência do continente, motivado para sondar a formação de uma possível aliança. O chanceler afirma existir uma política da Grã-Bretanha de “(...) querer tirar partido das disposições entre as Metrópolis e suas Colônias, e sobre tudo entre o Brasil e Portugal aquel considera como hum Pupillo” (BRASIL, 1972, p. 12), o que converge com a descrição das negociações de Caldeira Brant e Gameiro Pessoa em Londres (ACCIOLY, 1922). A questão da inviolabilidade do Continente Americano, no que pode ser entendido como um resgate dos princípios declarados na Doutrina Monroe, era disposta por Carvalho e Mello como forma de introduzir um elemento de barganha nas relações com os Estados Unidos. Compreendia o chanceler brasileiro que desde àquele momento era presente na política externa norte-americana o interesse de exercer uma liderança hemisférica, crescente desde a Guerra Anglo-Americana (1812-1815) e catalisadas com as expedições europeias por reconquista, o qual poderia ser impedido seguindo essa lógica:

que no caso de não achar o Brasil o apoio e coadjuvação que necessita, no próprio Continente Americano se veria obrigado a hir procura-la em alguma Potencia da Europa, mas que neste caso muito importaria aos Estados Unidos tomar o passo a França ou Inglaterra, e afastar estas Potencias de toda ingerência nos nossos negócios. (BRASIL, 1972, p. 12)

Longe de se mostrar como subalterno ou dependente, a estratégia de Carvalho e Mello partia da premissa compreensiva de que o Brasil era grande e poderoso, sendo por isso a independência do Império importante para que não prevaleça a influência europeia no “Systema Politico da America”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros buscava demonstrar que havia convergência no processo político de independência das ex-colônias espanholas

com o que ocorrera no Império, tendo sido expulsos os portugueses por meio da força e “(...) ficando essas Colonias libertadas do mando Europeo assumindo nova forma de Governo com marcha regular a Independencia existia de facto”. O pensamento de James Monroe, não somente pelo seu histórico discurso, mas também por uma declaração de 1822 ao Congresso sobre a política de reconhecimento da independência das ex-colônias, são resgatados por Carvalho e Mello como forma de dar coerência a abordagem brasileira sobre a formação de uma aliança. Compreende-se a centralidade desta questão nas instruções a Silvestre Rebello, o que permite apontar um relativo grau de importância dentro do todo da estratégia para a obtenção do Reconhecimento nas Américas, que nesse momento após o fim das Guerras de Independência já se impunha de forma mais madura.

As variáveis sistêmicas, se por um lado indicam o fim do governo revolucionário das Cortes Gerais, por outro verificam a existência de uma diversidade de conflitos nas Américas, desde as intervenções metropolitanas até disputas que separaram territórios, como o exemplo uruguaio e centro-americano. O interesse brasileiro em formular uma aliança com os Estados Unidos, muito além da própria defesa territorial, pode ser posicionado como contra-peso às negociações que se empreendiam na Inglaterra, uma vez os interesses comerciais norte-americanos sendo sempre presentes ao redor dessa questão neste documento de instruções:

- “(...) quanto a vantagem que ganharia o Commercio dos Estados Unidos hé evidente que elle avultaria a proporção do entusiasmo que motivaria no Brasil hum prompto reconhecimento”;
- “(...) o Governo dos Estados Unidos deve reconhecer a Independência Política do Império do Brasil, tanto por ser elle em si conforme com os princípios proclamados e seguidos por esse Governo, como por assim o pedirem seus próprios interesses comerciais” (BRASIL, 1972, p. 11-13).

Apesar de compor parte central da estratégia de negociação associar a defesa coletiva da independência do continente aos interesses comerciais dos Estados Unidos, Carvalho e Mello não autorizava a assinar qualquer acordo de comércio com aquele país. A partir do ângulo da narrativa do Ministro, o apoio dos norte-americanos à causa brasileira era visto como muito importante, mas que a alfândega brasileira não deveria ser utilizada como moeda de troca pelo Reconhecimento nesse caso. O “preço do reconhecimento” que seria pago pelo Brasil nas negociações com a Inglaterra e Portugal, conforme explica Alan K. Manchester (1973, p. 165-171), posicionava-se desde o princípio como um valor alto demais para ser aplicado nos Estados Unidos, conforme se vê no 12º ponto das Instruções de 31 de janeiro de 1824 a Silvestre Rebello:

mas do que fica aqui dito não se segue que vá authorisado para entrar em ajustes ou convenções positivas com esse governo que possam compromiciar ou propor Tratados de commercio, de que este Paiz nada precisa.

Não se via necessidade de investir mais recursos na formação de uma aliança, que no décimo-quinto ponto das Instruções é facultado de ser ofensiva ou defensiva, pois se considera os interesses mútuos das Américas em sua comutação do liberalismo político e das lutas por descolonização como suficientes (BRASIL, 1972, p. 10-18). Nesse sentido, pode-se compreender a estratégia adotada por Carvalho e Mello para a obtenção do Reconhecimento com os Estados Unidos como convergente com o que José Alfredo dos Anjos descreve como sendo a postura da chancelaria andradina (ANJOS, 2013, p. 91). Mesmo tendo sido vencidas as empreitadas contra as tropas do General Madeira na Bahia e contra as sublevações em Belém do Pará e na Cisplatina, ainda era percebido o temor de que sem o reconhecimento de Portugal o território se fragmentasse em repúblicas menores como no resto do continente (MANCHESTER, 1973, p. 170). O peso de uma aliança com os Estados Unidos pode ser compreendido não somente no fortalecimento de uma ainda possível intervenção militar europeia, como no exemplo colombiano, assim como de mitigar as forças republicanas que ainda operavam no país, como seria verificado meses depois em Pernambuco.

Em 24 de julho de 1824, o supracitado movimento revolucionário deflagrava-se, fundando uma república sob o comando de Manuel de Carvalho de Paes Andrade, a qual posteriormente agregou ainda mais seis províncias em sua causa independentista do Império. Além de Pernambuco, a Confederação do Equador contou com a adesão Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba, representando mais um foco concreto de oposição republicana no Nordeste brasileiro frente à Corte do Rio de Janeiro. O sentimento e a prática republicana eram evidentes naquela região nas sociedades secretas, com destaque para as lojas maçônicas, e também dentro do baixo Clero, conforme se viu na Revolução de 1817, a qual dentre seus participantes, além de Cruz Cabugá e de Antonio Carlos de Andrada, o Frei Caneca. O pintor niteroiense Antônio Parreiras, em sua tela Estudo para Frei Caneca, interpreta o momento em que o religioso-revolucionário é julgado por sua sublevação contra a autoridade imperial, em uma imagem que simboliza o fim da onda republicana que perturbou o nordeste desde a Transmigração Bragança (QUINTAS, 1965, p. 207-226).

A mesma lógica defendida por James Madison, John Jay e Alexander Hamilton, em seus históricos escritos dos Artigos Federalistas, pode ser percebida na política centralista dos Andradas, do partido português (após a Vilafrancada) e, especialmente na Corte: a união territorial brasileira vista como indispensável para a defesa contra o estrangeiro ou contra si. A eclosão da revolução da Confederação do Equador, pouco mais de três meses depois da chegada de Sylvestre Rebello nos Estados Unidos, pode ser apontada como elemento de

reforço à necessidade da obtenção do Reconhecimento, somente tendo sido passados em torno de um ano e nove meses do registro ex post de Pedro Américo. Nesse dado momento, as relações entre Brasil e Portugal passavam por um momento de recomposição, tendo sido Charles Stuart ao Rio de Janeiro somente em 25 de março de 1825, central no esforço compreensivo de Alan Manchester (1973) e consolidado no pensamento brasileiro de Relações Internacionais por Amado Cervo (1981), a terceirização do reconhecimento com Portugal. Do mesmo modo que o principal valor a ser perseguido no Reconhecimento com os Estados do Prata era a manutenção da estabilidade no estuário e, principalmente, o controle da Cisplatina, quando da missão Sylvestre Rebello o objetivo perseguido era o reconhecimento pela grande república do norte que o Império era independente e soberano sobre todo aquele território outrora Reino Unido.

Carvalho e Mello demonstra no nono ponto de suas Instruções um possível desafio contra o qual o diplomata brasileiro teria que lutar, já que Condé Raguet não transmitira uma boa imagem do Brasil desde o já analisado episódio da coroação de Pedro I, em oposição ao referido esforço de Gonçalves da Cruz (inclusive com Colômbia e México). Esse último, a quem Sylvestre Rebello foi instruído a procurar, teria em sua posse documentos que pudessem “(...) desvanecer qualquer sinistra impressão que, nesse governo, possam ter excitado os relatórios do cônsul Raguet” (BRASIL, 2009, p. 21), que de acordo com Zacarias Góes de Carvalho não era muito “afeiçoado ao systema brasileiro (CARVALHO, 1972, p, VIII-IX). Para tanto, instruía ao diplomata para que tentasse afastar ideias equivocadas sobre o governo monárquico e a adesão ao liberalismo pelo Imperador, como se podia verificar no caso do que se refere ao tráfico de escravos, “(...) fazê-lo cessar em todo o Império, apenas lhe seja possível, para o que vai tomando as necessárias medidas”. Esse tema, o qual já era visto como elemento complicador das negociações de Caldeira Brant Londres (ACCIOLY, 1972, p. XL-LIII), tinha potencial de também dificultar a aproximação com Washington, já que os Estados Unidos já haviam aderido ao sistema de proibição do “infame comércio (BETHELL, 2002, p. 21-49).

4.1 – Sylvestre Rebello e John Quincy Adams: a construção de um entendimento

O documento datado em 26 de abril de 1824 narra a perspectiva de Sylvestre Rebello sobre as negociações diretas empreendidas com o célebre Secretário de Estado John Quincy-Adams, que garantiram um encontro com o Presidente James Monroe e abriram portas para o Reconhecimento norte-americano. Condé Raguet, que tanta má propaganda tinha feito do

Império, teve nesse momento importante parcela no sucesso de Rebello, já que este portava uma carta daquele em que o apresentava com boas referências. No que narra ao governo do Rio de Janeiro sua jornada, curiosamente narra ter encontrado logo de início um dos signatários da Ata de Independência dos Estados Unidos, que ao debater com o diplomata brasileiro acerca do projeto que D. Pedro colocava em prática atestou para a semelhança com a americana, somente alternado a categoria do Chefe de Estado (BRASIL, 1972, p. 80). Dentre os temas que o diplomata brasileiro mais teria que trabalhar pela causa brasileira, demonstrar liberalismo e anticolonialismo era ponto central para conseguir apoio dos conceptores da Doutrina Monroe.

Comunicou a Quincy-Adams sobre sua presença em Washington sob a condição de Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos, registrado no dia 5 abril de 1824, dois dias após chegar a cidade de Washington (BRASIL, 1972, p. 79-86). A reunião, no dia seguinte, para além de questões procedimentais sobre a publicidade da independência do Brasil, foi marcada por uma defesa efusiva de Sylvestre Rebello do liberalismo de D. Pedro quando da explicação sobre o sistema político do país:

he verdade que o Chefe do Poder Executivo he hereditario, e se chama Imperador, mas assim o quiz o povo, que tem lá o mesmo direito, que o povo aqui teve de requerer o seu electivo, e que se chamasse Prezidente. S. M. Imperial, he o primeiro Republicano do Brazil, e aqui para Nós talves o unico que la ha” (BRASIL, 1972, p. 80).

Comenta Accioly que Sylvestre Rebello fizera uso de um estratagema que se verificou central em suas negociações, no que “aproveitava o ensejo para insistir na conveniência de se adiantar o governo norte-americano aos da Inglaterra e França, que já pretendiam exercer influência sobre o do Brasil e que, para este fim, dizia, já haviam proposto o reconhecimento do Império” (ACCIOLY, 1963, p. 142). O conflito entre o Velho e o Novo Mundo foi instrumentalizado como variável argumentativa a favor da causa do Reconhecimento do Império, uma vez ainda presente a desconfiança sobre o governo brasileiro e em curso as guerras de independência na América Hispânica. Sendo convidado à Secretaria de Estado, Sylvestre Rebello encontrou-se com o monroísta ao dia 5 de maio, quando não somente recebera uma negativa sobre o Reconhecimento do Império como também foi informado em três pontos sobre os impedimentos que o governo americano via em tal feito, como se lê:

- Primeiramente porque he hum Paiz, que não tem o seu Governo organizado, pois que não tem ainda huma Constituição;
- Em segundo lugar porque ha muita gente no Brazil que não quer o sistema de Governo Imperial e a prova he que a Provincia de Pernambuco está com as armas na mão, e quer outro sistema de Governo;

- Em terceiro lugar porque o official Francez naqueles mares, que commanda a Esquadra, levou ordem para tratar o Seu que chama Imperador, como Principe Regente (BRASIL, 1972, p. 103).

De fato, percebe-se que as contestações de Quincy-Adams vão de encontro justamente ao que o Império buscava provar possuidor: o Império Liberal e constitucional; a soberania nacional do poder do Império; o reconhecimento do título de Imperador, ao invés de Príncipe Regente. Como se verifica em sua notícia histórica, Zacarias Góes de Carvalho chama atenção para o fato de a Constituição de 1824 já estar jurada desde 25 de março de 1824, mas que no dia daquela reunião Sylvestre Rebello não era possuidor de tal informação, a qual receberia somente em 17 de junho (BRASIL, 1972, p. XIX). A pronta resposta do diplomata brasileiro refuta não somente com a promessa de que em breve o Império teria uma constituição jurada (provavelmente no dia 3 de maio do ano corrente), mas também demanda tratamento isonômico ao dado às colônias espanholas, muitas das quais obtiveram seu Reconhecimento sem uma Constituição.

No tocante ao segundo ponto, sobre o que viria se tornar a Confederação do Equador, buscou Rebello reduzi-la a uma pequena revolta provincial decorrente da nomeação de um mal presidente, embora não cite em momento algum que a revolta se dava em virtude do fechamento da Constituinte de 1823. Sobre o terceiro, Sylvestre Rebello diz a Carvalho e Mello que respondeu a Adams que:

o official, que foi commandar a Esquadra Franceza, hade de ter mais cortezia, e mais amor à sua pessoa do que avizarão a V. E. O Agente Francez, o Conde de Gestas, vai à Corte no Rio de Janeiro, e trata a S. M. Imperial com o respeito devido aos Soberanos dos Povos Livres. Lord Amerst Governador Geral de Bengalla, o que he alguma coiza mais do que ser Commandante de huma Esquadra Franceza, complimentou, paçando pelo Rio de janeiro, a S. M. Como a hum antigo Soberano. Os Francezes são hum Povo mui polido, não he provavel que faltem ao seu dever, e he mais natural que o Governo aqui esteja mal informado (BRASIL, 1972, p. 104).

Por fim, um último ponto relatado por Sylvestre Rebello traduz de fato o momento político do início do Primeiro Reinado, quando sistematicamente percebia-se a estabilidade do Império como posta em xeque, tanto de fora como de dentro do Brasil. Atrelado por laços sanguíneos, dinásticos e nacionais à Portugal, D. Pedro I era naturalmente visto como herdeiro de D. João VI e havia desconfiança sobre suas reais intenções de abdicar dos seus direitos portugueses em detrimento dos brasileiros. Apesar deste, assim como dos demais fatores expostos ao longo da sessão, os obstáculos encontrados pelo diplomata brasileiro não foram suficientes para impedir o Reconhecimento do Império pelos Estados Unidos, pelas

mãos do presidente James Monroe. No ofício do dia 31 de maio de 1824, Rebello informa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Luiz Jozé de Carvalho e Mello, que

“(…) participo a V. E., que Este Governo reconheceu a Independencia, e o Imperio do Brazil no dia 26 d’este; sendo eu apresentado ao Presidente como Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brazil, com as mesmas formalidades com que são recebidos os Representantes de outros Soberanos. Dou pois a V. E. os parabens, e peço a V. E. que beije as mãos a S. M. o Imperador por tão feliz acontecimento (BRASIL, 1972, p. 116).

Conclusão

Ao longo do percurso desenvolvido em direção do objetivo central da presente tese, compreender o processo de obtenção do reconhecimento da independência do Império do Brasil nas Américas, importantes temas da história das relações internacionais brasileiras puderam ser debatidos. A compreensão que o movimento de independência deste país esteve inserido nos grandes ciclos revolucionários liberais descritos na tese de Hobsbawm (1996) foi elemento inicial para o exercício reflexivo sobre processo de cisão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O processo de emancipação política do Brasil, debatido a partir do prisma de Pedro Octávio da Cunha (1965) e Maria Odila Silva Dias (1972), respectivamente da *Formação de um Império Liberal* e da *Interiorização da Metrópole*, revelam uma diversidade de variáveis importantes para compreender o Reconhecimento. A Transmigração Bragança pode ser percebida como um processo que catalisou componentes revolucionários que já tinham presença pregressa na então colônia que, diferentemente do que ocorrera nas Treze Colônias a partir de 1776, não lograram êxito em se separar de Lisboa.

A Revolução Liberal do Porto (1820), organizada governamentalmente sob as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821), configurou-se a real força antagônica ao Reconhecimento até a vitória de D. Miguel de Bragança sobre as forças liberais na Vilafrancada (1823). As dimensões da conquista da independência demandaram ampliação de seu espectro observado, em função das próprias considerações contidas na documentação explorada pela tese, o *Arquivo Diplomático da Independência* (1972), na qual a soberania do governo do Imperador D. Pedro I fora testada. As províncias em revolta, destacadamente a Cisplatina, representavam a dimensão doméstica do conflito que as forças da Corte tinham que lutar para manter todo o território unido, sendo os mesmos meios de retaliação que os aplicados nos portugueses e nos revoltosos. Conforme se atestou, o Império passou por grandes dificuldades ao longo do Primeiro Reinado, inclusive implicando maior valor a variável do Reconhecimento, no que se percebeu com evidência na Missão Sylvestre Rebello.

Não somente de um mesmo lado político estavam as forças contrárias ao projeto do Império, havendo nelas desde os partidários do regresso ao ordenamento exclusivista da metrópole, perpassando por defensores de uma monarquia dual, ou mesmo republicanos.

Atribuído historicamente José Bonifácio como o conceptor do Império, apontou-se tal criação aos próprios debates entre os pensadores da política daquele tempo, que não eram seguros da estabilidade de grandes territórios regidos sob o regime republicano, em oposição aos célebres Escritos Federalistas. O projeto de uma monarquia liberal trazia consigo a concretização do antigo sonho de um Império dos Bragança no Brasil, contudo sob o signo das transformações revolucionárias contemporâneas, que tinha na imagem de Napoleão Bonaparte uma referência emblemática (CUNHA, 1965, p. 238). A concretização do projeto político da elite liberal-conservadora, a qual tinha José Bonifácio e seus irmãos como atores centrais na edificação do Brasil independente, levou a duas consequências imediatas:

1. o Reconhecimento do Brasil sob a forma de Império Constitucional;
2. a busca por anulação das forças opositoras ao regime.

Ao passo que internamente os debates ao redor do que foi a Assembleia Constituinte representam o corpo central da edificação do Império Liberal, havia a necessidade de que essa imagem fosse transmitida pelos emissários brasileiros quando nas negociações pelo Reconhecimento. A figura de José Bonifácio teve mais uma vez centralidade, principalmente, ao se levar em consideração o papel extremamente ativo e conservador que Emília Viotti da Costa (1972) descreve do Primeiro Chanceler, razão pela qual os primeiros designados para as Missões foram seus correligionários, como Corrêa da Camara e Gonçalves da Cruz. Projeto político e projeto de Estado confundiam-se naquele momento, sendo inclusive destacado o episódio da perseguição a Joaquim Gonçalves Lêdo, deputado constitucional eleito, quando este já se encontrava em Buenos Aires no exílio. Se o republicanismo do brasileiro foi a condição primária de ter sido ele alvo da *Bonifácia* e de Corrêa da Camara, certamente o diplomata brasileiro precisou ser discreto nesse sentido com o presidente Rivadavia, para quem expressou com evidência o liberalismo e a adesão e do Império ao sistema americano

No tocante às Instruções aos agentes políticos, pode-se perceber a centralidade que componentes como americanismo, liberalismo e anticolonialismo deveriam ter no trato frasal tanto de Corrêa da Camara, como de Sylvestre Rebello, sendo este último o único não designado por José Bonifácio. A demissão do Ministro Andrada e a posterior Noite da Agonia trataram de afastar tanto o Primeiro Chanceler quanto seus irmãos, assim como outros políticos, aproximando-se o Imperador da Assembleia com o apoio de comerciantes portugueses que passaram a apoiá-lo. A perturbação intervencionista de D. Pedro I acabou por instituir um projeto político unitarista, o qual iria se embater com as forças provinciais ao longo de todo o período monárquico do Brasil, mas que teve diversas semelhanças com as

concepções políticas de Bonifácio (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 102-107). De fato, ao se tomar pela troca de correspondências entre Carvalho e Mello e Sylvestre Rebello, os referidos elementos retóricos faziam-se também presentes, tanto quanto ao longo da gestão andradina no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não se consegue verificar abandono do americanismo que Amado Cervo descreve como característico da chancelaria de José Bonifácio (CERVO; BUENO, 2015, p. 46), uma vez a estratégia do Reconhecimento tendo se continuado no ambiente americano e no europeu. Para além dos componentes retóricos verificados, depreende-se por meio da continuidade das missões enviadas pelo Ministro Andrada que a estratégia se manteve semelhante, tendo sido ampliado o escopo conforme indica Calógeras (1998). O fim da Revolução do Porto (1820), assim como a de Cádiz (1820), de fato representam um elemento fortalecedor das forças reacionárias, tanto em Portugal em decorrência da vitória de D. Miguel quanto no Brasil com a aliança entre D. Pedro e o Partido Português. Os eixos formadores da inserção internacional do Império podem ser percebidos por meio das presentes reflexões sobre o reconhecimento da independência nas Américas, uma vez dissociados os componentes do caso observado.

A força das renovações, compreendida como proveniente do espírito revolucionário que desde o fim do século XVIII desestabilizava o ordenamento metropolitano no continente, fez-se presente desde 1817 quando Gonçalves da Cruz empreendeu uma jornada aos Estados Unidos em busca do apoio à Revolução Pernambucana. Muito embora naquele momento progresso ainda não se estivesse em busca do Reconhecimento do Império, faziam-se destarte presente os anseios liberais na missão de Cabugá, que em torno de seis anos depois acabaria por operar em favor do príncipe Bragança, agora Imperador. O americanismo do cônsul brasileiro foi verificado para além inclusive do que o protocolo de sua função demandava, promovendo históricas comunicações com o Império do México de Agustín de Iturbide e a Grã-Colômbia, presidida por Simón Bolívar. A imagem de D. Pedro, até então relacionada a do absolutismo português, passou também por renovações que vieram não somente dos discursos de seus apoiadores sobre sua adesão ao Sistema Americano, como também do Constitucionalismo como aspecto fundacional do Império.

O contrapeso a esse movimento de característica liberal e progressista operou tanto pelo viés das forças tradicionais e conservadoras da *Presença Inglesa* (PANTALEÃO, 1965, p. 64-100) como também do reacionarismo representado pelos interesses restauradores da Santa Aliança. A construção de ambos os pilares, percebida como consequência tanto direta como indireta do processo de *Interiorização da Metrópole* (SILVA DIAS, 1972, p. 160-186),

instituiu no Brasil um reino governado sob o absolutismo dos Bragança e com a presença assimétrica do comércio inglês (CERVO, 1981; ALMEIDA, 2017). A presença do Concerto Europeu verificou-se não somente com a adesão de Portugal ao Tratado da Santa Aliança em 3 de dezembro de 1817, como também pelo casamento do príncipe D. Pedro (primeiro na linha de sucessão) com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria. Conforme se observou nas análises históricas de Oliveira Lima sobre a presença de D. João VI no Brasil (LIMA, 2006), não somente foi de agrado do Congresso de Viena a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, como também uma tradicional monarquia europeia radicada no continente americano.

O Eixo das Tradições, por outro lado, não somente teve pouco da sua influência afetada, como inclusive verifica-se no fenômeno descrito por Alan. K Manchester (1973) sobre a *Preeminência Inglesa no Brasil*, herança transmitida pelo domínio português no país. As condições desiguais de desenvolvimento do capitalismo industrial inglês sobre a economia de Portugal foram transferidas para o Brasil quando da Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), sendo posteriormente catalisadas pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1810, o qual garantiu direitos preferenciais aos ingleses. A questão abordada por Rubens Ricupero (2007) sobre *O Problema da Abertura dos Portos* traz em seu debate a questão já abordada anteriormente por Manchester (1973) e que parece ter entrado no ocaso da História do Brasil: o liberalismo econômico ainda era corrente não predominante, sendo verdade isso para um “exclusivismo” ou “preferencialismo”. Conforme demonstrado pelo historiador inglês, o atrelamento português deu-se em decorrência de uma série de vínculos diplomáticos formados desde a independência portuguesa em 1373, posteriormente ampliados quando da Restauração Bragança (1640) e da Guerra de Sucessão Espanhola com o emblemático Tratado de Methuen (1703).

Verificou-se ainda Ricupero (2007) a constatação de que desde o início das independências latino-americanas que os Estados Unidos eram desejosos de se fazer presentes comercialmente nas ex-colônias, o que deve ser considerado em conjunto a influência ideológica que já se fazia presente desde a Revolução Americana. Elementos desta estratégia puderam ser percebidos desde o rompimento de D. Pedro com as Cortes Gerais, quando da intensa participação política dos agentes consulares norte-americanos nos rumos das relações entre o gabinete brasileiro e a Secretaria de Estado, com destaque para a do cônsul interino P. Sartoris e do controvertido Condry Raguet. Este, que terminou por assumir a primeira representação diplomática dos Estados Unidos no Brasil, mostrou-se deveras desconfiado e crítico da monarquia brasileira, tendo causado não somente complicações desnecessárias quando da coroação de D. Pedro I, mas também trabalhando contra a imagem do Império na

América. A evidente preocupação de Carvalho e Mello com possíveis danos da Questão Raguet percebeu-se nas Instruções a Sylvestre Rebello, podendo isso ser sentido quando de sua reunião com o célebre o Secretário de Estado John Quincy Adams, no qual este inquiriu sobre a adesão do Império aos valores americanos.

O reconhecimento da independência do Império nos Estados Unidos foi noticiado por José Sylvestre Rebello ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís José de Carvalho e Mello, no Ofício de 31 de maio de 1824. O critério utilizado para atestar o Reconhecimento veio do tratamento dado ao representante brasileiro, tendo sido ele apresentado ao presidente James Monroe como “Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brazil, com as mesmas formalidades com que são recebidos os Representantes dos outros Soberanos” (BRASIL, 1972, p. 116). O Reconhecimento do México (9 de março de 1825) e da Colômbia (2 de junho de 1826), muito embora tenham seus primeiros ensaios no âmbito dos esforços presentemente estudados, não podem ser apontados como influenciados por esses empreendimentos, principalmente o último, por estar em meio ao grande grupo de nações que reconheceram o Império após Portugal fazê-lo.

No que se refere aos Estados do Prata, os primeiros a receberem um agente político brasileiro legitimamente acreditado por um governo estrangeiro, conforme se viu no documento de 10 de junho de 1822, o qual é anterior ao próprio Manifesto aos Governos e Nações amigas. Percebeu-se ao longo da Missão Corrêa da Camara uma série de elementos operacionais da política internacional platina cuja origem remonta a chegada de portugueses e espanhóis na América do Sul, tendo sido formada uma percepção profunda e generalizada da importância do estuário platino. Para além da janela de oportunidade criada pela morte do então cônsul de Portugal, compreende-se essa como uma continuidade das tradições da geopolítica lusitana na Cisplatina, a qual fora incorporada ao Reino Unido em 1821. O tratado de incorporação não representou apaziguamento total das tensões, sendo percebidos naquele momento tanto dissidentes internos quanto o interesse de as Províncias Unidas erguerem-se com as mesmas fronteiras do apogeu territorial do Vice-Reino do Rio da Prata.

Mais do que somente o reconhecimento da independência do Império do Brasil, a Missão Corrêa da Camara tornou possível revelar aspectos importantes desse período da história do país, sob a ótica das Relações Internacionais. Em meio às disputas entre o governo de D. Pedro e o das Cortes Gerais, diversas frentes se abriram nas Guerras de Independência, dentre as quais a província Cisplatina, que somente foi controlada pelo General Lécor ao final de 1822. Para além de a Missão desempenhar papel central no Reconhecimento, ela antes teve que conspirar a favor dos interesses brasileiros contra os buenaienses, marcando a presença

do governo de D. Pedro junto àqueles percebidos como desejosos de anexar a Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. Evitar o surgimento de mais um foco de enfrentamento, principalmente contra um adversário como Buenos Aires, era importante para a vitória das forças brasileiras contra as tropas leais ao governo das Cortes Gerais, como que as do General Madeira.

As instruções de José Bonifácio, ainda em 30 de maio de 1822, revelaram que desde aquele momento o interesse sobre o Reconhecimento era presente, tendo sido demandada uma postura ativa sobre o papel do Brasil nas Américas e a sondagem sobre a formação de uma aliança ofensiva ou defensiva. A ideia de causa comum estava presente tanto nas Instruções quanto na carta de José Bonifácio a Bernardino Rivadavia, na qual o ministro brasileiro discorre sobre o liberalismo do Príncipe D. Pedro e do projeto político que se construía no Brasil naquele momento. As forças das renovações foram nesse momento instrumentalizadas pelo chanceler Andrada com a finalidade de se aproximar de um aliado desejado, em um momento que partes da América do Sul ainda estavam em franca guerra contra as forças metropolitanas e de notícias sobre uma esquadra portuguesa de reconquista. De modo geral, compreende-se da documentação assinada por Bonifácio a presença de um americanismo pragmático na ação política do Patriarca da Independência, ao instrumentalizar as tendências renovadoras de modo favorável à causa do Brasil.

A contratação do almirante inglês Thomas Cochrane, que naquele momento estava à serviço do governo do presidente chileno Bernardo O'Higgins, foi outro ponto de destaque das incumbências de Corrêa da Camara, já que desde o regresso de D. João VI à Lisboa as condições militares brasileiras pioraram ainda mais. Ao ser descrito por Bonifácio como “amigo das Américas” quando do pedido ao representante brasileiro para que contratasse o Lord inglês para cooperar em nome da causa do Hemisfério, compreende-se a dimensão do valor americano na formação das percepções dos agentes de política externa. A resposta do Almirante a Corrêa da Camara evidencia o liberalismo como elemento identitário comum das nações americanas, em luta ao redor da expulsão das forças repressoras da metrópole, embasada nos ideais reacionários do Concerto Europeu. Cochrane foi essencial para a vitória contra o General Madero na Bahia (2 de junho de 1822), perpassando pela Junta Governativa de Belém do Pará (19 de agosto de 1822), finalizando com a repressão à Confederação do Equador (29 de novembro de 1824), o que torna compreensível a categoria de herói da independência a qual foi ele alçado.

Por meio da análise dos documentos da Missão Correa da Camara foi possível também identificar aspectos centrais da formação política do Brasil sob o Império, destacadamente

quando da perseguição empreendida sobre Joaquim Gonçalves Lêdo. Muito embora seja descrito (BRASIL, 1973) como um fiel defensor da independência, tendo sua imagem imortalizada na tela de Georgina de Albuquerque (1922) ao lado do ilustre Andrada, acabou ele por ser um dos maiores adversários políticos de Bonifácio. Se o pensamento americanista de base liberal foi utilizado pragmaticamente para demonstrar convergência de convicções políticas dentro de um Sistema ou Hemisfério, a força do conservadorismo era utilizada pelo ministro Andrada para o que ele considerava excessos democráticos, como um Parlamento mais forte (VIOTTI DA COSTA, 1972, p. 134-137). A descoberta por Corrêa da Camara do exílio de Lêdo em Buenos Aires fez com que o diplomata conspirasse para anular quaisquer possibilidades de um levante do Grande Oriente Carbonário contra D. Pedro I, convergindo para a qualificação político-ideológica do Reconhecimento.

Ao se partir das premissas indicadas pelo estado da arte da literatura da história das relações internacionais do Brasil Império, buscou-se verificar como o processo de Reconhecimento nas Américas foi conduzido quando da chancelaria de José Bonifácio e após sua demissão (15 de junho de 1823). Ao ser levada em consideração a descrição do primeiro chanceler como um americanista (ANJOS, 2013 89-92; CERVO; BUENO, 2015, p. 46), buscaram-se elementos que pudessem não só testar essas importantes premissas, como também qualificá-las. No tocante às instruções emitidas a Corrêa da Camara e na carta enviada a Bernardino Rivadavia e a Lucio Mancilla, foi possível identificar a presença de uma compreensão pragmática e estratégica do Americanismo, a qual se evidencia nas tratativas para a formação de uma Aliança contra eventuais forças europeias de recolonização. Nos demais documentos há o predomínio de conteúdo bastante protocolar e empenhado no objetivo perseguido de reconhecer a independência do Império nas Américas, sem grandes dizeres ideológicos.

Essa característica converge com a descrição de Emília Viotti da Costa (1972) de um José Bonifácio conservador em *stricto sensu*, ou seja, avesso a soluções excessivamente advindas do mundo das ideias, igualmente contrário aos reacionários e aos revolucionários. Percebe-se na ação orquestrada pelo ministro Andrada para os Estados do Prata um pragmatismo decorrente da compreensão da importância das forças de renovação, contudo evitando compromissos para além do necessário, já que não se tem registrada nenhuma insistência com Rivadavia por uma Aliança. A nomeação de Luiz Moutinho em 12 de agosto de 1822, no mesmo dia que datam as nomeações de Caldeira Brant em Londres e Gameiro Pessoa em Paris, aponta para uma compreensão estratégica do equilíbrio necessário entre as forças tradicionais, as renovadoras e, inclusive, as contraditórias. O equacionamento das

variáveis não indica que José Bonifácio tenha formulado um posicionamento equidistante entre o ambiente europeu e o americano, o que pode ser compreendido em função do seu posicionamento político conservador, priorizando as negociações com a Inglaterra.

Diferente da compreensão da Missão Corrêa da Camara como o “desastre” descrito por Pandiá Calógeras (1998, p. 380), em decorrência da perseguição contra Gonçalves Lêdo, compreendeu-se a existência de grande importância desse esforço para o Reconhecimento. A manutenção de boas relações, assim como um posicionamento firme em uma zona de enorme pressão geopolítica, foi essencial para que a Argentina fosse o primeiro país das Américas a reconhecer a independência do Império do Brasil. A ideia de que teria sido os Estados Unidos o primeiro a fazer o Reconhecimento tem suas origens na obra do Barão do Rio Branco sobre *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, o que pode ser percebido como proveniente de necessidades políticas ou mesmo de problemas no arquivo. Ambos os documentos analisados têm o mesmo valor histórico e jurídico, por acreditarem agentes políticos de S. M. Imperial do Brasil, sendo o argentino de 1 de agosto de 1823 e a norte-americana de 31 de maio de 1824.

A compreensão da busca pelo reconhecimento da independência do Império do Brasil nas Américas deu-se sob a lógica proposta de que houve dois momentos na política de Reconhecimento: uma quando chancelaria de José Bonifácio e outra após sua saída do Ministério em 15 de julho de 1823 (CERVO; BUENO, 2015, p. 32). No que se observou ao longo da tese, nos esforços diplomáticos para os Estados Unidos e para os Estados do Prata, houve predomínio do americanismo como componente ideacional da ação do envio das missões estudadas. Em ambos os casos, o liberalismo compôs peça-chave na formação das percepções que designavam aliados de rivais, sendo franca a demonstração desse valor utilizada tentar formar alianças militares com Buenos Aires e Washington, conforme se verificou ao longo da tese. Em termos comparativos, a saída do chanceler Andrada não alterou os rumos do reconhecimento da independência do Império nas Américas, tendo sido verificada continuidade no Americanismo pragmático associado ao componente qualitativo do discurso político liberal.

O Reconhecimento da Independência do Império nas Américas foi fruto do processo de construção de um Império Liberal inserido no sistema revolucionário americano no início da década de 1820, conduzido por indivíduos de formação intelectual europeia. Dos grandes feitos de José Bonifácio de Andrada foi a política de aproximação com as Américas, a qual foi continuada por seus sucessores, especialmente Carvalho e Mello, componentes de um dos mais importantes *locus* de formação de concepções de política externa no Império: o Conselho de Estado. Apesar da importância que o rompimento da Noite da Agonia traz consigo, o

projeto político em jogo não deixou de ser o de construir um Império Liberal, desde o momento da formação do Gabinete Andrada, conquanto a questão nominal *de facto* tenha sido posterior. A busca pelo espírito das ações buscou compreender a razão pela qual determinadas ações são tomadas, mesmo que pelo olhar do analista outras opções podem parecer mais vantajosas, já que há conjuntos diferentes de percepção e que dificultam a tomada de decisão.

Bibliografia

A) Fontes Documentais

Arquivo Histórico da Independência
 Anais da Câmara dos Deputados (1826-1828)
 Anais do Senado (1826 - 1828)
 Atas do Conselho de Estado
 Falas do Trono

B) Livros

ACCIOLY, Hildebrando. *Brant e Gameiro em Londres*. in: BRASIL. "Arquivo diplomático da independência". Brasília: MRE, 1972.

ACCIOLY, Hildebrando. *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*. São Paulo: Nacional, 1936.

AGUIAR, Pinto de. *A Abertura dos Portos: Cairu e os ingleses*. Salvador: Progresso, 1960.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*. Brasília: FUNAG, 2017.

ANJOS, João Alfredo. *José Bonifácio: O patriarca da Diplomacia Brasileira*. in: PIMENTEL, J (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. Brasília, 2013.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados-Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BERBEL, M. R.. *Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas de 1821-22*. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, 1998.

BERBEL, M. R.. *A Retórica da Recolonização*. in: István Jancsó. (Org.). *Independência: "História e Historiografia"*. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 791-808.

- BERCHT, Gabriela Bercht. *Nação e Autonomia: a participação dos deputados do Brasil e da Nova Espanha nas Cortes (1810-1822)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1998.
- BETHELL, Leslie. *Abolição do comercio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o brasil e a questão do comércio de escravos: 1807-1869(a)*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BITTENCORT, Vera Lucia Nagib. *Da alteza real a imperador: o governo do príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- BOLÍVAR, Simón; PÉREZ VILA, Manuel. *Simón Bolívar: o libertador*. Rio de Janeiro: Biblioteca Ayacucho, 2007.
- BRASIL - Estados Unidos, 1824-1829. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BRASIL. *Constituição de 1824*.
- BRASIL. *Arquivo Diplomático da Independência*. Brasília MRE, 1972.
- BRASIL. *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973.
- BRASIL, Imperador. *Falas do Trono*. Brasília: INL, 1977.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *O Clero no Parlamento Brasileiro*. 2v. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1979.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Presidentes da Câmara dos Deputados durante o Império, 1826 a 1889*. Brasília : Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1978.
- BREDA DOS SANTOS, Norma. *História das Relações Internacionais do Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área*. in: *História*. São Paulo 2005.
- CALÓGERAS, Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3v.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.
- CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem: a elite política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma Idéia de Cidade Ilustrada: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: UNB, 1981.

CERVO, Amado. *Hegemonia Coletiva e Equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)*. in: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). "História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização". 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2015.

CERVO, Amado Luiz. MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, 2004.

CORRÊA DA COSTA, Sérgio. *Pedro I e Metternich: Traços de uma guerra diplomática*. Editora A Noite, 1942 -A.

CORRÊA DA COSTA, Sérgio. *As Quatro Coroas de Pedro I*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1942 - B.

CUNHA, Pedro Octavio Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal*. in: HOLANDA, S. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

CUNHA, Pedro Octavio Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal: Discussão de Princípios*. in: HOLANDA, S. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

DESCOLA, Jean. *Les Messagers de l'indépendance: les français en Amérique Latine, de Bolívar à Castro*. Paris: R. Laffon, 1973.

DIAS, Maria Odila Silva. *A Interiorização da Metrópole*. in: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASDA, 1987.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852). Navigator (Rio de Janeiro), v. 6, p. 9-20, 2010.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Intinéraires: idées, hommes et nations d'Occident (XIX - XX Siècles)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra: une vision théorique des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1982.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1968.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências (século XIII ao XX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil: (influência da diplomacia inglesa na formação brasileira)*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1958.

FRIDSON, Patrick. STRAUS, André (dirs.) *Le capitalisme français (XIX - XX siècles): blocages et dynamismes d'une croissance*. Paris: Fayard, 1987.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GODECHOT, Jacques. *Independência do Brasil e a Revolução no Ocidente*. in :MOTA, Carlos Guilherme. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOES, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES, Argeu. *Bolívar e o Brasil*. Paris: Livre Libre, 1930.

HOBSBAWM, E. J. *Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, E. J. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.

JAGUARIBE, Helio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013.

- JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton University Press, 1976.
- LISBOA, José da Silva. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. 1830.
- LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *Enfoques Analíticos de Política Exterior: el caso brasileño*. In RUSSEL (org.). *Enfoques Teóricos y Metodológicos para el Estudio de la Política Exterior*. Buenos Aires: GEL, 1992.
- LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889)*. Brasília: UNB, 1984.
- LIMA, Oliveira. *História Diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império*. Rio de Janeiro: H Garnier, 1901.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência: Aspectos da história e da cultura do Brasil*.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: [um herói sem nenhum caráter]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MANCHESTER, Alan K.. *The Recognition of Brazilian Independence*. *The Hispanic American Historical Review* 31, no. 1 (1951): 80–96.
- MANCHESTER, Alan K.. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MACAULAY, Neill. *Dom Pedro: The Struggle for liberty in Brazil and Portugal, 1798–1834*. Durham: Duke University Press, 1986.
- MELLO, Affonso de Toledo Bandeira de. *Política comercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística, 1933.
- MENDONÇA, Renato. *História da Política Exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1828)*. Brasília: FUNAG, 2013.
- MELLO, Arnaldo Vieira de. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1963.
- MILANI, Carlos R. S. . *Política Externa é Política Pública?*. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. XVIII, p. 56-75, 2015.

- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986.
- MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: A elaboração da independência*. 2. ed. Brasília : Ministério Educação e Cultura, 1972.
- MOREIRA, Earle D. M. *Espanha e Brasil: problemas de relacionamento (1822 - 1834)*. PUC: Porto Alegre, 1976.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NOGUEIRA, Octaciano (org.). *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973.
- OBERACKER, Carlos. *Viajantes, Naturalistas e Artistas Estrangeiros*. in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos Diplomáticos do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997.
- PAULA, Eurípedes Simões de. *A organização do Exército Brasileiro*. in: HOLANDA, S. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- PANTALEÃO, Olga. *A Mediação Inglesa*. in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- PIMENTA, João Paulo. *El Brasil y la declaración de independencia de las Provincias Unidas en Sudamérica (1816)*. Prismas, v. 20, p. 171-178, 2016.
- PIMENTA, João Paulo. *The Independence of Brazil: a review of the recent historiographic production*. e-Journal of Portuguese History, v. 7, p. 1, 2009.
- PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. HIB: Revista de História Iberoamericana, v. 1, p. 4, 2008.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1905.
- POMBO, Rocha. *Historia do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1964.
- PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Direito Internacional Público e Privado* 4ª Ed. - Salvador: Ed. Podivm, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- QUINTAS, Amaro. *A Agitação Republicana no Nordeste*. in: HOLANDA, S. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

- RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil (1815 - 1889)*. São Paulo: Nacional, 1968.
- RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Paris: Hachette 1953.
- RICUPERO, Rubens (org). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior Barão do,; PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco VIII: estudos históricos*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- RODRIGUES, Leda Boechat; RODRIGUES, José Honório (Coord.). *O parlamento e a evolução nacional*. Brasília : Senado Federal, 1972.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: quinto poder?* Brasília : Senado Federal, 1978.
- RODRIGUES, José Honório. *Parlamento e a Consolidação do Império, 1840/1861: Contribuição a historia do congresso nacional do brasil, no período da monarquia*. Brasília : Câmara dos Deputados, 1982.
- RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat (Coord.). *Uma história diplomática do Brasil: (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RUSSEL, Roberto. *Enfoques teóricos y metodológicos para el estudio de la política exterior*. Buenos Aires: GEL, 1992.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização* . 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SILVA DIAS, Maria Odila. *A Interiorização da Metrópole*, in: MOTTA, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões.
- SILVA, Alberto da Costa. *População e Sociedade*. in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir). *História do Brasil Nação: 1808 - 2010*. Volume 1: Crise Colonial e Independência. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.
- SKILFIN, Jonathan. *When Napoleon Invades, I Go to Rio: the story of brazilian independence*. Nova Iorque: The Concord Review, 2014. p. 156-178.
- SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

SOUZA, J.A. Soares de. *O Brasil e o Prata até 1828*. in: HOLANDA, S. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

TAUNAY, Afonso. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998.

TOMAZ, Fernando. *Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822*. in: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

VALENTIM, Alexandre. *A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro*. 1824.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *História da independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Brasília : Senado Federal, 2010.

[VERANO, Pedro Henrique](#). *As Instituições Políticas do Império e as Relações com o Paraguai (1840-1853)*. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *José Bonifácio: homem e mito*. in: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

C) Artigos Científicos

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IHGB, 1922.

BREDA DOS SANTOS, Norma . *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área*. *História* (São Paulo. Online), v. 24, p. 11-39, 2005.

MILANI, Carlos R. S. . *Política Externa é Política Pública?*. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. XVIII, p. 56-75, 2015.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. *A Diplomacia Portuguesa no Congresso de Viena – 1815*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, a.177 (470), p. 77-96, jan/mar, 2016.

PINHEIRO, L.. *Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 305-304, 2000.

[VERANO, Pedro Henrique](#). *A Política Externa do Império no Prata e a Missão Bellegarde ao Paraguai (1848 - 1852)*. Carta Internacional (USP), v. 11, p. 56, 2016.

[VERANO, Pedro Henrique](#). *O Conselho de Estado e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai: formação de tendências de política externa no Brasil Império*. Meridiano 47 (UnB), v. 15, p. 3-10, 2014.

[VERANO, Pedro Henrique](#). *Amores Mal Compreendidos: pragmatismo e americanismo na ação internacional do Brasil durante os governos Dutra (1946-1951) e Castelo Branco (1964-1967)*. Meridiano 47 (UnB), v. 13, p. 31, 2012.

WOHLFORTH, William. *Realism and the End of the Cold War*. International Security, Cambridge, v. 19, n. 3, 1994.

D) Teses e Dissertações

BERCHT, Gabriela Bercht. *Nação e Autonomia: a participação dos deputados do Brasil e da Nova Espanha nas Cortes (1810-1822) (dissertação)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BITTENCORT, Vera Lucia Nagib. *Da alteza real a imperador: o governo do príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822 (tese)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CORDEIROS, Luiz Carlos. *O Reconhecimento da Independência do Brasil: diplomacia, tratados e separação política (1822 - 1828)*. (dissertação) Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2009.

FERREIRA, Fábio. *Intitulada O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.

FRANCHINI NETO, Hélio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

KALIL, Mariana Alves da Cunha. *O fim da escravidão africana na historiografia Brasileira: pressão externa, valores e poder no Segundo Reinado*. 2012. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LAURENZANO, Mayra Cristina. *Os conflitos platinos e a Formação do Estado Brasileiro: (1808-1828)* (dissertação). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e cultura no governo de D. João VI (1792-1821)* (tese). São Paulo: Universidade de Campinas, 2013.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

VALLE, Diana Jorge. *A Influência do Conselho de Estado nas relações entre o Império brasileiro e os países do Rio da Prata* (dissertação). Ministério das Relações Exteriores: Instituto Rio Branco, 2011.

ANEXO 1 - Sessão do Conselho de Estado - Georgina de Albuquerque

ANEXO 2 - Independência ou Morte - Pedro Américo



ANEXO 3 - Estudo para Frei Caneca - [Antônio Parreiras](#)



ANEXO 4 - Decreto de Nomeação de Correa da Camara



DECRETO DE NOMEAÇÃO DE CORREA DA CAMARA

Rio — 24 de Maio de 1822

Jozé Bonifacio de Andrade e Silva, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Lente Jubilado na Universidade de Coimbra, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino do Brasil, e dos Negocios Estrangeiros, Inspector General dos Correios e Postas & & &.

Faço saber ás Authoridades e Pessoas, a quem competir, que tendo subido á Real Presença de Sua Alteza Real o Principe Regente successivas e fervorosas representações dos Negociantes desta Praça do Rio de Janeiro, invocando as mais promptas providencias para o estado de abandono em que se acham as dependencias que tem com o Governo de Buenos Ayres, e as suas relações commerciaes com aquella Praça, ponderando os mesmos Negociantes que pelo fallimento do Consul Portuguez, ali residente, João Manoel de Figueiredo, se vêm reduzidos a confiarem as suas reclamações, e negocios, a Estrangeiros, ou a outras pessoas de nenhum caracter publico e representativo, como convem aos interesses dos Subditos Portuguezes: Houve por bem, annuindo a tantas representações, e cedendo á urgencia das actuaes circumstancias que exigem providencias immediatas a favor do Commercio, provêr n'aquelle Logar, que se acha vago, a Antonio Manoel Corrêa da Camara, em quem concorrem qualidades recommendaveis, Nomeando-o para Consul e Agente Commercial deste Reino do Brasil no Porto de Buenos Ayres, e mais Portos adjacentes, devendo gozar dos emolumentos, liberdades, e isenções, e franquezas, que em razão deste emprego lhe competirem, e de que gozão assim neste Reino como nos Estrangeiros os Agentes Commerciaes. E Ordena portanto S. A. R. que o referido Antonio Manoel Corrêa da Camara seja reconhecido por Agente Commercial do Reino do Brasil no sobredito Porto de Buenos Ayres, e possa como tal exercer as respectivas funções emquanto o Mesmo Senhor não determinar o contrario. Espera e roga Sua Alteza Real que o Governo de Buenos Ayres o deixe uzar e gozar do dito emprego, e lhe faça guardar seus privilegios, dando-lhe todo o favor e protecção, na certeza de uma igual reciprocidade da parte do Governo de S. A. R. com os Subditos de Buenos Ayres em idênticas circumstancias. E para que assim conste onde convenha, e se dê o devido cumpri-

mento lhe mandei expedir a presente, por mim assignada e Sellada com o sello das Armas Reaes. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*



ANEXO 5 - Carta de José Bonifácio a Laguna

JOSÉ BONIFACIO A LAGUNA (Lecor)

Rio — 25 de Maio de 1822

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. — Os Negociantes desta Praça do Rio de Janeiro, tendo, por falecimento, do Consul Portuguez em Buenos Ayres, João Manoel de Figueiredo, representado a S. A. R. o Principe Regente a urgente necessidade de prover-se immediatamente aquelle logar a bem do Commercio, e conhecendo S. A. R. o quanto convem que não se sinta a falta de hum Agente Commercial, que promova, zele, e pugne pelos interesses dos Subditos Portuguezes, e que ao mesmo tempo dê para esta Corte opportunamente as informações e noticias, de que muito importa ora ter conhecimento: Há o Mesmo Senhor por bem que V. Ex.^a em seu Nome haja de acreditar junto ao Governo de Buenos Ayres ou de outro qualquer Limitrophe na sobredita qualidade de Consul ou Agente Commercial, a Antonio Manoel Correa da Camara, que apprezentará este Officio a V. Ex.^a e que passará a rezidir em Buenos Ayres da mesma maneira que ali se acham outros Agentes Estrangeiros: e S. A. R. ha por bem recommendar a V. Ex.^a que se preste e auxilie ao mesmo Antonio Manoel Corrêa da Camara nos objectos da sua Missão. = Deos Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro 25 de Maio de 1822. = *Jozé Bonifacio de Andrade e Silva*. = Para o Barão da Laguna.

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 6 - Carta de José Bonifácio a Correa da Camara

JOSÉ BONIFACIO A CORREA DA CAMARA

Rio — 30 de Maio de 1822

Attendendo aos cinco quesitos que V. M. acaba de dirigir-me relativamente á Commissão de que vai encarregado de Consul e Agente Commercial em Buenos Ayres, tenho de responder: 1.º Que no caso eventual de se appresentar

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

235

outro Consul, nomeado em Lisboa, isto não o deve embarçar para que continúe a conduzir-se como Consul para o Reino do Brasil. 2.º Que não são precisas as Folhas publicas de Buenos Ayres, pois as remette o Barão da Laguna; podendo todavia mandar alguma Folha extraordinaria, ou outro qualquer Impresso importante; o que remetterá nas despesas do Consulado. 3.º Que se remetterão os periodicos do Rio de Janeiro, e os de Lisboa quando os houver. 4.º e 5.º Que use do sello do Consulado, e o exija na Secretaria de Estado respectiva. — Rio de Janeiro, trinta de Maio de mil oito centos e vinte dois. = *Jozé Bonifacio de Andrada e Silva.*

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 7 - Carta de José Bonifácio a Correa da Camara**JOSÉ BONIFACIO A CORREA DA CAMARA**

Rio — 30 de Maio de 1822

Instrucçoens para Antonio Manoel Correa da Camara, na Commissão com que parte desta Côte de Agente junto ao Governo de Buenos Ayres, e mais Partes adjacentes.

Partindo desta Corte para o Rio da Prata hé V. Mce. portador de um Officio para o General Barão da Laguna e da sua Carta de crença para o Ministro dos Negocios Estrangeiros do Governo de Buenos Ayres, como Agente junto ao mesmo Governo.

O objecto ostensivo da sua missão, e o unico que deve transpirar no publico, he o de preencher o logar de Consul, vago pelo obito de João Manoel de Figueiredo; de promover nesta qualidade de Consul os interesses commerciaes do nosso Paiz, zelar e pugnar por elles, tudo na conformidade das attribuiçoens deste emprego. A Credencial de que V. Mce. he portador o authoriza sobejamente a exercitar as funcçoens Consulares com plena segurança e energia; mas podendo parecer áquelle Governo, talvez ainda vacillante, e naturalmente receiôso, que a falta de uma Carta Patente de Consul he effeito de estratagem politico para nos evadirmos á publicidade, ou ao cumprimento das estipulaçoens em que se convencionar, deverá V. Mce. objectar-lhe que a sua Nomeação he por si uma prova manifesta da boa fé deste Governo, e V. Mce. deverá convencê-lo de que o melindre da actual crise politica foi a causa de se não expedir logo aquell'outro Diploma, occorrendo alias que a angustia do tempo, e o ignorarmos quaes sejam as Authoridades, a

quem na forma do actual Governo de Buenos Ayres se devem dirigir semelhantes Cartas, tambem era um obice á sua expedição, ainda quando as circunstancias permittissem que S. A. R. a assignasse. Dirá V. Mce. igualmente em ultimo logar, que logo que se removerem esses embarços, e apenas esse Governo enviar para aqui os seus Agentes, S. A. R. Mandará expedir a sua Carta Patente, dando-lhe toda a representação e character, correspondente á dos Enviados do Governo de Buenos Ayres.

Procurará por meios indirectos adquirir partido no Governo de Buenos Ayres, e principalmente no de Paraguay, por ser o que pode melhor ser-nos util, para que ligado com o outro de Montevideo possam vigiar as manobras e maquinaçoens, assim de Buenos Ayres como de Entre Rios. Para attrahil-os V. Mce. não se esquecerá de exaltar em suas conversaçõens a grandeza e recursos do Brasil o interesse que as Naçoens Commerçiantes da Europa tem em apoiá-lo, e a preponderancia de que elle vai jogar sobre os outros Estados da America, sendo por isso de muita conveniencia aos Povos limitrophes o obterem a sua poderosa alliança, V. Mce. lhes demonstrará que hé um impossivel ser o Brasil recolonizado, mas se fôra crível que se visse retalhado por internas divisoens, este exemplo seria fatal ao resto da America, e os outros Estados que a compoem se arrependiriam debalde por não o terem coadjuvado porem que uma vez consolidada a Reunião e Independencia do Brasil, então a Europa perderá de uma vez toda a esperança de restabelecer o antigo dominio sobre as suas Colonias. Depois que V. Mce. tiver habilmente persuadido que os interesses deste Reino são os mesmos que os dos outros Estados deste Hemispherio, e da parte que elles devem tomar nos nossos destinos; lhes prometterá da parte de S. A. R. o reconhecimento solemne da Independencia Politica desses Governos, e lhes exporá as utilidades incalculaveis que podem resultar de fazerem uma Confederação ou Tratado offensivo e defensivo com o Brasil, para se opporem com os outros Governos da America-Hespanhola aos cerebrinos manejos da Politica Européa; demonstrando-lhes finalmente que nenhum desses Governos poderá ganhar amigo mais leal e prompto do que o Governo Brasiliense; alem das grandes vantagens que lhes ha de provir das relaçoens commerciaes que poderão ter reciprocamente com este Reino.

Será um ponto preliminar, e principal, o alcançar a boa vontade, o dissipar as desconfianças que podiam haver sobre a boa fé deste Governo, o que será facil conseguir, fazendo ver que na porfiosa luta em que o Brasil se acha empenhado, não pode este deixar de fraternizar-se sinceramente

com os seus visinhos. V. Mce. terá muita vigilancia em perceber, se as suas aberturas e proposições são acolhidas com interesse, ou se esse Governo evita contrahir empenhos, usando de contemporisações e promessas vagas: e para de algum modo os ligar fará todos os possiveis esforços para que esses Governos mandem para o Rio de Janeiro os seus Agentes; para que a amisade mais se consolide, dando-lhes a entender que este passo será logo retribuido da parte de S. A. R., que só por isto espera para dar toda a latitude aos Seus projectos liberaes. Neste caso, depois de seguro das boas intenções daquelle Governo, V. Mce. poderá fazer uso de outra Credencial de Agente Politico e Diplomatico; mas S. A. R. expressamente recommenda a V. Mce. que use n'este ponto de toda a circumspecção, e sisudeza, lembrado de que não são sómente os seus interesses particulares que tem de regular, mas sim os da Patria.

Com o Governo de Paraguay usará da mesma linguagem e insinuações, communicando-lhe que a Corte do Rio de Janeiro não só admittirá Consules e Vice Consules, mas também Encarregados Politicos, não obstante quaesquer participações em contrario que houvesse ou do Rio de Janeiro ou de Lisboa.

S. A. R. tem por superfluo advertir a V. Mce. que não se deve abrir com individuo algum sobre a essência da sua missão, sem o ter previamente sondado, e só sendo pessoa cuja convivencia possa ser profiqua.

Deverá igualmente ser nimiamente cauteloso com os habitantes de Montevideo, artedando, mas sem parecer de proposito, qualquer errada suspeita que ali possa haver de que o Governo do Rio de Janeiro abandone o Estado Cisplatino ainda quando em Lisboa cedessem aquelle territorio seja á Hespanha ou seja á Buenos Ayres; porem, com o Governo de Buenos Ayres terá V. Mce. a este respeito a linguagem politica que lhe parecer mais adaptada ao andamento das negociações; mas sem comprometter o Governo de S. A. Real, cujas verdadeiras intenções são de conservar em sua integridade a Incorporação de Montevideo.

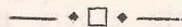
Não será inutil ponderar a V. Mce. que não tome parte ostensiva nas dissensoens de partidos entre esses Governos; e bem assim que evite a multiplicidade de Expressos e Espias, afim de desviar qualquer suspeita sobre a sua conducta

Quanto ás despesas extraordinarias e indispensaveis que houverem para o desempenho das suas obrigações, dando V. Mce. parte, serão approvadas e satisfeitas.

Por fim o que S. A. R. Há por mui recommendado a V. Mce hé que os annos e a experiencia do Mundo o obriquem a obrar com toda a madureza, socego, e sangue frio,

e que sempre tenha presente esta grande demonstração de Confiança com que o Principe Regente acaba de tomal-o, que bem prova o Conceito que de V. Mce. fórma, esperando que estes negocios serão conduzidos com toda a dezejada prudencia, zêlo, e fidelidade.

Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1822. = *Jozé Bonifacio de Andrade e Silva.*



ANEXO 8 - Carta de José Bonifácio a Rivadavia

JOSÉ BONIFACIO A RIVADAVIA

Rio — 31 de Maio de 1822

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. — Achando-se vago o logar de Consul Portuguez em Buenos Ayres, pelo falecimento de João Manoel de Figueiredo, a quem Sua Magestade Fidelissima Nomeara para o exercer, e exigindo as relações commerciaes entre este e aquelle Paiz que Sua Alteza Real e Principe Regente do Brasil Faça supprir uma falta da qual já se tem sentido inconvenientes: e tambem pelo sincero dezejo que tem Sua Alteza Real, á imitação d'El Rei Seu Augusto Pai, de demonstrar a esse Governo os sentimentos de boa vizinhança e amizade reciproca entre Buenos Ayres e o Reino do Brasil: Houve por bem Nomear como o tem Nomeado para Consul Agente Commercial do Reino do Brasil em Buenos Ayres, e partes adjacentes a Antonio Manoel Correa da Camara, pessoa de toda a confiança e capacidade, aquem Sua Alteza Real authoriza por via desta minha Carta de Crença para procurar e promover todos os interesses do Commercio, pelo que leva a sua competente Nomeação, em quanto razões politicas não permitem já que se lhe passe a sua Carta Patente, a qual se expedirá na primeira oportunidade. Rogo por tanto a V. Ex.^a que faça reconhecer o referido Antonio Manoel Correa da Camara na sobredita qualidade de Consul Agente Commercial, assegurando a V. Ex.^a que os Agentes desse Governo serão aqui recebidos igualmente com todas as honras e privilegios que o Direito das Gentes outhorga aos correspondentes Diplomaticos dos Supremos Governos dos Povos. Espera Sua Alteza Real que em tudo quanto o mesmo Consul expozer a V. Ex.^a mereça todo o credito e patrocínio. — Cumprindo assim as Ordens de Sua Alteza Real O Principe Regente considero-me assás feliz por poder assegurar a V. Ex.^a dos sentimentos liberaes do Mesmo Augusto Senhor para com os Povos circumvisinhos deste Reino; e da mui distincta e perfeita consideração com que

tenho a honra de ser — De Vossa Excellencia — Muito
certo e seguro Servidor. = *José Bonifacio de Andrada e Silva.*
= Ex.^{mo} Snr. D. Bernardino Rivadavia. — Palacio do Rio
de Janeiro, 31 de Maio de 18^o

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 9 - Carta de José Bonifácio a Rivadavia

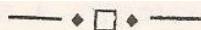
JOSÉ BONIFACIO A RIVADAVIA

Rio — 10 de Junho de 1822

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. — Tendo S. M. Fidelissima, durante a sua Estada no Brazil, principiado da maneira mais positiva a manifestar a esse Governo o quanto anhelava entreter em bazes duradouras as mais amigaveis relaçãoens com a Provincia de Buenos Ayres, e não podendo então dar toda a latitude á Liberdade dos Seus principios, pela fatal concorrência de circumstancias oppostas tanto dentro como fóra dos dois Paizes, e até mesmo pela Vacilante politica das Potencias Europeas, á quem era necessario attender: parece que a Providencia, Protectora da Independencia do Novo Mundo, havia reservado a Seu Augusto Filho, O Principe Real e Regente deste Reino, melhores proporçoens de poder fixar uma Politica Liberal, e a gloria de concorrer a ultimar esta grande Obra de tanto interesse para a America. S. A. R. O Principe Regente não só participa dos mesmos generozos sentimentos d'El-Rei Seu Augusto Pai, mas até acha-se em outras occasioens mais favoraveis para os desenvolver, e vendose collocado em mais ampla esphera pelo nascimento de novos eventos politicos que demandão prompta decisão, não pode deixar de aproveitar esta conjunctura de se fazer conhecer dos Povos circumvisinhos; de mostrar-lhes o Seu Liberalismo; e de renovar com Buenos Ayres as negociaçoens outr'ora encetadas, e abrir outras accomodaçoens á differença dos tempos. S. A. R. não hesita a ser o primeiro a dar este passo, pois que elle tende, a mostrar, assim a Sua Real Franqueza, e apreço que faz desse Governo, como os Seus firmes (*sic*) de promover a Independencia e prosperidade dos Povos. Eu folgo sobre maneira por ser o Orgam dos nobres sentimentos de S. A. R. cumprindo-me assegurar a V. Ex.^a que O Mesmo Senhor como Regente do Brazil não deseja nem pode adoptar outro systema que não seja o Americano, e se acha convencido de que os interesses de todos os Governos da America, quaesquer que elles sejam, se devem considerar homogeneos, e derivados todos do mes-

mo principio a saber; uma justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Eurpoa. Estou certo que ás luzes e previdencia de V. Ex.^a não devem escapar as considerações que este grande objecto inspira; e essa Provincia vendo-se tão unida á este Paiz pela sua posição geographica não deixará de conhecer a importancia de se unir a elle, ainda mais pelo ligamento de uma fraternal Politica, do que pelos de uma casual proximidade. Convido portanto francamente V. Ex.^a para que pezando o quanto nos convem termos uma conducta uniforme, haja de ouvir, acreditar, e apresentar a esse Governo de Buenos Ayres, a Antonio Manoel Corrêa da Camara, pessoa de probidade a quem S. A. R. Houve bem nomear para Consul Agente Commercial em Buenos Ayres, e á quem agora Ha por bem autorisar, como de facto autorisa, por via desta minha Carta de Crença, para na importante qualidade de Agente Politico, convencionar e tratar com esse Governo tudo quanto fôr vantajoso e a bem dos dois Paizes sem a menor reserva. O mesmo Agente Politico tem ordem de fazer certo que S. A. R. se acha disposto a ratificar tudo o que tenda a consolidar a mais perfeita amizade entre os dois Paizes, e á sua segurança reciproca, e hé neste sentido que o referido Agente entrará em todos os ajustes e convenios para os quaes se acha legalmente autorisado. Rogo a V. Ex.^a que o attenda e dê inteiro crédito ao que o mesmo exposer, devendo V. Ex.^a contar com a mais igual reciprocidade da parte de S. A. R. para com aquelles Agentes que esse Governo enviar a esta Côrte. Da minha parte tenho por mui satisfactoria esta occasião que me depara os meios de dirigir-me a V. Ex.^a e de tributar a V. Ex.^a a segurança da minha consideração e estima por ser — de V. Ex.^a — Muito certo e Seguro Servidor — *Jozé Bonifacio de Andrada e Silva.* = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Bernardino Rivadavia. = Palacio do Rio de Janeiro, dez de Junho de mil oito centos e vinte dois.

ANEXO 10 - Carta de José Bonifácio a Gonçalves da Cruz



JOSÉ BONIFACIO A GONÇALVES DA CRUZ

Rio — 15 de Janeiro de 1823

Tendo Sua Magestade O Imperador Nomeado a V. M. por Decreto da data de hoje Consul Geral deste Imperio nos Estados Unidos da America, onde V. M. já se acha, por Querer lhe Fazer Mercê, e Esperar do seu patriotismo e experiencia, que hade corresponder á Confiança que em V. M. mostra ter O Mesmo Augusto Senhor; assim o participo a V. M. para sua intelligencia, remettendo-lhe por copia o Decreto da sua Nomeação, e pela primeira oportunidade irá a sua competente Carta Patente.

Deos Guarde a V. M. Palacio do Rio de Janeiro, quinze de Janeiro de mil oito centos e vinte três = *José Bonifacio de Andrada e Silva.* = Sñr. Antonio Gonçalves da Cruz.



Carta Patente passada a favor de Antonio Gonçalves da Cruz, para Consul Geral do Imperio do Brasil nos Estados Unidos da America.

Dom Pedro, pela Graça de Deos, e unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil: Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem: Que sendo conveniente ao progresso das relações Commerciaes entre o Estado do Brasil, e aos Estados Unidos da America, que se proceda a nomeação de hum Consul privativo deste Imperio nos mesmos Estados, inteiramente independente do Consul Geral Portuguez que ali existe, e cujas funções não devem de modo algum ser mais applicaveis ao Brasil depois que este Imperio tem se estabelecido.

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

9

cebêra, cumprirá que V. M. faça das referidas copias o discreto uso que as suas circunstancias permittirem, desenganando esse Governo, e inteirando-o dos verdadeiros sentimentos de amisade, de que S. M. Imperial está penetrado para com a America do Norte, e de que foi uma prova o procedimento com o referido Consul = Deos Guarde a V. M. Palacio do Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 1823. = *Jozé Joaquim Carneiro de Campos.* = Sñr. Antonio Gonçalves da Cruz.

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 11 - Decreto de Nomeação de Silvestre Rebello

— ♦ □ ♦ —

DECRETO DE NOMEAÇÃO DE SILVESTRE REBELLO

Rio — 21 de Janeiro de 1824

Havendo Nomeado a Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva, official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, para Meu Encarregado de Negocios junto aos Estados Unidos da America do Norte, para onde se achava prompto a partir, e não podendo realizar-se esse despacho por julgarem mais conveniente os seus serviços no exercicio em que se acha nesta Côrte: E cumprindo aliás ao Meu Serviço, e do Imperio que se não prolongue por mais tempo a partida de pessoa habil, que em meu Imperial Nome trate na America Septemtrional os Negocios Politicos e Commercias que occorrerem entre este e aquelle Governo: Héi por bem ficando de nenhum effeito aquella Nomeação, e Attendendo a intelligencia. o notorio zelo de Jozé Silvestre Rebello, Commissario Juiz da Commissão Mixta; Nomeallo para Meu Encarregado de Negocios junto ao Governo dos Estados Unidos da America, com o ordenado de dois contos e quatrocentos mil réis que compete a este lugar. Luiz Jozé de Carvalho e Mello, do Meu Conselho d'Estado e Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte hum de Janeiro de mil oitocentos e vinte quatro, Terceiro da Independencia e do Imperio = Com a rubrica de S. M. O Imperador = *Luiz Jozé de Carvalho e Mello.*

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 12 - Nota de Governo a Governo Acreditando Silvestre Rebello

10

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA EM WASHINGTON

NOTA DE GOVERNO A GOVERNO ACREDITANDO
SILVESTRE REBELLO

Rio — 31 de Janeiro de 1824

Monsieur = Sa Majesté L'Empereur du Brésil Désirant resserrer de plus en plus les liens qui subsistent heureusement entre cet Empire et les Etats Unis de l'Amérique, et ne voulant qu'il y manque plus long temps auprès du Gouvernement des susdits Etats un représentant pour y être l'Interprète de ses sentiments les plus purs envers une si généreuse Nation, et cultiver également les relations d'amitié et bonne intelligence entre les deux Gouvernemens; a résolu de nommer Mr. Joseph Silvestre Rebello, Commissaire Juge de la Commission Mixte dans cette Capitale, afin qu'il aille résider avec le caractère de Son Chargé d'Affaires près du Gouvernement des Etats Unis. Sa Majesté Impériale m'ordonne donc que faire l'honneur de vous annoncer cette nomination pour que vous puissiez en faire part à votre Gouvernement, qui voudra bien le reconnaître en cette qualité, et ajouter foi à tout ce qu'il aura l'honneur de lui exposer au Nom de S. M. Impériale, particulièrement à l'égard des sentiments dont l'Empereur ne cessera jamais d'être pénétré envers la Nation Américaine.

En m'aquittant aussi avec le plus grand plaisir des ordres de S. M. Imperiale, je saisis avec empressement cette même occasion pour vous prier d'agréer les assurances de la plus parfaite estime e haute considération avec les quels j'ai l'honneur d'être = Monsieur — Votre très-humble et très-obéissant Serviteur = *Luiz José de Carvalho e Mello* = au Palais de Rio de Janeiro ce 31 Janvier 1824. = A. Monsieur John Quincy Adams, Secrétaire du Département d'Etat et des Affaires Etrangères des Etats Unis de l'Amérique.

ANEXO 13 - Instruções de Silvestre Rebello

— ♦ □ ♦ —

INSTRUCCOES DE SILVESTRE REBELLO

Rio — 31 de Janeiro de 1824

Instrucções para servirem de regulamento ao Snr. José Silvestre Rebello na Commissão em que parte desta Côrte para a America Septentrional.

1.º

Reconhecendo S. M. Imperial a vantagem que deverá resultar a este Imperio de estreitar as antigas relações, e p...

mover novas com os Estados conterraneos, consolidando assim em particular a Independencia do Brasil, e em Geral a deste Continente Americano que nunca poderião chamar-se inteiramente livres em quanto huma parte tão consideravel delles, como o Imperio do Brasil, permanecesse ao lado e fora da linha das mais Nações: Houve por bem Nomeallo seu Encarregado de Negocios junto do Governo dos Estados Unidos da America, e por esta occasião manda remetter-lhe a sua competente Carta de Crença e as Instrucções que o deverá reger.

2.º

Apenas chegar não perderá tempo em appresentar a sua credencial; e sendo natural que antes de ser admittido officialmente se fação tentativas para empenha-lo em aberturas confidenciaes com terceiras pessoas não authorisadas, V. M. fará sentir com dignidade a sua repugnancia para entrar em quaesquer conferencias sem ter sido préviamente recebido e tratado no pé correspondente ao seu character publico, fazendo ver o quanto seria incoherente, com os principios constitutivos dos Governos Americanos, o quanto empeceria a Cauza Geral dos Americanos na Europa, se esses Governos hezitassem hum só momento em tratarem-se com as demonstrações que os supremos Governos dos Povos se devem mutuamente.

3.º

Logo que estiver installado nas suas funcções, cuidará, e como principal objecto da sua missão, em promover o Reconhecimento, solemne e formal por parte dos Estados Unidos, da Independencia, Integridade, e Dynastia do Imperio do Brasil no actual Imperante e seus Successores, perpetuamente e sem reserva do Titulo de Imperador.

4.º

Para que o dezejado Reconhecimento se consiga com promptidão deveria V. M. 1.º Procurar acreditar-se no Paiz, introduzindo-se com alguns membros mais influentes das Camaras, bem como com os Jornalistas aquem chamará a seu partido pelos meios costumados em taes cazos, por ser sabido quanto podem em hum Governo Representativo os escritos publicos, 2.º Procurar ter conhecimento do Estado das relações politicas entre esses Estados, e o Reino de Portugal, a ver quaes sejam os embaraços que por esse lado terá de remover. 3.º Ouvir aos Subditos Brasileiros que houverem

6.º

Ora, se os Estados Unidos da America por motivos de particular interesse devem reconhecer a Independencia do Imperio do Brasil como fica provado, muito mais se deve esperar desta Grande Nação, quando acresce que os seus mesmos interesses se achão em concordancia com os proprios principios do seu Governo, e da sua Patria: porque hé notorio que esse Governo reconhecendo como fizerão a Independencia das ex-Colonias Hespanholas fundou-se no principio de que tendo sido expulsos os Hespanhoes pela força, e ficando essas Colonias libertadas do mando Europeo assumindo nova forma de Governo com marcha regular a *Independencia existia de facto*. E por esta occasião disse o Presidente dos Estados Unidos na sua Mensagem a Casa dos Representantes em 1822, para serem reconhecidas as ex-Colonias que = When the results of such a contest is manifestly settled, the new government have a claim to recognition by other = e concluiu declarando que as Provincias que tem proclamado a sua Independencia e estão no gozo della devem ser reconhecidas. Taes são os principios da politica desses Estados, que, por si erão subejos para appressar o nosso reconhecimento; principios estes que tiverão agora na Mensagem do Presidente a ambas as Camaras em Dezembro passado, huma applicação mais generica para todos os Estados destes Continentes, visto que na mesma Mensagem claramente se annuncia a necessidade de nos ligarmos pela defensão dos nossos direitos e territorio. Se acaso na occasião em que as ex Colonias Hespanholas forão solemnemente reconhecidas pelo Governo Americano, não foi igualmente incluido o Brasil a razão não podia ser outra senão a de não ter ainda este Imperio fixado definitivamente, a sua Cathegoria, posto que já dessidente de Portugal; além de que não tinha mandado como as outras ex Colonias fizerão, os seus Emissarios ao Governo dos Estados Unidos afim de solicitarem semelhante Reconhecimento o que agora se pratica com toda a esperança do mesmo resultado, principalmente tendo nós a nosso favor o paralelo que se fizer entre este Imperio e as ex Potencias Hespanholas pela maior parte ainda vacilantes e dilaceradas pela Guerra Civil. Hé pois impossivel que a revolução destas Provincias Brasileiras não tenham atraído e excitado a mesma Sympathia dos Cidadões e Governo dos Estados Unidos, que merecerão as do Continente Hespanhol, cujas Provincias a proporção que vão separadamente proclamando a sua Independencia, a saber Buenos Aires em 1816. — A Republica Federativa de Columbia pelo Acto final de Dezembro de 1819 — O Chile em 1818. — O Perú em 1821 — e O Mexico no

mesmo anno tinhão logo entrada franca nos Portos dos Estados Unidos debaixo da protecção do mesmo Governo, e tanto os seus Navios publicos como particulares tinhão a liberdade de exportarem todos os artigos que erão o objecto de Commercio com outras Nações.

7.º

Por outra parte fará V. M. tambem ver com toda a clareza e franqueza a justiça dos motivos em que se funda a Declaração da Independencia do Imperio do Brasil. Estes motivos são tão sabidos por cada hum Brasileiro, que julgo desnecessario produzilos, e deixo a sua intelligencia o fazer delles o detalhe energico e circunstanciado que acabará de dar as nossas pretensões o cunho da maior legalidade, e mostrara a todas as luzes o direito que temos os bons officios e coadjuvação da primeira Nação que neste HemispheRIO quebrou os ferros Coloniaes, e constituiu-se implicitamente na obrigação de ser fiadora destes mesmos principios para com as outras Nações, que depois tem seguido a mesma gloriosa vereda.

8.º

De todo o expendido fica evidente que o Governo dos Estados Unidos deve reconhecer a Independencia Politica do Imperio do Brasil, tanto por ser elle em si conforme com os principios proclamados e seguidos por esse Governo; como por assim o pedirem os seus proprios interesses commerciaes e politicos; e como finalmente por ser a nossa Independencia firmada na justiça e nos direitos imprescriptiveis do homem: Resta pois tão sómente desfazer a unica duvida que se podia suscitar contra hum prompto Reconhecimento, fundada na incerteza de consolidação do Imperio, e da firmeza das nossas intenções em manter a nova ordem de Couzas. A esta objecção responderá V. M. finalmente, comparando a situação presente do Brasil com a situação mais precaria e vacilante das ex Colonias Hespanholas, que todavia forão reconhecidas, mas não querendo valer-se destes exemplos bastaria descrever a historia successiva da nossa emancipação gloriosa da qual se depreheende = o augmento do espirito publico cada vez mais exaltado a prol de huma Independencia pr. que todos estes Povos anhelavão de tempos anteriores = a successiva reunião de todas Provincias ao gremio do Imperio a expulsão das tropas Lusitanas de todo o territorio Brasileiro — o entusiasmo recrescente dos Povos pelo seu Imperador e Defen-

sor Perpetuo e a resolução fixa e jurada do mesmo Augusto Senhor em manter o Governo Representativo a ponto de ter apresentado Elle Mesmo huma Constituição ao seu Povo bem analoga as que regem os Estados Unidos Septemtrional, aqual está proxima a ser jurada sem opposição de Provincia alguma, pois que a maior parte o tem já feito e o resto está prestes a tomar a mesma deliberação retardada por causa da distancia das localidades. Neste ultimo ponto insistirá V. M. mais particularmente pois muito importa dissipar quaesquer desconfianças e ciumes que esse Governo terá pela forma Monarchica que temos abraçado; e por essa occasião fará V. M. ver facilmente que dois Estados podem sem contradição alguma, ligarem-se ambos a marcharem a hum ponto fixo e unico, sem embargo de descreparem entre si em formas Governativas, pois estes só devem bazear-se no character dos Povos respectivos, sem menoscabo das instituições de cada hum.

9.º

Sendo um poderoso recurso que se deve aproveitar a nosso favor, o fazer ver á Nação Americana que a Nação Brasileira lhe hé affexuada: V. M. cuidará em mostrar que o Governo Imperial tem sempre tido huma affeição viva e sincera pelo dos Estados Unidos, e para este fim na primeira oportunidade será a V. M. remetido por copia toda a correspondencia que tem tido Ministerio dos Negocios Estrangeiros com o Consul Americano Condy Raguet, e entretanto V. M. procurará ver esses papeis em poder do Consul deste Imperio em Philadelphia Antonio Gonçalves da Cruz, onde se acham copias delles, remetidos pelo meu Antecessor, e servirão para desvanecer qualquer sinistra impressão que nesse Governo possão ter excitado os relatorios exagerados do Consul Raguet.

10.º

Podendo ser que esse Governo se queixe de ainda continuar o Trafico de Escravos neste Imperio, Trafico que os Estados Unidos considerão como huma Pirataria, segundo as instrucções que derão aos seus Ministros nas diversas Côrtes; fica V. M. authorisado para declarar q.' S. M. I. hé assaz Liberal, e Generoso, para deixar de reconhecer quanto este Trafico hé deshumano. e até heterogenio aos principios cons-

11.º

Passará depois a propor a esse Governo que envie para esta Côrte hum Agente Politico na certeza de que S. M. I. terá ahi outro de character correspondente, fazendo V. M. observar por esta occasião que estas nomiações são indispensaveis para mostrarem a boa amizade de ambos os Governos, promoverem os seus interesses reciprocos e fazellos respeitar na Europa.

12.º

Insistirá desde logo para que se recebão os Consules deste Imperio, até pelo motivo de existirem aqui os desses Estados, e insinuará a este respeito que fique servindo de regra em ambos os Paizes a mais perfeita reciprocidade, quanto aos privilegios e cathegoria, dos mesmos Consules, por ser este hum ponto pouco illustrado pelos Publicistas e que servio de pretexto a Mr. Raguet para passar algumas Notas desagradaveis ao antecedente Ministerio, em que parecia reclamar consideração diplomatica será bom que a este respeito V. M. consulte a convenção Consular entre os Estados Unidos e a França, e as Instrucções que o mesmo Governo deo ás seus Ministros em Paris com data de 15 de Julho de 1797, e de que se lhe remeterão Copias. Mas do que fica aqui dito não se segue que vá authorisado para entrar em ajustes ou convenções positivas com esse Governo que possam comprometer o Governo Imperial, como seria por exemplo o inniciar ou propor Tratados de commercio, de que este Paiz nada precisa.

13.º

Por-se-ha em relação directa com os mais Agentes de S. M. I. junto dos outros Governos, afim de communicarem e marcharem de accordo no que for possivel e reciprocamente no que fôr mais util, e vantajoso aos interesses do Imperio.

14.º

Fará traduzir na lingua desse Paiz, e emprimir nos Periodicos mais acreditados tudo quanto concorrer a ganhar a

15.º

Sondará a disposição desse Governo para húa liga offensiva e defensiva com este Imperio, como parte do Continente Americano; com tanto que semelhante Liga não tenha por bases concessões algumas de parte a parte, mas que se dedusa tão sómente do principio geral da conviniencia mutua proveniente da mesma Liga.

16.º

Amainará, mas sem comprometer este Governo, os Capitalistas, Fabricantes, Empreendedores, sobre tudo de Barcas de Vapor, para os trazerem porém a sua custa, contentando se com a protecção do Governo.

17.º

Communicará regularmente a esse Governo como fazião os Enviados da Columbia antes de serem reconhecidos todos os successos que forem occorrendo neste Paiz, ajuntando-lhe as suas observações, e figurando os da maneira mais adequada a desfazer interpretações desfavoraveis. Querendo poderá consultar neste ponto os Relatorios do Enviado da Columbia D. Manuel Torres a John Quincy Adams de 20 de Fevereiro de 1821 e 30 de Novembro do mesmo anno de que se lhe remetterão copias.

18.º

Existindo ainda neste vasto Imperio alguns restos dispersos de facções Republicanas que S. M. I. com a Sua costumada Actividade e Sabedoria tem quasi inteiramente anniquilado, e sendo provavel que estas facções procurem ter fora do Imperio hum ponto de apoio, V. M. endagará escrupulosamente mas com toda a delicadeza se nos Estados Unidos existe o foco deste partido, quaes sejam as pessoas influentes, quaes as suas correspondencias e maquinações, e do que observar dará conta secretissima p. esta Secretaria d'Estado.

19.º

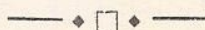
Resolvendo S. M. I. comprar algumas Fragatas, enviará para esse fim aos Estados Unidos hum official de Marinha entelligente o qual receberá as respectivas Instrucções pelo

20.º

Quanto as despesas que forem indispensaveis para algum fim importante da sua Commissão V. M. dará conta exacta para serem approvadas e satisfeitas.

21.º

Finalmente não sendo possivel na angustia do tempo marcar nestas instrucções tudo quanto possa tender a appressar e promover o fim principal do Reconhecimento, Integridade, e Dynastia deste Imperio; Confia. S. M. I. tudo o mais do seu zelo, patriotismo e intelligencia no desempenho de tão importante Commissão. Palacio do Rio de Janeiro 31 de Janeiro de 1824. = *Luiz José de Carvalho e Mello.*



ANEXO 14 - Carta de Carvalho e Mello a Silvestre Rebello

CARVALHO E MELLO A SILVESTRE REBELLO

Rio — 3 de Março de 1824

Semelhantemente remetto a V. M. a Cópia do Decreto tigo 9.º das Instrucções que se lhe derão, quando partio desta Côrte para o seu destino; remetto agora á V. M. as copias de toda a correspondencia que teve lugar entre este Ministerio com o Consul Americano Mr. Condy Raguét, tanto sobre o caso do Cidadão dos Estados Unidos William Austin preso por hum Contrabando; como sobre a Translação dos iffeitos do Ministro dos ditos Estados, nomiado para Buenos Aires Mr. Rodney.

Semelhantemente remetto a V. M. a Cópia do Decreto por que S. M. O Imperador Houve por bem perdoar a varios Criminosos da dita Nação; Graça essa... o quanto o Mesmo Senhor, Deseja mostrar os seus sentimentos de estima e consideração para com os Estados Unidos; pois que foi a primeira de semelhante natureza que fez depois de sua regencia.

Espera pois S. M. Imperial que V. M. depois de bem inteirado do conteúdo da dita correspondencia, haja de fazer della o uso que lhe parecer mais conviniente, tendo sempre em vista remover tudo quanto possa prejudicar os interesses deste Imperio. D.^s G.^e a V. M. ce. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Março de 1824 = *Luiz José de Carvalho e Mello.*
Snr. José Silvestre Rebello.

ANEXO 15 - Carta de Gonçalves da Cruz a José Bonifácio

2



GONÇALVES DA CRUZ A JOSÉ BONIFACIO

Philadelphia — 30 de Agosto de 1822

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — O Amor da Patria, e a tranquillidade dos Povos do Brazil me commove como verdadeiro Brazilianno a entrar com as minhas debeis expressões na justa cauza a que elle aspira.

Estes sentimentos Patrioticos me impoem o dever de me dirigir a V. Ex.^a manifestando-lhe o meu regozijo, e prazer pelas actuaes circumstancias do Brazil. Os meus Amigos, e verdadeiramente os Amigos do bem publico, e da felecidade do Brazil, me tem feito patente p.' cartas e Documentos autenticos, o quanto S. A. R. o Sr. D. Pedro d'Alcantara, movido de sentimentos beneficos se tem coadonado com a justa cauza do Povo.

Este justo proceder me fez lembrar a tranquillidade, e regozijo q.' vão a ter os felizes habitantes do Imperio Mexicano, em dia pacifico organizado a sua Constituição Imperial, cuja felecidade ambiciozamente exigem os meus compatriotas afim d'assegurar a sua futura existencia, e de ellevar ao gráu mais subido o seu Principe como mantenedor de huma tão apreciavel ventura. São tão vivos os justos sentimentos de q.' estou apossado que me animarão a fazer as presentes reflexões de que tive occasião appresentar a S. Ex.^a o Sr. D. Eugenio Cortes Ministro Mexicano existente nesta cidade, e q.' tenho a honra de igualmente dirigir a V. Ex.^a p.^a q.' vendo a sua contestação, e accommodando-se ás circumstancias do Brazil, ser p.' intervenção de V. Ex.^a levada á Presença de S. A. R. tendo V. Ex.^a em sua concideração q.' estes são os meus verdadeiros sentimentos, e de todos os Brasileiros em geral, tanto a bem da Patria como da Exaltação do seu Libertador, e defensor perpetuo.

Sou com o devido respeito De V. Ex.^a Attento Venerador e obdiente, Cr.^o Antonio Glz. da Cruz. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Jozé Bonifacio d'Andr. e Silva. — Philad.^a 30 d'Agto. 1822.

Exmo. Señor. — Al considerar la base y miras sobre las cuales el Imperio Mexicano, y el Reyno del Brasil acaban, casi similhantemente, de formar-se todo sano politico no puede á menos de gosar la mayor satisfaci6n en ver reconocidas en los términos más claros y solemnes, las maximas puras de la humana Jurisprudencia, proclamando el derecho del hom-

bre, y fundando su gobierno, sobre la aprobación, voluntad y poderio de la Nación. Bajo tales principios q.' nos ilculca la lei inalteravel de la Naturaleza, la practica de nuestros gobiernos no puede separarse de la más escrupulosa justicia y moderación ejemplar, haciendose con eso acreedores al amor y subordinación de sus ciudadanos, como al respecto de las demas Soberanias. Fiel p.^a siempre á mi patria y las Autoridades q.' miro con el maior respecto, mi maior goso es el dever q.' el Brasil a par de Mexico haya aprovechado las circunstancias del tiempo disponiendolas con energia y precaución a disipar facciones q.'... por lo comun cauzar los males mas graves a toda Nación, e consultando al mismo tiempo el interés, prosperidad y gloria de su pueblo. Concurriendo pues de buena voluntad conto q.' mi dicha Patria ha tenido p.' conveniente de establecer p.^a su bien inmediato y local, celebro lo dispuesto, y no dejo de creer q.' si su nueva forma politica pudiera talvez admitir medras p.^a su mayor firmeza y perfeición, la esperiencia indicará a su tiempo los expedientes oportunos p.^a ello.

Los gobiernos mundanos trahen consigo la necesidad indispensable de tener Gefes q.' los administren, consiguientemente los titulos d'estos sean los de Imperador, Rey, Protector, Libertador, ou Presidente, son puros sinonimos entre ellos encuanto á la dirección, y la diferencia essencial q.' nos presentan, consisten en el ejercicio bueno ó mal de la Autoridad nacional. Unos cumplen con su deber segun los preceptos de la moral y justicia, mientras otros no conocen sino sus caprichos y voluntad erigiendose asi en despotas y tiranos. Alabada sea la benigna Providencia p.' havernos proporcionado gobiernos en nuestras patrias respectivas, los cuales han evitado en su establecimiento los escollos fatales d'ese ultimo sistema, y tenemos con q.' gloriarnos, de q.' en virtud de su independencia, hayan cortado toda conexion con el genio y prepotencia de los Gabinetes opuestos á la prosperidad americana. En qualquer aspecto que intentemos mirar este Hemisferio, y particularmente las regiones q.' más nos tocan, examinando sus relaciones con la Europa, todo hombre de reflexión no puede á menos de convenir, en q.' su politica separación d'aquel continente, no tem solamente era indispensable, sino q.' los motivos que dieron lugar á ello, no admiten contradicción. 1.^o A causa del perfido gobierno con q.' los Europeus han invariablemente oprimido á sus Colonias, desde el momento q.' las descubrieron, invadieron y usurparon. 2.^o p.'q.' lejos de introducir en ellas el conocimiento y practica de las virtudes morales, las han contaminado con todos los vicios peculiares á la dissolución europea. 3.^o por su obstinado sistema de mantener la ignorancia del pueblo.

2

4.º p.' los derechos y tributos exorbitantes q.' siempre impuso sobre las minas, productos, Comercio, & de nuestros compatriotas. 5.º por su maquiavelismo en apocar todos los medios que podian de algun modo contribuir á la prosperidad ultramarina. 6.º por su administración de justicia, dilatada, venal, y caprichosa. 7.º por las extorsiones de sus Virreyes Capitan Generales y oficiales coadiutores, cuya codicia, altivez, y tyrania han sido sin ejemplar, 8.º p.' la incapacidad q.' en todo tiempo manifesto la Europa en lo de abastecer dichas Colonias. 9.º p.' los obstaculos con que siempre apuró el Comercio de nuestros puertos, vedandoles al trafico estrangero, y si en ciertas ocasiones algunos privilegios de extracción solian concederse, las donações adelantadas q.' p.' ellos era preciso hacer, causaban frecuentemente la ruina de los privilegiados. Enfin nuestras ricas y deliciosas regiones pueden con mucha razón ser comparadas a um arbol fecondo, cuja fruta gratifico exclusivamente la glotoneria de los Europeos, los cuales en vez de cuidar de su cultivo, no hubieran otra mira q.' la de roer y cortar por todos lados las raizes más succulentas y vitales de su tronco. Sano desde luego en el dogma, de q.' las Leyes de Europa aun beneficas p.^a con sus habitantes, no pueden de ninguna suerte convenir á la America, a causa de su diferente clima, dispossición, productos y medios. Es mi firme opinión, de q.' el nuevo mundo p.^a nada necesita del viejo, y por la distancia grande q.' les separa, nuestras Tierras no pueden sufrir interferencia alguna en sus asuntos locales, cuanto menos la autoridad y legislación de la Europa. El respeto q.' deben a si mismas, junto con la importancia de los intereses nacionales q.' predominan, justifica y consagra el decreto de independenciam, el cual no trae la menor duda sera mantenido con la dignidad, resolución, y poder q.' les corresponden. Aplaudindo de mi lado al estilo liberal con q.' S. A. R. el Señor D. Pedro d'Alcantara, Principe Regente del Brasil, se esplica en su Declaratoria del 2 de Junio pasado, celebro notar en el los mismos sentimientos del nuevo Emperador Mexicano, y pareceme observar en las dos potencias tal conformidad de Gobierno y miras beneficas p.^a promover la instrucción y prosperidad de sus habitantes, q. seria a desear hubiese entre ellas algunas relaciones de mutuo miramiento y parcialidad, como medios coables y eficaces á la conservación de su poderio, gloria y felicidad. Me lisongea también la dulce esperanza q. la temprana promoción de tales medidas, no tan solamente... viva impresión en el sistema d'ambos gobiernos, sino q.' su reciproca amistad seria más tierna y durable, y con este motivo, descansando en la penetración y fervorosa actividad de V. E. hallome ani-

mado a poner bajo su conocimiento la utilidad de semejantes propuestas p.^a q.' siendo de su aprobación, puedan facilitarse los medios conducentes á su dichosa realización q.' no dudo sera muy apreciada por ambos Gobiernos.

Quedo con el mayor respecto y consideración pidiendo a Dios que la vida de V. E. dilatados años.

B. L. M. de V. E. Su mais at.^o e seguro Servidor
Antonio Glz. da Cruz. = Exmo. Señor Eugenio Cortes. —
Philad.^a 15 d'Agto. 1822.

Principal.

Exmo. Señor. — Me ha parecido conveniente elevar á manos de S. M. el Emperador de Mexico, la nota fecha 15 del presente mes, con q.' V. E. me ha honrado, á objecto de q.' el gobierno Mexicano fixe su particular consideración en las sabias reflexiones de V. E., fundadas en los principios de Politica mas exactas, y en la critica mas depurada, para establecer las relaciones de alianza y comercio entre dos Payses poderosos, fixados en un mismo continente, identificados y reunidos por el sistema social y Politica q.' han adoptado, por la Religion q.' profesan, y por sus respectivas situaciones geográficas, tan ventajosas respeto la de los otros gobiernos Independientes de Sur de America; lo q.' pongo en conocimiento de V. E. para su satisfacción, manifestandole al mismo tiempo, la q.' me asiste en cerciorarme de los sentimientos de V. E. y los del heroyco Pueblo Brasilense.

Desde luego q.' reciba las contestaciones de mi gobierno a los particulares de su apreciable Nota, las pasaré á Sus manos, para los fines q.' considere utiles y conforme á sus veneficas ideas.

Dios Guarde á V. E. m.^s a.^s Filad.^a 17 de agosto de 1822. — Eugenio Cortes. = Exmo. Señor D. Antonio G. da Cruz.

ANEXO 16 - Carta de Gonçalves da Cruz a José Bonifácio

— ♦ □ ♦ —

GONÇALVES DA CRUZ A JOSÉ BONIFÁCIO

Philadelphia — 5 de Outubro de 1822

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr. — As minhas duplicadas dirigidas a V. Ex.^a forão em 30 de Agosto ultimo pelas Embarcações sahidas de Baltimore, e New-York no mez passado, e nellas incluzas, as contestações do Ministro Mexicano resi-

58

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA EM WASHINGTON

mesmo fragata de vapor da ultima, e nova invenção para defeza dos portos, e bahias, tãobem se pode grangear officiaes de marinha bons, q.' desempenhe o seu cargo, e dever, Tem-se fabricado em deferentes portos da União fragatas, brigues, e canhoneiras p.^a o Mexico, e Columbia, e não tem havido objecção alguma pelo o Governo destes Estados.

O Mexico goza de tranquillidade como me tem aseverado o Ministro por cartas que acaba de receber do seu Governo datadas de 18 de Outubro ultimo haverão ali algumas prizons, e nelas forão comprehendidos varios membros do Congresso, e nada mais tem ocorrido deferentes Editores destes Estados publicação varios articulos das gazetas de Havana, que de continuo estão caluniando o Imperador Mexicano. Em... vão as gazetas de Columbia para V. Ex.^a conhecer do estado daquella Republica.

Sou com a maior consideração. De V. Ex.^a Attento Venerador e obediente Criado *Antonio Glz. da Cruz.* = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Jozé Bonifacio d'Andrade e S.^a — Philadelphia 17 de Novembro 1822.

— ♦ □ ♦ —

ANEXO 17 - Carta de Gonçalves da Cruz a Hippolyto José da Costa

— ♦ □ ♦ —

GONÇALVES DA CRUZ A HIPPOLYTO
JOSÉ DA COSTA

Philadelphia — 4 de Março de 1823

Copia. — Duplicada. — Ill.^{mo} Sr. — Animado por a conhecido urbanidade e patriotismo de V. S. tomo a liberdade de remetter-lhe a adjunta carta sellada para o Ex.^{mo} Snr. Francisco Antonio Zea, ultimo Ministro da República de Columbia em essa Capital, acompanhada de sua copia, para que V. S. se imponha do seu conteúdo, advertindo-lhe o mesmo tempo, haver sido motivado por certa noticia, que recebi anteriormente de hum Amigo de Caracas, homem de influencia em as politicas da América meridional, como verá do contracto que literalmente transcrevo ao pé da presente. Pouco depois que enviei minha dita comunicação ao referido Embaixador, chegou aqui a noticia da sua morte, por cujo motivo suspendi encaminhar a dita duplicada que agora encluiu em o mesmo estado que então se achava preparada. Considerarei pois como hum favor especial, que V. S. se digne prestar sua fina attenção a dito conteúdo; informar-se si a primeira ha chegado de algum modo o conhecimento dessa Legação Columbiana; e quando julgue ser o assumpto de alguma provavel utilidade á nossa Patria, se sirva pre-

sentar a inclusa o Snr. Revenga, successor do Snr. Zea, para animar de novo o objecto della. Convencido do puro patriotismo que guia a importante tarefa de V. S. em essa Cidade, e a influencia eficaz de suas diligencias, deixo inteiramente o uso da minha dita carta á sua notoria discricção, suplicando-lhe me honre, em algum intervallo desocupado, com sua opinião e resultas. Enteirado como suponho estar V. S. agora da politica esfera, á qual se ha ultimamente elevado o Brazil, não tenho á menor duvida, de que a fina penetração de V. S. cordialmente aprobará o sabio expediente que nossa Patria ha adoptado, para seu proprio decoro e estabilidade.

Desejando com a maior cordialidade servir-lhe em tudo que me ordenar, fico com dezejarle toda sorte de prosperidade, rogando-lhe que me considere em toda occasião.

De V. S. Attento Venerador e obediente Criado *Antonio Glz. da Cruz.* = Ill.^{mo} Snr. Hypolito José da Costa, Londres. — Philadelphia, 4 de Março 1823.

Extracto. — Caracas y Novembe 22 1823. — «El Sr. «Constancio Ministro Portugues en Norte América, está en- «cargado de entablar relaciones de Amistad y Comercio con «Columbia, cuyas instrucciones las ha pasado al Sr. Zea en «Londres, el Secretario de Estado Portugues, Silvestre Pi- «nheiro Ferreira; portanto el Brazil necesita mucho mas estas «relaciones por infinitos motivos; todo lo cual pongo bajo «su conocimiento.»

Duplicada. — Ex.^{mo} Señor. — Mediante la fina amistad, que existió entre mi y el difunto Doctor Don Juan German Roscio, Vicepresidente de Columbia, por cuya prosperidad manifesté en todo tiempo mi cordial interés, resuelta en mi el supuesto lisongero, de que mi nombre no sea del todo desconocido de V. E.; pues recorriendo á su correspondencia con dhõ Doctor, particularmente ácia lo último de su vida, es probable halle en ella alguna descripcion de mi politico carácter, con q. solia honrarme dhõ Señor para conocimiento de sus respetables amigos. Bajo esta consideración, y atentado por la notoria urbanidad de V. E., no puedo á menos de creerme introduido ya á su noticia en un grado, si quiera, bastante para merecer su atención á algunas idéas, que me ocurren sobre las circunstancias actuales del Mundo politico, entrelazadas con las de mi amada Patria. La crueldad de los eventos junta al patriotismo que en ellos manifesté cuyo mérito mui á menudo no saca apre-

cio sitalvez no es perseguido, han causado y todavia continuan mi ausencia de la misma, sin haber jamás perdido de vista sus intereses, prosperidad y gloria.

Lo eléctrico peculiar de la diplomacia me asegura haber llegado, antes de ahora, á su vista la última declaración definitiva del Brasil, acerca de su Independencia, precedida de un manifiesto en que las causas y principios fundamentales de tan solemne resolución, hállanse expuestos al Mundo observador en un estilo, claro, liberal y sobre todo verídico, anunciando de tal modo dhã Acta memorable. Varias, me consta, ser las ideas politicas que corren sobre el nuevo aspecto, que la Nacion Brasilense ha tomado en aserfar su Soberania; pero los cuerdos y bien intencionados parecen convenir en lo dispuesto, á motivo de la concordia, respetabilidad y solidez, que un Imperio Constitucional promete á las circunstancias de aquella vasta Region. Las consideraciones que visiblemente contribuyen al crédito de dhõ sistema, son: la benigna disposición del nuevo Emperador; el respeto y amor con que el pueblo genralmente le mira y victorea, los hábiles y virtuosos Ministros, que le rodean y aconsejan; el patriotismo del Congreso, de cuya importante tarea se está aguardando el establecimiento de una Constitución sabia, enérgica y permanente; y enfin la pública opinión que poderosamente concurre á la formación de aquel Gobierno.

Bajo tan favorables auspicios, el Brasil ha empezado su brillante carrera en la gerarquia de los Imperios, pero el solo entre ellos que esté fundado sobre las leyes inalterables de la Naturaleza, Razón y Humanidad; y que por eso descanza en la aprobación y fuerza de toda la Nación. En efecto, los Brasilenses no ven en su Jefe Imperial, que el firme defensor y tierno Padre del pueblo. Desechando todo ayre despótico, se ha dedicado con la mayor ingenuidad al bien general, y mediante las pruebas que ya dió de tal intención y práctica, el Brasil hallase satisfecho, y feliz. Es pues mi dictámen que repugna al carácter recto y sabio de todo patriota, rehusar su cordial adhesión al referido Imperio Constitucional, por ser conducente á los fines benéficos contemplados por los inclitos Estadistas que lo propusieron, y resultar de él la tranquilidad y poder de la Patria.

De dicho Manifiesto que, sin ponderación, hace un honor inmortal al patriota benemérito que lo compuso, se echa de ver la hostilidad, codicia y altivez con q.' el maquiavelismo Portugues ha invariablemente mirado al importante, rico y generoso Brasil, desde la época de su descubierta y usurpación. No seria pues de estrañar, si con una inconsistencia manifiesta, . . . el poder é influjo de este Imperio naciente, el

alevoso Gabinete de Lisboa insinuase su disposición de reconocer su independencia como República, y no Monarquía, pues ningún conciliábulo político es mas apto á concebir tan pérfido proyecto como el Ministerio Portugues, el cual calculando en la guerra civil que sin duda allá incitaría, con la división de ideas y partidos, no mira sinó á debilitar las fuerzas, para desacreditar y destruir la existencia nacional del Brasil.

No se necesita, á mi opinar, una extraordinaria penetración para descubrir la hipocrisia, con que procura ponerse en gracia de los Gobiernos mismos, que han adoptado y profesan el sistema democrático; y segun eso, no estoi lejos de creer que semejante astucia procúrese practicar de su parte aun con la gloriosa Columbia, cuya independencia y prosperidad, por no poder de algún modo dañar, le es preciso cortejar.

Me adelanto a tales congeturas, por sugerirmelas el estudio perseverante q.' he hecho del genio y miras del opresor de mi Patria, y me persuado que la vista de V. E., elevada por su respetable situación á la cumbre de un estenso horizonte no dejará de observar la probabilidad, sitalvez no hubiere realidad en ellas. Como quiera que sean, obsequiosamente las someto al fino entendimiento de V. E., y me atrevo esperar, que la franqueza amigable con q.' las comunico, lejos de ser mirada como importuna, será correspondida con las condescendencia peculiar de un republicano liberal, que sabe apreciar el patriotismo puro y desengañado. Si tal fuere mi suerte en la presente ocasión, me anticipo el favor especial de recibir su opinión instructiva sobre el influjo, que los últimos eventos de la América meridional parecen escitar en la politica europea; y más preciosa me será por cierto, si fuere acompañada de aquellas luces, que su esperiencia y penetración juzgaren importantes al interes del nuevo Hemisferio.

Celebraré saber que V. E. gose de una perfecta salud, y todos los obgetos importantes de su misión logren las mejores resultas, para la felicidad de Columbia y el mérito perene de su Embajador.

V. E. quede en la mayor seguridad de espermentarme en cualquiera ocasión, cual me digo con verdadero respeto y distinguida consideración:

B. L. M. de V. E. Sumas atento y seguro servidor
Antonio Glz. da Cruz. = Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Antonio Zea, Embajador de la Republica de Columbia. — Londres. — Filadelfia, Enero 5 de 1823.

que não deixarei de desempenhar o emprego importante que se me ha confiado, com todo o zelo e actividade, que meus cúrtos talentos e amor nacional podem prometter.

Por não haver chegado todavia os Despachos, que segundo o avizo de V. E. devião ser encaminhados em a primeira occazião de oportunidade, não sei o que pense de semelhante retardo, pois já arribarão em este porto as embarcaçõs *Sarah* e *Laura*, e varias outras em deferentes partes deste Continente, sem ter noticia alguma de taes documentos, o que me faz reciar algum evento contrario o Barco que os..., se talvez por algum encontro de inimigo forem interceptados.

Em estas circumstancias tenho encarregado varios amigos em os demais portos de estes Estados para que prestem a maior attenção a chegada de algum barco e procurem remetter ditos despachos, immediatamente que os recebão; em vista dellas passarei a fazer as diligencias que se me impozerem para as instrucçõs de V. E., e lha avisarei com a possivel promptidão o resultado dellas.

Tenho a honra de dizer-me com maior respeito, e alta consideração.

De V. E. Attencioso Venerador e obediente Criado *Antonio Glz. da Cruz.* = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Jozé Bonifacio de Andrade e Silva, Rio de Janeiro. — Philadelphia, 8 de Maio 1823.

ANEXO 18 - Carta de Gonçalves da Cruz a Antonio Carlos

— ♦ □ ♦ —
GONÇALVES DA CRUZ A ANTONIO CARLOS

Philadelphia — 19 de Maio de 1823

Duplicada. — Ex.^{mo} Senhor. — Estando para saír a fragata de guerra dos Estados Unidos, chamada Congresso, que leva á Buenos-Ayres o Embaixador Americano Sr. Cesar A. Rodney, o qual em sua viagem proponhe tocar ao Rio de Janeiro, tenho a satisfação de annunciar-lhe que dito Cavalheiro, em virtude da sua boa amizáde, e liberal disposição, se ha servido encarregar-se de huma caixéta dirigida á seo benemerito Irmão Snr. Jozé Bonifacio, em que vão todas as minhas communações e cartas para esse Ministerio Imperial, e outros inclitos sujeitos dessa Capital, V. E. incluído; e por haver-me prevenido a tempo de entregar-lhe dita caixéta, que todavia tardaria alguns dias antes de por-se á vela, proporcionando-me com isso a opportunidade de fazer algu-

ma addição que se me podéra offerecer, hei resolvido aproveitar, dedicando este precioso intervallo o conteúdo desta segunda carta á V. E., sobre cuja boa vontade e conhecida penetração, descança minha inteira confiança.

As reiteradas intrigas e esforços clandestinos praticados em esta Região por a Legação Portugueza, e seos corruptos Agentes, para desacreditar o carácter e causa da nossa amada Patria, em a opinião deste Governo e seos cidadons, creio não são ignorados por esse Ministerio, e particularmente as extorsions que este Consul Luzitano e *mão brasileiro* Barrozo, ha feito em o passado sobre este commercio com o Brazil, as que derão lugar a huma publicação que appareceo em estes periodicos, baixo o nome do Snr. Condy Raguet Consul americano em essa, em a qual accusa solememente o tal Barrozo, de haver cobrado injustamente direitos consulares que não lhe pertencião, segundo V. E. verá por a gazéta que hei incluido em minha anterior. Semelhante artigo, que tão vivamente ha atacado a probidade e decoro do Consulado Portuguez, não he de estranhar, que haja irritado este Ministro Constancio, e seo Consul referido de tal sorte, até empregar seo dedicado satéllite, o Editor desta *Nacional Gazéta*, á publicar em 19 de Abril passado huma sátira contra o genio nacional do Brazil, como verá da mesma gazéta que incluio, com o fim occulto de denegrir de algum modo a Raguet, segundo vou á dizer.

He de saber que Raguet, remettendo aqui os periódicos dessa á seos correspondentes, se ha tomado a liberdade de escrever em a margem delles certas criticas mordases sobre algumas das suas publicações. Ditos diarios passando, eu não sei como, á mãos do mencionado Editor, motivarão baixo o influxo portuguez referido, sua dita censura de 19 de Abril; e sendo notorio á seos adherentes, que a escritura de Raguet me he conhecida, hum delles de respeitavel apparencia me apresentou ditos periódicos, chamando minha particular attenção á as notas do dito Consul de América, com a vista de indispor-me contra elle, e excitar alguma reprehensão de minha parte. Prudentemente não declarei idea alguma sobre ellas, porem pedi se me dêsse posse de ditos periódicos, aqual hei obtido e agora envio á V. E. em o estado que se me hão entregado, corroborando a escritura do Consul Raguet com huma carta sua original, escrita á hum de seos amigos, que tãobem acompanho.

Em vista de manobras tão inteiradas por parte de nossos inimigos, que sem duvida emanão do Quartel General Portuguez em estes Estados, me occorrem as observaçons seguintes, que com todo o respeito ponho baixo a consideração de V. E.

O sabio systema Imperial, adoptado por a vóz geral da nossa Nação, nada mais necessita que huma liberal Constituição que estabeleça sobre huma base solemne sua permanencia, energia e alta dignidade. Esta Acta proclamada e posta em execução, não pôde á menos de admirar á todo este Hemispherio, e não estou longe de crer que varias outras Naçons, particularmente as que rodeão nosso Paiz, inclinem com o tempo e experiencia á imitar sua instituição. Todas as Colonias do Sul hão sido, desde sua conquista acostumada por seu genio, hábitos e religião o Governo Monarquico, e se este se ha volto insupportavel á nossos tempos, aversa administração dos Europeos he a cauza exclusivva. O que satisfaz toda Nação, são leis justas que premiam a virtude, castigão o vicio e protegem o direito de cada individuo com perfeita igualdade. Este he por certo o grande objecto do Brazil, e he vivamente de esperar obtenha em a Constituição que se está aguardando de nosso patriótico Congresso, devendo desejar aperfeiçoar tão memoravel Instrumento decorando o Trono com aquella enérgica autoridade que lhe compete, e he indispensavel para o bem, crédito e gloria da Nação. Tal sendo o estabelecimento politico de nossa Patria, todo o Povo se achará completamente felis baixo seo primeiro e amado Imperador.

Havendo, desde que vivo em estes Estados Unidos, procurado constantemente e com todos meos meios, promover o crédito e interesse da minha Patria, particularmente depois que se ha elevado á sublime cathegoria de Imperio, atrahindo á favor della a opinião desta Republica Federal, e a de Columbia, já com publicaçõs e frequentemente combatendo as calumnias de seos adversarios, me causa lástima em ver, que em alguns memoriaes dessas Provincias se hajão introduzido expressõs em certo modo incautas, á meo dictâme, como são as de *detestar* e *Republicanismo*; pois ainda que todo homem ou sociedade de homem a têm o direito de gozar sua opinião, déve-se sem embargo observar certa delicadeza, dictada por o mesmo direito, que prescreve a abstinencia da sua publicação, se esta se dirige a offender e provocar a opinião differente de outros; sobre tudo quando taes expressõs não levão comsigo alguma visivel instrução, prova ou necessidade. Se se considera que os diarios tem commumente huma extensa circulação em todas partes, não duvido que V. E. convinherá commigo em deprecar a natural irritação, que devem causar em os ánimos dos Columbianos e demais Naçons que, á sua imitação, inclinem ao systema *Republicano*. Não he pois de estranhar, se as mencionadas frases hão sido mal consideradas em estes Es-

tados, e em particular por os inimigos de nossa prosperidade nacional, cuja malicia procura exagerar a menor falta, e ainda perverter o sentido mais innocente. De isto se originou o artigo publicado por esta *Gazeta Nacional* que leve noticiado, e me consta que seo Editor ha affectado fundar seos sarcasmos sobre a autoridade das notas do Snr. Raguett assima mencionadas. Qualquer seja a politica opinião do dito Consul, creio não ser mui decoroso em elle de criticar clandestinamente o systema da Terra em que reside, e de cujo Governo esta disfrutando a devida consideração.

Pouco inclinado á dissimular eventos semelhantes, em que o crédito e interesses da minha Patria parecem sofrer, hei creído meo dever confiar á V. E. a noticia delles com curtas observaçõs, que os limites epistolares podem admittir. Si V. E. julgar haver em ellas alguma importancia, deixo que faça da mesma o uzo que tiver por mais conveniente para governo do Ministerio Imperial, pois havendo já escrito larga e repetidamente sobre outros assumptos ao Illustre Irmão de V. E., hei pensado ser de minha discricão, não occupar maiormente seo tempo precioso.

Rogo á V. E. fique em todo tempo seguro da minha constante veneração e sincera amizade, em quanto me prézo de protestar-me:

De V. E. Amigo Attento Venerador e Criado *Antonio Glz. da Cruz.* = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, Rio de Janeiro. — Philadelphia, 19 de Maio 1823.